



revista Eptic

REVISTA ELETRÔNICA INTERNACIONAL DE ECONOMIA
POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

DOSSIÊ TEMÁTICO

COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

VOL. 21, Nº 1, JAN.-ABR. 2019
ISSN 1518-2487

Revista quadrimestral vinculada ao Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe

Este número foi financiado pelo Processo: 88881.155104/2017-01, AUXPE, referente ao Auxílio nº 0437/2018

OBSCOM - UFS

Coordenação

Prof.^a Dr.^a Verlane Aragão Santos
Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - UFS

Coordenação

Prof.^a Dr.^a Sonia Aguiar

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - UFS

Coordenação

Prof.^a Dr.^a Fernanda Esperidião

REVISTA EPTIC

Diretor

Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño (UFS-Brasil)

Editor Geral

Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes (USP-Brasil)

Editora Adjunta

Prof.^a Dr.^a Anita Simis (UNESP-Brasil)

Secretário Executivo

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

Projeto Gráfico

Débora Gomes dos Santos e Ruy Sardinha

Diagramação

Débora Gomes dos Santos e Fabrício Gonçalves

Revisão e Normalização

Academia de Revisão

Conselho Editorial

Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicso, FUNDAJ, Brasil
Prof. Dr. Alain Rallet, Université Paris-Dauphine, França
Prof. Dr. Alain Herscovici, UFES, Brasil
Prof. Dr. Césaire Galvan, FUNDAJ, Brasil
Prof.^a Dr.^a Delia Crovi Druetta, UNAM, México
Prof. Dr. Dênis Moraes, UFF, Brasil
Prof. Dr. Diego Portales, Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Dominique Leroy, Université Picardie, França
Prof. Dr. Edgard Rebouças, UFP, Brasil
Prof. Dr. Enrique Bustamante, UCM, Espanha
Prof. Dr. Enrique Sánchez, Universidad de Guanajuato, México
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima, UNL, Portugal
Prof. Dr. Francisco Sierra (Un. Sevilla – Espanha)
Prof. Dr. Gaëtan Tremblay, Université du Québec, Canadá
Prof. Dr. Graham Murdock, Loughborough University, UK
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira, UFES, Brasil
Prof. Dr. Guillermo Mastrini, UBA, Argentina
Prof. Dr. Helenice Carvalho, UNISINOS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Isabel Urioste, Université de Technologie de Compiègne, França
Prof. Dr. Joseph Straubhaar, University of Texas, Estados Unidos
Prof. Dr. Juan Carlos de Miguel, EUH, Espanha
Prof. Dr. Luiz Guilherme Duarte, UPX, Estados Unidos
Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky, UERJ, Brasil
Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Tosta Dias, UNIFESP, Brasil
Prof. Dr. Marcial Murciano Martinez, UAB, Espanha
Prof. Dr. Marcio Wohlers de Almeida, UNICAMP, Brasil
Prof. Dr. Marcos Dantas, UFRJ, Brasil
Prof. Dr. Nicholas Garham, University of Westminster, UK
Prof. Dr. Othon Jambeiro, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Pedro Jorge Braumann, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Prof. Dr. Peter Golding, Northumbria University, UK
Prof. Dr. Philip Schlesinger, University of Glasgow, UK
Prof. Dr. Pierre Fayard, Université de Poitiers – Accueil, França
Prof. Dr. Ramón Zallo, Universidad Pais Vasco, Espanha
Prof. Dr. Sergio Augusto Soares Mattos, UFBA- Brasil
Prof. Dr. Sergio Capparelli, UFRGS, Brasil
Prof. Dr. William Dias Braga, UFRJ-Brasil

Coordenador do Dossiê Temático

Prof. Dr. Cesar Bolaño

Autores desta edição

Alain Herscovici, Anderson David Gomes dos Santos, Ancizar Narvaez, Anibal Orue, Bruna de Souza Távora, Carlos Figueiredo, Celso Furtado, Cesar Bolaño, Danielle Vitorino da Silva, Dario Azevedo Nogueira Junior, Elza Maria Del Negro B. Fernandes, Felipe Batista, Kleciane Nunes, Leticia Ribeiro Cardoso, Marcelo Rangel Lima, Octavio Penna Pieranti, Ruy Sardinha Lopes, Saturnino Braga, Sílvia Lago Martinez

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

Cesar Bolaño, Ruy Sardinha Lopes

5

ARTIGOS E ENSAIOS

Distante de Roquette-Pinto, mas perto de quê? A programação do rádio educativo no Brasil

Octavio Penna Pieranti, Elza Maria Del Negro B. Fernandes,
Leticia Ribeiro Cardoso

7

Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação

Dario Azevedo Nogueira Junior

22

A campanha publicitária “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo” da Rede Globo de Televisão como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil

Anderson David Gomes dos Santos, Danielle Viturino da Silva,
Kleciane Nunes

46

DOSSIÊ TEMÁTICO

Apresentação do Dossiê Temático

Cesar Bolaño

62

Entrevista com Saturnino Brito

Bruna Távora

66


Criatividade e Desenvolvimento Celso Furtado	75
Cultura e Desenvolvimento: conceitos revisitados Ruy Sardinha Lopes	81
Comunicación y desarrollo: Un diálogo tenso para superar la modernidade Anibal Orue	95
El desarrollo como problema cultural Ancizar Narvaez	104
Deus e o Diabo na terra das plataformas digitais: uma análise a partir da hipótese braudeliense Alain Herscovici	125
Inovação, apropriação e criação de tecnologias digitais: a cultura do empreendedorismo nas indústrias criativas da Argentina Sílvia Lago Martínez	142
Algoritmos, Subsunção do Trabalho, Vigilância e Controle: Novas Estratégias de Precarização do Trabalho e Colonização do Mundo da Vida Carlos Figueiredo	156
RESENHA	
Cultura, comunicação e desenvolvimento: um olhar crítico sobre processos, meios e mercados Marcelo Rangel Lima	173

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

Em janeiro de 1999, ano de publicação da primeira edição da Revista Eptic, Cesar Bolaño, então editor da mesma, iniciava a apresentação do número revisando o percurso que deu origem ao campo, a Economia Política da Comunicação, no Brasil, desde 1992. Mesmo reconhecendo importantes avanços e conquistas, afirmou:

Trata-se de avanços importantes para a legitimação dos estudos em Economia da Comunicação. Mas nada está ganho, O próprio interesse que os economistas vêm demonstrando pelo tema das tecnologias da informação e da comunicação tem produzido, em nível internacional, um avanço da ortodoxia econômica nesse terreno, ameaçando a hegemonia que os enfoques críticos chegaram a conquistar, organizando-se, como aqui, no seio das entidades de pesquisadores em Ciências da Comunicação, como é o caso da tradicional sessão de Economia Política da International Association of Mass Communication Research (IAMCR). A Revista EPTIC On line, Revista Internacional de Economia das Tecnologias de Informação e da Comunicação(sic) foi criada no interior de um projeto maior de organização de uma rede de pesquisadores a partir dos grupos de trabalho de Economia Política da Comunicação da ALAIC (Asociación Latino-americana de Investigadores de la Comunicación) e da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) (BOLAÑO, 1999, p4)

Passados 20 anos, é inegável que tanto a nível internacional quanto nacional o campo não só se consolidou – o que pode ser verificado, entre outros indicadores, pela enorme quantidade de trabalhos, grupos de pesquisa, eventos científicos e publicações, bem como, no campo institucional, pela criação da Unión Latina de Economía política de la información, la comunicación y la cultura (ULEPICC, criada em 2002) e da Ulepícc- Brasil, criada em 2004 – como trouxe inúmeras contribuições ao pensamento crítico comunicacional e à luta por uma sociedade mais democrática e inclusiva.



Se àquela época já se podia vislumbrar o protagonismo que a Comunicação e suas tecnologias começavam a adquirir nos processos societários e econômicos mais recentes, uma análise material, que se distanciasse tanto do funcionalismo quanto do determinismo tecnológico e econômico, se fazia necessária e urgente. Daí o esforço epistemológico e político de diversos pesquisadores e estudiosos da EPC neste sentido. Sabemos, entretanto, que o jogo é árduo e que, duas décadas depois, “nada está ganho”. O fato do Brasil e diversos outros países estarem vivenciando enormes retrocessos econômicos e morais só aumenta a importância e necessidade de instrumentos heurísticos capazes de iluminar esses tempos sombrios.

A Revista Eptic - produzida pela Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com os apoios do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFS e, a partir de 2018, da ULEPICC-Brasil -, tem sido, ao longo de sua existência, um importante instrumento dessa batalha. Atuante não somente na divulgação da produção científica nacional e internacional, a Revista tem contribuído para a ampliação das pesquisas estudos da área, instigando, por meio de suas edições e Dossiês Temáticos, a comunidade científica a refletir sobre os mesmos.

Nesse sentido, para o ano de 2019 estão previstos a publicação de 3 Dossiês: o primeiro, agora publicado, foi fruto de um convênio entre o OBSCOM/CEPOS e da Rede Celso Furtado de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento (COMCEDE) que deu origem ao XVI Seminário OBSCOM/CEPOS e II Seminário COMCEDE, realizado nas dependências da UFS, em 2018, com o tema “Comunicação, Cultura e Desenvolvimento”. O volume 21, n.2, trará o Dossiê “Economia Política da Comunicação e Estudos Culturais na América Latina”. O diálogo ali proposto tem sido explorado pela Revista desde sua fundação e para essa edição está sendo retomado a partir de um seminário organizado em dezembro de 2018 pelos programas de Pós-graduação em Comunicação da UFS e da UFRGS. Finalmente, terminamos esse ano comemorativo com um Dossiê, organizado juntamente com o CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina), que esse ano também comemora seus 60 anos de existência – com o tema “Indústrias Culturais e Economia política”.

A todos uma boa leitura!

Cesar Bolaño
Diretor da Revista Eptic

Ruy Sardinha Lopes
Editor-chefe

**Distante de Roquette-Pinto, mas perto de quê?
Características básicas da programação do rádio
educativo no Brasil**

**Distante de Roquette-Pinto, ¿pero cerca de qué?
Características básicas de la programación de la radio
educativa en Brasil**

**Far away from Roquette-Pinto, but close to what? Basic
structure of the programs of educational radio in Brazil**

Octavio Penna Pieranti

Doutor em Administração, com pós-doutorado em Comunicação (FAC/UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia - Mestrado (PPG-MiT) da FAAC/Unesp. Pesquisador emérito do Núcleo de Estudos em Administração Brasileira (Abrás/UFF).

Contato: octavio.pieranti@gmail.com

Elza Maria Del Negro B. Fernandes

Engenheira Eletricista (UnB) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Contato: elza.dnbfernandes@gmail.com

Leticia Ribeiro Cardoso

Engenheira Eletricista (UnB).

Contato: leticiarc@gmail.com

Artigo submetido em 14/3/2018

Aprovado em 20/8/2018



Resumo

A história do rádio educativo confunde-se com a própria história do rádio no Brasil. Desde a década de 1920, consolidou-se um conceito teórico de ênfase no papel desse meio como elemento para a educação. Aos poucos, essa perspectiva foi ampliada e o rádio educativo passou a ser visto como importante para a formação crítica e a construção da cidadania. Nem sempre, porém, essas construções teóricas são condizentes com a situação real. Este artigo avalia o cenário do rádio educativo a partir da análise da programação veiculada por 380 emissoras em funcionamento no país.

Palavras-chave: Rádio educativo. Radiodifusão. Programação.

Resumen

La historia de la radio educativa se confunde con la propia historia de la radio en Brasil. Desde la década de 1920, se consolidó un concepto teórico de énfasis en el papel de ese medio como elemento para la educación. Esa perspectiva fue ampliada y la radio educativa pasó a ser vista como importante para la formación crítica y la construcción de la ciudadanía. No siempre, sin embargo, estas construcciones teóricas están de acuerdo con la situación real. Este artículo evalúa el escenario de la radio educativa, a partir del análisis de la programación vehiculada por 380 emisoras en funcionamiento en el país.

Palabras clave: Radio educativa. Radiodifusión. Programación.

Abstract

The history of educational radio and the history of radio in Brazil are partly coincident. Since the 1920s, a theoretical concept of emphasis on the role of this media for education has been consolidated. Gradually, this perspective has been transformed and educational radio has come to be seen as important for the critical formation and the construction of citizenship. However, these theoretical concepts are not always consistent with the real situation. This article evaluates the educational radio scenario, based on the analysis of the programs of 380 stations in operation in the country.

Keywords: Educational radio. Broadcasting. Programs.

Introdução

A história da radiodifusão educativa confunde-se com a própria história do rádio brasileiro. Seria possível dizer que nasceram juntos. Edgar Roquette-Pinto, cientista, educador e profissional atuante em diversas áreas, fundou a primeira emissora com a firme crença de que ela seria meio fundamental para a educação da sociedade. Assim, nasceu, com o patrocínio da Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, depois de transmissões experimentais no ano anterior. Em 1936, Roquette-Pinto e os demais pioneiros dessa empreitada decidiram doá-la ao Ministério da Educação e Saúde, desde que esse se comprometesse a não utilizá-la para fins de propaganda política (MILANEZ, 2007a). A emissora funciona até o presente, gerida pela EBC, com o nome de Rádio MEC.

Seria, contudo, impreciso dizer que a radiodifusão educativa originou-se àquela época, já que o serviço, com esse nome, seria criado apenas posteriormente. Normalmente, o Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, é apontado como o marco legal seminal da radiodifusão educativa no Brasil.

Também aí não nasceu formalmente o rádio educativo. É verdade que esse Decreto-lei estabeleceu as bases para a radiodifusão educativa, mas ele apenas cita a TV educativa. Os primeiros instrumentos normativos a disciplinarem efetivamente a outorga e o funcionamento do rádio educativo foram portarias do Ministério das Comunicações publicadas anos depois.

Ou seja: o rádio educativo funciona, no país, há quase cem anos, mas o Estado só tratou desse meio, objeto de tantas especificidades, em décadas recentes. De forma resumida, o rádio educativo desenvolveu-se, assim, em um cenário de regras tardias, eventualmente adaptadas da TV educativa, com a inspiração inicial de valores importantes para qualquer sociedade democrática. Se, por um lado, esse pano de fundo talvez possa valorizar o pioneirismo e a inovação, simultaneamente, abre as portas para situações que fogem do espírito original. Este artigo tem o objetivo de tratar deste contexto, avaliando o cenário atual do rádio educativo no Brasil a partir de características básicas da programação veiculada pelas emissoras detentoras de outorga, o que guarda relação, como se verá, com a estrutura de propriedade dessas estações.

Por fim, é importante ressaltar, nesta Introdução, que este artigo pode ser encarado como o capítulo final de uma “trilogia” publicada, na íntegra, nesta revista. Na primeira parte, um dos autores abordou a transformação no perfil das novas outorgas de emissoras de radiodifusão educativa durante o governo de Dilma Rousseff, como consequência da definição de novas regras para garantir a prioridade de entidades públicas na execução desse serviço (PIERANTI, 2016). A seguir, dois dos autores trataram da TV educativa, ao analisar a programação veiculada pelas emissoras (PIERANTI; FERNANDES, 2017) – perspectiva similar, portanto, à adotada neste artigo para tratar do rádio. Quando necessário, serão retomadas, nas seções que seguem, observações advindas desses trabalhos anteriores.

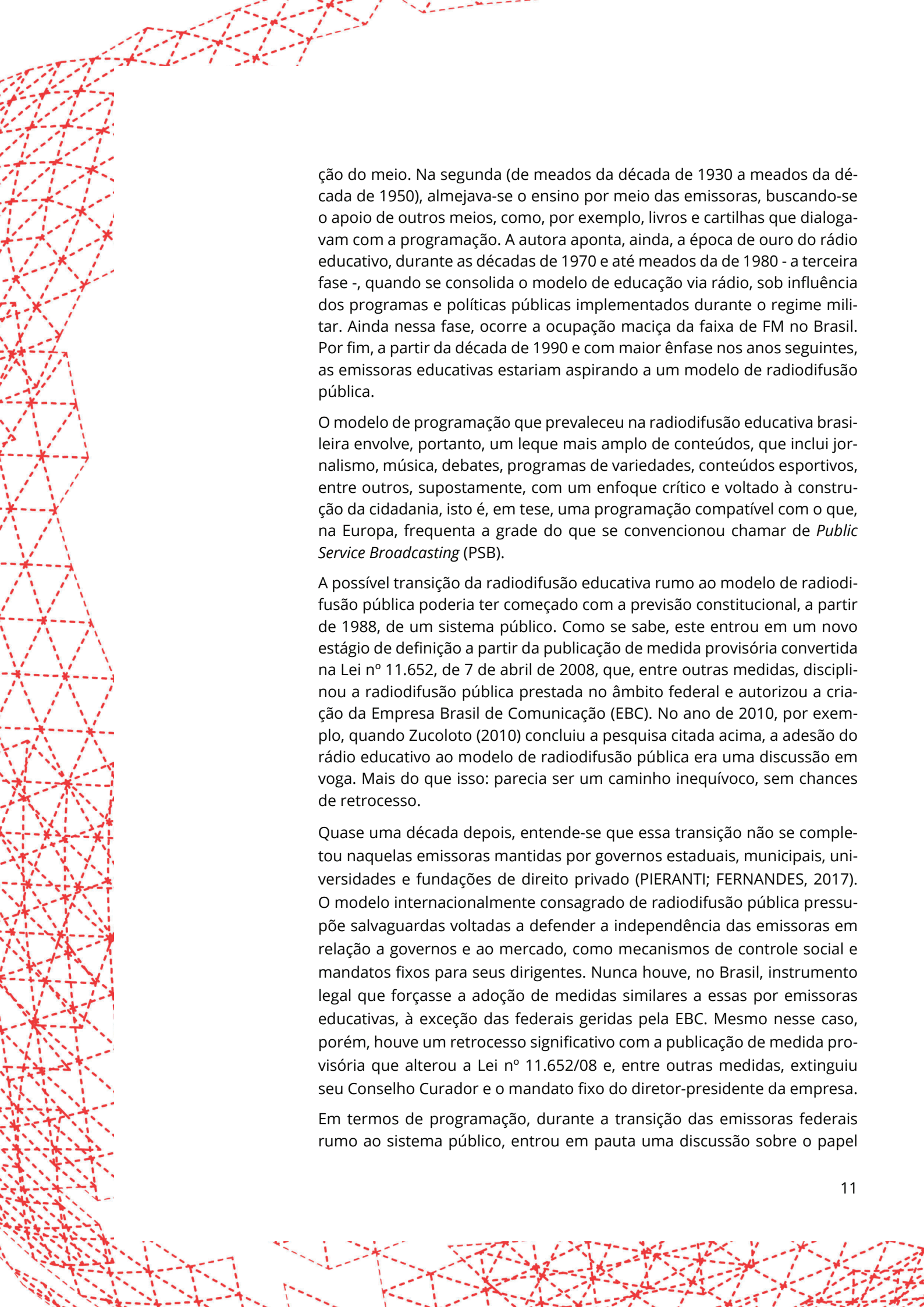
Como deve ser a programação do rádio educativo?

Do ponto de vista legal, a programação do rádio educativo segue os mesmos parâmetros válidos para emissoras de TV que exploram esse serviço. A Portaria MC nº 4.335, de 19 de setembro de 2015, que disciplina os serviços de radiodifusão educativa, estabelece como princípios da programação: a cooperação com processos educacionais e de formação crítica, a promoção da cultura nacional e regional e da produção independente, o respeito aos direitos humanos, a não discriminação religiosa e político-partidária, entre outros pontos. Veda, ainda, em seu art. 3º, §1º, o proselitismo de qualquer sorte, mas não define o que esse conceito efetivamente significa. Essa imprecisão acarreta dificuldades na aplicação do termo. Por exemplo: a defesa de um político, em um programa jornalístico, de forma recorrente, seria proselitismo? E quais são os limites para veiculação de programação religiosa sem incorrer em proselitismo?

Esses princípios vão além daqueles originalmente estabelecidos no Decreto-lei nº 236 de 1967. Como já mencionado, esse instrumento normativo aplicava-se à TV educativa, mas serviu de base para inspirar a execução de serviço semelhante no meio rádio.

À época, imaginava-se a TV educativa como elemento essencial do processo de “teleducação”, ou seja, idealizava-se o uso do meio TV para a veiculação de aulas, palestras e debates, o que a caracterizaria como apoio ao processo de educação formal. Esse uso foi amparado por uma série de políticas públicas formuladas e (parcialmente) implementadas pelo regime militar. Nessa lista, estavam o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), disciplinado em decreto de 1972, constando: a reserva de canais para novas emissoras educativas, planos (frustrados) de investimento em um satélite doméstico voltado à transmissão de conteúdos educativos, e, ainda, o Projeto Minerva - curso supletivo existente até a década de 1990, quando já era conhecido como “Projeto me Enerva” (OLIVEIRA, 1992, 2006; BUCCI, 2008; PIERANTI, 2011). Na programação de algumas emissoras educativas, chegaram a ser desenvolvidas experiências do modelo de “teleaulas”, como, por exemplo, na TV Educativa do Maranhão. Essa emissora, vinculada ao governo estadual até a década de 1980 e, depois, federalizada, mantinha, inclusive, funcionários que atuavam como monitores em salas de aula, onde eram veiculadas as “teleaulas” (MILANEZ, 2007b). Essa abordagem perdeu relevância com o tempo e o projeto foi descontinuado, assim como outros similares. Ainda assim, a veiculação de “teleaulas” ocupou e ocupa a grade de emissoras educativas em diferentes proporções com o passar do tempo, mas não adquiriu primazia em toda a programação.

E o rádio educativo? Talvez pelo caráter ainda mais ágil da comunicação desse meio, também não teve sucesso, nele, o modelo de “teleaulas”. Zucoloto (2010) propõe uma periodização do rádio educativo no Brasil, à qual estariam associadas mudanças na estrutura básica de programação. Uma primeira fase iria de 1922 até meados da década de 1930, com a constitui-



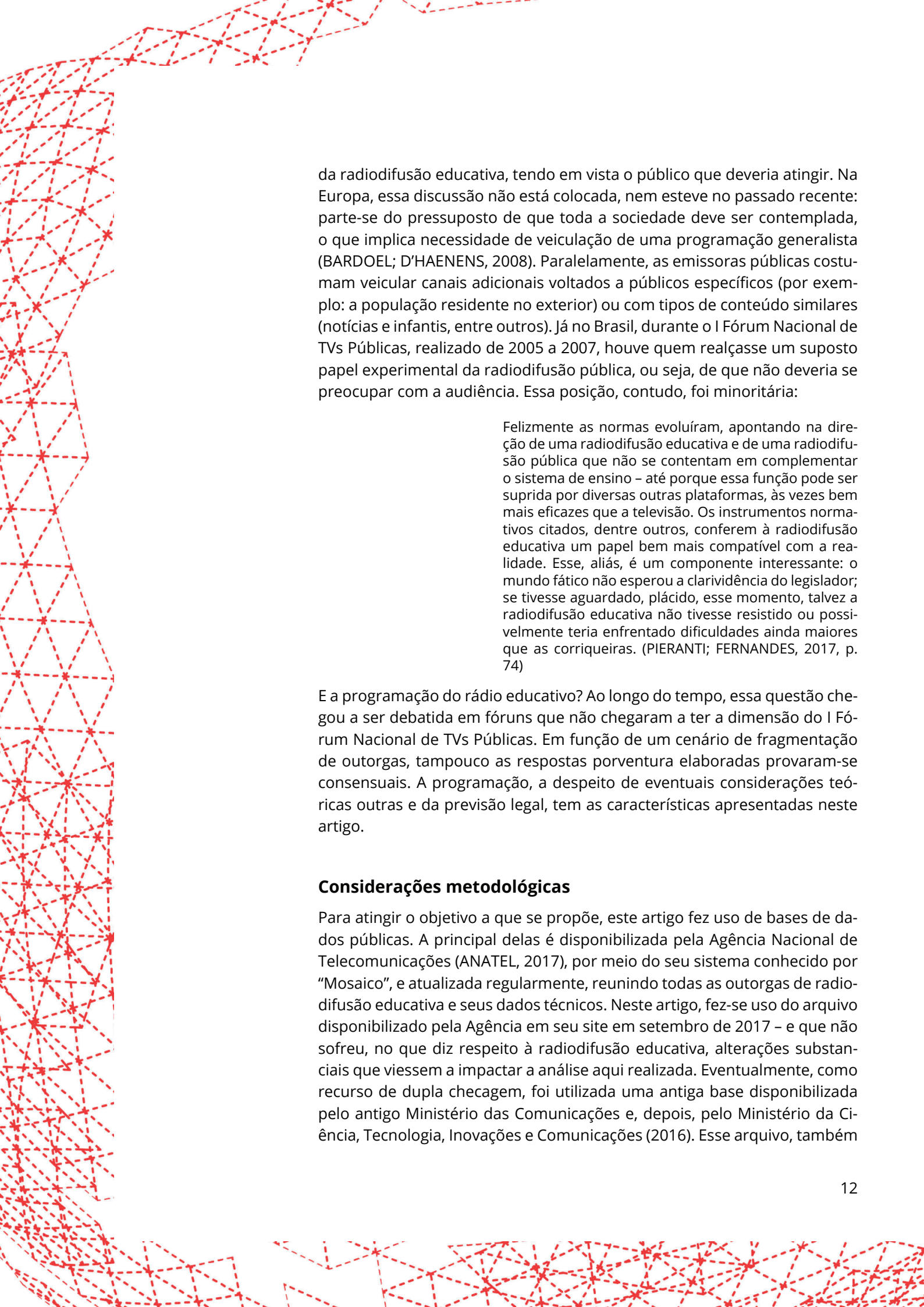
ção do meio. Na segunda (de meados da década de 1930 a meados da década de 1950), almejava-se o ensino por meio das emissoras, buscando-se o apoio de outros meios, como, por exemplo, livros e cartilhas que dialogavam com a programação. A autora aponta, ainda, a época de ouro do rádio educativo, durante as décadas de 1970 e até meados da de 1980 - a terceira fase -, quando se consolida o modelo de educação via rádio, sob influência dos programas e políticas públicas implementados durante o regime militar. Ainda nessa fase, ocorre a ocupação maciça da faixa de FM no Brasil. Por fim, a partir da década de 1990 e com maior ênfase nos anos seguintes, as emissoras educativas estariam aspirando a um modelo de radiodifusão pública.

O modelo de programação que prevaleceu na radiodifusão educativa brasileira envolve, portanto, um leque mais amplo de conteúdos, que inclui jornalismo, música, debates, programas de variedades, conteúdos esportivos, entre outros, supostamente, com um enfoque crítico e voltado à construção da cidadania, isto é, em tese, uma programação compatível com o que, na Europa, frequenta a grade do que se convencionou chamar de *Public Service Broadcasting* (PSB).

A possível transição da radiodifusão educativa rumo ao modelo de radiodifusão pública poderia ter começado com a previsão constitucional, a partir de 1988, de um sistema público. Como se sabe, este entrou em um novo estágio de definição a partir da publicação de medida provisória convertida na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que, entre outras medidas, disciplinou a radiodifusão pública prestada no âmbito federal e autorizou a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No ano de 2010, por exemplo, quando Zucoloto (2010) concluiu a pesquisa citada acima, a adesão do rádio educativo ao modelo de radiodifusão pública era uma discussão em voga. Mais do que isso: parecia ser um caminho inequívoco, sem chances de retrocesso.

Quase uma década depois, entende-se que essa transição não se completou naquelas emissoras mantidas por governos estaduais, municipais, universidades e fundações de direito privado (PIERANTI; FERNANDES, 2017). O modelo internacionalmente consagrado de radiodifusão pública pressupõe salvaguardas voltadas a defender a independência das emissoras em relação a governos e ao mercado, como mecanismos de controle social e mandatos fixos para seus dirigentes. Nunca houve, no Brasil, instrumento legal que forçasse a adoção de medidas similares a essas por emissoras educativas, à exceção das federais geridas pela EBC. Mesmo nesse caso, porém, houve um retrocesso significativo com a publicação de medida provisória que alterou a Lei nº 11.652/08 e, entre outras medidas, extinguiu seu Conselho Curador e o mandato fixo do diretor-presidente da empresa.

Em termos de programação, durante a transição das emissoras federais rumo ao sistema público, entrou em pauta uma discussão sobre o papel



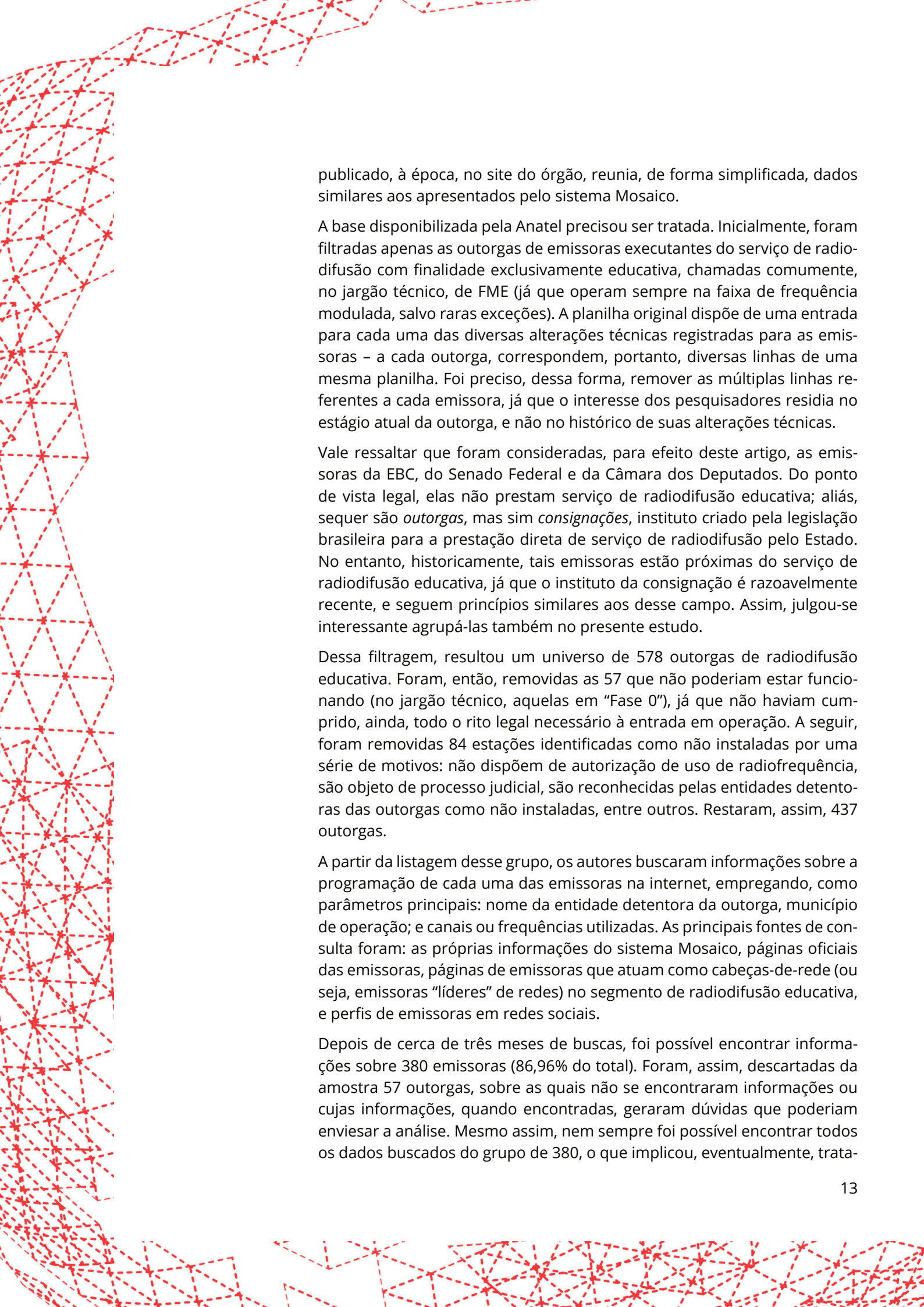
da radiodifusão educativa, tendo em vista o público que deveria atingir. Na Europa, essa discussão não está colocada, nem esteve no passado recente: parte-se do pressuposto de que toda a sociedade deve ser contemplada, o que implica necessidade de veiculação de uma programação generalista (BARDOEL; D'HAENENS, 2008). Paralelamente, as emissoras públicas costumam veicular canais adicionais voltados a públicos específicos (por exemplo: a população residente no exterior) ou com tipos de conteúdo similares (notícias e infantis, entre outros). Já no Brasil, durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado de 2005 a 2007, houve quem realçasse um suposto papel experimental da radiodifusão pública, ou seja, de que não deveria se preocupar com a audiência. Essa posição, contudo, foi minoritária:

Felizmente as normas evoluíram, apontando na direção de uma radiodifusão educativa e de uma radiodifusão pública que não se contentam em complementar o sistema de ensino – até porque essa função pode ser suprida por diversas outras plataformas, às vezes bem mais eficazes que a televisão. Os instrumentos normativos citados, dentre outros, conferem à radiodifusão educativa um papel bem mais compatível com a realidade. Esse, aliás, é um componente interessante: o mundo fático não esperou a clarividência do legislador; se tivesse aguardado, plácido, esse momento, talvez a radiodifusão educativa não tivesse resistido ou possivelmente teria enfrentado dificuldades ainda maiores que as corriqueiras. (PIERANTI; FERNANDES, 2017, p. 74)

E a programação do rádio educativo? Ao longo do tempo, essa questão chegou a ser debatida em fóruns que não chegaram a ter a dimensão do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Em função de um cenário de fragmentação de outorgas, tampouco as respostas porventura elaboradas provaram-se consensuais. A programação, a despeito de eventuais considerações teóricas outras e da previsão legal, tem as características apresentadas neste artigo.

Considerações metodológicas

Para atingir o objetivo a que se propõe, este artigo fez uso de bases de dados públicas. A principal delas é disponibilizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2017), por meio do seu sistema conhecido por “Mosaico”, e atualizada regularmente, reunindo todas as outorgas de radiodifusão educativa e seus dados técnicos. Neste artigo, fez-se uso do arquivo disponibilizado pela Agência em seu site em setembro de 2017 – e que não sofreu, no que diz respeito à radiodifusão educativa, alterações substanciais que viessem a impactar a análise aqui realizada. Eventualmente, como recurso de dupla checagem, foi utilizada uma antiga base disponibilizada pelo antigo Ministério das Comunicações e, depois, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2016). Esse arquivo, também



publicado, à época, no site do órgão, reunia, de forma simplificada, dados similares aos apresentados pelo sistema Mosaico.

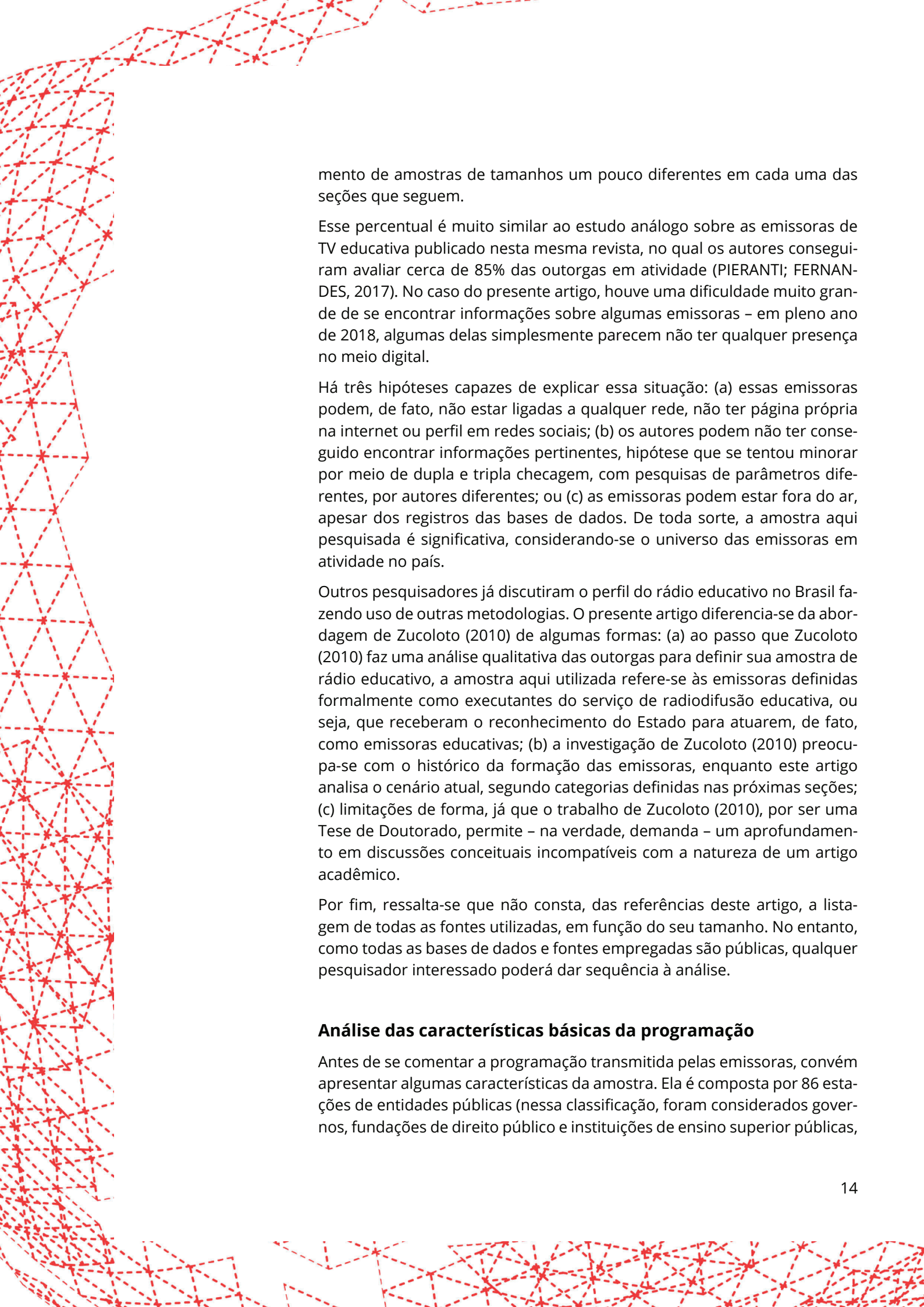
A base disponibilizada pela Anatel precisou ser tratada. Inicialmente, foram filtradas apenas as outorgas de emissoras executantes do serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, chamadas comumente, no jargão técnico, de FME (já que operam sempre na faixa de frequência modulada, salvo raras exceções). A planilha original dispõe de uma entrada para cada uma das diversas alterações técnicas registradas para as emissoras – a cada outorga, correspondem, portanto, diversas linhas de uma mesma planilha. Foi preciso, dessa forma, remover as múltiplas linhas referentes a cada emissora, já que o interesse dos pesquisadores residia no estágio atual da outorga, e não no histórico de suas alterações técnicas.

Vale ressaltar que foram consideradas, para efeito deste artigo, as emissoras da EBC, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Do ponto de vista legal, elas não prestam serviço de radiodifusão educativa; aliás, sequer são *outorgas*, mas sim *consignações*, instituto criado pela legislação brasileira para a prestação direta de serviço de radiodifusão pelo Estado. No entanto, historicamente, tais emissoras estão próximas do serviço de radiodifusão educativa, já que o instituto da consignação é razoavelmente recente, e seguem princípios similares aos desse campo. Assim, julgou-se interessante agrupá-las também no presente estudo.

Dessa filtragem, resultou um universo de 578 outorgas de radiodifusão educativa. Foram, então, removidas as 57 que não poderiam estar funcionando (no jargão técnico, aquelas em “Fase 0”), já que não haviam cumprido, ainda, todo o rito legal necessário à entrada em operação. A seguir, foram removidas 84 estações identificadas como não instaladas por uma série de motivos: não dispõem de autorização de uso de radiofrequência, são objeto de processo judicial, são reconhecidas pelas entidades detentoras das outorgas como não instaladas, entre outros. Restaram, assim, 437 outorgas.

A partir da listagem desse grupo, os autores buscaram informações sobre a programação de cada uma das emissoras na internet, empregando, como parâmetros principais: nome da entidade detentora da outorga, município de operação; e canais ou frequências utilizadas. As principais fontes de consulta foram: as próprias informações do sistema Mosaico, páginas oficiais das emissoras, páginas de emissoras que atuam como cabeças-de-rede (ou seja, emissoras “líderes” de redes) no segmento de radiodifusão educativa, e perfis de emissoras em redes sociais.

Depois de cerca de três meses de buscas, foi possível encontrar informações sobre 380 emissoras (86,96% do total). Foram, assim, descartadas da amostra 57 outorgas, sobre as quais não se encontraram informações ou cujas informações, quando encontradas, geraram dúvidas que poderiam enviesar a análise. Mesmo assim, nem sempre foi possível encontrar todos os dados buscados do grupo de 380, o que implicou, eventualmente, trata-



mento de amostras de tamanhos um pouco diferentes em cada uma das seções que seguem.

Esse percentual é muito similar ao estudo análogo sobre as emissoras de TV educativa publicado nesta mesma revista, no qual os autores conseguiram avaliar cerca de 85% das outorgas em atividade (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No caso do presente artigo, houve uma dificuldade muito grande de se encontrar informações sobre algumas emissoras – em pleno ano de 2018, algumas delas simplesmente parecem não ter qualquer presença no meio digital.

Há três hipóteses capazes de explicar essa situação: (a) essas emissoras podem, de fato, não estar ligadas a qualquer rede, não ter página própria na internet ou perfil em redes sociais; (b) os autores podem não ter conseguido encontrar informações pertinentes, hipótese que se tentou minorar por meio de dupla e tripla checagem, com pesquisas de parâmetros diferentes, por autores diferentes; ou (c) as emissoras podem estar fora do ar, apesar dos registros das bases de dados. De toda sorte, a amostra aqui pesquisada é significativa, considerando-se o universo das emissoras em atividade no país.

Outros pesquisadores já discutiram o perfil do rádio educativo no Brasil fazendo uso de outras metodologias. O presente artigo diferencia-se da abordagem de Zucoloto (2010) de algumas formas: (a) ao passo que Zucoloto (2010) faz uma análise qualitativa das outorgas para definir sua amostra de rádio educativo, a amostra aqui utilizada refere-se às emissoras definidas formalmente como executantes do serviço de radiodifusão educativa, ou seja, que receberam o reconhecimento do Estado para atuarem, de fato, como emissoras educativas; (b) a investigação de Zucoloto (2010) preocupa-se com o histórico da formação das emissoras, enquanto este artigo analisa o cenário atual, segundo categorias definidas nas próximas seções; (c) limitações de forma, já que o trabalho de Zucoloto (2010), por ser uma Tese de Doutorado, permite – na verdade, demanda – um aprofundamento em discussões conceituais incompatíveis com a natureza de um artigo acadêmico.

Por fim, ressalta-se que não consta, das referências deste artigo, a listagem de todas as fontes utilizadas, em função do seu tamanho. No entanto, como todas as bases de dados e fontes empregadas são públicas, qualquer pesquisador interessado poderá dar sequência à análise.

Análise das características básicas da programação

Antes de se comentar a programação transmitida pelas emissoras, convém apresentar algumas características da amostra. Ela é composta por 86 estações de entidades públicas (nessa classificação, foram considerados governos, fundações de direito público e instituições de ensino superior públicas,

bem como fundações de direito privado a ligadas a essas instituições), e por 294 estações mantidas por fundações de direito privado não ligadas a entes públicos e por outras entidades sem caráter público. Assim, considerando-se a amostra de 380 estações, tem-se que 22,63% são mantidas por entidades de direito público, e as demais por entidades de direito privado. Essas estações estão localizadas em todos os estados e no Distrito Federal.

Vale observar, também, a distribuição geográfica da amostra utilizada. Chama atenção o percentual mais elevado de emissoras na região Sudeste, havendo maior número de estações nos estados de Minas Gerais (61 emissoras), São Paulo (54), Ceará (30) e Pernambuco (20). Assim, as estações existentes em apenas quatro estados da federação equivalem a 43,42% da amostra.

Tabela 1 - Distribuição geográfica da amostra de emissoras

Região geográfica	Número de emissoras	Percentual de emissoras
Sul	53	13,9
Sudeste	141	37,1
Centro-Oeste	38	10
Nordeste	109	28,7
Norte	39	10,3
Total	380	100

Fonte: Elaboração dos autores.

A distribuição geográfica das emissoras de rádio é sensivelmente diferente, se comparada ao cenário da TV educativa. A amostra estudada por Pieranti e Fernandes (2017) englobava 19,9% das emissoras no Sul; 53,9% no Sudeste; 7,8% no Centro-Oeste; 14,2% no Nordeste; e 4,3% no Norte. Conforme observado na Tabela 1, a distribuição das emissoras de rádio é menos concentrada em uma macrorregião específica. Essa é apenas uma das diversas diferenças entre ambos os serviços.

Outra diz respeito à formação das redes. O principal critério adotado para delinear as redes foi o da "autodeclaração", já que as emissoras, em suas páginas oficiais, costumam mencionar se estão retransmitindo alguma programação em específico. Também foram analisadas as relações de emissoras afiliadas disponibilizadas pelas principais redes de rádio.

No estudo citado sobre as emissoras de TV educativa, foi verificado que apenas 18 das constantes da amostra (12,8%) não eram afiliadas a nenhuma rede. O percentual baixo está, possivelmente, relacionado aos altos custos para a produção de programação para a TV. Não se trata, apenas, de custo com a produção de conteúdo em si; afinal, em tese, quanto mais horas de programação própria, maior devem ser o quadro de pessoal e as instalações necessárias.

Em uma estação de rádio, os custos de produção e de manutenção de infraestrutura tendem a ser sensivelmente inferiores aos de emissoras de TV. Isso pode ajudar a explicar, em parte, o percentual bem maior de emissoras educativas que não se caracterizam como integrantes de nenhuma rede. Além disso, a relação do meio rádio com uma comunicação local pode, também, esclarecer essa preferência pela não adesão a redes. A Tabela 2 registra esse cenário:

Tabela 2 – Afiliação a redes das emissoras de rádio educativo

Rede	Em. "Públicas"	Em. "Privadas"	Total
Sem afiliação	60	209	269
Rádio Senado	10	-	10
RBC	-	10	10
Sara Brasil	-	8	8
Nossa Rádio SP	-	6	6
SIM	-	6	6
Boas Novas	-	5	5
Outras	15	41	56
Sem informação	1	9	10
Total	86	294	380

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela sugere algumas conclusões. A primeira delas: mais de dois terços das emissoras da amostra não são afiliadas a qualquer rede, operando de forma independente. Essa característica, por um lado, reforça o caráter local da comunicação do meio rádio, bem como maior abertura à programação local, estímulo ao mercado, geração de empregos e, a depender dos conteúdos veiculados, abertura de espaço para a produção independente. Por outro, gera um questionamento sobre a capacidade de atração das redes existentes no país. Uma hipótese plausível para explicar esse cenário seria, por exemplo, a inexistência de uma programação-base capaz de atrair grande parte da audiência em distintas localidades.

Outra conclusão diz respeito à plena separação entre as redes públicas e privadas. No caso da TV educativa, existem emissoras mantidas por entidades de direito privado que se afiliam a redes públicas (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No caso do rádio educativo, isso não foi verificado. Nesse meio, também se observou que cada rede pública é composta apenas por emissoras de uma mesma entidade.

Na TV educativa, as emissoras TV Brasil, TV Cultura e Rede Minas eram as principais referências na composição de redes (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No rádio, observa-se uma pulverização de redes, às quais se afiliam, quando muito, 10 emissoras da amostra. Foram contabilizadas, neste estudo, pelo menos 37 redes, várias das quais restritas a emissoras de uma mesma entidade. A Universidade de São Paulo e a Universidade de Passo

Fundo, por exemplo, estruturam suas redes apenas em torno de suas próprias emissoras, a julgar pela amostra verificada.

De todas as 37 redes, 14 veiculam programação eminentemente religiosa, ligada a denominações distintas, mesmo que intercalada com conteúdos que não tenham necessariamente essa característica. Ainda assim, de um total de 101 emissoras com programação eminentemente religiosa (26,6% da amostra), pelo menos 52 não se apresentam como associadas a qualquer rede de rádio. Do ponto de vista legal, já se ressaltou, neste artigo, que as normas vigentes no país vedam o proselitismo de qualquer sorte na radiodifusão educativa, mas não definem esse conceito.

Alguns pesquisadores têm apontado aumento de emissoras religiosas no Brasil. Campos (2008) registrou a existência de, pelo menos, 11 redes de TV religiosas em 2008. Aires et al. (2017) ressaltaram que, de 2006 a 2017, o número de geradoras e de retransmissoras de TV ligadas a entidades religiosas saltou de 1.687 para 2.841 – um crescimento de 69%. Desse total, 40% manteriam vínculos com dioceses, associações e comunidades da Igreja Católica. Além disso, pelo menos 11 denominações evangélicas já controlariam emissoras e retransmissoras de TV em todo o país (AIRES et al., 2017). Pieranti e Fernandes (2017) ressaltaram que integrar redes religiosas, aí encaradas em conjunto, era a quarta opção do universo de todas as emissoras de TV educativa (depois de TV Brasil, TV Cultura e Rede Minas) e a primeira opção, se considerada apenas a amostra de outorgas educativas mantidas por entidades de direito privado.

No rádio educativo, a adesão a redes religiosas não chega a ser um caminho tão natural para entidades de direito privado quanto aparenta ser na TV educativa. Ainda assim, é uma alternativa muito relevante. Como se verifica na Tabela 2, entre as 7 redes com mais emissoras afiliadas, 4 têm programação eminentemente religiosa.

A Tabela 3, a seguir, apresenta um ranking dos estados com maior número de emissoras afiliadas a redes religiosas:

Tabela 3 - Estados com maior número de emissoras afiliadas a redes religiosas

UF	Total de emissoras
PE	11
AL	6
PR	4
RJ	4
Outros	24

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, o fenômeno de afiliação a redes religiosas é mais comum nos estados de Pernambuco e Alagoas. Vale ressaltar, no entanto, que a totalização serve apenas a título de ilustração, já que cada uma dessas redes deve ser encarada de forma individualizada, vinculada a uma religião ou corrente específica.

Ainda sobre o tema, vale dizer que a presença de emissoras educativas com programação eminentemente religiosa é preponderante em alguns estados. Das 7 emissoras analisadas em Alagoas, 6 têm esse enfoque (a exceção é a emissora ligada ao governo estadual); no Mato Grosso, 3 das 5; em Pernambuco, 13 das 20.

Tentou-se observar, também, a aderência das emissoras a outro princípio legal da radiodifusão educativa, qual seja, a sua vinculação a processos educacionais, construção da cidadania e comportamento crítico. Um elemento importante para essa análise diz respeito à preponderância, na programação, de debates e de conteúdos relacionados com o processo formal de educação.

Por óbvio, nem sempre é possível definir com precisão os limites desse critério. Assim, optou-se por uma solução mais objetiva: verificar se a programação da emissora era composta majoritariamente por música. O resultado consta da Tabela 4:

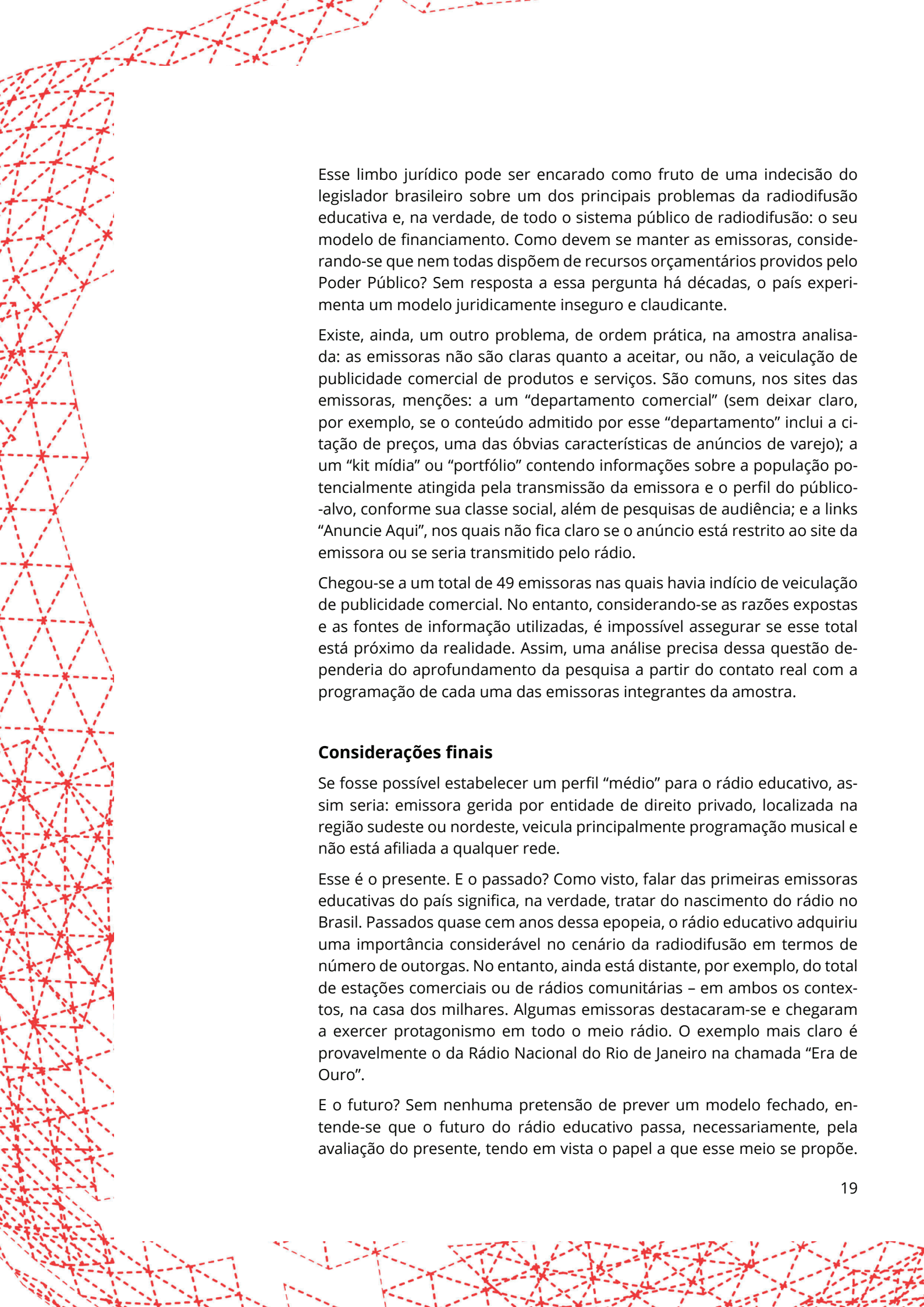
Tabela 4 – Emissoras que veiculam preponderantemente conteúdo musical

Região geográfica	Sim	Não
Sul	37	1
Sudeste	108	12
Centro-Oeste	19	13
Nordeste	54	30
Norte	18	12
Total	236	68

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 76 casos, não foi possível chegar a uma conclusão sobre a preponderância ou não de música na programação, normalmente em função tanto da indisponibilidade nas fontes consultadas, como da grade de programação completa da emissora ou de informações conclusivas sobre ela. Assim, considerando a amostra analisada, verifica-se que em todas as macrorregiões geográficas preponderam as emissoras cuja programação é composta majoritariamente por músicas. No Sul e no Sudeste, o percentual de emissoras com esse perfil é maior que nas demais regiões.

Por fim, buscou-se verificar o percentual de emissoras educativas que veiculam publicidade comercial. O primeiro problema, nesse caso, é conceitual: a Portaria nº 4.335/2015 não define o que é “publicidade comercial”. Mais do que isso, sequer aborda o modelo de financiamento previsto para a radiodifusão educativa. É certo que o Decreto-lei nº 236/1967 veda a transmissão de propaganda direta ou indireta – no caso da TV educativa; também é certo que a Lei nº 11.652/2008 admite a publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios sobre serviços e produtos – no caso das emissoras da EBC. O que vale, porém, para as centenas de emissoras de rádio educativo que não são geridas pela EBC?



Esse limbo jurídico pode ser encarado como fruto de uma indecisão do legislador brasileiro sobre um dos principais problemas da radiodifusão educativa e, na verdade, de todo o sistema público de radiodifusão: o seu modelo de financiamento. Como devem se manter as emissoras, considerando-se que nem todas dispõem de recursos orçamentários providos pelo Poder Público? Sem resposta a essa pergunta há décadas, o país experimenta um modelo juridicamente inseguro e claudicante.

Existe, ainda, um outro problema, de ordem prática, na amostra analisada: as emissoras não são claras quanto a aceitar, ou não, a veiculação de publicidade comercial de produtos e serviços. São comuns, nos sites das emissoras, menções: a um “departamento comercial” (sem deixar claro, por exemplo, se o conteúdo admitido por esse “departamento” inclui a citação de preços, uma das óbvias características de anúncios de varejo); a um “kit mídia” ou “portfólio” contendo informações sobre a população potencialmente atingida pela transmissão da emissora e o perfil do público-alvo, conforme sua classe social, além de pesquisas de audiência; e a links “Anuncie Aqui”, nos quais não fica claro se o anúncio está restrito ao site da emissora ou se seria transmitido pelo rádio.

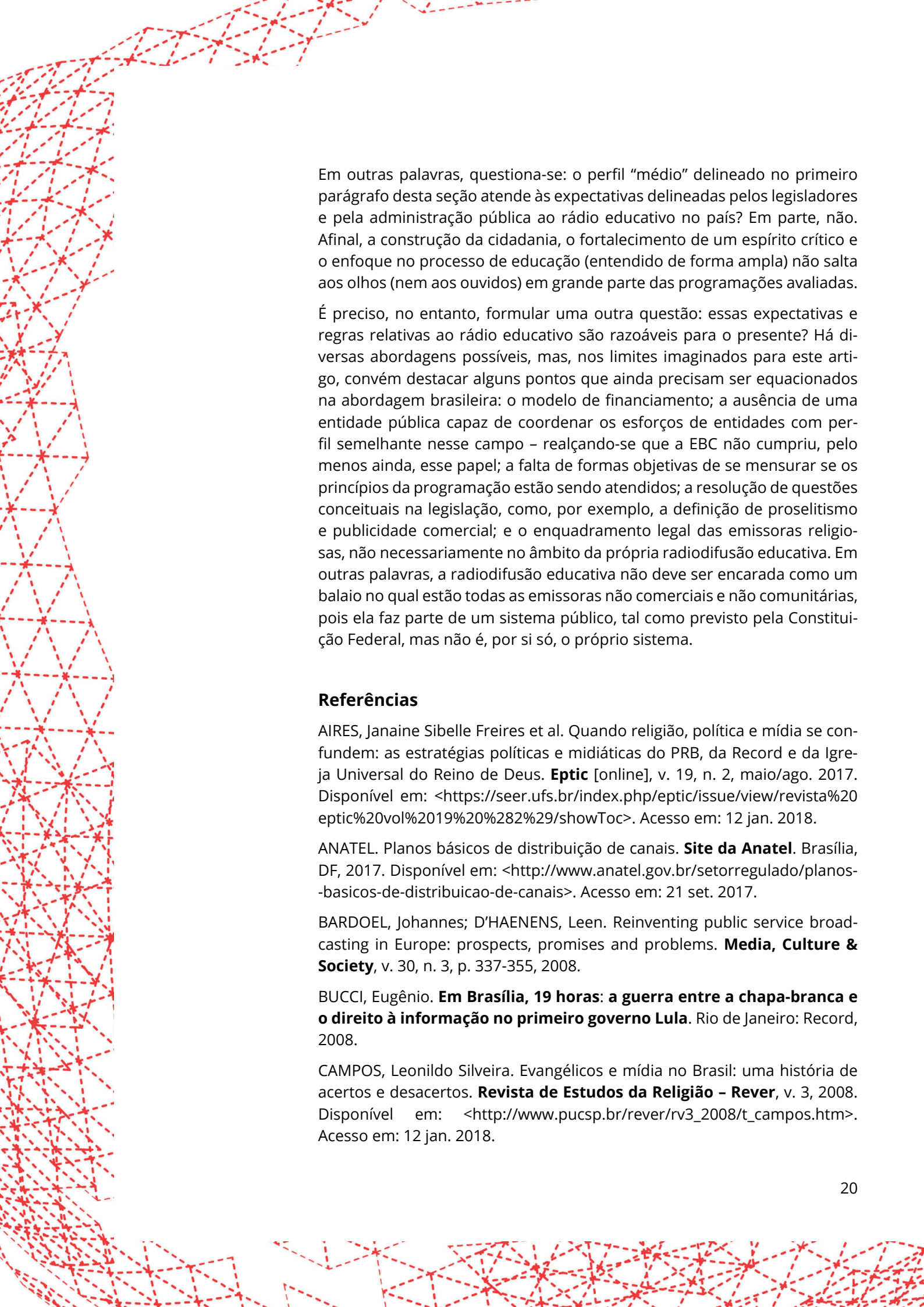
Chegou-se a um total de 49 emissoras nas quais havia indício de veiculação de publicidade comercial. No entanto, considerando-se as razões expostas e as fontes de informação utilizadas, é impossível assegurar se esse total está próximo da realidade. Assim, uma análise precisa dessa questão dependeria do aprofundamento da pesquisa a partir do contato real com a programação de cada uma das emissoras integrantes da amostra.

Considerações finais

Se fosse possível estabelecer um perfil “médio” para o rádio educativo, assim seria: emissora gerida por entidade de direito privado, localizada na região sudeste ou nordeste, veicula principalmente programação musical e não está afiliada a qualquer rede.

Esse é o presente. E o passado? Como visto, falar das primeiras emissoras educativas do país significa, na verdade, tratar do nascimento do rádio no Brasil. Passados quase cem anos dessa epopeia, o rádio educativo adquiriu uma importância considerável no cenário da radiodifusão em termos de número de outorgas. No entanto, ainda está distante, por exemplo, do total de estações comerciais ou de rádios comunitárias – em ambos os contextos, na casa dos milhares. Algumas emissoras destacaram-se e chegaram a exercer protagonismo em todo o meio rádio. O exemplo mais claro é provavelmente o da Rádio Nacional do Rio de Janeiro na chamada “Era de Ouro”.

E o futuro? Sem nenhuma pretensão de prever um modelo fechado, entende-se que o futuro do rádio educativo passa, necessariamente, pela avaliação do presente, tendo em vista o papel a que esse meio se propõe.



Em outras palavras, questiona-se: o perfil “médio” delineado no primeiro parágrafo desta seção atende às expectativas delineadas pelos legisladores e pela administração pública ao rádio educativo no país? Em parte, não. Afinal, a construção da cidadania, o fortalecimento de um espírito crítico e o enfoque no processo de educação (entendido de forma ampla) não salta aos olhos (nem aos ouvidos) em grande parte das programações avaliadas.

É preciso, no entanto, formular uma outra questão: essas expectativas e regras relativas ao rádio educativo são razoáveis para o presente? Há diversas abordagens possíveis, mas, nos limites imaginados para este artigo, convém destacar alguns pontos que ainda precisam ser equacionados na abordagem brasileira: o modelo de financiamento; a ausência de uma entidade pública capaz de coordenar os esforços de entidades com perfil semelhante nesse campo – realçando-se que a EBC não cumpriu, pelo menos ainda, esse papel; a falta de formas objetivas de se mensurar se os princípios da programação estão sendo atendidos; a resolução de questões conceituais na legislação, como, por exemplo, a definição de proselitismo e publicidade comercial; e o enquadramento legal das emissoras religiosas, não necessariamente no âmbito da própria radiodifusão educativa. Em outras palavras, a radiodifusão educativa não deve ser encarada como um balaio no qual estão todas as emissoras não comerciais e não comunitárias, pois ela faz parte de um sistema público, tal como previsto pela Constituição Federal, mas não é, por si só, o próprio sistema.

Referências

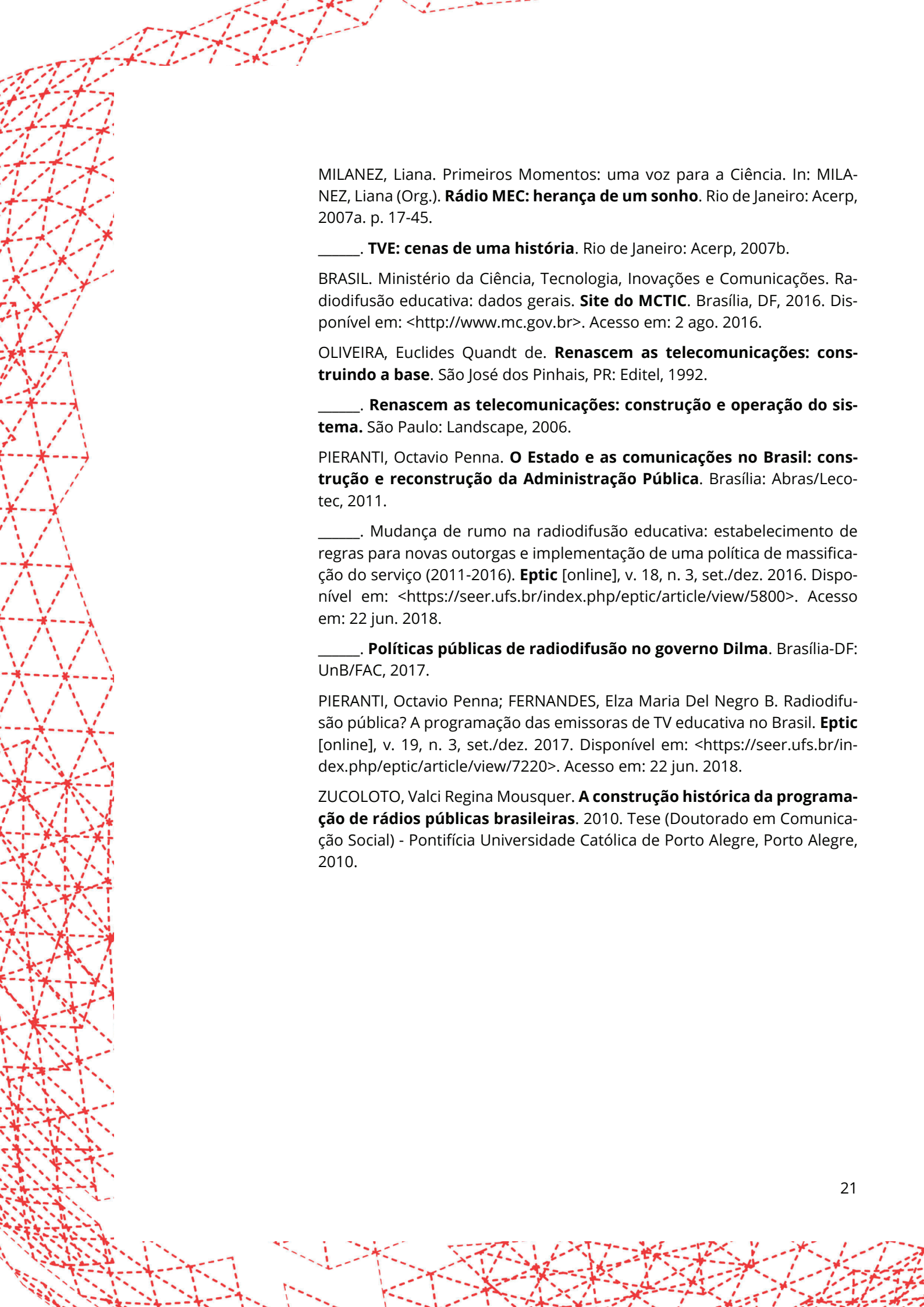
AIRES, Janaine Sibelle Freires et al. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Eptic** [online], v. 19, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/revista%20eptic%20vol%2019%20%282%29/showToc>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANATEL. Planos básicos de distribuição de canais. **Site da Anatel**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/setorregulado/planos-basicos-de-distribuicao-de-canais>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BARDOEL, Johannes; D’HAENENS, Leen. Reinventing public service broadcasting in Europe: prospects, promises and problems. **Media, Culture & Society**, v. 30, n. 3, p. 337-355, 2008.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. **Revista de Estudos da Religião – Rever**, v. 3, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.



MILANEZ, Liana. Primeiros Momentos: uma voz para a Ciência. In: MILANEZ, Liana (Org.). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: Acerp, 2007a. p. 17-45.

_____. **TVE: cenas de uma história**. Rio de Janeiro: Acerp, 2007b.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Radiodifusão educativa: dados gerais. **Site do MCTIC**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

OLIVEIRA, Euclides Quandt de. **Renascem as telecomunicações: construindo a base**. São José dos Pinhais, PR: Editel, 1992.

_____. **Renascem as telecomunicações: construção e operação do sistema**. São Paulo: Landscape, 2006.

PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da Administração Pública**. Brasília: Abras/Lecotec, 2011.

_____. Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016). **Eptic** [online], v. 18, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/5800>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. **Políticas públicas de radiodifusão no governo Dilma**. Brasília-DF: UnB/FAC, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna; FERNANDES, Elza Maria Del Negro B. Radiodifusão pública? A programação das emissoras de TV educativa no Brasil. **Eptic** [online], v. 19, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/7220>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ZUCOLOTO, Valci Regina Mousquer. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2010.

Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação

Gobierno Electrónico: una reflexión sobre los límites de la interactividad ciudadana en el modelo brasileño de la gestión pública digital de difusión de información

Electronic Government: a reflection on the limits of citizen interactivity in the Brazilian model of the digital public management of information diffusion

Dario Azevedo Nogueira Junior

Doutor em Ciências da Informação e Comunicação – Université Paris-Sorbonne 2 pelo INSTITUT FRANCAIS DE PRESSE - LI.F.P. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no programa de mestrado em Gestão Pública.

Contato: dazevedojr@yahoo.com.br

Artigo submetido em 21/5/2018

Aprovado em 20/8/2018



Resumo

O artigo tem por objetivo contemplar uma revisão teórica de alguns trabalhos e autores sobre a temática do governo eletrônico aplicada à realidade brasileira, e se a gestão das plataformas digitais tem como característica promover, de fato, uma interatividade com a sociedade, buscando a participação social plena da população no *e-gov*. Desse modo, o estudo sugere uma discussão sobre o formato dessa governança eletrônica e como estão sendo disponibilizadas as informações para a participação da sociedade nas ações de comunicação pública por meio da internet.

Palavras-chave: Governo eletrônico. Comunicação organizacional. Comunicação pública.

Resumen

El artículo tiene por objeto contemplar una revisión teórica de algunos trabajos y autores sobre la temática del gobierno electrónico aplicada a la realidad brasileña. De este modo, este estudio sugiere una discusión como esa gobernanza electrónica hace disponibles las informaciones para la participación de la sociedad civil en las acciones de comunicación pública a través de Internet y si el gobierno brasileño tiene como característica promover, de hecho, una interactividad con la sociedad buscando la participación social plena de la población en el *e-gov*.

Palabras clave: Gobierno electrónico. Comunicación organizacional. Comunicación pública.

Abstract

The article aims to provide a theoretical review of some works and authors on the subject of electronic government applied to the Brazilian reality. In this way, this study suggests a discussion on how electronic governance is making available information for the participation of civil society in public communication actions through the Internet and if the Brazilian government has the characteristic of promoting, in fact, interactivity with the society looking for the full social participation of the population in the *e-gov*.

Keywords: Electronic Government; Organizational communication; Public communication.



Introdução

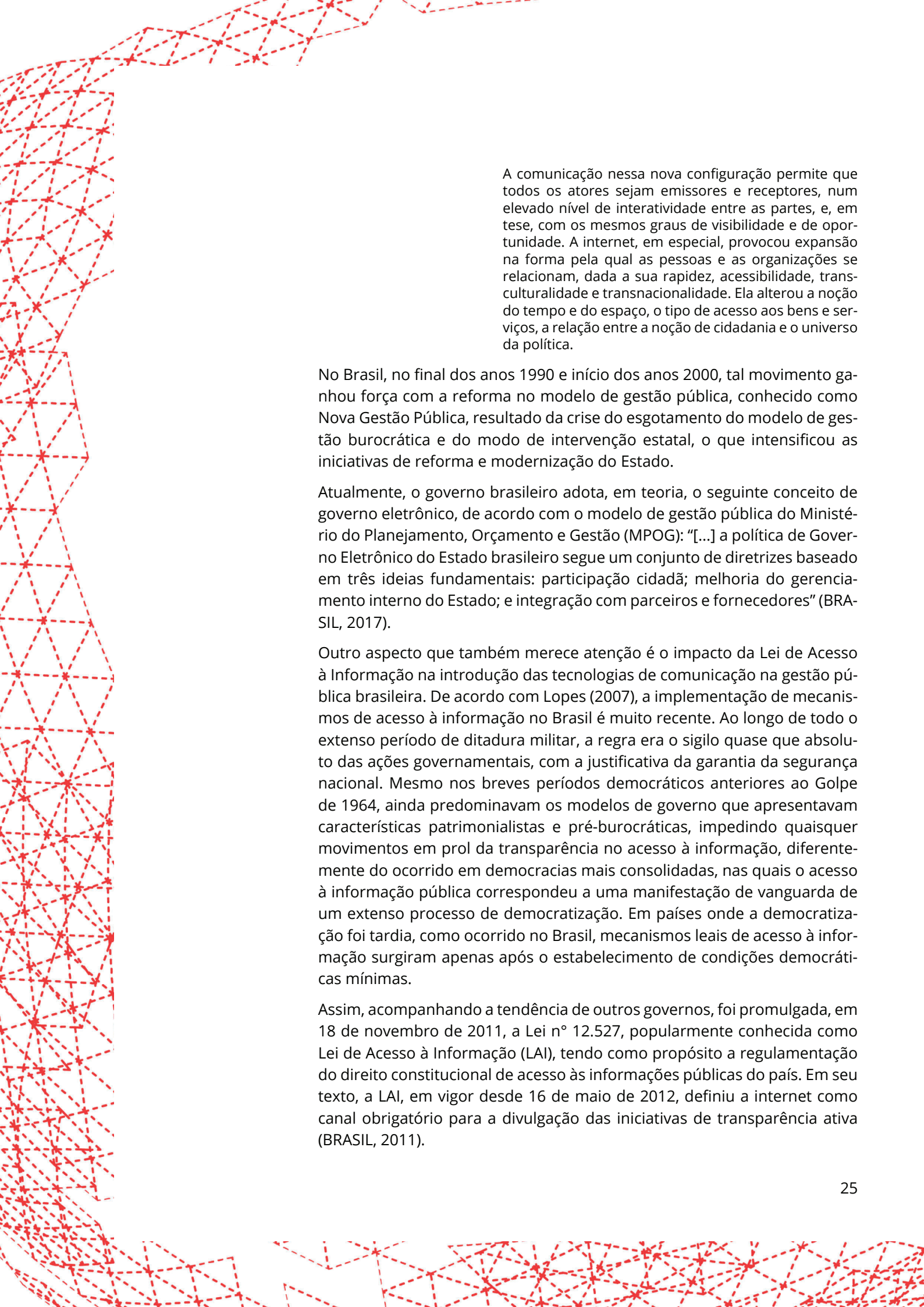
A partir de 1999, no fórum global intitulado “Reinvenção do Governo”, surgem algumas considerações como a expressão que eclodiu internacionalmente - *governo eletrônico*. Tornando-se, desta feita, assunto relevante nas agendas governamentais e, sempre que possível, associada aos movimentos de reforma do Estado, bem como às transformações na forma de pensar a administração pública sendo um marco para a criação de instituições democráticas compatíveis com as necessidades e características da era da informação (DIAS; PINHEIRO, 2011).

Essas discussões também influenciaram a maneira de organizar a gestão pública brasileira, mesmo com as peculiaridades centralizadoras do modelo administrativo no país. Todavia, vale destacar que o termo “governo eletrônico”, ou *e-gov*, começou a ser utilizado com mais frequência na segunda metade da década passada, após a disseminação e consolidação do conceito de comércio eletrônico, ou *e-commerce*.

Para que tenhamos uma melhor compreensão do uso e da necessidade das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na administração pública, Piana (2007) indica que a utilização dessas ferramentas passou por três etapas para atingir o estágio atual. A primeira delas estaria ligada ao início do comércio eletrônico durante a década de 1990, restringindo-se apenas a transações econômicas entre particulares, particulares e empresas e empresas entre si, possibilitando mais interatividade comercial. Isso deu início ao que seria o embrião de uma comunicação eletrônica mais hábil, que viria a entusiasmar a administração pública quanto a um modelo de eficiência para gestão. Em uma segunda etapa, surge a relação público-privada, na qual a comunicação poderia ser horizontal ou vertical, caracterizada pela interação entre a administração e empresas ou particulares, o que abriu uma nova possibilidade de disseminação de conteúdo de informação. Por último, a *e-democracia*: as tecnologias em face à transparência e ao maior acesso a dados de gestão, levando a administração pública a ser mais descentralizada e interativa, entre outras características dessa comunicação web.

Alguns estudos, como Bresser-Pereira (2002), Diniz (2000), entre outros, reforçam que as práticas mercadológicas digitais se consolidaram em princípios direcionados aos resultados e, dessa maneira, forçaram uma reorientação da gestão pública como um todo na busca de uma maior eficiência dos serviços para os usuários, uma vez que a iniciativa privada, ao utilizar as novas tecnologias, passou a dar exemplo de interação entre gestor e cliente, proporcionando um patamar de eficácia a ser almejado.

Nesse sentido, Brito (2006, p. 113) observa que os padrões da gestão contemporânea sofreram influência da inovação digital, estabelecendo que:




A comunicação nessa nova configuração permite que todos os atores sejam emissores e receptores, num elevado nível de interatividade entre as partes, e, em tese, com os mesmos graus de visibilidade e de oportunidade. A internet, em especial, provocou expansão na forma pela qual as pessoas e as organizações se relacionam, dada a sua rapidez, acessibilidade, transculturalidade e transnacionalidade. Ela alterou a noção do tempo e do espaço, o tipo de acesso aos bens e serviços, a relação entre a noção de cidadania e o universo da política.

No Brasil, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, tal movimento ganhou força com a reforma no modelo de gestão pública, conhecido como Nova Gestão Pública, resultado da crise do esgotamento do modelo de gestão burocrática e do modo de intervenção estatal, o que intensificou as iniciativas de reforma e modernização do Estado.

Atualmente, o governo brasileiro adota, em teoria, o seguinte conceito de governo eletrônico, de acordo com o modelo de gestão pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): “[...] a política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores” (BRASIL, 2017).

Outro aspecto que também merece atenção é o impacto da Lei de Acesso à Informação na introdução das tecnologias de comunicação na gestão pública brasileira. De acordo com Lopes (2007), a implementação de mecanismos de acesso à informação no Brasil é muito recente. Ao longo de todo o extenso período de ditadura militar, a regra era o sigilo quase que absoluto das ações governamentais, com a justificativa da garantia da segurança nacional. Mesmo nos breves períodos democráticos anteriores ao Golpe de 1964, ainda predominavam os modelos de governo que apresentavam características patrimonialistas e pré-burocráticas, impedindo quaisquer movimentos em prol da transparência no acesso à informação, diferentemente do ocorrido em democracias mais consolidadas, nas quais o acesso à informação pública correspondeu a uma manifestação de vanguarda de um extenso processo de democratização. Em países onde a democratização foi tardia, como ocorrido no Brasil, mecanismos legais de acesso à informação surgiram apenas após o estabelecimento de condições democráticas mínimas.

Assim, acompanhando a tendência de outros governos, foi promulgada, em 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), tendo como propósito a regulamentação do direito constitucional de acesso às informações públicas do país. Em seu texto, a LAI, em vigor desde 16 de maio de 2012, definiu a internet como canal obrigatório para a divulgação das iniciativas de transparência ativa (BRASIL, 2011).



Contudo, mesmo diante desse discurso adotado pelo governo brasileiro, no sentido da promoção de meios de comunicabilidade mais apropriados às particularidades dos diferentes públicos alvo, ou seja, em prol de formas de comunicação mais segmentadas, o que se observa na prática é uma realidade bem oposta. Mesmo com as múltiplas possibilidades geradas pelas tecnologias digitais, ainda predomina, no setor público, a fórmula da comunicação centralizadora, fundamentada na concepção de uma sociedade de massas, onde, em muitos casos, o que ocorre é apenas a simples difusão da informação, e não uma comunicação propriamente dita com o cidadão. Sendo assim, este estudo propõe o debate e análise das seguintes questões: o governo brasileiro, de uma maneira geral, em seus diversos níveis e órgãos, tem melhorado efetivamente a participação social do cidadão na comunicação do e-gov? Os portais eletrônicos brasileiros têm como característica promover, de fato, uma interatividade com a sociedade? Ainda predomina, na gestão pública brasileira, mesmo com toda a potencialidade das tecnologias digitais em rede, o conceito de que a comunicação pública brasileira constitui-se em um simples instrumento de transmissão de informações prontas e acabadas para a sociedade?

O e-gov e a gestão brasileira: alguns dados e os efeitos sociais

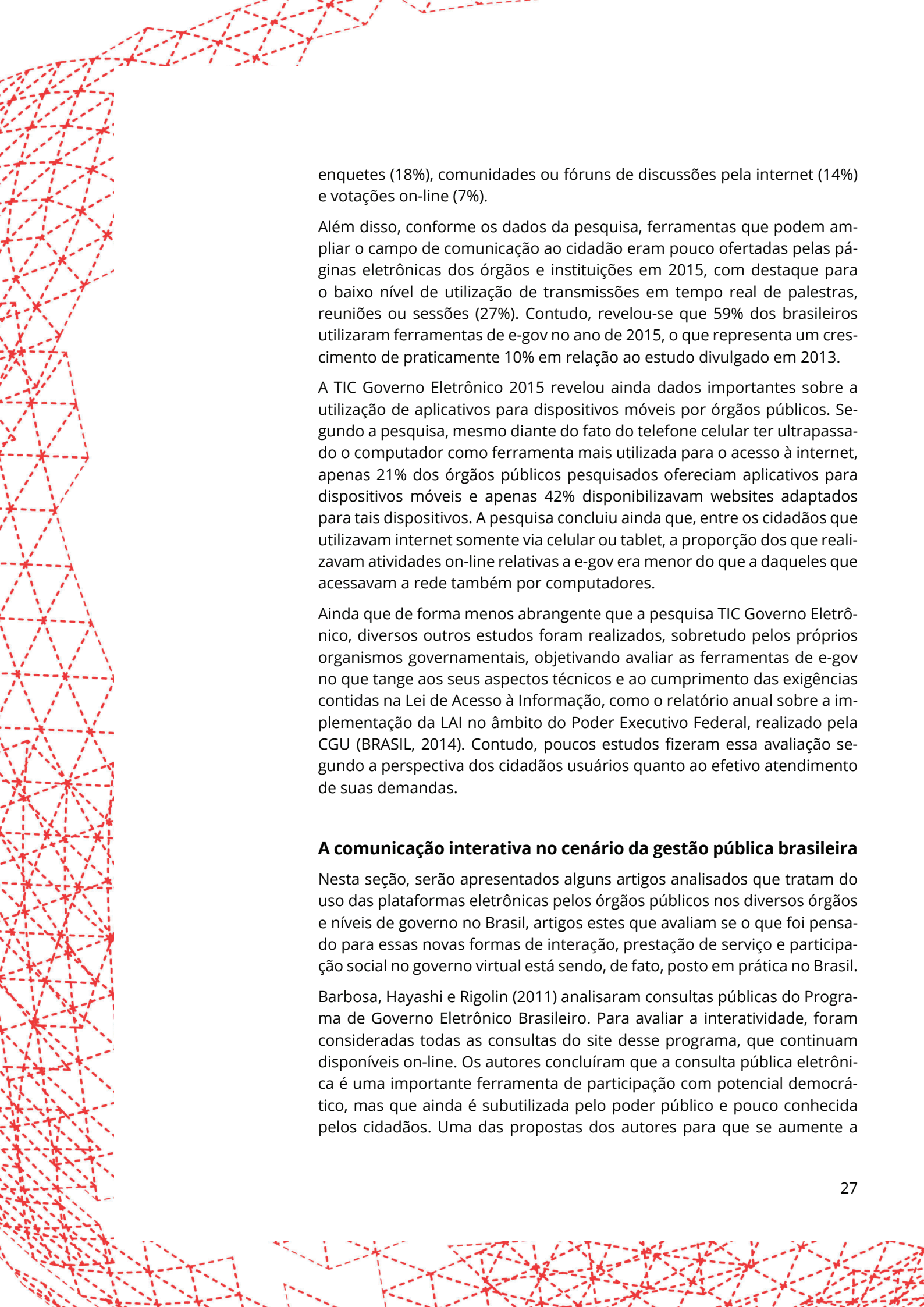
Como bem observa Periotto (2012), estudos relacionados às iniciativas de e-gov são de extrema relevância, pois a observação e a investigação de sites governamentais são importantes elementos para o entendimento do foco das políticas de governo eletrônico e do estágio de evolução em que se encontram os governos.

Nesse sentido, para que tenhamos mais dados acerca do objeto em estudo, lanço mão da pesquisa “TIC Governo Eletrônico 2015”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil¹, na qual foram analisados 1.648 órgãos públicos federais e estaduais entre julho e outubro daquele ano (BRASIL, 2015).

Aqui, destaco alguns dos elementos da pesquisa, a saber: não obstante o índice representativo de órgãos públicos federais e estaduais que possuíam website em 2015 (92%), apenas 30% deles declararam que disponibilizavam on-line, de forma plena, os serviços mais demandados pelos cidadãos; 37% disponibilizavam tais serviços parcialmente e 33% não ofereciam os serviços mais procurados ou não responderam a esse componente da pesquisa.

Outro aspecto abordado foi a avaliação da forma de participação do cidadão pela internet junto a órgãos federais e estaduais. Mesmo com mais de 90% dos órgãos públicos federais e estaduais disponibilizando websites, os números evidenciam que esses sítios eletrônicos tinham, em 2015, um baixíssimo percentual de utilização de ferramentas que poderiam promover maior interatividade com o cidadão, como consultas públicas on-line (17%),

1. Comitê Gestor da Internet no Brasil: criado por meio do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, a fim de estabelecer diretrizes estratégicas relativas ao desenvolvimento da internet no país; instituir diretrizes para organização das relações entre Governo e cidadão, propor programas de pesquisas e desenvolvimento ligados à Internet; entre outros pontos.



enquetes (18%), comunidades ou fóruns de discussões pela internet (14%) e votações on-line (7%).

Além disso, conforme os dados da pesquisa, ferramentas que podem ampliar o campo de comunicação ao cidadão eram pouco ofertadas pelas páginas eletrônicas dos órgãos e instituições em 2015, com destaque para o baixo nível de utilização de transmissões em tempo real de palestras, reuniões ou sessões (27%). Contudo, revelou-se que 59% dos brasileiros utilizaram ferramentas de e-gov no ano de 2015, o que representa um crescimento de praticamente 10% em relação ao estudo divulgado em 2013.

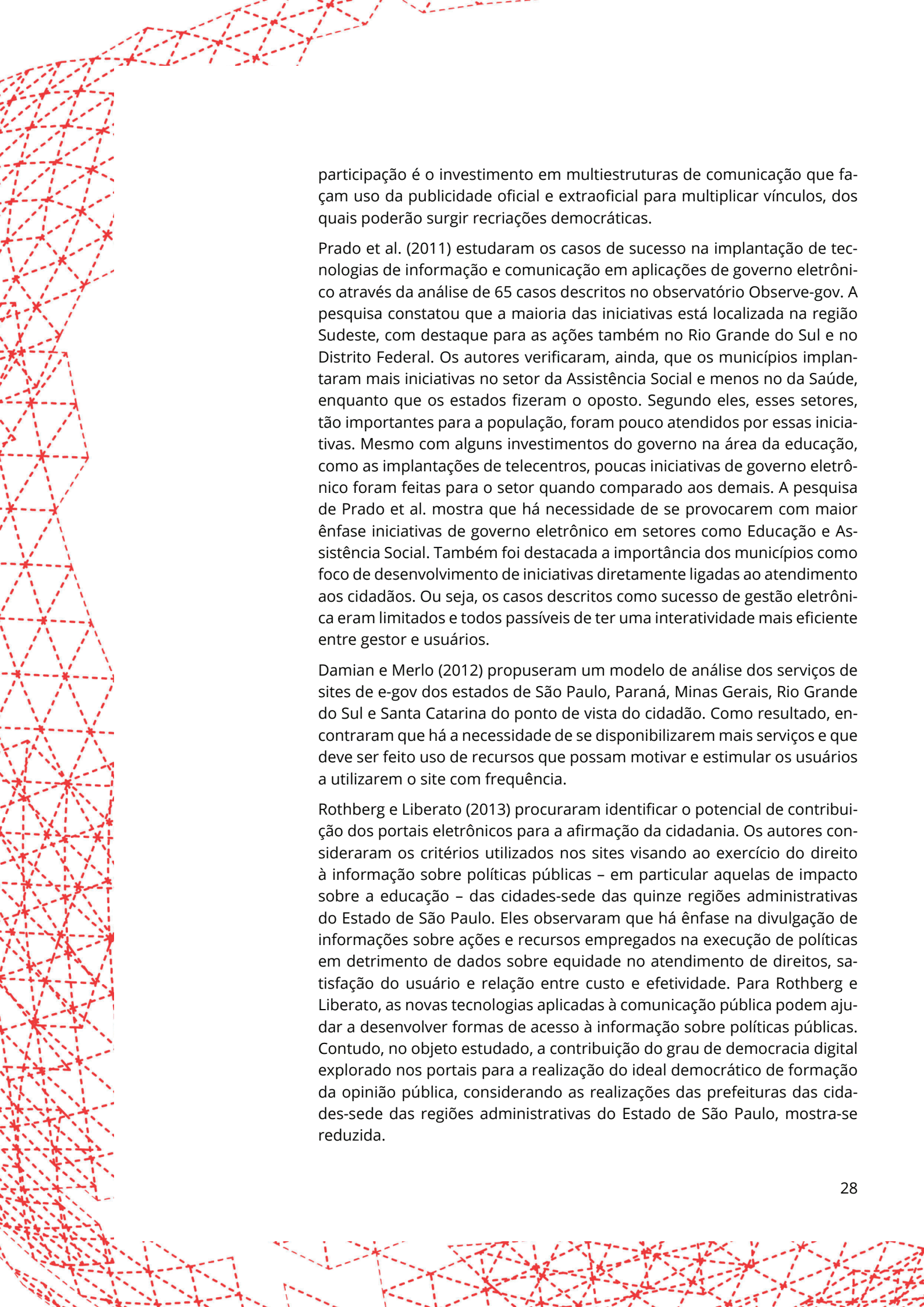
A TIC Governo Eletrônico 2015 revelou ainda dados importantes sobre a utilização de aplicativos para dispositivos móveis por órgãos públicos. Segundo a pesquisa, mesmo diante do fato do telefone celular ter ultrapassado o computador como ferramenta mais utilizada para o acesso à internet, apenas 21% dos órgãos públicos pesquisados ofereciam aplicativos para dispositivos móveis e apenas 42% disponibilizavam websites adaptados para tais dispositivos. A pesquisa concluiu ainda que, entre os cidadãos que utilizavam internet somente via celular ou tablet, a proporção dos que realizavam atividades on-line relativas a e-gov era menor do que a daqueles que acessavam a rede também por computadores.

Ainda que de forma menos abrangente que a pesquisa TIC Governo Eletrônico, diversos outros estudos foram realizados, sobretudo pelos próprios organismos governamentais, objetivando avaliar as ferramentas de e-gov no que tange aos seus aspectos técnicos e ao cumprimento das exigências contidas na Lei de Acesso à Informação, como o relatório anual sobre a implementação da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal, realizado pela CGU (BRASIL, 2014). Contudo, poucos estudos fizeram essa avaliação segundo a perspectiva dos cidadãos usuários quanto ao efetivo atendimento de suas demandas.

A comunicação interativa no cenário da gestão pública brasileira

Nesta seção, serão apresentados alguns artigos analisados que tratam do uso das plataformas eletrônicas pelos órgãos públicos nos diversos órgãos e níveis de governo no Brasil, artigos estes que avaliam se o que foi pensado para essas novas formas de interação, prestação de serviço e participação social no governo virtual está sendo, de fato, posto em prática no Brasil.

Barbosa, Hayashi e Rigolin (2011) analisaram consultas públicas do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Para avaliar a interatividade, foram consideradas todas as consultas do site desse programa, que continuam disponíveis on-line. Os autores concluíram que a consulta pública eletrônica é uma importante ferramenta de participação com potencial democrático, mas que ainda é subutilizada pelo poder público e pouco conhecida pelos cidadãos. Uma das propostas dos autores para que se aumente a

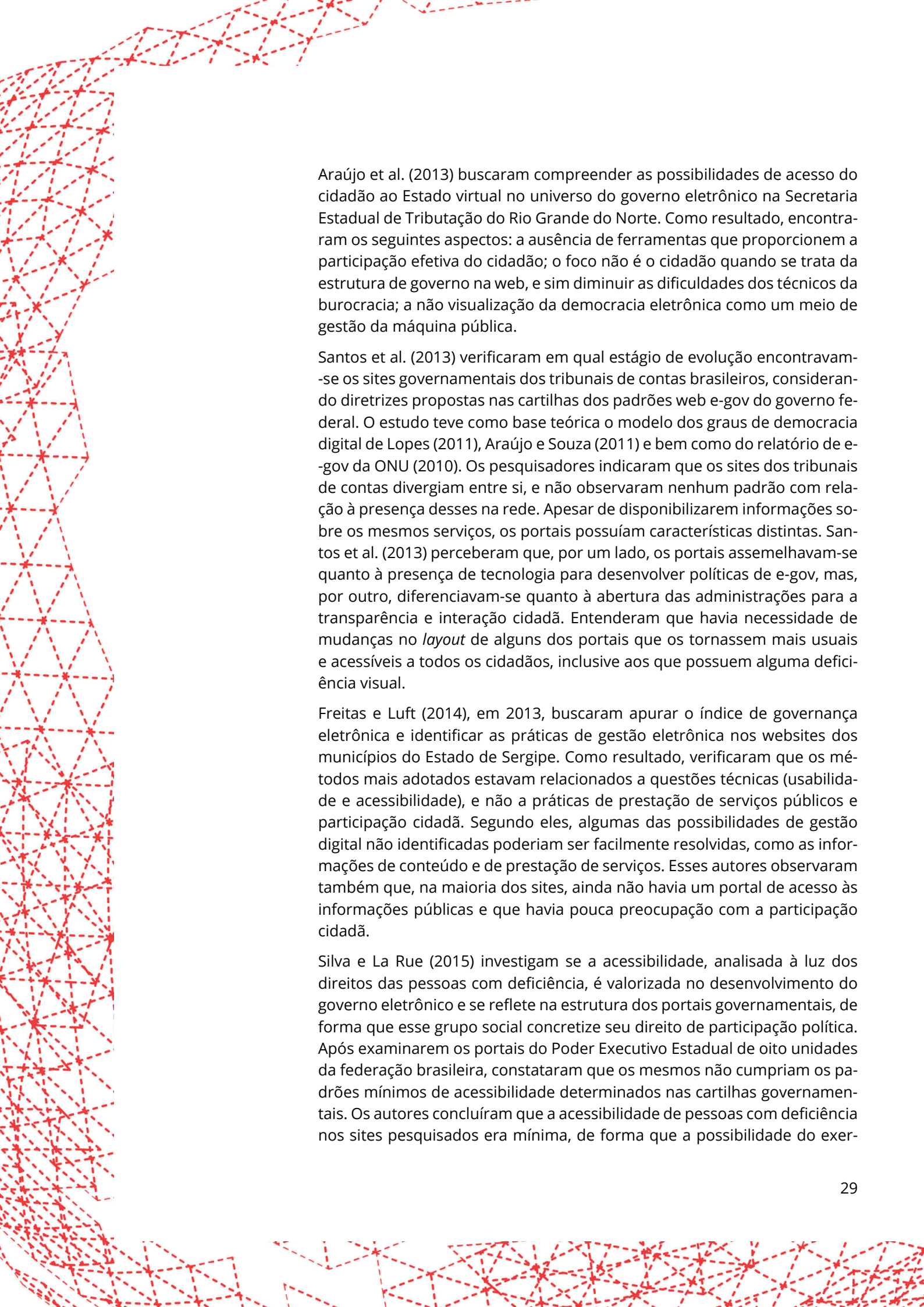


participação é o investimento em multiestruturas de comunicação que façam uso da publicidade oficial e extraoficial para multiplicar vínculos, dos quais poderão surgir recriações democráticas.

Prado et al. (2011) estudaram os casos de sucesso na implantação de tecnologias de informação e comunicação em aplicações de governo eletrônico através da análise de 65 casos descritos no observatório Observe-gov. A pesquisa constatou que a maioria das iniciativas está localizada na região Sudeste, com destaque para as ações também no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Os autores verificaram, ainda, que os municípios implantaram mais iniciativas no setor da Assistência Social e menos no da Saúde, enquanto que os estados fizeram o oposto. Segundo eles, esses setores, tão importantes para a população, foram pouco atendidos por essas iniciativas. Mesmo com alguns investimentos do governo na área da educação, como as implantações de telecentros, poucas iniciativas de governo eletrônico foram feitas para o setor quando comparado aos demais. A pesquisa de Prado et al. mostra que há necessidade de se provocarem com maior ênfase iniciativas de governo eletrônico em setores como Educação e Assistência Social. Também foi destacada a importância dos municípios como foco de desenvolvimento de iniciativas diretamente ligadas ao atendimento aos cidadãos. Ou seja, os casos descritos como sucesso de gestão eletrônica eram limitados e todos passíveis de ter uma interatividade mais eficiente entre gestor e usuários.

Damian e Merlo (2012) propuseram um modelo de análise dos serviços de sites de e-gov dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina do ponto de vista do cidadão. Como resultado, encontraram que há a necessidade de se disponibilizarem mais serviços e que deve ser feito uso de recursos que possam motivar e estimular os usuários a utilizarem o site com frequência.

Rothberg e Liberato (2013) procuraram identificar o potencial de contribuição dos portais eletrônicos para a afirmação da cidadania. Os autores consideraram os critérios utilizados nos sites visando ao exercício do direito à informação sobre políticas públicas – em particular aquelas de impacto sobre a educação – das cidades-sede das quinze regiões administrativas do Estado de São Paulo. Eles observaram que há ênfase na divulgação de informações sobre ações e recursos empregados na execução de políticas em detrimento de dados sobre equidade no atendimento de direitos, satisfação do usuário e relação entre custo e efetividade. Para Rothberg e Liberato, as novas tecnologias aplicadas à comunicação pública podem ajudar a desenvolver formas de acesso à informação sobre políticas públicas. Contudo, no objeto estudado, a contribuição do grau de democracia digital explorado nos portais para a realização do ideal democrático de formação da opinião pública, considerando as realizações das prefeituras das cidades-sede das regiões administrativas do Estado de São Paulo, mostra-se reduzida.

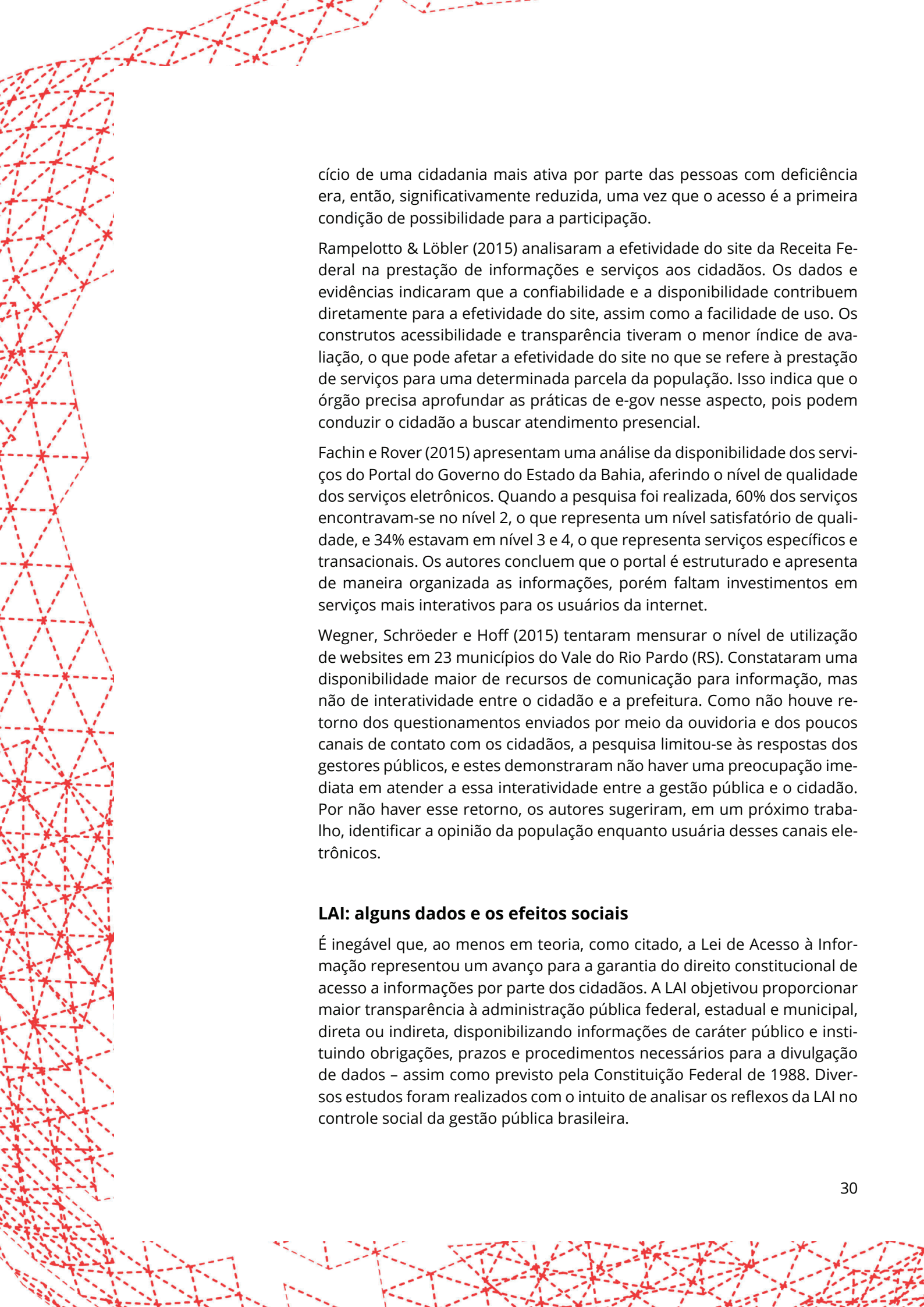


Araújo et al. (2013) buscaram compreender as possibilidades de acesso do cidadão ao Estado virtual no universo do governo eletrônico na Secretaria Estadual de Tributação do Rio Grande do Norte. Como resultado, encontraram os seguintes aspectos: a ausência de ferramentas que proporcionem a participação efetiva do cidadão; o foco não é o cidadão quando se trata da estrutura de governo na web, e sim diminuir as dificuldades dos técnicos da burocracia; a não visualização da democracia eletrônica como um meio de gestão da máquina pública.

Santos et al. (2013) verificaram em qual estágio de evolução encontravam-se os sites governamentais dos tribunais de contas brasileiros, considerando diretrizes propostas nas cartilhas dos padrões web e-gov do governo federal. O estudo teve como base teórica o modelo dos graus de democracia digital de Lopes (2011), Araújo e Souza (2011) e bem como do relatório de e-gov da ONU (2010). Os pesquisadores indicaram que os sites dos tribunais de contas divergiam entre si, e não observaram nenhum padrão com relação à presença desses na rede. Apesar de disponibilizarem informações sobre os mesmos serviços, os portais possuíam características distintas. Santos et al. (2013) perceberam que, por um lado, os portais assemelhavam-se quanto à presença de tecnologia para desenvolver políticas de e-gov, mas, por outro, diferenciavam-se quanto à abertura das administrações para a transparência e interação cidadã. Entenderam que havia necessidade de mudanças no *layout* de alguns dos portais que os tornassem mais usuais e acessíveis a todos os cidadãos, inclusive aos que possuem alguma deficiência visual.

Freitas e Luft (2014), em 2013, buscaram apurar o índice de governança eletrônica e identificar as práticas de gestão eletrônica nos websites dos municípios do Estado de Sergipe. Como resultado, verificaram que os métodos mais adotados estavam relacionados a questões técnicas (usabilidade e acessibilidade), e não a práticas de prestação de serviços públicos e participação cidadã. Segundo eles, algumas das possibilidades de gestão digital não identificadas poderiam ser facilmente resolvidas, como as informações de conteúdo e de prestação de serviços. Esses autores observaram também que, na maioria dos sites, ainda não havia um portal de acesso às informações públicas e que havia pouca preocupação com a participação cidadã.

Silva e La Rue (2015) investigam se a acessibilidade, analisada à luz dos direitos das pessoas com deficiência, é valorizada no desenvolvimento do governo eletrônico e se reflete na estrutura dos portais governamentais, de forma que esse grupo social concretize seu direito de participação política. Após examinarem os portais do Poder Executivo Estadual de oito unidades da federação brasileira, constataram que os mesmos não cumpriam os padrões mínimos de acessibilidade determinados nas cartilhas governamentais. Os autores concluíram que a acessibilidade de pessoas com deficiência nos sites pesquisados era mínima, de forma que a possibilidade do exer-



cício de uma cidadania mais ativa por parte das pessoas com deficiência era, então, significativamente reduzida, uma vez que o acesso é a primeira condição de possibilidade para a participação.

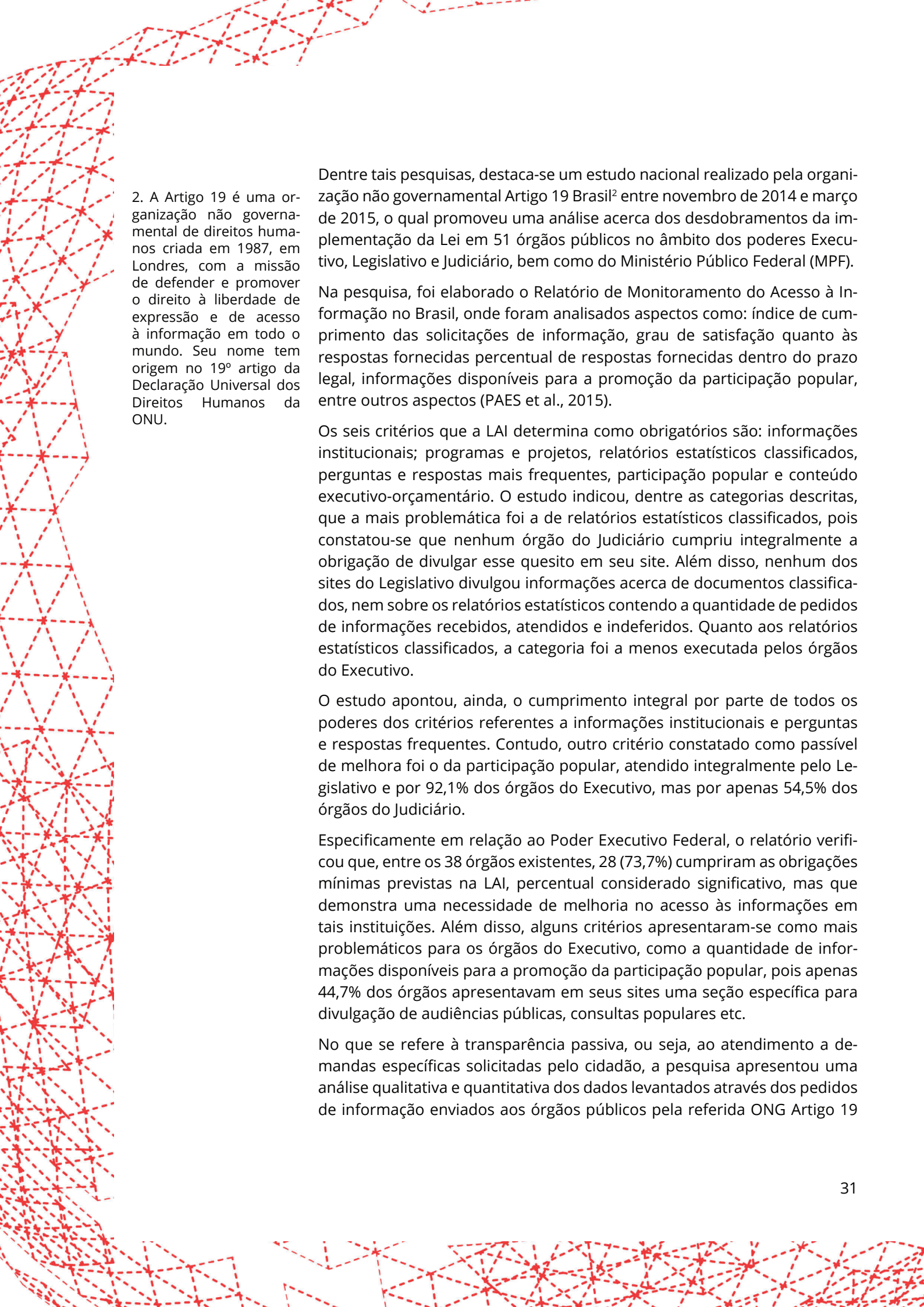
Rampelotto & Löbler (2015) analisaram a efetividade do site da Receita Federal na prestação de informações e serviços aos cidadãos. Os dados e evidências indicaram que a confiabilidade e a disponibilidade contribuem diretamente para a efetividade do site, assim como a facilidade de uso. Os construtos acessibilidade e transparência tiveram o menor índice de avaliação, o que pode afetar a efetividade do site no que se refere à prestação de serviços para uma determinada parcela da população. Isso indica que o órgão precisa aprofundar as práticas de e-gov nesse aspecto, pois podem conduzir o cidadão a buscar atendimento presencial.

Fachin e Rover (2015) apresentam uma análise da disponibilidade dos serviços do Portal do Governo do Estado da Bahia, aferindo o nível de qualidade dos serviços eletrônicos. Quando a pesquisa foi realizada, 60% dos serviços encontravam-se no nível 2, o que representa um nível satisfatório de qualidade, e 34% estavam em nível 3 e 4, o que representa serviços específicos e transacionais. Os autores concluem que o portal é estruturado e apresenta de maneira organizada as informações, porém faltam investimentos em serviços mais interativos para os usuários da internet.

Wegner, Schröder e Hoff (2015) tentaram mensurar o nível de utilização de websites em 23 municípios do Vale do Rio Pardo (RS). Constataram uma disponibilidade maior de recursos de comunicação para informação, mas não de interatividade entre o cidadão e a prefeitura. Como não houve retorno dos questionamentos enviados por meio da ouvidoria e dos poucos canais de contato com os cidadãos, a pesquisa limitou-se às respostas dos gestores públicos, e estes demonstraram não haver uma preocupação imediata em atender a essa interatividade entre a gestão pública e o cidadão. Por não haver esse retorno, os autores sugeriram, em um próximo trabalho, identificar a opinião da população enquanto usuária desses canais eletrônicos.

LAI: alguns dados e os efeitos sociais

É inegável que, ao menos em teoria, como citado, a Lei de Acesso à Informação representou um avanço para a garantia do direito constitucional de acesso a informações por parte dos cidadãos. A LAI objetivou proporcionar maior transparência à administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta, disponibilizando informações de caráter público e instituindo obrigações, prazos e procedimentos necessários para a divulgação de dados – assim como previsto pela Constituição Federal de 1988. Diversos estudos foram realizados com o intuito de analisar os reflexos da LAI no controle social da gestão pública brasileira.



2. A Artigo 19 é uma organização não governamental de direitos humanos criada em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Dentre tais pesquisas, destaca-se um estudo nacional realizado pela organização não governamental Artigo 19 Brasil² entre novembro de 2014 e março de 2015, o qual promoveu uma análise acerca dos desdobramentos da implementação da Lei em 51 órgãos públicos no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Federal (MPF).

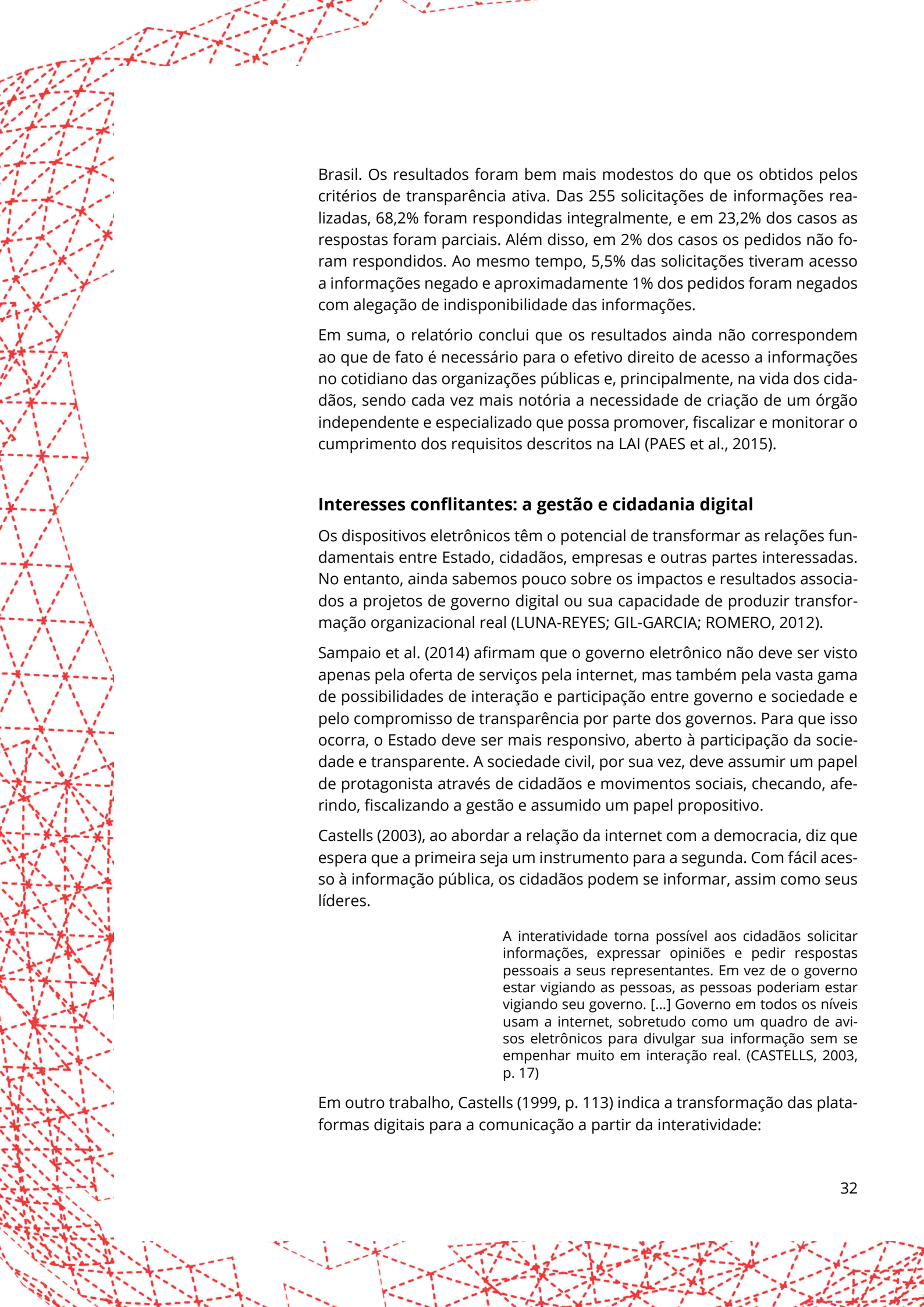
Na pesquisa, foi elaborado o Relatório de Monitoramento do Acesso à Informação no Brasil, onde foram analisados aspectos como: índice de cumprimento das solicitações de informação, grau de satisfação quanto às respostas fornecidas percentual de respostas fornecidas dentro do prazo legal, informações disponíveis para a promoção da participação popular, entre outros aspectos (PAES et al., 2015).

Os seis critérios que a LAI determina como obrigatórios são: informações institucionais; programas e projetos, relatórios estatísticos classificados, perguntas e respostas mais frequentes, participação popular e conteúdo executivo-orçamentário. O estudo indicou, dentre as categorias descritas, que a mais problemática foi a de relatórios estatísticos classificados, pois constatou-se que nenhum órgão do Judiciário cumpriu integralmente a obrigação de divulgar esse quesito em seu site. Além disso, nenhum dos sites do Legislativo divulgou informações acerca de documentos classificados, nem sobre os relatórios estatísticos contendo a quantidade de pedidos de informações recebidos, atendidos e indeferidos. Quanto aos relatórios estatísticos classificados, a categoria foi a menos executada pelos órgãos do Executivo.

O estudo apontou, ainda, o cumprimento integral por parte de todos os poderes dos critérios referentes a informações institucionais e perguntas e respostas frequentes. Contudo, outro critério constatado como passível de melhora foi o da participação popular, atendido integralmente pelo Legislativo e por 92,1% dos órgãos do Executivo, mas por apenas 54,5% dos órgãos do Judiciário.

Especificamente em relação ao Poder Executivo Federal, o relatório verificou que, entre os 38 órgãos existentes, 28 (73,7%) cumpriram as obrigações mínimas previstas na LAI, percentual considerado significativo, mas que demonstra uma necessidade de melhoria no acesso às informações em tais instituições. Além disso, alguns critérios apresentaram-se como mais problemáticos para os órgãos do Executivo, como a quantidade de informações disponíveis para a promoção da participação popular, pois apenas 44,7% dos órgãos apresentavam em seus sites uma seção específica para divulgação de audiências públicas, consultas populares etc.

No que se refere à transparência passiva, ou seja, ao atendimento a demandas específicas solicitadas pelo cidadão, a pesquisa apresentou uma análise qualitativa e quantitativa dos dados levantados através dos pedidos de informação enviados aos órgãos públicos pela referida ONG Artigo 19



Brasil. Os resultados foram bem mais modestos do que os obtidos pelos critérios de transparência ativa. Das 255 solicitações de informações realizadas, 68,2% foram respondidas integralmente, e em 23,2% dos casos as respostas foram parciais. Além disso, em 2% dos casos os pedidos não foram respondidos. Ao mesmo tempo, 5,5% das solicitações tiveram acesso a informações negado e aproximadamente 1% dos pedidos foram negados com alegação de indisponibilidade das informações.

Em suma, o relatório conclui que os resultados ainda não correspondem ao que de fato é necessário para o efetivo direito de acesso a informações no cotidiano das organizações públicas e, principalmente, na vida dos cidadãos, sendo cada vez mais notória a necessidade de criação de um órgão independente e especializado que possa promover, fiscalizar e monitorar o cumprimento dos requisitos descritos na LAI (PAES et al., 2015).

Interesses conflitantes: a gestão e cidadania digital

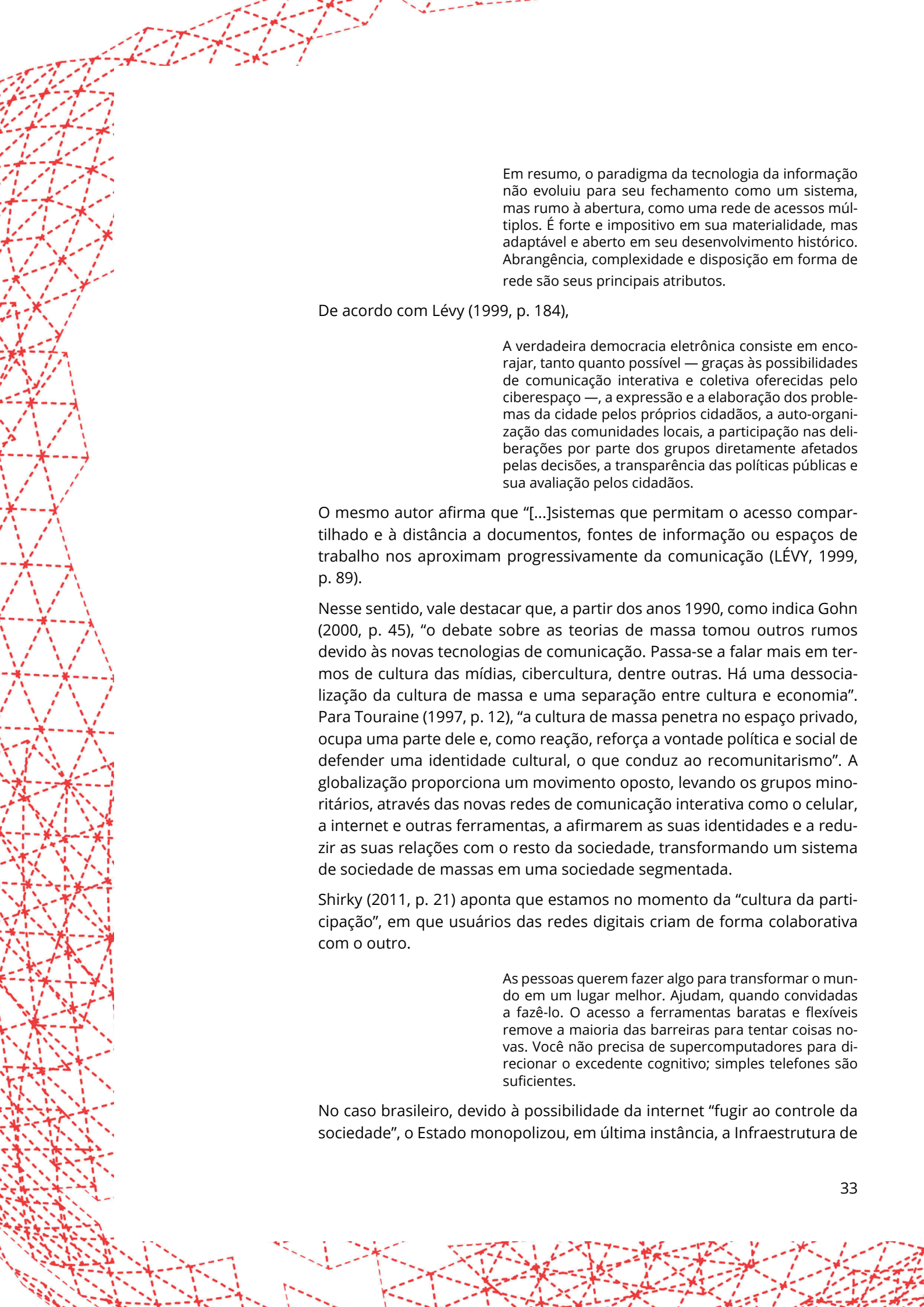
Os dispositivos eletrônicos têm o potencial de transformar as relações fundamentais entre Estado, cidadãos, empresas e outras partes interessadas. No entanto, ainda sabemos pouco sobre os impactos e resultados associados a projetos de governo digital ou sua capacidade de produzir transformação organizacional real (LUNA-REYES; GIL-GARCIA; ROMERO, 2012).

Sampaio et al. (2014) afirmam que o governo eletrônico não deve ser visto apenas pela oferta de serviços pela internet, mas também pela vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte dos governos. Para que isso ocorra, o Estado deve ser mais responsivo, aberto à participação da sociedade e transparente. A sociedade civil, por sua vez, deve assumir um papel de protagonista através de cidadãos e movimentos sociais, checando, aferindo, fiscalizando a gestão e assumido um papel propositivo.

Castells (2003), ao abordar a relação da internet com a democracia, diz que espera que a primeira seja um instrumento para a segunda. Com fácil acesso à informação pública, os cidadãos podem se informar, assim como seus líderes.

A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informações, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo estar vigiando as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando seu governo. [...] Governo em todos os níveis usam a internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônicos para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real. (CASTELLS, 2003, p. 17)

Em outro trabalho, Castells (1999, p. 113) indica a transformação das plataformas digitais para a comunicação a partir da interatividade:



Em resumo, o paradigma da tecnologia da informação não evoluiu para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura, como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos.

De acordo com Lévy (1999, p. 184),

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível — graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço —, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos.

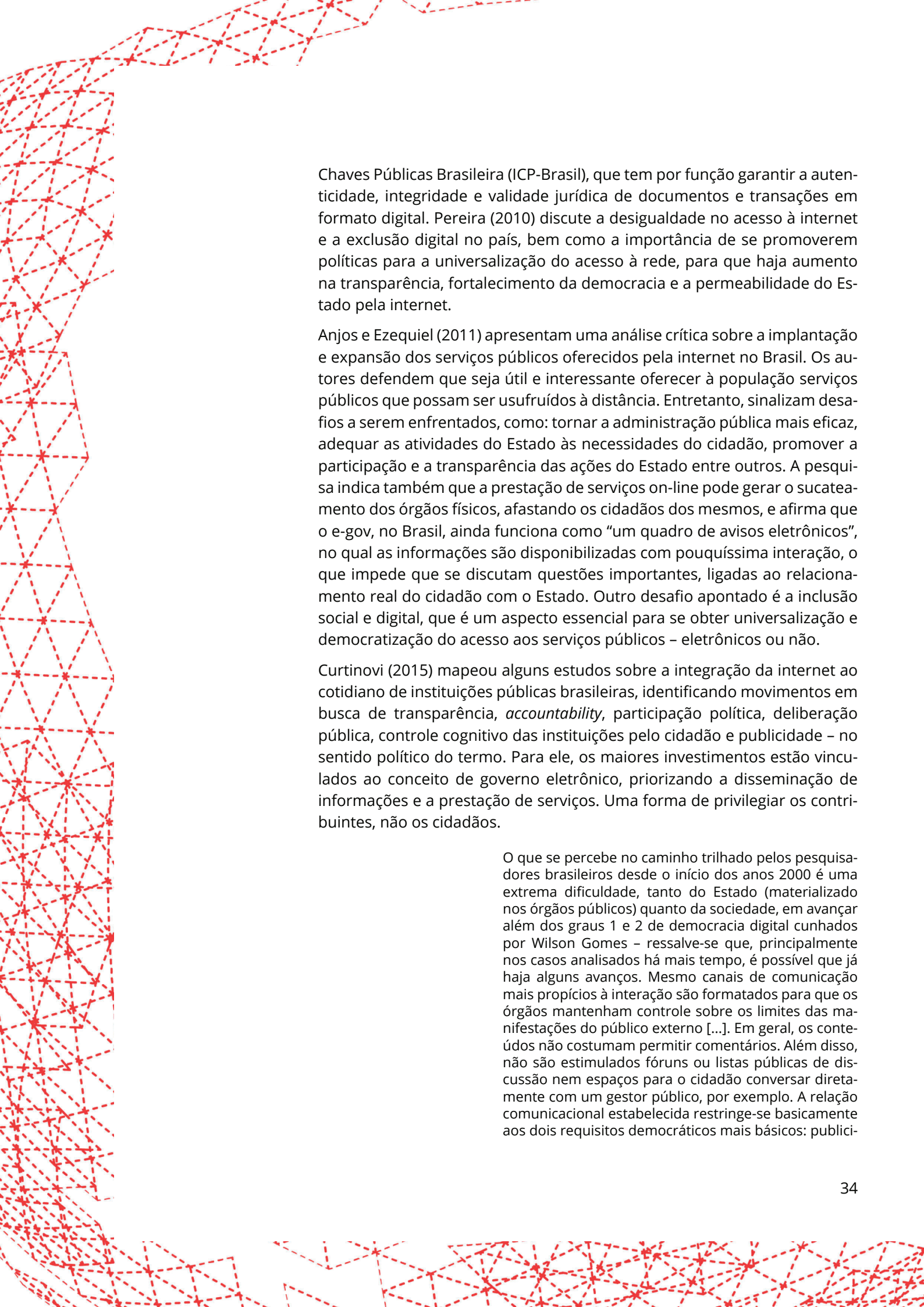
O mesmo autor afirma que “[...]sistemas que permitam o acesso compartilhado e à distância a documentos, fontes de informação ou espaços de trabalho nos aproximam progressivamente da comunicação (LÉVY, 1999, p. 89).

Nesse sentido, vale destacar que, a partir dos anos 1990, como indica Gohn (2000, p. 45), “o debate sobre as teorias de massa tomou outros rumos devido às novas tecnologias de comunicação. Passa-se a falar mais em termos de cultura das mídias, cibercultura, dentre outras. Há uma dessociação da cultura de massa e uma separação entre cultura e economia”. Para Touraine (1997, p. 12), “a cultura de massa penetra no espaço privado, ocupa uma parte dele e, como reação, reforça a vontade política e social de defender uma identidade cultural, o que conduz ao recomunitarismo”. A globalização proporciona um movimento oposto, levando os grupos minoritários, através das novas redes de comunicação interativa como o celular, a internet e outras ferramentas, a afirmarem as suas identidades e a reduzir as suas relações com o resto da sociedade, transformando um sistema de sociedade de massas em uma sociedade segmentada.

Shirky (2011, p. 21) aponta que estamos no momento da “cultura da participação”, em que usuários das redes digitais criam de forma colaborativa com o outro.

As pessoas querem fazer algo para transformar o mundo em um lugar melhor. Ajudam, quando convidadas a fazê-lo. O acesso a ferramentas baratas e flexíveis remove a maioria das barreiras para tentar coisas novas. Você não precisa de supercomputadores para direcionar o excedente cognitivo; simples telefones são suficientes.

No caso brasileiro, devido à possibilidade da internet “fugir ao controle da sociedade”, o Estado monopolizou, em última instância, a Infraestrutura de

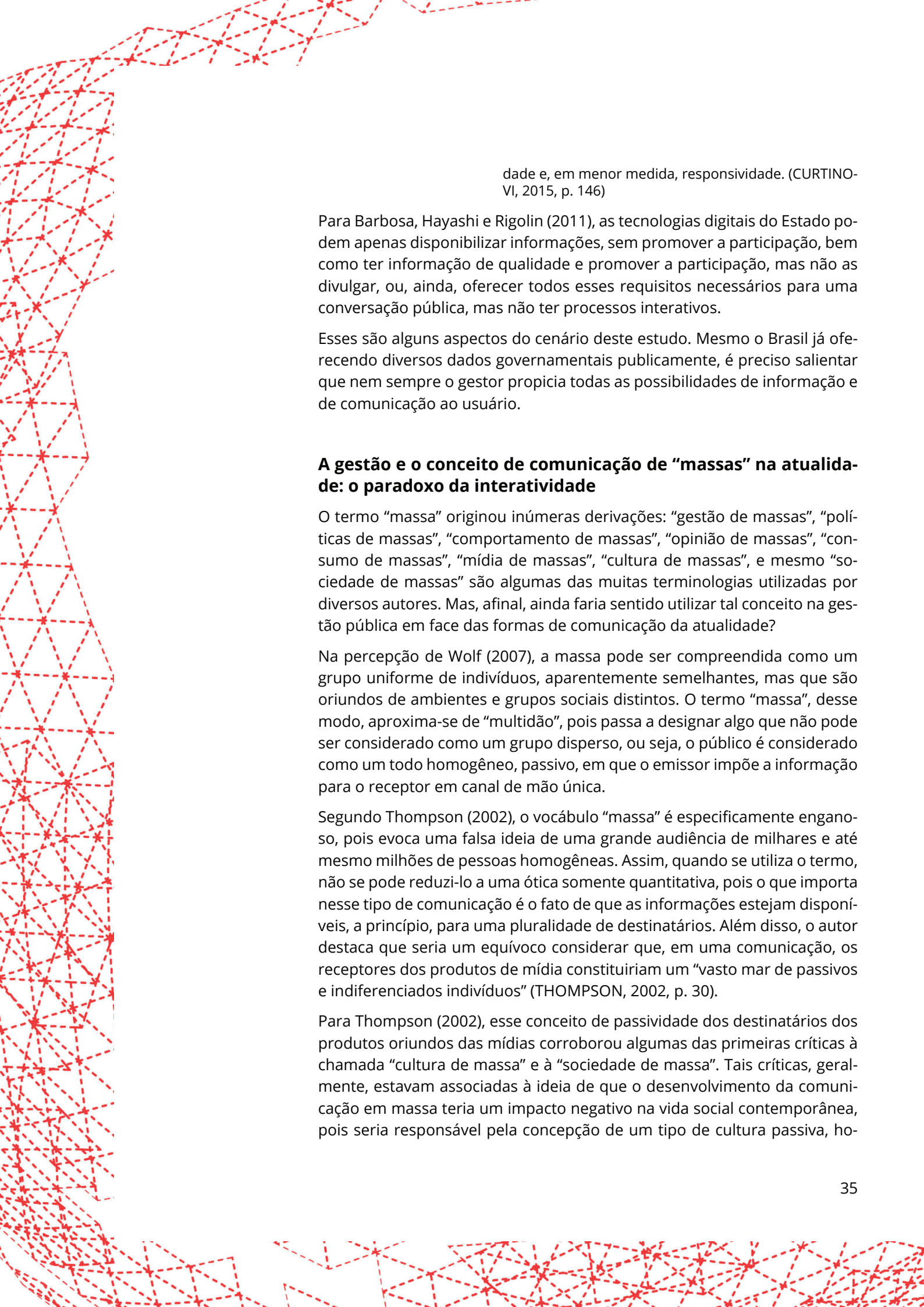


Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que tem por função garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos e transações em formato digital. Pereira (2010) discute a desigualdade no acesso à internet e a exclusão digital no país, bem como a importância de se promoverem políticas para a universalização do acesso à rede, para que haja aumento na transparência, fortalecimento da democracia e a permeabilidade do Estado pela internet.

Anjos e Ezequiel (2011) apresentam uma análise crítica sobre a implantação e expansão dos serviços públicos oferecidos pela internet no Brasil. Os autores defendem que seja útil e interessante oferecer à população serviços públicos que possam ser usufruídos à distância. Entretanto, sinalizam desafios a serem enfrentados, como: tornar a administração pública mais eficaz, adequar as atividades do Estado às necessidades do cidadão, promover a participação e a transparência das ações do Estado entre outros. A pesquisa indica também que a prestação de serviços on-line pode gerar o sucateamento dos órgãos físicos, afastando os cidadãos dos mesmos, e afirma que o e-gov, no Brasil, ainda funciona como “um quadro de avisos eletrônicos”, no qual as informações são disponibilizadas com pouquíssima interação, o que impede que se discutam questões importantes, ligadas ao relacionamento real do cidadão com o Estado. Outro desafio apontado é a inclusão social e digital, que é um aspecto essencial para se obter universalização e democratização do acesso aos serviços públicos – eletrônicos ou não.

Curtinovi (2015) mapeou alguns estudos sobre a integração da internet ao cotidiano de instituições públicas brasileiras, identificando movimentos em busca de transparência, *accountability*, participação política, deliberação pública, controle cognitivo das instituições pelo cidadão e publicidade – no sentido político do termo. Para ele, os maiores investimentos estão vinculados ao conceito de governo eletrônico, priorizando a disseminação de informações e a prestação de serviços. Uma forma de privilegiar os contribuintes, não os cidadãos.

O que se percebe no caminho trilhado pelos pesquisadores brasileiros desde o início dos anos 2000 é uma extrema dificuldade, tanto do Estado (materializado nos órgãos públicos) quanto da sociedade, em avançar além dos graus 1 e 2 de democracia digital cunhados por Wilson Gomes – ressalve-se que, principalmente nos casos analisados há mais tempo, é possível que já haja alguns avanços. Mesmo canais de comunicação mais propícios à interação são formatados para que os órgãos mantenham controle sobre os limites das manifestações do público externo [...]. Em geral, os conteúdos não costumam permitir comentários. Além disso, não são estimulados fóruns ou listas públicas de discussão nem espaços para o cidadão conversar diretamente com um gestor público, por exemplo. A relação comunicacional estabelecida restringe-se basicamente aos dois requisitos democráticos mais básicos: publi-



dade e, em menor medida, responsividade. (CURTINO-VI, 2015, p. 146)

Para Barbosa, Hayashi e Rigolin (2011), as tecnologias digitais do Estado podem apenas disponibilizar informações, sem promover a participação, bem como ter informação de qualidade e promover a participação, mas não as divulgar, ou, ainda, oferecer todos esses requisitos necessários para uma conversação pública, mas não ter processos interativos.

Esses são alguns aspectos do cenário deste estudo. Mesmo o Brasil já oferecendo diversos dados governamentais publicamente, é preciso salientar que nem sempre o gestor propicia todas as possibilidades de informação e de comunicação ao usuário.


A gestão e o conceito de comunicação de “massas” na atualidade: o paradoxo da interatividade

O termo “massa” originou inúmeras derivações: “gestão de massas”, “políticas de massas”, “comportamento de massas”, “opinião de massas”, “consumo de massas”, “mídia de massas”, “cultura de massas”, e mesmo “sociedade de massas” são algumas das muitas terminologias utilizadas por diversos autores. Mas, afinal, ainda faria sentido utilizar tal conceito na gestão pública em face das formas de comunicação da atualidade?

Na percepção de Wolf (2007), a massa pode ser compreendida como um grupo uniforme de indivíduos, aparentemente semelhantes, mas que são oriundos de ambientes e grupos sociais distintos. O termo “massa”, desse modo, aproxima-se de “multidão”, pois passa a designar algo que não pode ser considerado como um grupo disperso, ou seja, o público é considerado como um todo homogêneo, passivo, em que o emissor impõe a informação para o receptor em canal de mão única.

Segundo Thompson (2002), o vocábulo “massa” é especificamente enganoso, pois evoca uma falsa ideia de uma grande audiência de milhares e até mesmo milhões de pessoas homogêneas. Assim, quando se utiliza o termo, não se pode reduzi-lo a uma ótica somente quantitativa, pois o que importa nesse tipo de comunicação é o fato de que as informações estejam disponíveis, a princípio, para uma pluralidade de destinatários. Além disso, o autor destaca que seria um equívoco considerar que, em uma comunicação, os receptores dos produtos de mídia constituiriam um “vasto mar de passivos e indiferenciados indivíduos” (THOMPSON, 2002, p. 30).

Para Thompson (2002), esse conceito de passividade dos destinatários dos produtos oriundos das mídias corroborou algumas das primeiras críticas à chamada “cultura de massa” e à “sociedade de massa”. Tais críticas, geralmente, estavam associadas à ideia de que o desenvolvimento da comunicação em massa teria um impacto negativo na vida social contemporânea, pois seria responsável pela concepção de um tipo de cultura passiva, ho-



mogênea e branda, “que diverte sem desafiar, que prende a atenção sem ocupar as faculdades críticas, que proporciona gratificação imediata sem questionar os fundamentos de tal gratidão” (THOMPSON, 2002, p. 30).

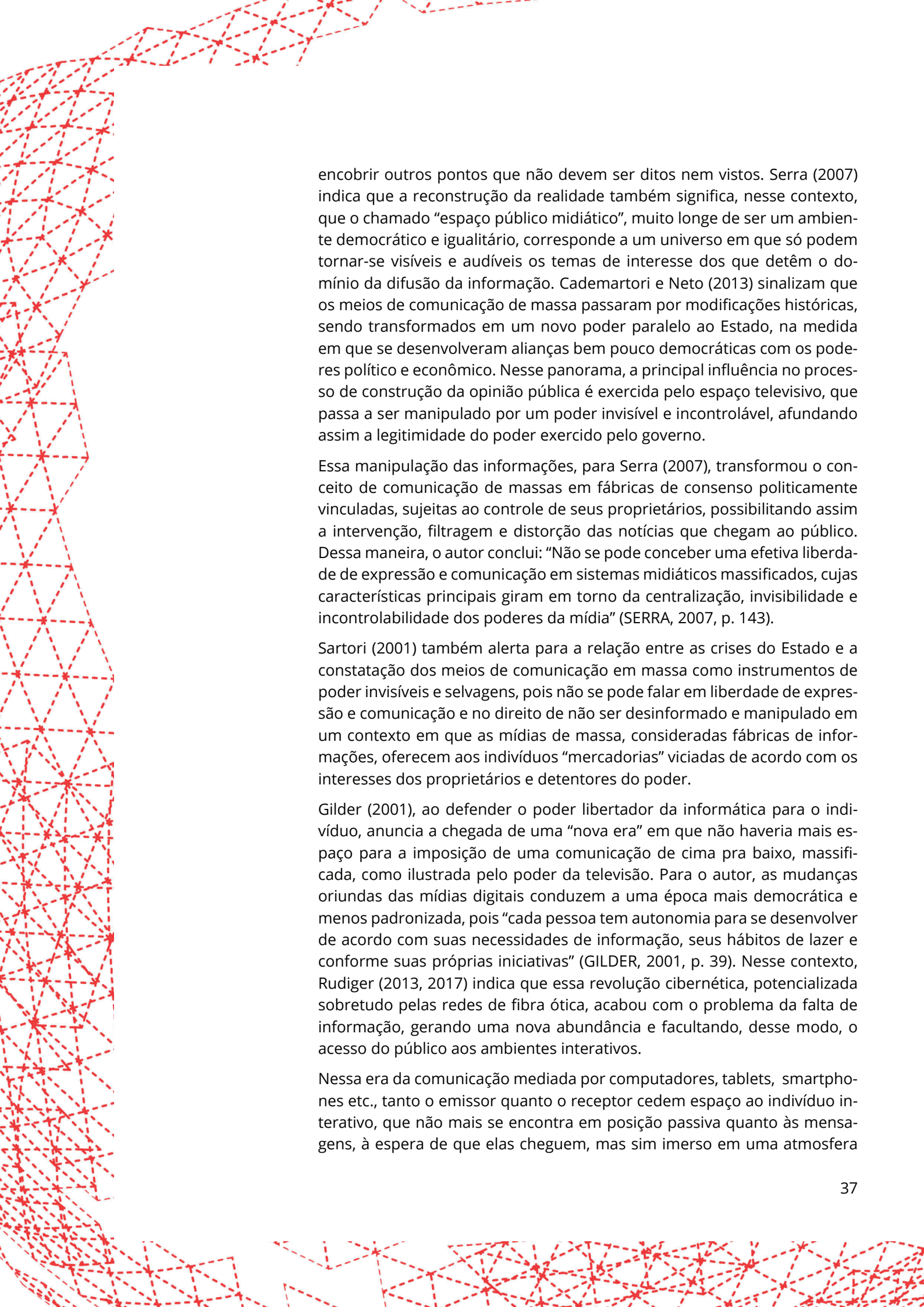
Nesse sentido, o autor defende o abandono do conceito de que os receptores dos produtos de mídia são meros espectadores passivos, cujos sentidos foram consecutivamente desgastados por meio de uma contínua recepção de mensagens semelhantes. Além disso, também argumenta, de maneira contundente, que é necessário rejeitar a ideia de que a recepção seja em si mesma um processo acrítico livre de problemas, e de que as mensagens são absorvidas pelas pessoas assim como uma esponja absorve a água.

Nesse contexto, os envolvidos na produção e transmissão das mensagens de mídia, normalmente, são privados de formas contínuas e diretas de *feedbacks* característicos de uma interação face a face, o que indica uma desigualdade entre os participantes do processo comunicativo, visto que os receptores das mensagens pouco podem fazer para determinar os temas ou o conteúdo da comunicação. Por esses motivos, o autor considera que o termo “comunicação em massa” é uma expressão infeliz, sendo mais adequada a utilização dos termos “difusão” ou “transmissão” em vez do vocábulo “comunicação” (THOMPSON, 2002).

Thompson (2002) ainda complementa tal argumento relatando que a utilização da expressão “comunicação de massa” pode ser considerada imprópria para os dias atuais, pois estão ocorrendo mudanças fundamentais na natureza da comunicação mediada, devido, sobretudo, à troca de sistemas analógicos por digitais para a codificação de mensagens, associada ao desenvolvimento de novos sistemas de transmissão, o que cria um cenário onde a informação e a comunicação podem ser operacionalizadas com mais flexibilidade. Em suma, para o autor, “[...] se a expressão ‘comunicação de massa’ é enganosa como descrição das formas mais tradicionais de transmissão de mídia, ela é ainda mais inapropriada para os novos tipos de informação e comunicação de rede, que estão cada vez se tornando mais comuns hoje em dia” (THOMPSON, 2002, p. 32).

Tocqueville (1973) também alerta para os malefícios do conceito de “massa” no âmbito político, principalmente por conta de sua influência na ideia de onipotência democrática. O termo, segundo o autor, contribui com a manipulação do Estado na interferência de garantias de direitos individuais e das minorias ao passar a ideia de “cumplicidade” do povo para com a tirania, a partir do momento em que este se caracteriza como maioria.

Uma das principais funções conceituais das mídias de massa corresponde à construção da realidade social por meio da participação no processo de formação da opinião pública. Para isso, essas mídias se valem de mecanismos que determinam o que deve ou não ser visto, o que pode ou não ser dito. Desse modo, a escolha do que será ou não evidenciado, ou seja, dos temas para formação da opinião pública, têm por função esconder e



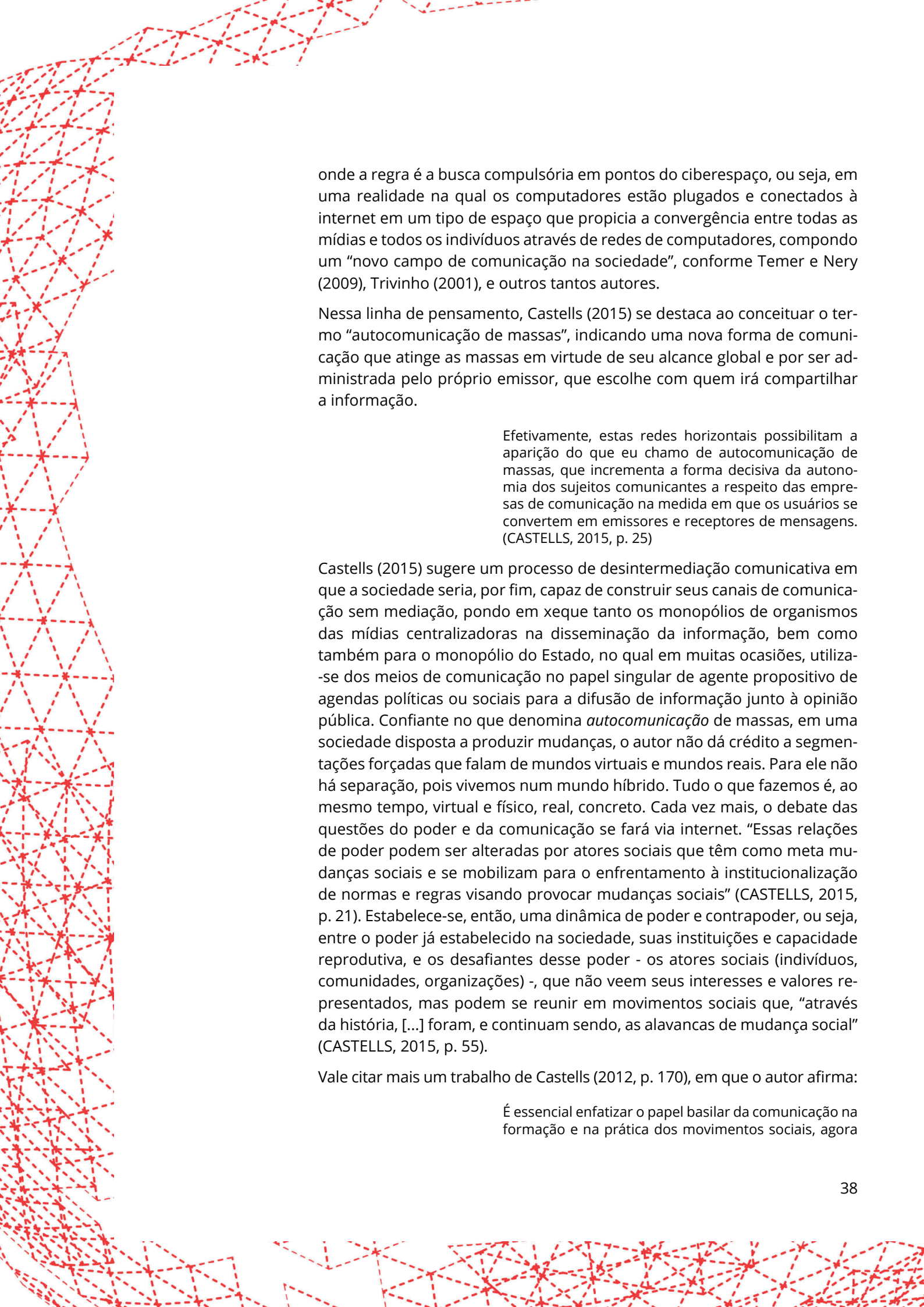
encobrir outros pontos que não devem ser ditos nem vistos. Serra (2007) indica que a reconstrução da realidade também significa, nesse contexto, que o chamado “espaço público midiático”, muito longe de ser um ambiente democrático e igualitário, corresponde a um universo em que só podem tornar-se visíveis e audíveis os temas de interesse dos que detêm o domínio da difusão da informação. Cademartori e Neto (2013) sinalizam que os meios de comunicação de massa passaram por modificações históricas, sendo transformados em um novo poder paralelo ao Estado, na medida em que se desenvolveram alianças bem pouco democráticas com os poderes político e econômico. Nesse panorama, a principal influência no processo de construção da opinião pública é exercida pelo espaço televisivo, que passa a ser manipulado por um poder invisível e incontrolável, afundando assim a legitimidade do poder exercido pelo governo.

Essa manipulação das informações, para Serra (2007), transformou o conceito de comunicação de massas em fábricas de consenso politicamente vinculadas, sujeitas ao controle de seus proprietários, possibilitando assim a intervenção, filtragem e distorção das notícias que chegam ao público. Dessa maneira, o autor conclui: “Não se pode conceber uma efetiva liberdade de expressão e comunicação em sistemas midiáticos massificados, cujas características principais giram em torno da centralização, invisibilidade e incontrolabilidade dos poderes da mídia” (SERRA, 2007, p. 143).

Sartori (2001) também alerta para a relação entre as crises do Estado e a constatação dos meios de comunicação em massa como instrumentos de poder invisíveis e selvagens, pois não se pode falar em liberdade de expressão e comunicação e no direito de não ser desinformado e manipulado em um contexto em que as mídias de massa, consideradas fábricas de informações, oferecem aos indivíduos “mercadorias” viciadas de acordo com os interesses dos proprietários e detentores do poder.

Gilder (2001), ao defender o poder libertador da informática para o indivíduo, anuncia a chegada de uma “nova era” em que não haveria mais espaço para a imposição de uma comunicação de cima pra baixo, massificada, como ilustrada pelo poder da televisão. Para o autor, as mudanças oriundas das mídias digitais conduzem a uma época mais democrática e menos padronizada, pois “cada pessoa tem autonomia para se desenvolver de acordo com suas necessidades de informação, seus hábitos de lazer e conforme suas próprias iniciativas” (GILDER, 2001, p. 39). Nesse contexto, Rudiger (2013, 2017) indica que essa revolução cibernética, potencializada sobretudo pelas redes de fibra ótica, acabou com o problema da falta de informação, gerando uma nova abundância e facultando, desse modo, o acesso do público aos ambientes interativos.

Nessa era da comunicação mediada por computadores, tablets, smartphones etc., tanto o emissor quanto o receptor cedem espaço ao indivíduo interativo, que não mais se encontra em posição passiva quanto às mensagens, à espera de que elas cheguem, mas sim imerso em uma atmosfera



onde a regra é a busca compulsória em pontos do ciberespaço, ou seja, em uma realidade na qual os computadores estão plugados e conectados à internet em um tipo de espaço que propicia a convergência entre todas as mídias e todos os indivíduos através de redes de computadores, compondo um “novo campo de comunicação na sociedade”, conforme Temer e Nery (2009), Trivinho (2001), e outros tantos autores.

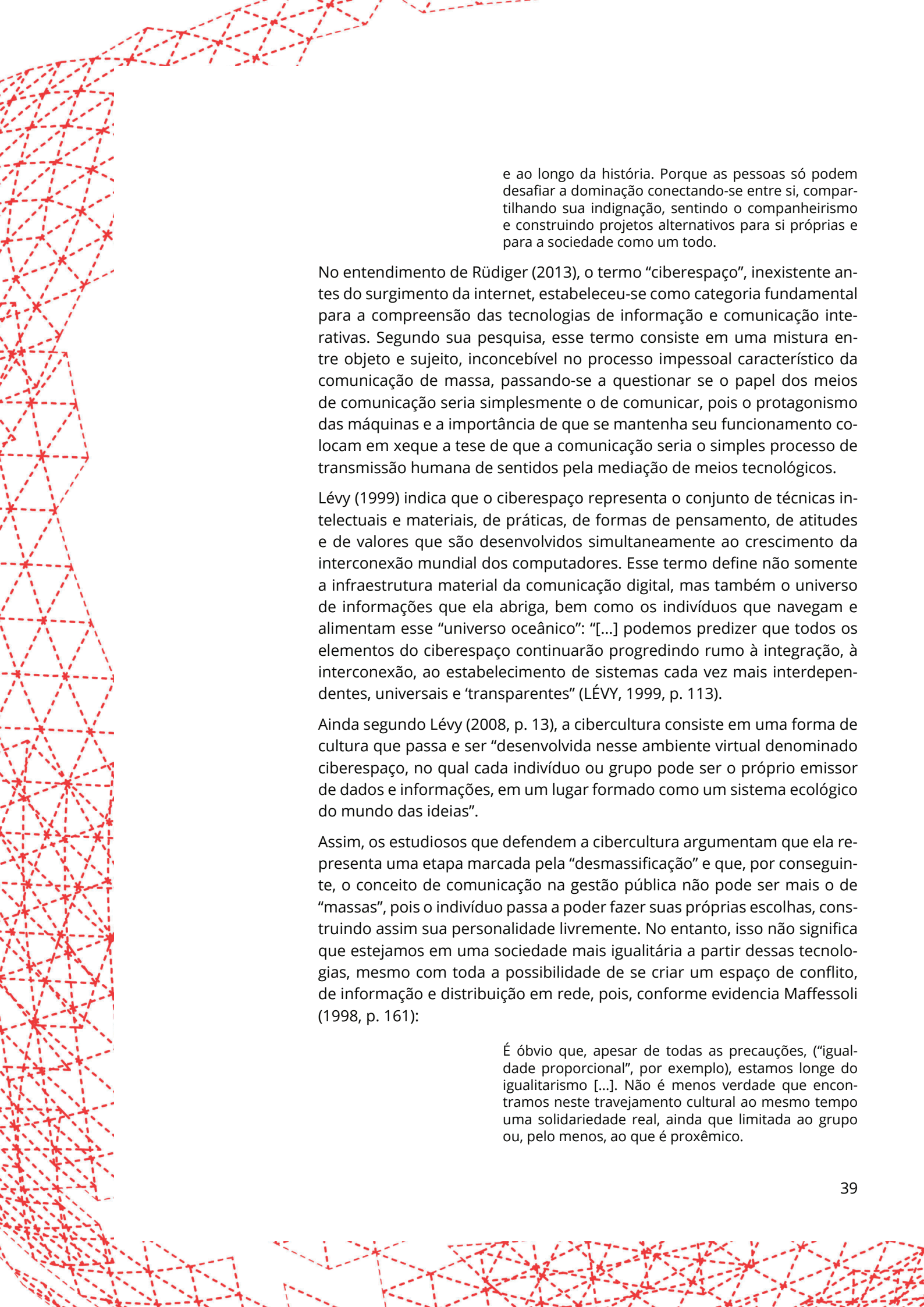
Nessa linha de pensamento, Castells (2015) se destaca ao conceituar o termo “autocomunicação de massas”, indicando uma nova forma de comunicação que atinge as massas em virtude de seu alcance global e por ser administrada pelo próprio emissor, que escolhe com quem irá compartilhar a informação.

Efetivamente, estas redes horizontais possibilitam a aparição do que eu chamo de autocomunicação de massas, que incrementa a forma decisiva da autonomia dos sujeitos comunicantes a respeito das empresas de comunicação na medida em que os usuários se convertem em emissores e receptores de mensagens. (CASTELLS, 2015, p. 25)

Castells (2015) sugere um processo de desintermediação comunicativa em que a sociedade seria, por fim, capaz de construir seus canais de comunicação sem mediação, pondo em xeque tanto os monopólios de organismos das mídias centralizadoras na disseminação da informação, bem como também para o monopólio do Estado, no qual em muitas ocasiões, utiliza-se dos meios de comunicação no papel singular de agente propositivo de agendas políticas ou sociais para a difusão de informação junto à opinião pública. Confiante no que denomina *autocomunicação* de massas, em uma sociedade disposta a produzir mudanças, o autor não dá crédito a segmentações forçadas que falam de mundos virtuais e mundos reais. Para ele não há separação, pois vivemos num mundo híbrido. Tudo o que fazemos é, ao mesmo tempo, virtual e físico, real, concreto. Cada vez mais, o debate das questões do poder e da comunicação se fará via internet. “Essas relações de poder podem ser alteradas por atores sociais que têm como meta mudanças sociais e se mobilizam para o enfrentamento à institucionalização de normas e regras visando provocar mudanças sociais” (CASTELLS, 2015, p. 21). Estabelece-se, então, uma dinâmica de poder e contrapoder, ou seja, entre o poder já estabelecido na sociedade, suas instituições e capacidade reprodutiva, e os desafiantes desse poder - os atores sociais (indivíduos, comunidades, organizações) -, que não veem seus interesses e valores representados, mas podem se reunir em movimentos sociais que, “através da história, [...] foram, e continuam sendo, as alavancas de mudança social” (CASTELLS, 2015, p. 55).

Vale citar mais um trabalho de Castells (2012, p. 170), em que o autor afirma:

É essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora



e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo.

No entendimento de Rüdiger (2013), o termo “ciberespaço”, inexistente antes do surgimento da internet, estabeleceu-se como categoria fundamental para a compreensão das tecnologias de informação e comunicação interativas. Segundo sua pesquisa, esse termo consiste em uma mistura entre objeto e sujeito, inconcebível no processo impessoal característico da comunicação de massa, passando-se a questionar se o papel dos meios de comunicação seria simplesmente o de comunicar, pois o protagonismo das máquinas e a importância de que se mantenha seu funcionamento colocam em xeque a tese de que a comunicação seria o simples processo de transmissão humana de sentidos pela mediação de meios tecnológicos.

Lévy (1999) indica que o ciberespaço representa o conjunto de técnicas intelectuais e materiais, de práticas, de formas de pensamento, de atitudes e de valores que são desenvolvidos simultaneamente ao crescimento da interconexão mundial dos computadores. Esse termo define não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informações que ela abriga, bem como os indivíduos que navegam e alimentam esse “universo oceânico”: “[...] podemos prever que todos os elementos do ciberespaço continuarão progredindo rumo à integração, à interconexão, ao estabelecimento de sistemas cada vez mais interdependentes, universais e ‘transparentes’” (LÉVY, 1999, p. 113).

Ainda segundo Lévy (2008, p. 13), a cibercultura consiste em uma forma de cultura que passa a ser “desenvolvida nesse ambiente virtual denominado ciberespaço, no qual cada indivíduo ou grupo pode ser o próprio emissor de dados e informações, em um lugar formado como um sistema ecológico do mundo das ideias”.

Assim, os estudiosos que defendem a cibercultura argumentam que ela representa uma etapa marcada pela “desmassificação” e que, por conseguinte, o conceito de comunicação na gestão pública não pode ser mais o de “massas”, pois o indivíduo passa a poder fazer suas próprias escolhas, construindo assim sua personalidade livremente. No entanto, isso não significa que estejamos em uma sociedade mais igualitária a partir dessas tecnologias, mesmo com toda a possibilidade de se criar um espaço de conflito, de informação e distribuição em rede, pois, conforme evidencia Maffessoli (1998, p. 161):

É óbvio que, apesar de todas as precauções, (“igualdade proporcional”, por exemplo), estamos longe do igualitarismo [...]. Não é menos verdade que encontramos neste travejamento cultural ao mesmo tempo uma solidariedade real, ainda que limitada ao grupo ou, pelo menos, ao que é proxêmico.

Conclusão

Alguns dos aspectos aqui pesquisados em relação à forma de utilização do governo eletrônico na gestão brasileira sugerem, de acordo com os dados elencados, que o país ainda não proporciona aos usuários todo o potencial esperado e, muito menos, cumpre com os objetivos apontados pelo próprio governo.

Muitas das vezes, os serviços e informações governamentais encontram-se tão dispersos que repetem, no ambiente virtual, as suas estruturas físicas: confusas e pouco preparadas para atender às novas demandas sociais.

Outro aspecto a ser enfatizado é o fato de que os resultados corroboram o potencial do governo eletrônico em transformar as relações comunicacionais entre governo e cidadãos. No entanto, em muitos casos, os serviços dos portais brasileiros, ainda que destacada a importância da divulgação de informação, não recorrem plenamente ao uso das tecnologias para promover uma verdadeira interatividade com a sociedade. Privilegiam, dessa forma, um modelo de via única: o do government-to-citizen, o que reforça o conceito do governo como emissor/difusor e do cidadão como um simples receptor, remetendo a um velho conceito: o de massas.

A esse propósito, Castells (2012, p. 178) adverte:

A incerteza de um processo de mudança política inexplorado parece construir a principal barreira a superar para movimentos que já expuseram a ilegitimidade dos atuais poderes constituídos. No entanto, o amor entre ativismo social e reformismo político não parece impossível. É simplesmente oculto da vista do público, enquanto os cidadãos oscilam mentalmente entre desejo e resignação.

Apesar das estratégias de governança pública no Brasil, as experiências dos usuários e os conteúdos gerados na contemporaneidade vêm tornando a comunicação mais colaborativa e aberta, sendo inegável a construção de uma inteligência coletiva em rede. A informação continua com seu valor ideológico e cultural, mas o peso da opinião individual instiga, a cada dia, a possibilidade de mobilização entre os conectados, o que, se não é o suficiente para mudar a administração pública, é, no mínimo, objeto de estudo acadêmico.

Referências

ANJOS, Gilda Maria Azevedo Alves dos; EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Cidadania virtual: O espetáculo do governo eletrônico. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 30, p. 59-76, 2011.

ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais



abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, Edição Temática sobre Governo Eletrônico, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em : <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/880> Acesso em 25 de setembro de 2018.

ARAÚJO, Richard Medeiros de et al. Governo Eletrônico: um estudo sobre as possibilidades de participação do cidadão. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 73-90, 2013.

BARBOSA, Henriane; HAYASHI, Maria Cristina; RIGOLIN, Camila. Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 143-159, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/16388/12480>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

PEREIRA, Rafael H. M. Resenha de “O Leviatã eletrônico: a trama política que colocou o Estado na internet”. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 12, n. 25, p. 342-358, set./dez. 2010.

BERNARDES, Marciele Berger; SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires José. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 761-792, maio/jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n3/0034-7612-rap-49-03-00761.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

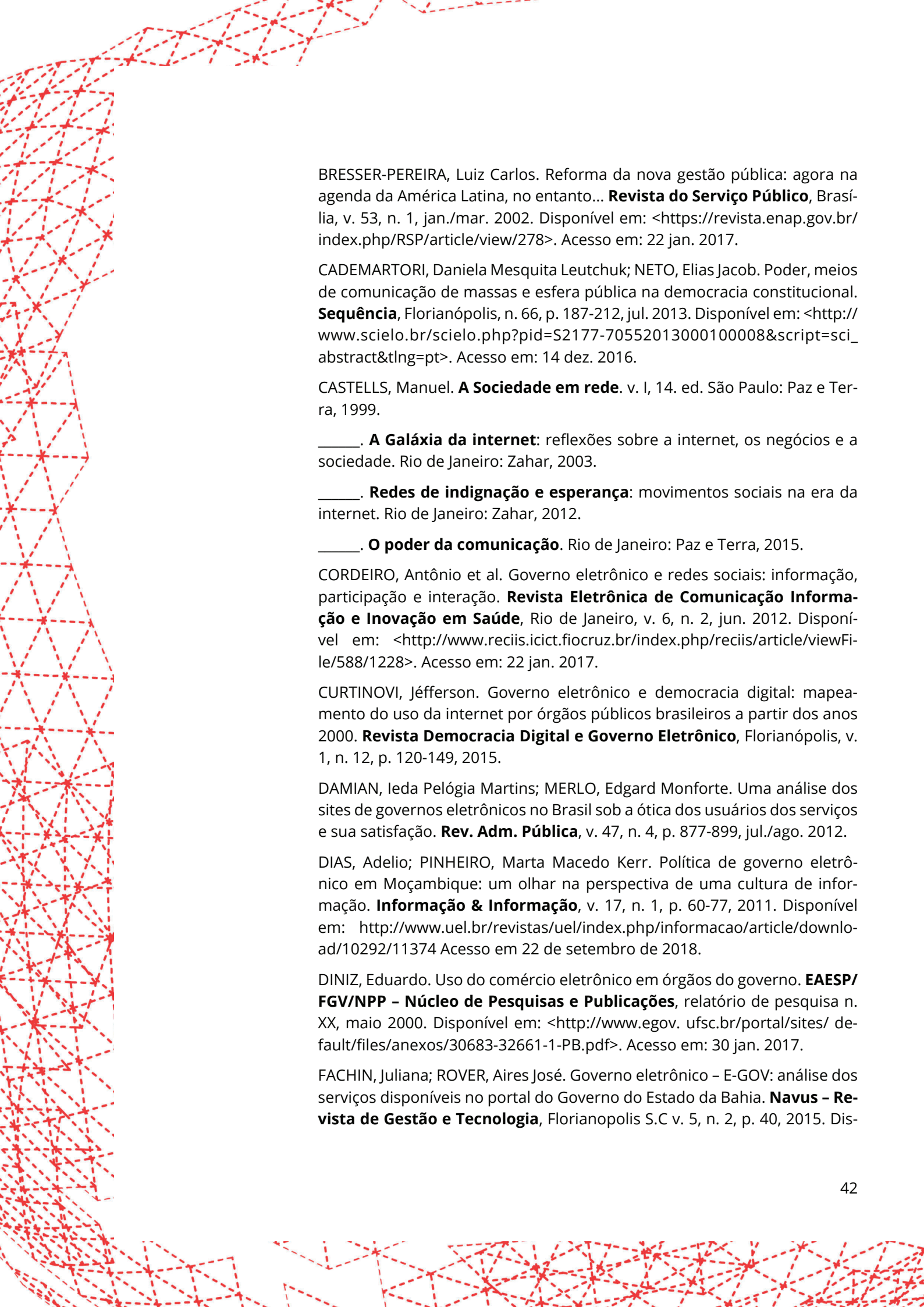
BRASIL. Controladoria Geral da União. 3º Relatório Anual sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Poder Executivo Federal. 2014. **Acesso à Informação – Governo Federal**. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/relatorio_3anos_web.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Panorama setorial da internet – Acesso à internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. **Universalização do acesso**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. TIC Governo Eletrônico 2015. **Site do Cetic**. 2015. Disponível em: <<http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. Presidência da República. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. **Site do Planalto Central**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRITO, Israel. **Política da qualidade**: gestão de pequenas e médias empresas. São Gonçalo, 2006 (Apostila Universidade Salgado de Oliveira).



BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, jan./mar. 2002. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/278>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk; NETO, Elias Jacob. Poder, meios de comunicação de massas e esfera pública na democracia constitucional. **Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 187-212, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2177-70552013000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. v. I, 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CORDEIRO, Antônio et al. Governo eletrônico e redes sociais: informação, participação e interação. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/588/1228>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

CURTINOVI, Jéfferson. Governo eletrônico e democracia digital: mapeamento do uso da internet por órgãos públicos brasileiros a partir dos anos 2000. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 120-149, 2015.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; MERLO, Edgard Monforte. Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação. **Rev. Adm. Pública**, v. 47, n. 4, p. 877-899, jul./ago. 2012.

DIAS, Adelio; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política de governo eletrônico em Moçambique: um olhar na perspectiva de uma cultura de informação. **Informação & Informação**, v. 17, n. 1, p. 60-77, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/10292/11374> Acesso em 22 de setembro de 2018.

DINIZ, Eduardo. Uso do comércio eletrônico em órgãos do governo. **EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações**, relatório de pesquisa n. XX, maio 2000. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30683-32661-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FACHIN, Juliana; ROVER, Aires José. Governo eletrônico – E-GOV: análise dos serviços disponíveis no portal do Governo do Estado da Bahia. **Navus – Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis S.C v. 5, n. 2, p. 40, 2015. Dis-

ponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/245/217>
Acesso em: 22 de setembro de 2018.

FREITAS, Rony Klay Viana de; LUFT, Maria Conceição Melo Silva. Índice de governança eletrônica nos municípios: uma análise do estado de Sergipe. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 56-73, 2014. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/download/1787/992> Acesso em: 25 de setembro de 2018.

GILDER, George. **Telecosmo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 8, p. 5-40, dez. 2007. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613>. Acesso em: 15 nov. 2016.

LOPES, Francisco Cristiano. Princípios e diretrizes gerais de implantação e operabilidade do governo eletrônico no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, RS, v. XIV, n. 87, abr. 2011. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9292&revista_caderno=17. Acesso em: 26 nov. 2015.

LUNA-REYES, Luis Felipe; GIL-GARCIA, J. Ramon; ROMERO Georgina. Towards a multidimensional model for evaluating electronic government: Proposing a more comprehensive and integrative perspective. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 324-334, 2012.

MAFFESSOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

NASCIMENTO, Stefanie Giulyane Vilela do; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; DIAS, Guilherme Ataíde. A tecnologia da informação e a gestão pública. **MPGOA**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 167-182, jan. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/mpgoa/article/view/15347>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ONU. Relatório da ONU sobre e-government. **UN E-Government Knowledgebase**. 2010. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Reports/UN-e-government-Survey-2010>. Acesso em: 2 ago. 2015.

PAES, Bárbara et al. Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública em 2014. Artigo 19 Brasil. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/05/Monitoramento-da-Lei-de-Aces>

so-%C3%80-Inforna%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-em-2014.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PERIOTTO, Álvaro. Estudo da utilização do governo eletrônico pelas prefeituras paranaenses das regiões da Comcam e Amusep. **Revista Gestão e Conhecimento** Publicação semestral da Faculdade FACET Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná Volume6, nº1 - jan/jul 2012 disponível em: <https://www.facet.br/gc/artigos/completo.php?artigo=43&formato=pdf> Acesso em 22 de setembro 2018.

PIANA, Ricardo Sebastián. Gobierno electrónico: gobierno, tecnologías y reformas. La Plata, ARG: Universidad Nacional de La Plata, 2007. **Site Repositório Cepal**. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7330/1/S1100145_es.pdf Acesso em: 15 dez. 2016.

PRADO, Edmir Parada Vasques et al. Iniciativas de governo eletrônico: análise das relações entre nível de governo e características dos projetos em casos de sucesso. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**. Edição Temática sobre Governo Eletrônico. v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/793> Acesso em 24 de setembro de 2018.

RAMPELOTTO, Alexandre; LÖBLER, Mauri Leodir; VISENTINI, Monize Sâmara. Avaliação do sítio da Receita Federal do Brasil como medida da efetividade do governo eletrônico para o cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 959-983, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4627/RAMPELOTTO%2C%20ALEXANDRE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 23 de setembro de 2018.

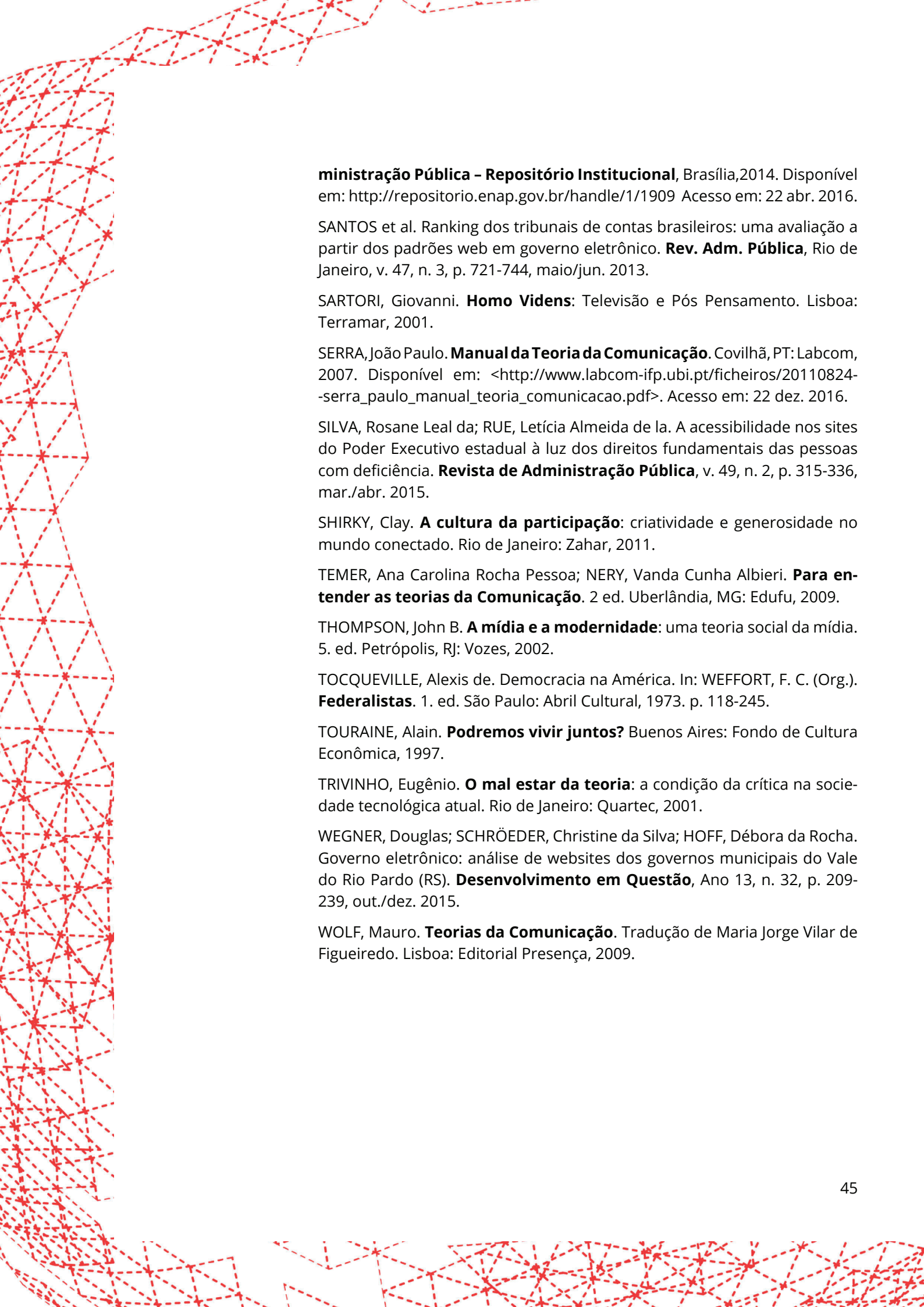
ROTHBERG, Danilo; LIBERATO, Fabíola de Paula. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, São Paulo, n. 6, p. 69-96, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135189>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

RÜDIGER, Francisco. A reflexão teórica em cibercultura e a atualidade da polêmica sobre a cultura de massas. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 45-61, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38308/41147/> Acesso em: 24 setembro. 2018.

_____. **Teorias da Cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SAMPAIO, Maria Ângela da Costa Lino Franco et al. Participação digital e governo eletrônico abertura para qual cidadania? **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 2, p. 214-225, out. 2014. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cidades_digitais_e_governo_eletronico.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2018.

SANTOS, Lucimar Rizzo Lopes dos. Gestão e fiscalização de contratos administrativos: Módulo 3 – Fiscalização de Contrato. **Escola Nacional de Ad-**



ministração Pública – Repositório Institucional, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1909> Acesso em: 22 abr. 2016.

SANTOS et al. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 721-744, maio/jun. 2013.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns: Televisão e Pós Pensamento**. Lisboa: Terramar, 2001.

SERRA, João Paulo. **Manual da Teoria da Comunicação**. Covilhã, PT: Labcom, 2007. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-serra_paulo_manual_teorica_comunicacao.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

SILVA, Rosane Leal da; RUE, Letícia Almeida de la. A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 315-336, mar./abr. 2015.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da Comunicação**. 2 ed. Uberlândia, MG: Edufu, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. In: WEFFORT, F. C. (Org.). **Federalistas**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 118-245.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TRIVINHO, Eugênio. **O mal estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartec, 2001.

WEGNER, Douglas; SCHRÖEDER, Christine da Silva; HOFF, Débora da Rocha. Governo eletrônico: análise de websites dos governos municipais do Vale do Rio Pardo (RS). **Desenvolvimento em Questão**, Ano 13, n. 32, p. 209-239, out./dez. 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil

La campaña publicitaria “Agro es tech, agro es pop, agro es todo” de la Red Globo de Televisión como difusora de la propaganda sobre el agronegocio en Brasil

The advertising campaign “Agro is tech, agro is pop, agro is everything” of Rede Globo de Televisão as propaganda on agribusiness in Brazil

Anderson David Gomes dos Santos

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília; Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor da unidade Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
Contato: andderson.santos@gmail.com

Danielle Viturino da Silva

Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar).
Contato: viturino.dani@gmail.com

Kleciane Nunes Maciel

Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar).
Contato: kleciane36@gmail.com

Artigo submetido em 22/04/2018

Aprovado em 20/08/2018



Resumo

Este artigo analisa a campanha publicitária “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo, a partir da função propaganda da indústria cultural. Em sua elaboração, foram realizados os seguintes passos: revisão da literatura acerca do agronegócio no Brasil; levantamento das mídias que fazem a difusão do setor; e análise das peças publicitárias. Esta pesquisa se estrutura, portanto, como qualitativa e descritiva. Constatou-se que o Grupo Globo difunde a ideia de que o agronegócio é a saída para o dinamismo no campo. O grupo é mais um elemento a defender o setor, que tem presença no Legislativo brasileiro.

Palavras-chave: Agro é pop. Publicidade. Propaganda. Rede Globo. Economia política da comunicação.

Resumen

Este artículo analiza la campaña publicitaria “Agro es *tech*, agro es *pop*, agro es todo” de la Red Globo a partir de la función propaganda de la Industria Cultural. En su elaboración se realizaron: revisión de literatura acerca del agronegocio em Brasil; el levantamiento mediático de los medios que hacen la difusión del sector; y el análisis de las piezas publicitarias. Esta investigación se estructura, por lo tanto, como cualitativa y descriptiva, que constató que el Grupo Globo difunde la idea de que el agronegocio es la salida para el dinamismo en el campo, siendo otro elemento a defender el sector, que tiene presencia en el Legislativo brasileño.

Palabras clave: Agro es pop. Publicidad. Red Globo. Economía política de la comunicación.

Abstract

This article analyzes the advertising campaign “Agro is tech, agro is pop, agro is everything” of Rede Globo based on the propaganda function of the Cultural Industry. In its elaboration, we accomplished a literature review about the agribusiness; media coverage of the diffusion of the sector; and analysis of advertising pieces. This research is structured, therefore, as qualitative and descriptive, which verified that Globo Group diffuses the idea that agribusiness is the outlet for dynamism in the field, being another element to defend the sector, which is present in the Brazilian legislature.

Keywords: Agro is pop. Publicity. Advertising. Rede Globo. Political economy of communication.

Introdução

O presente trabalho analisa a campanha publieditorial “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, desenvolvida pela Rede Globo de Televisão, campanha esta que faz referência ao agronegócio brasileiro. Toma-se, como conceito de análise, o da função propaganda da indústria cultural. Entende-se que a iniciativa do Grupo Globo é, propositalmente, a de defender os interesses de um setor político-econômico brasileiro, apontando possíveis características positivas de sua atuação.

Esta investigação é qualitativa e descritiva. Para sua elaboração, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para contextualizar o processo da investida do capitalismo no campo expresso pelo agronegócio – Souza Filho (2012), Andrades e Ganimi (2007) –, assim como conceitos de publicidade e propaganda – Bolaño (2000, 2012). Além disso, também como forma de contextualização para a análise, realizamos um levantamento das emissoras de televisão que fazem a difusão do setor agropecuário. A partir disso, analisamos o conjunto de peças publicitárias transmitidas de junho de 2016 a outubro de 2017, perfazendo um total de 42 peças.

Este artigo pretende atingir seus objetivos apresentando a seguinte estrutura: problematização sobre a atuação do agronegócio no Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto do ambiental, mas especialmente na esfera política; apresentação dos grupos midiáticos voltados a esse público; e, por fim, análise da campanha publieditorial “Agro é *pop*”.

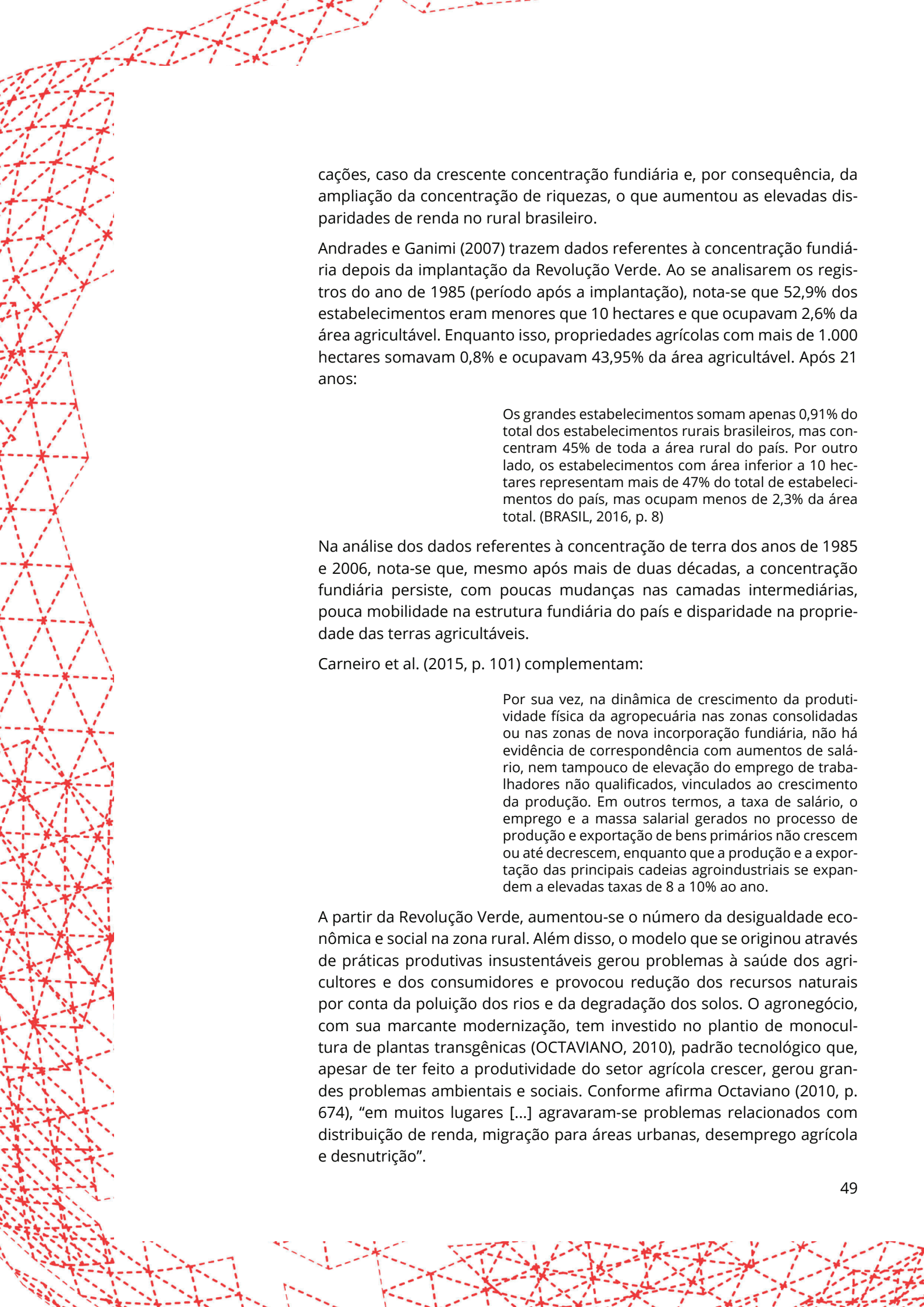
Capitalismo do campo

No Brasil contemporâneo, em que há uma forte ampliação do capitalismo para o campo, o agronegócio tem sido o modelo que assume essa investida e o padrão desenvolvimentista proposto para o setor rural brasileiro. Isso se explica pela tendência histórica de especialização da economia brasileira em bens primários para exportação e pela nova fase de produção agrícola, que, em decorrência do padrão tecnológico imposto pela chamada “Revolução Verde”¹, é altamente mecanizada e produtiva.

Visto isso, tem-se a necessidade de averiguar os impactos ocasionados a partir da Revolução Verde, cujo modelo de produção ficou conhecido pela mecanização da produção, pela produção em alta escala e pelo uso intensivo de insumos químicos. Souza Filho (2012, p. 666) a trata como um tipo de desequilíbrio econômico, pois “[...] a política de crédito rural induziu à adoção de um padrão tecnológico que veio acompanhado de degradação ambiental e ruptura social”.

No contexto econômico, observa-se que o modelo de produção capitalista no campo, através da implementação da Revolução Verde, propiciou o aumento da produtividade agrícola. Isso resultou em uma série de impli-

1. A expressão Revolução Verde representa uma política direcionada à “[...] difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas” (OCTAVIANO, 2010, p. 1).



cações, caso da crescente concentração fundiária e, por consequência, da ampliação da concentração de riquezas, o que aumentou as elevadas disparidades de renda no rural brasileiro.

Andrades e Ganimi (2007) trazem dados referentes à concentração fundiária depois da implantação da Revolução Verde. Ao se analisarem os registros do ano de 1985 (período após a implantação), nota-se que 52,9% dos estabelecimentos eram menores que 10 hectares e que ocupavam 2,6% da área agricultável. Enquanto isso, propriedades agrícolas com mais de 1.000 hectares somavam 0,8% e ocupavam 43,95% da área agricultável. Após 21 anos:

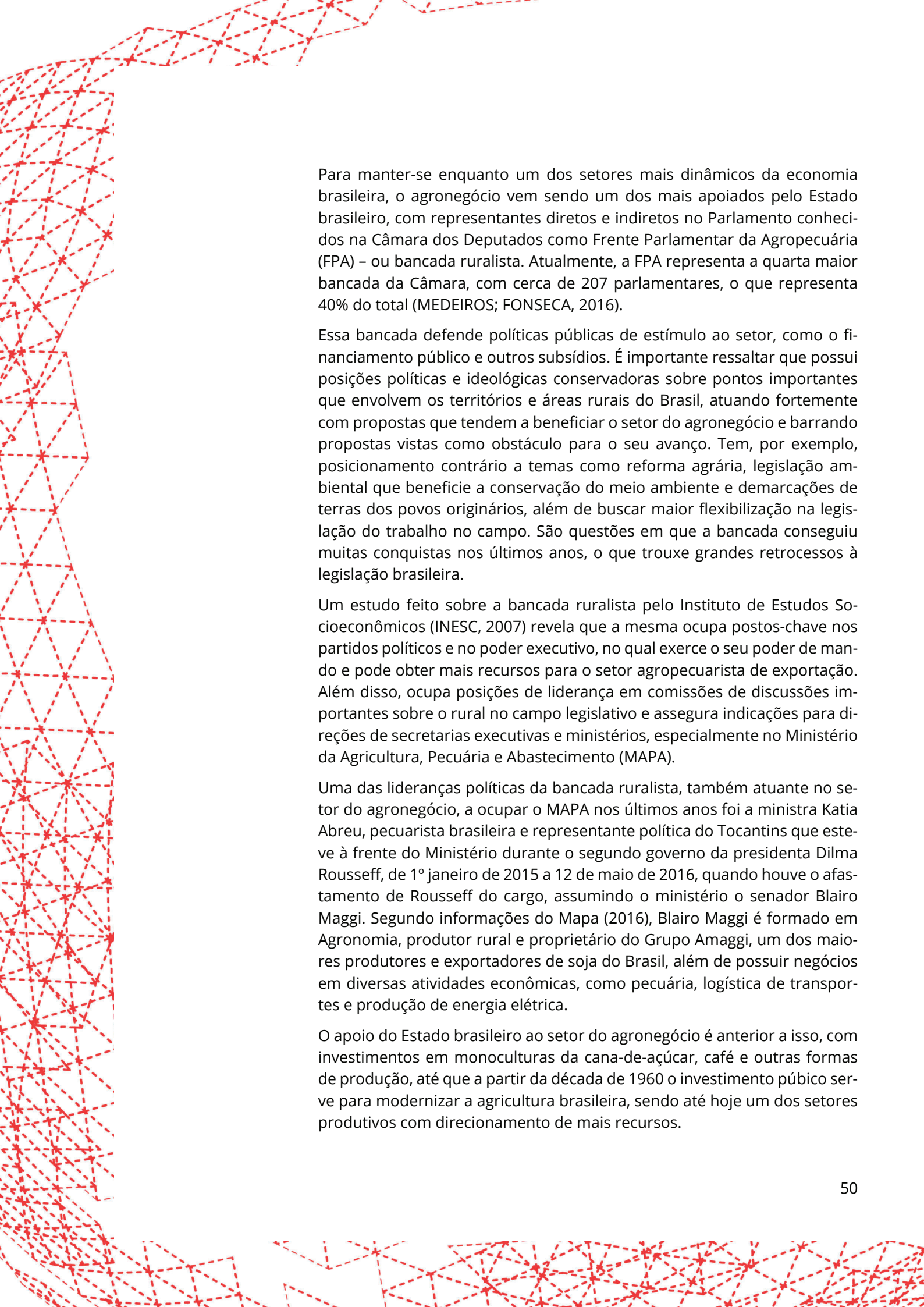
Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total. (BRASIL, 2016, p. 8)

Na análise dos dados referentes à concentração de terra dos anos de 1985 e 2006, nota-se que, mesmo após mais de duas décadas, a concentração fundiária persiste, com poucas mudanças nas camadas intermediárias, pouca mobilidade na estrutura fundiária do país e disparidade na propriedade das terras agricultáveis.

Carneiro et al. (2015, p. 101) complementam:

Por sua vez, na dinâmica de crescimento da produtividade física da agropecuária nas zonas consolidadas ou nas zonas de nova incorporação fundiária, não há evidência de correspondência com aumentos de salário, nem tampouco de elevação do emprego de trabalhadores não qualificados, vinculados ao crescimento da produção. Em outros termos, a taxa de salário, o emprego e a massa salarial gerados no processo de produção e exportação de bens primários não crescem ou até decrescem, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas de 8 a 10% ao ano.

A partir da Revolução Verde, aumentou-se o número da desigualdade econômica e social na zona rural. Além disso, o modelo que se originou através de práticas produtivas insustentáveis gerou problemas à saúde dos agricultores e dos consumidores e provocou redução dos recursos naturais por conta da poluição dos rios e da degradação dos solos. O agronegócio, com sua marcante modernização, tem investido no plantio de monocultura de plantas transgênicas (OCTAVIANO, 2010), padrão tecnológico que, apesar de ter feito a produtividade do setor agrícola crescer, gerou grandes problemas ambientais e sociais. Conforme afirma Octaviano (2010, p. 674), “em muitos lugares [...] agravaram-se problemas relacionados com distribuição de renda, migração para áreas urbanas, desemprego agrícola e desnutrição”.



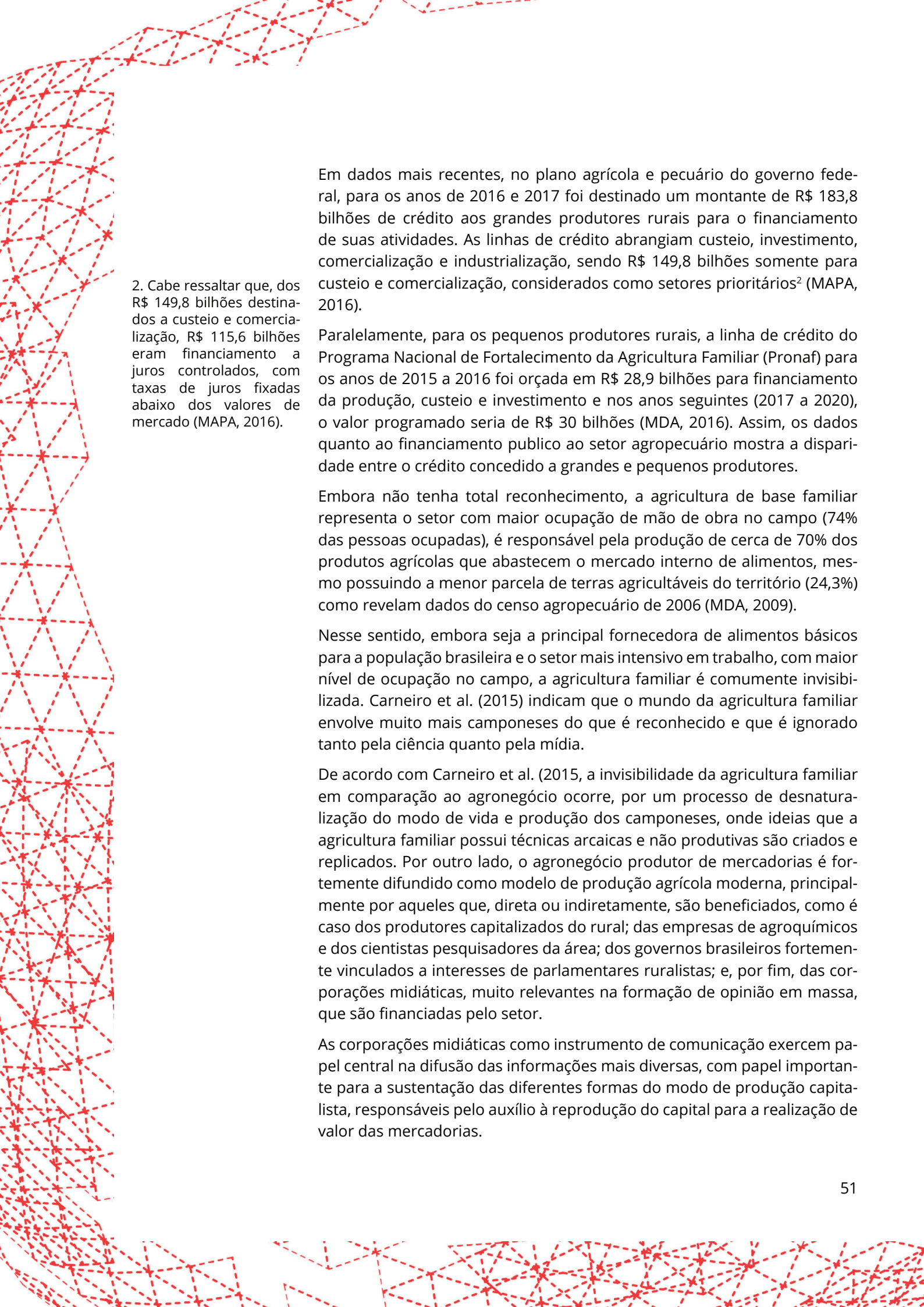
Para manter-se enquanto um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, o agronegócio vem sendo um dos mais apoiados pelo Estado brasileiro, com representantes diretos e indiretos no Parlamento conhecidos na Câmara dos Deputados como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – ou bancada ruralista. Atualmente, a FPA representa a quarta maior bancada da Câmara, com cerca de 207 parlamentares, o que representa 40% do total (MEDEIROS; FONSECA, 2016).

Essa bancada defende políticas públicas de estímulo ao setor, como o financiamento público e outros subsídios. É importante ressaltar que possui posições políticas e ideológicas conservadoras sobre pontos importantes que envolvem os territórios e áreas rurais do Brasil, atuando fortemente com propostas que tendem a beneficiar o setor do agronegócio e barrando propostas vistas como obstáculo para o seu avanço. Tem, por exemplo, posicionamento contrário a temas como reforma agrária, legislação ambiental que beneficie a conservação do meio ambiente e demarcações de terras dos povos originários, além de buscar maior flexibilização na legislação do trabalho no campo. São questões em que a bancada conseguiu muitas conquistas nos últimos anos, o que trouxe grandes retrocessos à legislação brasileira.

Um estudo feito sobre a bancada ruralista pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2007) revela que a mesma ocupa postos-chave nos partidos políticos e no poder executivo, no qual exerce o seu poder de mando e pode obter mais recursos para o setor agropecuarista de exportação. Além disso, ocupa posições de liderança em comissões de discussões importantes sobre o rural no campo legislativo e assegura indicações para direções de secretarias executivas e ministérios, especialmente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Uma das lideranças políticas da bancada ruralista, também atuante no setor do agronegócio, a ocupar o MAPA nos últimos anos foi a ministra Katia Abreu, pecuarista brasileira e representante política do Tocantins que esteve à frente do Ministério durante o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, de 1º janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016, quando houve o afastamento de Rousseff do cargo, assumindo o ministério o senador Blairo Maggi. Segundo informações do Mapa (2016), Blairo Maggi é formado em Agronomia, produtor rural e proprietário do Grupo Amaggi, um dos maiores produtores e exportadores de soja do Brasil, além de possuir negócios em diversas atividades econômicas, como pecuária, logística de transportes e produção de energia elétrica.

O apoio do Estado brasileiro ao setor do agronegócio é anterior a isso, com investimentos em monoculturas da cana-de-açúcar, café e outras formas de produção, até que a partir da década de 1960 o investimento público serve para modernizar a agricultura brasileira, sendo até hoje um dos setores produtivos com direcionamento de mais recursos.



2. Cabe ressaltar que, dos R\$ 149,8 bilhões destinados a custeio e comercialização, R\$ 115,6 bilhões eram financiamento a juros controlados, com taxas de juros fixadas abaixo dos valores de mercado (MAPA, 2016).

Em dados mais recentes, no plano agrícola e pecuário do governo federal, para os anos de 2016 e 2017 foi destinado um montante de R\$ 183,8 bilhões de crédito aos grandes produtores rurais para o financiamento de suas atividades. As linhas de crédito abrangiam custeio, investimento, comercialização e industrialização, sendo R\$ 149,8 bilhões somente para custeio e comercialização, considerados como setores prioritários² (MAPA, 2016).

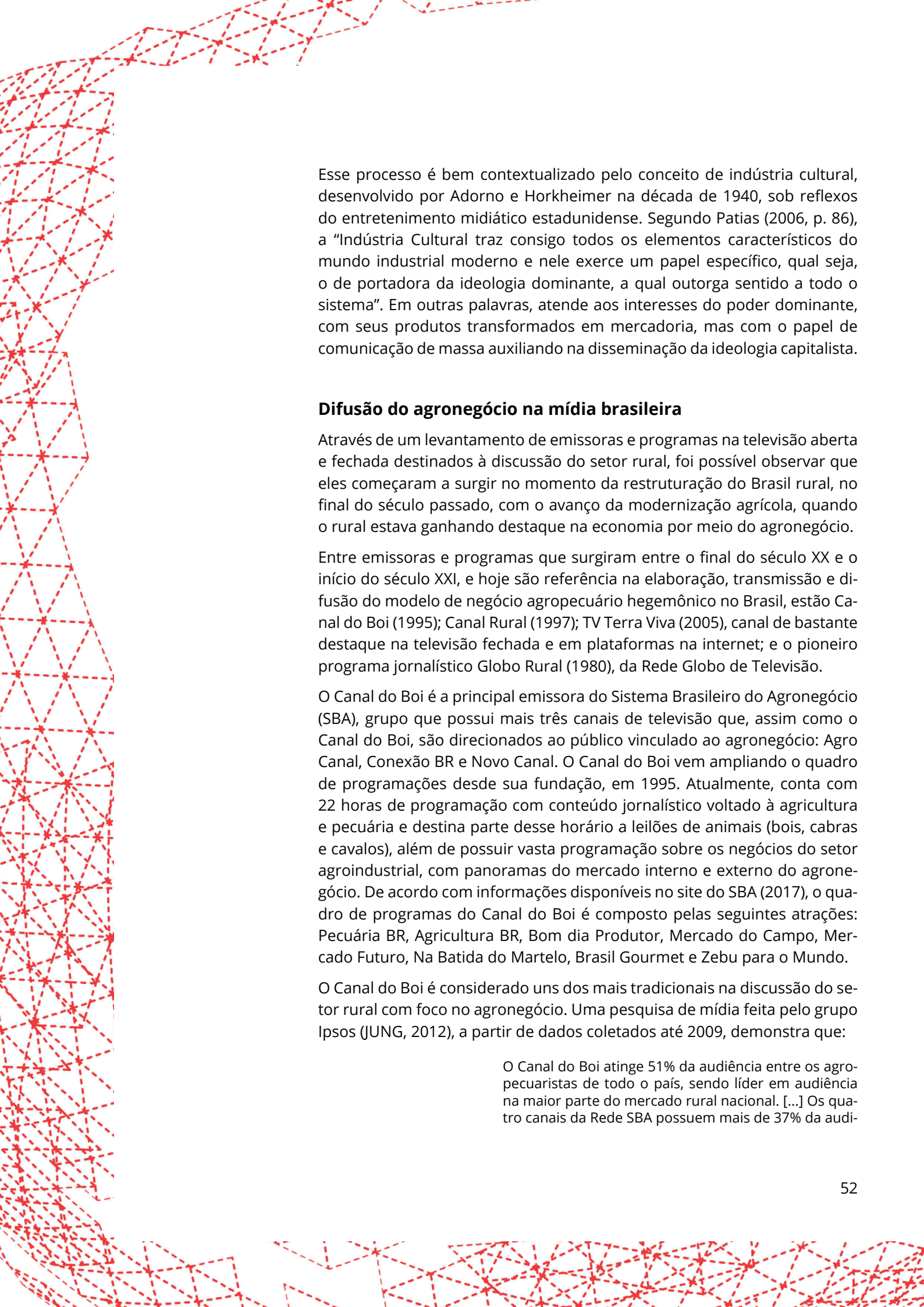
Paralelamente, para os pequenos produtores rurais, a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para os anos de 2015 a 2016 foi orçada em R\$ 28,9 bilhões para financiamento da produção, custeio e investimento e nos anos seguintes (2017 a 2020), o valor programado seria de R\$ 30 bilhões (MDA, 2016). Assim, os dados quanto ao financiamento público ao setor agropecuário mostra a disparidade entre o crédito concedido a grandes e pequenos produtores.

Embora não tenha total reconhecimento, a agricultura de base familiar representa o setor com maior ocupação de mão de obra no campo (74% das pessoas ocupadas), é responsável pela produção de cerca de 70% dos produtos agrícolas que abastecem o mercado interno de alimentos, mesmo possuindo a menor parcela de terras agricultáveis do território (24,3%) como revelam dados do censo agropecuário de 2006 (MDA, 2009).

Nesse sentido, embora seja a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira e o setor mais intensivo em trabalho, com maior nível de ocupação no campo, a agricultura familiar é comumente invisibilizada. Carneiro et al. (2015) indicam que o mundo da agricultura familiar envolve muito mais camponeses do que é reconhecido e que é ignorado tanto pela ciência quanto pela mídia.

De acordo com Carneiro et al. (2015), a invisibilidade da agricultura familiar em comparação ao agronegócio ocorre, por um processo de desnaturalização do modo de vida e produção dos camponeses, onde ideias que a agricultura familiar possui técnicas arcaicas e não produtivas são criadas e replicadas. Por outro lado, o agronegócio produtor de mercadorias é fortemente difundido como modelo de produção agrícola moderna, principalmente por aqueles que, direta ou indiretamente, são beneficiados, como é caso dos produtores capitalizados do rural; das empresas de agroquímicos e dos cientistas pesquisadores da área; dos governos brasileiros fortemente vinculados a interesses de parlamentares ruralistas; e, por fim, das corporações midiáticas, muito relevantes na formação de opinião em massa, que são financiadas pelo setor.

As corporações midiáticas como instrumento de comunicação exercem papel central na difusão das informações mais diversas, com papel importante para a sustentação das diferentes formas do modo de produção capitalista, responsáveis pelo auxílio à reprodução do capital para a realização de valor das mercadorias.



Esse processo é bem contextualizado pelo conceito de indústria cultural, desenvolvido por Adorno e Horkheimer na década de 1940, sob reflexos do entretenimento midiático estadunidense. Segundo Patias (2006, p. 86), a “Indústria Cultural traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema”. Em outras palavras, atende aos interesses do poder dominante, com seus produtos transformados em mercadoria, mas com o papel de comunicação de massa auxiliando na disseminação da ideologia capitalista.

Difusão do agronegócio na mídia brasileira

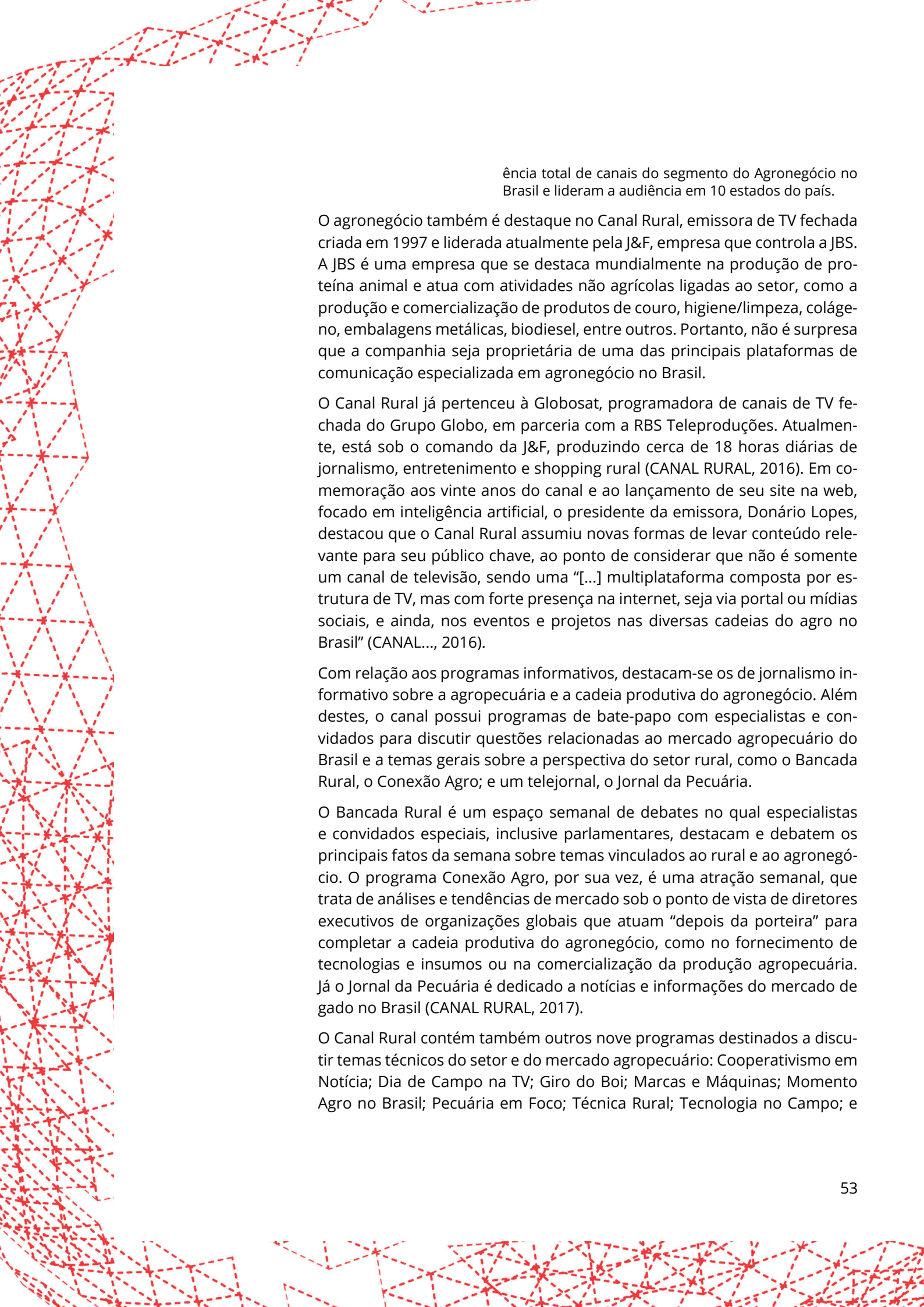
Através de um levantamento de emissoras e programas na televisão aberta e fechada destinados à discussão do setor rural, foi possível observar que eles começaram a surgir no momento da reestruturação do Brasil rural, no final do século passado, com o avanço da modernização agrícola, quando o rural estava ganhando destaque na economia por meio do agronegócio.

Entre emissoras e programas que surgiram entre o final do século XX e o início do século XXI, e hoje são referência na elaboração, transmissão e difusão do modelo de negócio agropecuário hegemônico no Brasil, estão Canal do Boi (1995); Canal Rural (1997); TV Terra Viva (2005), canal de bastante destaque na televisão fechada e em plataformas na internet; e o pioneiro programa jornalístico Globo Rural (1980), da Rede Globo de Televisão.

O Canal do Boi é a principal emissora do Sistema Brasileiro do Agronegócio (SBA), grupo que possui mais três canais de televisão que, assim como o Canal do Boi, são direcionados ao público vinculado ao agronegócio: Agro Canal, Conexão BR e Novo Canal. O Canal do Boi vem ampliando o quadro de programações desde sua fundação, em 1995. Atualmente, conta com 22 horas de programação com conteúdo jornalístico voltado à agricultura e pecuária e destina parte desse horário a leilões de animais (bois, cabras e cavalos), além de possuir vasta programação sobre os negócios do setor agroindustrial, com panoramas do mercado interno e externo do agronegócio. De acordo com informações disponíveis no site do SBA (2017), o quadro de programas do Canal do Boi é composto pelas seguintes atrações: Pecuária BR, Agricultura BR, Bom dia Produtor, Mercado do Campo, Mercado Futuro, Na Batida do Martelo, Brasil Gourmet e Zebu para o Mundo.

O Canal do Boi é considerado uns dos mais tradicionais na discussão do setor rural com foco no agronegócio. Uma pesquisa de mídia feita pelo grupo Ipsos (JUNG, 2012), a partir de dados coletados até 2009, demonstra que:

O Canal do Boi atinge 51% da audiência entre os agropecuaristas de todo o país, sendo líder em audiência na maior parte do mercado rural nacional. [...] Os quatro canais da Rede SBA possuem mais de 37% da audi-



ência total de canais do segmento do Agronegócio no Brasil e lideram a audiência em 10 estados do país.

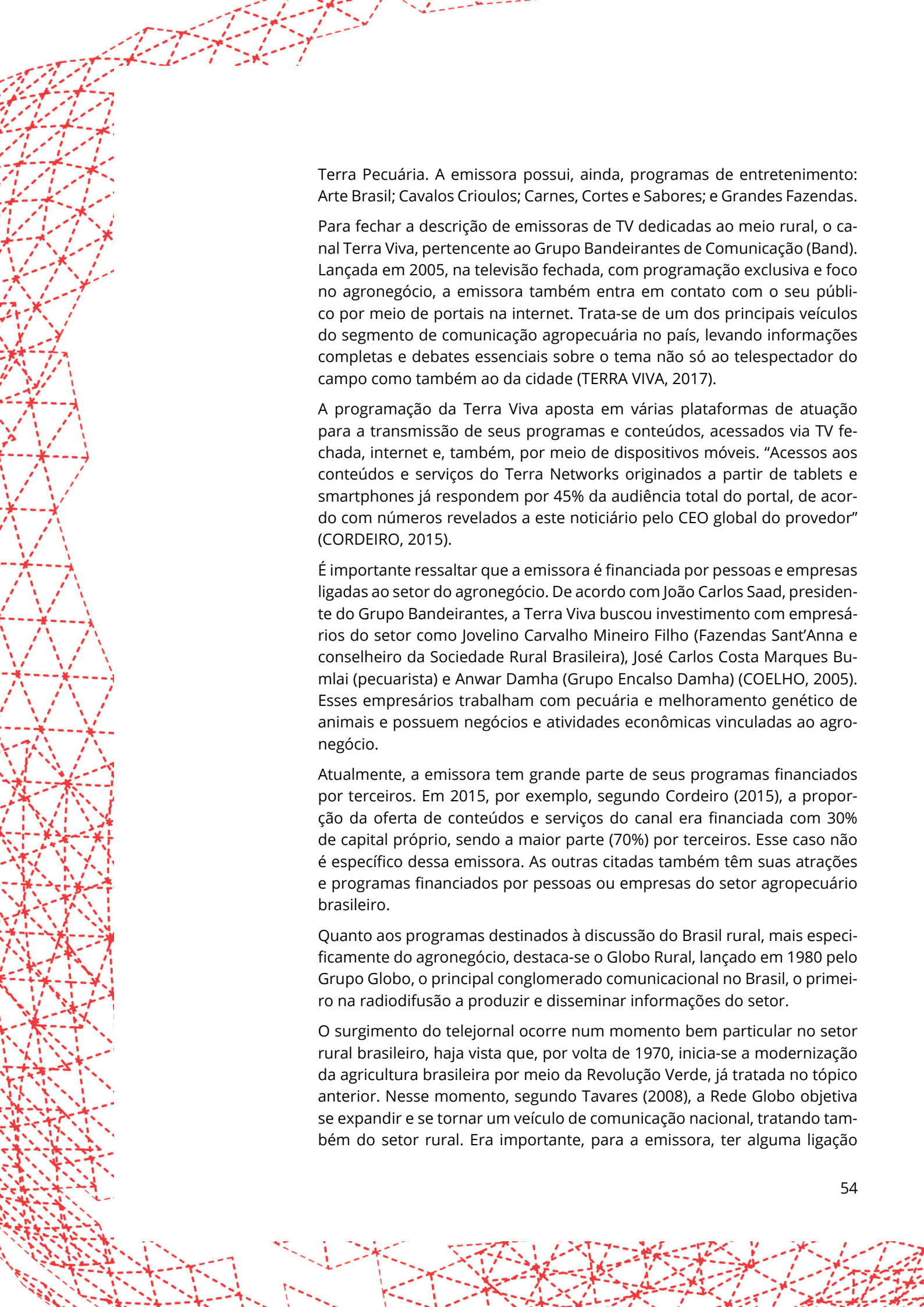
O agronegócio também é destaque no Canal Rural, emissora de TV fechada criada em 1997 e liderada atualmente pela J&F, empresa que controla a JBS. A JBS é uma empresa que se destaca mundialmente na produção de proteína animal e atua com atividades não agrícolas ligadas ao setor, como a produção e comercialização de produtos de couro, higiene/limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros. Portanto, não é surpresa que a companhia seja proprietária de uma das principais plataformas de comunicação especializada em agronegócio no Brasil.

O Canal Rural já pertenceu à Globosat, programadora de canais de TV fechada do Grupo Globo, em parceria com a RBS Teleproduções. Atualmente, está sob o comando da J&F, produzindo cerca de 18 horas diárias de jornalismo, entretenimento e shopping rural (CANAL RURAL, 2016). Em comemoração aos vinte anos do canal e ao lançamento de seu site na web, focado em inteligência artificial, o presidente da emissora, Donário Lopes, destacou que o Canal Rural assumiu novas formas de levar conteúdo relevante para seu público chave, ao ponto de considerar que não é somente um canal de televisão, sendo uma “[...] multiplataforma composta por estrutura de TV, mas com forte presença na internet, seja via portal ou mídias sociais, e ainda, nos eventos e projetos nas diversas cadeias do agro no Brasil” (CANAL..., 2016).

Com relação aos programas informativos, destacam-se os de jornalismo informativo sobre a agropecuária e a cadeia produtiva do agronegócio. Além destes, o canal possui programas de bate-papo com especialistas e convidados para discutir questões relacionadas ao mercado agropecuário do Brasil e a temas gerais sobre a perspectiva do setor rural, como o Bancada Rural, o Conexão Agro; e um telejornal, o Jornal da Pecuária.

O Bancada Rural é um espaço semanal de debates no qual especialistas e convidados especiais, inclusive parlamentares, destacam e debatem os principais fatos da semana sobre temas vinculados ao rural e ao agronegócio. O programa Conexão Agro, por sua vez, é uma atração semanal, que trata de análises e tendências de mercado sob o ponto de vista de diretores executivos de organizações globais que atuam “depois da porteira” para completar a cadeia produtiva do agronegócio, como no fornecimento de tecnologias e insumos ou na comercialização da produção agropecuária. Já o Jornal da Pecuária é dedicado a notícias e informações do mercado de gado no Brasil (CANAL RURAL, 2017).

O Canal Rural contém também outros nove programas destinados a discutir temas técnicos do setor e do mercado agropecuário: Cooperativismo em Notícia; Dia de Campo na TV; Giro do Boi; Marcas e Máquinas; Momento Agro no Brasil; Pecuária em Foco; Técnica Rural; Tecnologia no Campo; e



Terra Pecuária. A emissora possui, ainda, programas de entretenimento: Arte Brasil; Cavalos Crioulos; Carnes, Cortes e Sabores; e Grandes Fazendas.

Para fechar a descrição de emissoras de TV dedicadas ao meio rural, o canal Terra Viva, pertencente ao Grupo Bandeirantes de Comunicação (Band). Lançada em 2005, na televisão fechada, com programação exclusiva e foco no agronegócio, a emissora também entra em contato com o seu público por meio de portais na internet. Trata-se de um dos principais veículos do segmento de comunicação agropecuária no país, levando informações completas e debates essenciais sobre o tema não só ao telespectador do campo como também ao da cidade (TERRA VIVA, 2017).

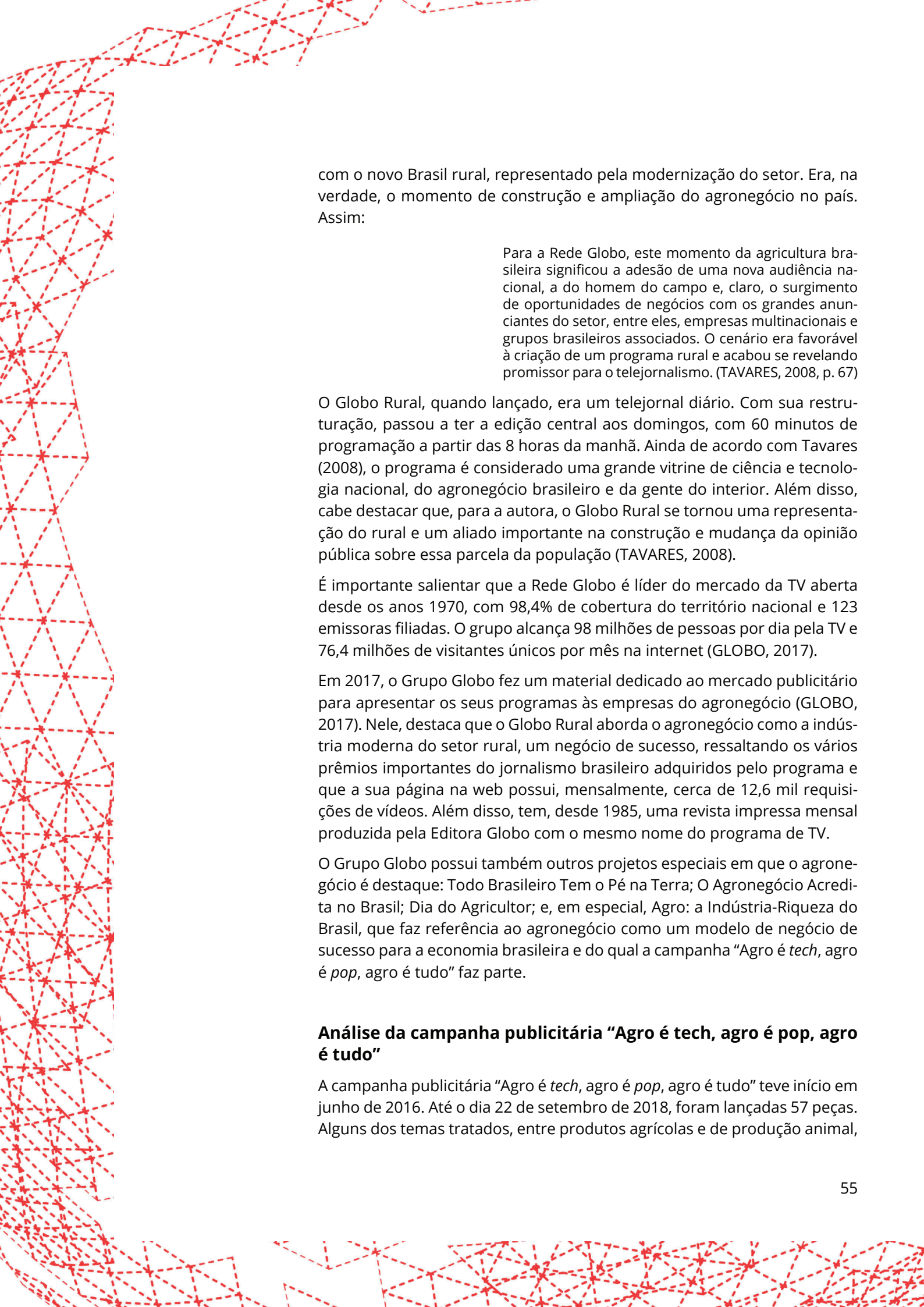
A programação da Terra Viva aposta em várias plataformas de atuação para a transmissão de seus programas e conteúdos, acessados via TV fechada, internet e, também, por meio de dispositivos móveis. “Acessos aos conteúdos e serviços do Terra Networks originados a partir de tablets e smartphones já respondem por 45% da audiência total do portal, de acordo com números revelados a este noticiário pelo CEO global do provedor” (CORDEIRO, 2015).

É importante ressaltar que a emissora é financiada por pessoas e empresas ligadas ao setor do agronegócio. De acordo com João Carlos Saad, presidente do Grupo Bandeirantes, a Terra Viva buscou investimento com empresários do setor como Jovelino Carvalho Mineiro Filho (Fazendas Sant’Anna e conselheiro da Sociedade Rural Brasileira), José Carlos Costa Marques Bumlai (pecuarista) e Anwar Damha (Grupo Encalso Damha) (COELHO, 2005). Esses empresários trabalham com pecuária e melhoramento genético de animais e possuem negócios e atividades econômicas vinculadas ao agronegócio.

Atualmente, a emissora tem grande parte de seus programas financiados por terceiros. Em 2015, por exemplo, segundo Cordeiro (2015), a proporção da oferta de conteúdos e serviços do canal era financiada com 30% de capital próprio, sendo a maior parte (70%) por terceiros. Esse caso não é específico dessa emissora. As outras citadas também têm suas atrações e programas financiados por pessoas ou empresas do setor agropecuário brasileiro.

Quanto aos programas destinados à discussão do Brasil rural, mais especificamente do agronegócio, destaca-se o Globo Rural, lançado em 1980 pelo Grupo Globo, o principal conglomerado comunicacional no Brasil, o primeiro na radiodifusão a produzir e disseminar informações do setor.

O surgimento do telejornal ocorre num momento bem particular no setor rural brasileiro, haja vista que, por volta de 1970, inicia-se a modernização da agricultura brasileira por meio da Revolução Verde, já tratada no tópico anterior. Nesse momento, segundo Tavares (2008), a Rede Globo objetiva se expandir e se tornar um veículo de comunicação nacional, tratando também do setor rural. Era importante, para a emissora, ter alguma ligação



com o novo Brasil rural, representado pela modernização do setor. Era, na verdade, o momento de construção e ampliação do agronegócio no país. Assim:

Para a Rede Globo, este momento da agricultura brasileira significou a adesão de uma nova audiência nacional, a do homem do campo e, claro, o surgimento de oportunidades de negócios com os grandes anunciantes do setor, entre eles, empresas multinacionais e grupos brasileiros associados. O cenário era favorável à criação de um programa rural e acabou se revelando promissor para o telejornalismo. (TAVARES, 2008, p. 67)

O Globo Rural, quando lançado, era um telejornal diário. Com sua reestruturação, passou a ter a edição central aos domingos, com 60 minutos de programação a partir das 8 horas da manhã. Ainda de acordo com Tavares (2008), o programa é considerado uma grande vitrine de ciência e tecnologia nacional, do agronegócio brasileiro e da gente do interior. Além disso, cabe destacar que, para a autora, o Globo Rural se tornou uma representação do rural e um aliado importante na construção e mudança da opinião pública sobre essa parcela da população (TAVARES, 2008).

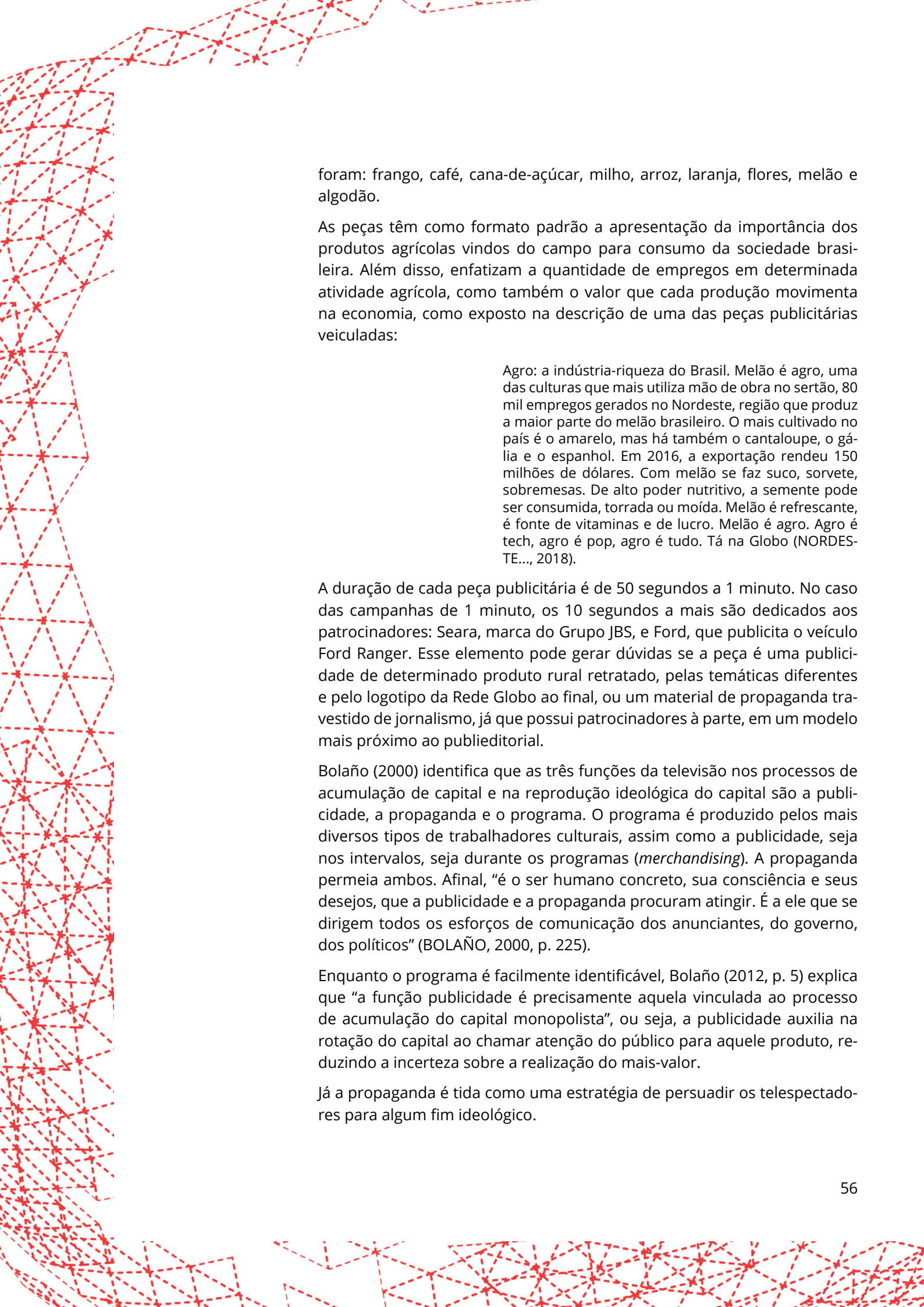
É importante salientar que a Rede Globo é líder do mercado da TV aberta desde os anos 1970, com 98,4% de cobertura do território nacional e 123 emissoras filiadas. O grupo alcança 98 milhões de pessoas por dia pela TV e 76,4 milhões de visitantes únicos por mês na internet (GLOBO, 2017).

Em 2017, o Grupo Globo fez um material dedicado ao mercado publicitário para apresentar os seus programas às empresas do agronegócio (GLOBO, 2017). Nele, destaca que o Globo Rural aborda o agronegócio como a indústria moderna do setor rural, um negócio de sucesso, ressaltando os vários prêmios importantes do jornalismo brasileiro adquiridos pelo programa e que a sua página na web possui, mensalmente, cerca de 12,6 mil requisições de vídeos. Além disso, tem, desde 1985, uma revista impressa mensal produzida pela Editora Globo com o mesmo nome do programa de TV.

O Grupo Globo possui também outros projetos especiais em que o agronegócio é destaque: Todo Brasileiro Tem o Pé na Terra; O Agronegócio Acredita no Brasil; Dia do Agricultor; e, em especial, Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil, que faz referência ao agronegócio como um modelo de negócio de sucesso para a economia brasileira e do qual a campanha “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” faz parte.

Análise da campanha publicitária “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”

A campanha publicitária “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” teve início em junho de 2016. Até o dia 22 de setembro de 2018, foram lançadas 57 peças. Alguns dos temas tratados, entre produtos agrícolas e de produção animal,



foram: frango, café, cana-de-açúcar, milho, arroz, laranja, flores, melão e algodão.

As peças têm como formato padrão a apresentação da importância dos produtos agrícolas vindos do campo para consumo da sociedade brasileira. Além disso, enfatizam a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimentada na economia, como exposto na descrição de uma das peças publicitárias veiculadas:

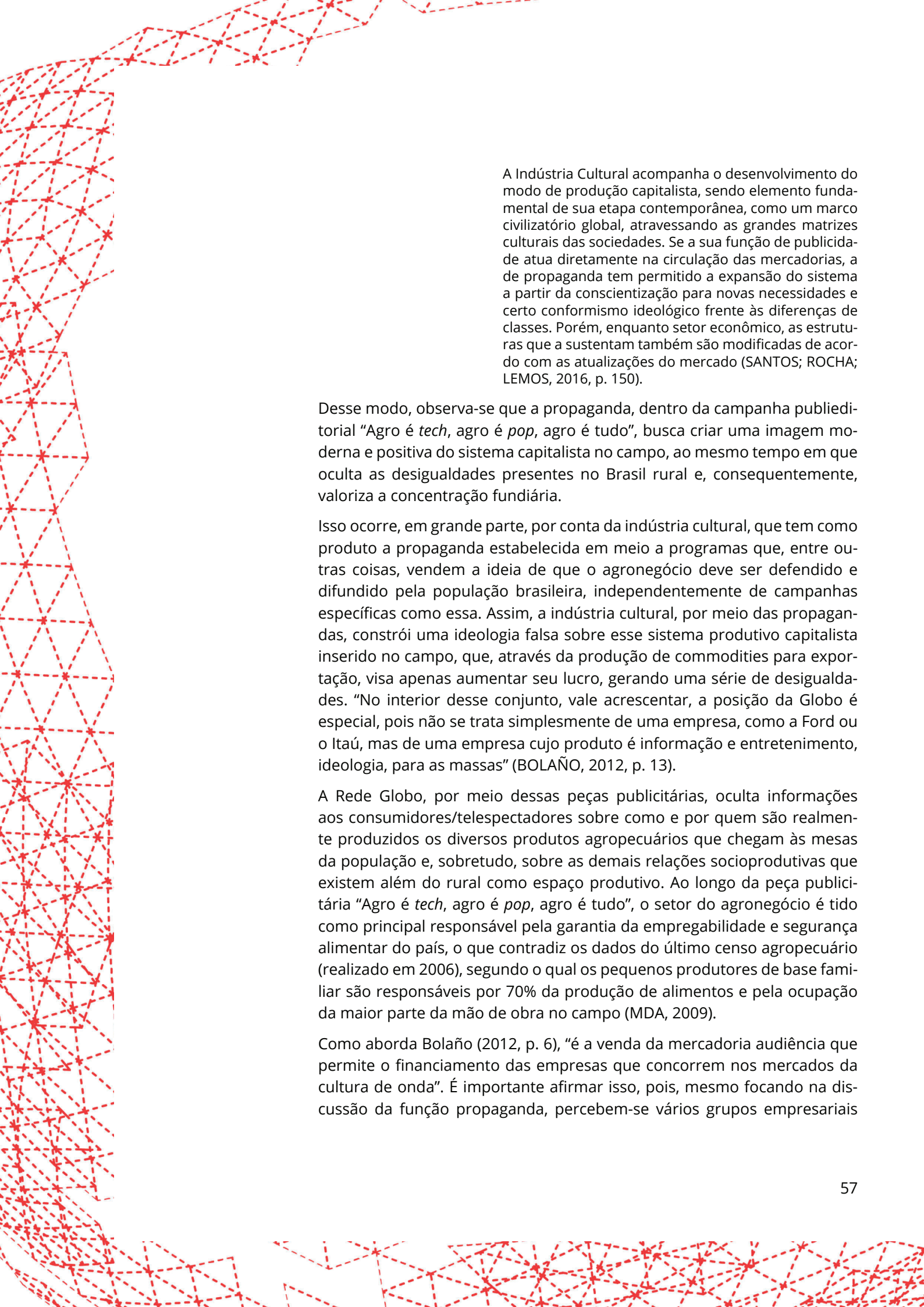
Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Melão é agro, uma das culturas que mais utiliza mão de obra no sertão, 80 mil empregos gerados no Nordeste, região que produz a maior parte do melão brasileiro. O mais cultivado no país é o amarelo, mas há também o cantaloupe, o gália e o espanhol. Em 2016, a exportação rendeu 150 milhões de dólares. Com melão se faz suco, sorvete, sobremesas. De alto poder nutritivo, a semente pode ser consumida, torrada ou moída. Melão é refrescante, é fonte de vitaminas e de lucro. Melão é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo (NORDESTE..., 2018).

A duração de cada peça publicitária é de 50 segundos a 1 minuto. No caso das campanhas de 1 minuto, os 10 segundos a mais são dedicados aos patrocinadores: Seara, marca do Grupo JBS, e Ford, que publicita o veículo Ford Ranger. Esse elemento pode gerar dúvidas se a peça é uma publicidade de determinado produto rural retratado, pelas temáticas diferentes e pelo logotipo da Rede Globo ao final, ou um material de propaganda travestido de jornalismo, já que possui patrocinadores à parte, em um modelo mais próximo ao publiteditorial.

Bolaño (2000) identifica que as três funções da televisão nos processos de acumulação de capital e na reprodução ideológica do capital são a publicidade, a propaganda e o programa. O programa é produzido pelos mais diversos tipos de trabalhadores culturais, assim como a publicidade, seja nos intervalos, seja durante os programas (*merchandising*). A propaganda permeia ambos. Afinal, “é o ser humano concreto, sua consciência e seus desejos, que a publicidade e a propaganda procuram atingir. É a ele que se dirigem todos os esforços de comunicação dos anunciantes, do governo, dos políticos” (BOLAÑO, 2000, p. 225).

Enquanto o programa é facilmente identificável, Bolaño (2012, p. 5) explica que “a função publicidade é precisamente aquela vinculada ao processo de acumulação do capital monopolista”, ou seja, a publicidade auxilia na rotação do capital ao chamar atenção do público para aquele produto, reduzindo a incerteza sobre a realização do mais-valor.

Já a propaganda é tida como uma estratégia de persuadir os telespectadores para algum fim ideológico.



A Indústria Cultural acompanha o desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo elemento fundamental de sua etapa contemporânea, como um marco civilizatório global, atravessando as grandes matrizes culturais das sociedades. Se a sua função de publicidade atua diretamente na circulação das mercadorias, a de propaganda tem permitido a expansão do sistema a partir da conscientização para novas necessidades e certo conformismo ideológico frente às diferenças de classes. Porém, enquanto setor econômico, as estruturas que a sustentam também são modificadas de acordo com as atualizações do mercado (SANTOS; ROCHA; LEMOS, 2016, p. 150).

Desse modo, observa-se que a propaganda, dentro da campanha publicitária "Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo", busca criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que oculta as desigualdades presentes no Brasil rural e, conseqüentemente, valoriza a concentração fundiária.

Isso ocorre, em grande parte, por conta da indústria cultural, que tem como produto a propaganda estabelecida em meio a programas que, entre outras coisas, vendem a ideia de que o agronegócio deve ser defendido e difundido pela população brasileira, independentemente de campanhas específicas como essa. Assim, a indústria cultural, por meio das propagandas, constrói uma ideologia falsa sobre esse sistema produtivo capitalista inserido no campo, que, através da produção de commodities para exportação, visa apenas aumentar seu lucro, gerando uma série de desigualdades. "No interior desse conjunto, vale acrescentar, a posição da Globo é especial, pois não se trata simplesmente de uma empresa, como a Ford ou o Itaú, mas de uma empresa cujo produto é informação e entretenimento, ideologia, para as massas" (BOLAÑO, 2012, p. 13).

A Rede Globo, por meio dessas peças publicitárias, oculta informações aos consumidores/telespectadores sobre como e por quem são realmente produzidos os diversos produtos agropecuários que chegam às mesas da população e, sobretudo, sobre as demais relações socioprodutivas que existem além do rural como espaço produtivo. Ao longo da peça publicitária "Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo", o setor do agronegócio é tido como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país, o que contradiz os dados do último censo agropecuário (realizado em 2006), segundo o qual os pequenos produtores de base familiar são responsáveis por 70% da produção de alimentos e pela ocupação da maior parte da mão de obra no campo (MDA, 2009).

Como aborda Bolaño (2012, p. 6), "é a venda da mercadoria audiência que permite o financiamento das empresas que concorrem nos mercados da cultura de onda". É importante afirmar isso, pois, mesmo focando na discussão da função propaganda, percebem-se vários grupos empresariais

que bancam o financiamento da radiodifusão a partir dos intervalos comerciais e do *merchandising*.

A Tabela 1, a seguir, traz as 15 principais corporações privadas que investem em anúncios nas redes de telecomunicação brasileiras. Nota-se uma diversa gama de empresas que atuam em diferentes setores na economia e apostam nos anúncios como uma forma de publicizar seus negócios. Destaca-se, dentre elas, a Brasil Foods (BRF), na nona posição em 2016, que representa uma das maiores companhias de alimentos no mundo e possui posição de liderança na produção de proteína animal no Brasil e no mundo; o setor é tratado na campanha publicitária “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”.

Tabela 1 – Top 15 anunciantes de televisão (2016)


Ranking	Anunciante	2015		2016	
		R\$	U\$	R\$	U\$
1	GENOMMA	3.951.520	1.217.980	3.448.380	995.401
2	VIA VAREJO	2.823.010	862.261	2.488.190	726.826
3	UNILEVER BRASIL	2.493.100	792.622	2.277.120	661.196
4	HYPERMARCAS	1.526.860	471.034	1.927.190	576.589
5	CAIXA GFC	1.545.520	470.032	1.229.430	360.166
6	PROCTER E GAMBLE	653.748	192.609	1.125.490	333.372
7	AMBEV	1.089.740	334.071	884.572	258.089
8	TELEFÔNICA	746.778	220.629	791.182	235.163
9	BRF BRASIL FOODS	703.573	218.713	791.123	233.487
10	GENERAL MOTORS			733.699	213.261
11	COCA-COLA			726.721	218.261
12	CERVEJARIA PETRÓPOLIS	691.602	208.954	705.525	205.419
13	CLARO			685.520	204.854
14	BCO DO BRASIL (GFC)	749.387	210.022	677.457	199.326
15	DOLLY	606.348	185.064	667.326	192.284

Fonte: Adaptado do Mídia Dados SP (2017).

Ao se analisar esse processo pelo olhar da construção simbólica da indústria cultural, é possível entender, a partir da percepção de Carneiro (2015), que esse modelo desenvolvimentista construído para o campo não poderia ser legitimado sem a força de um discurso poderoso, desenhando no imaginário de diferentes pessoas e nas diversas camadas da sociedade a promessa do progresso e do desenvolvimento. Desse modo é, de fato, construída a ideia do agronegócio como “a indústria-riqueza do Brasil” pela campanha do Grupo Globo.

Considerações finais

Ao longo do trabalho, buscou-se analisar a campanha publicitária “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, com base no



entendimento da função propaganda da indústria cultural e através da devida contextualização sobre o setor do agronegócio no Brasil e as relações econômicas e políticas envolvidas.

Depois de feita a análise da campanha e do cenário do qual ela faz parte, constatou-se que os maiores defensores do agronegócio são os produtores agropecuários e empresários do setor, os quais buscam cada vez mais o fortalecimento desse sistema produtivo, que visa, sobretudo, a maximização de lucros. São defensores do agronegócio, também, aqueles que indiretamente beneficiam-se com os negócios e atividades econômicas que compõem a cadeia produtiva do setor, como as grandes multinacionais de insumos e aparatos tecnológicos e as redes de comercialização e marketing de produtos para o segmento – é nessa última que a indústria cultural possui relevante posição.

A campanha aqui analisada conta com o grande poder de mercado, a audiência e o processo de constituição de formação de opinião de massa da Rede Globo de Televisão, que consegue construir uma imagem positiva de sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso – não só para o rural, já que, em meio a reflexos de uma crise econômica, “manteria o crescimento do Brasil” a partir da “indústria-riqueza do Brasil”.

Nesse sentido, a atuação da propaganda na campanha publicitária estudada ajuda a constituir uma ideologia sobre o campo brasileiro, disseminando a ideia de que o sistema produtivo capitalista a partir do agronegócio é o ideal. Além disso, esse processo encobre e destrói uma teia de relações existentes quanto ao modo de vida e de produzir no campo, que passa pelos pequenos produtores rurais, os quais exercem papel de destaque na produção agropecuária de abastecimento interno, são intensivos em trabalho e exercem papel de destaque para o setor rural em termos socioeconômicos.

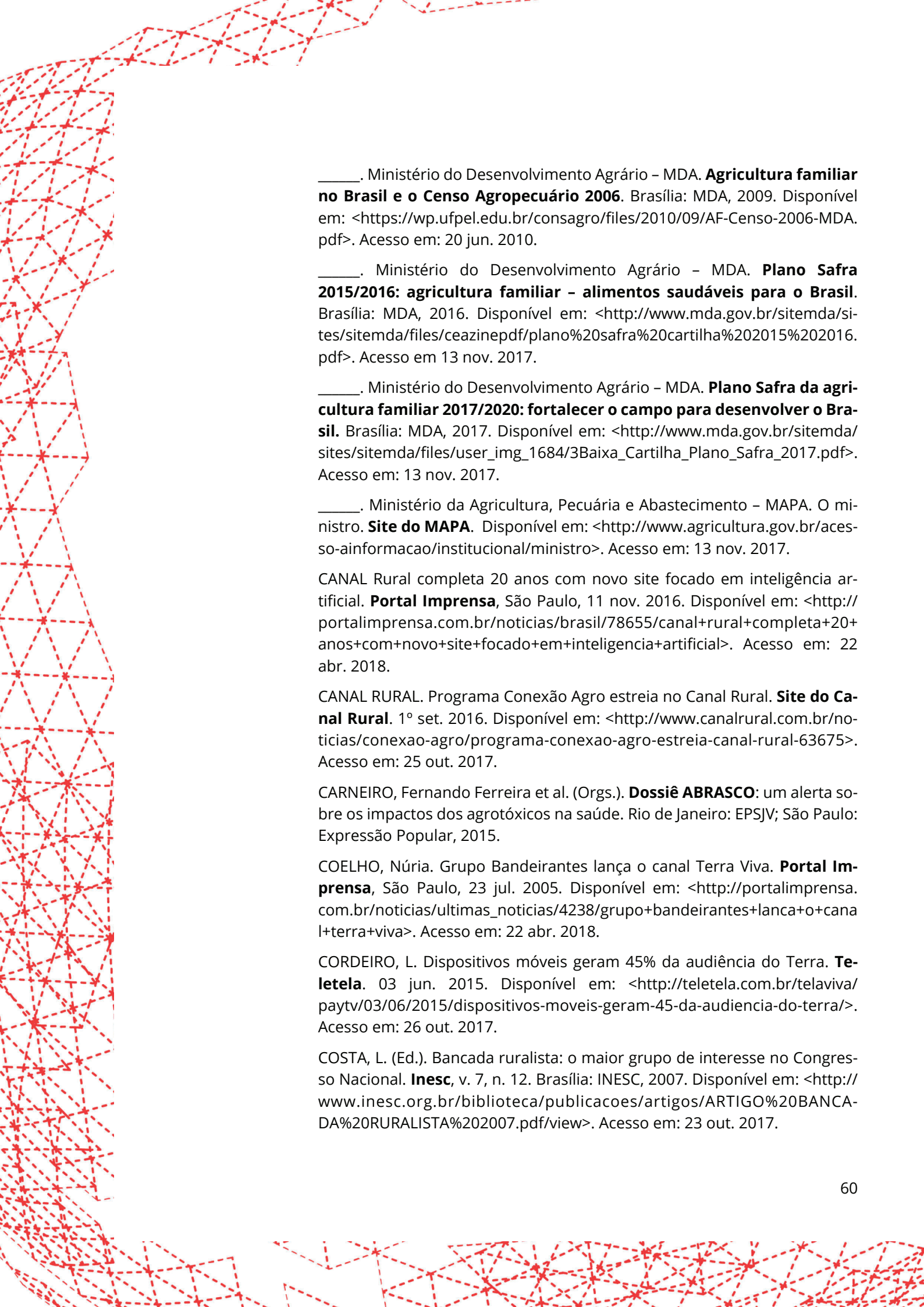
Referências

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, MG, v. 21, p. 43-56, 2007.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Considerações sobre a economia política do rádio no Brasil. **Eptic**, v. 14, n. 2, p. 1-19, maio-ago. 2012.

_____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2016-2017**. Brasília: MAPA/SPA, 2016.



_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Safra 2015/2016: agricultura familiar – alimentos saudáveis para o Brasil**. Brasília: MDA, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/plano%20safra%20cartilha%202015%202016.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Safra da agricultura familiar 2017/2020: fortalecer o campo para desenvolver o Brasil**. Brasília: MDA, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. O ministro. **Site do MAPA**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-ainformacao/institucional/ministro>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CANAL Rural completa 20 anos com novo site focado em inteligência artificial. **Portal Imprensa**, São Paulo, 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/78655/canal+rural+completa+20+anos+com+novo+site+focado+em+inteligencia+artificial>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

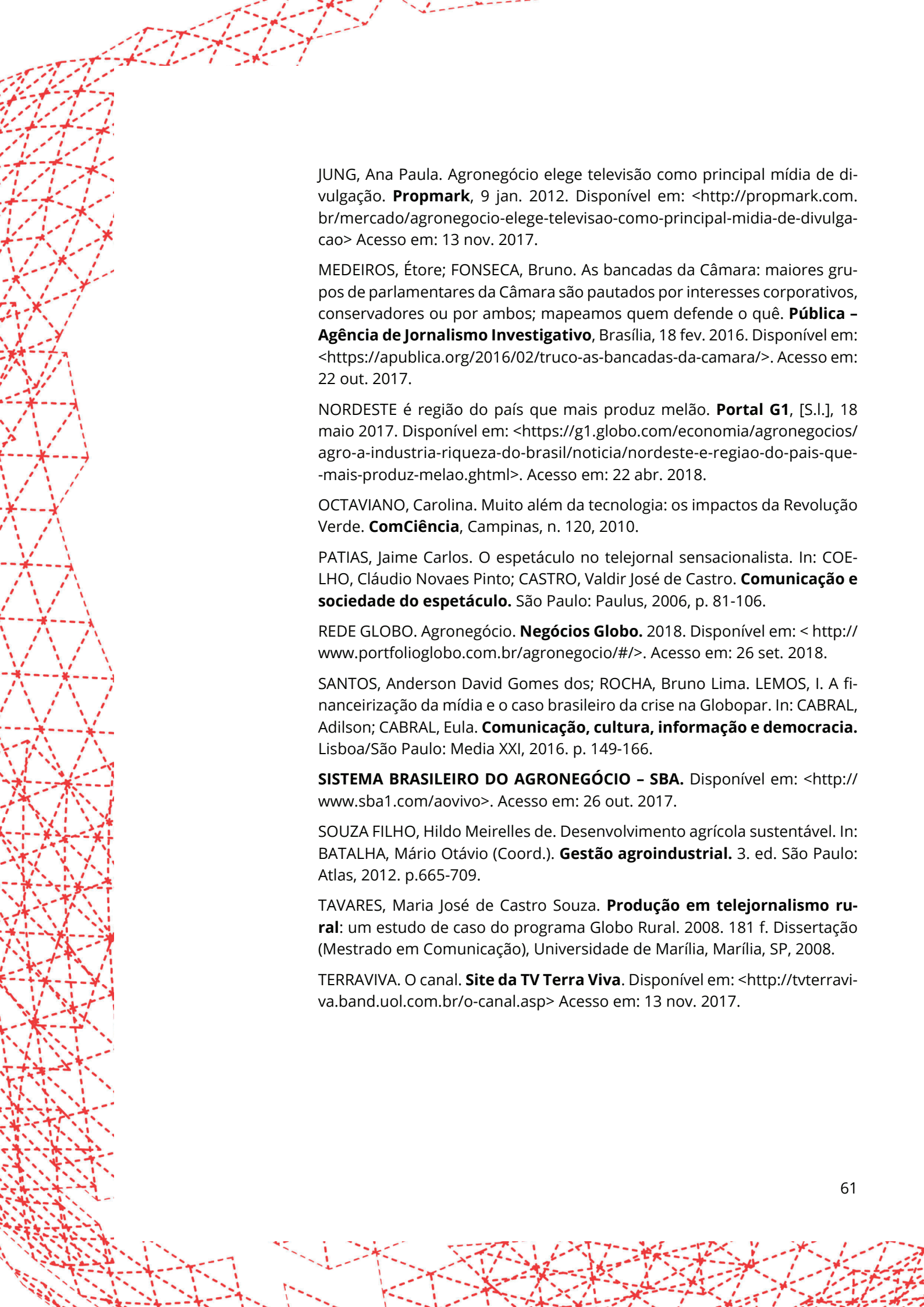
CANAL RURAL. Programa Conexão Agro estreia no Canal Rural. **Site do Canal Rural**. 1º set. 2016. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/conexao-agro/programa-conexao-agro-estreia-canal-rural-63675>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Orgs.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

COELHO, Núria. Grupo Bandeirantes lança o canal Terra Viva. **Portal Imprensa**, São Paulo, 23 jul. 2005. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/4238/grupo+bandeirantes+lanca+o+canal+terra+viva>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CORDEIRO, L. Dispositivos móveis geram 45% da audiência do Terra. **Teletela**. 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://teletela.com.br/telaviva/paytv/03/06/2015/dispositivos-moveis-geram-45-da-audiencia-do-terra/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

COSTA, L. (Ed.). Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional. **Inesc**, v. 7, n. 12. Brasília: INESC, 2007. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20BANCA-DA%20RURALISTA%202007.pdf/view>>. Acesso em: 23 out. 2017.



JUNG, Ana Paula. Agronegócio elege televisão como principal mídia de divulgação. **Propmark**, 9 jan. 2012. Disponível em: <<http://propmark.com.br/mercado/agronegocio-elege-televisao-como-principal-midia-de-divulgacao>> Acesso em: 13 nov. 2017.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. As bancadas da Câmara: maiores grupos de parlamentares da Câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**, Brasília, 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

NORDESTE é região do país que mais produz melão. **Portal G1**, [S.l.], 18 maio 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/nordeste-e-regiao-do-pais-que-mais-produz-melao.ghtml>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010.

PATIAS, Jaime Carlos. O espetáculo no telejornal sensacionalista. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de Castro. **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006, p. 81-106.

REDE GLOBO. Agronegócio. **Negócios Globo**. 2018. Disponível em: <<http://www.portfolioglobo.com.br/agronegocio/#/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; ROCHA, Bruno Lima. LEMOS, I. A financeirização da mídia e o caso brasileiro da crise na Globopar. In: CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula. **Comunicação, cultura, informação e democracia**. Lisboa/São Paulo: Media XXI, 2016. p. 149-166.

SISTEMA BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO – SBA. Disponível em: <<http://www.sba1.com/aovivo>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p.665-709.

TAVARES, Maria José de Castro Souza. **Produção em telejornalismo rural: um estudo de caso do programa Globo Rural**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Marília, Marília, SP, 2008.

TERRAVIVA. O canal. **Site da TV Terra Viva**. Disponível em: <<http://tvterraviva.band.uol.com.br/o-canal.asp>> Acesso em: 13 nov. 2017.

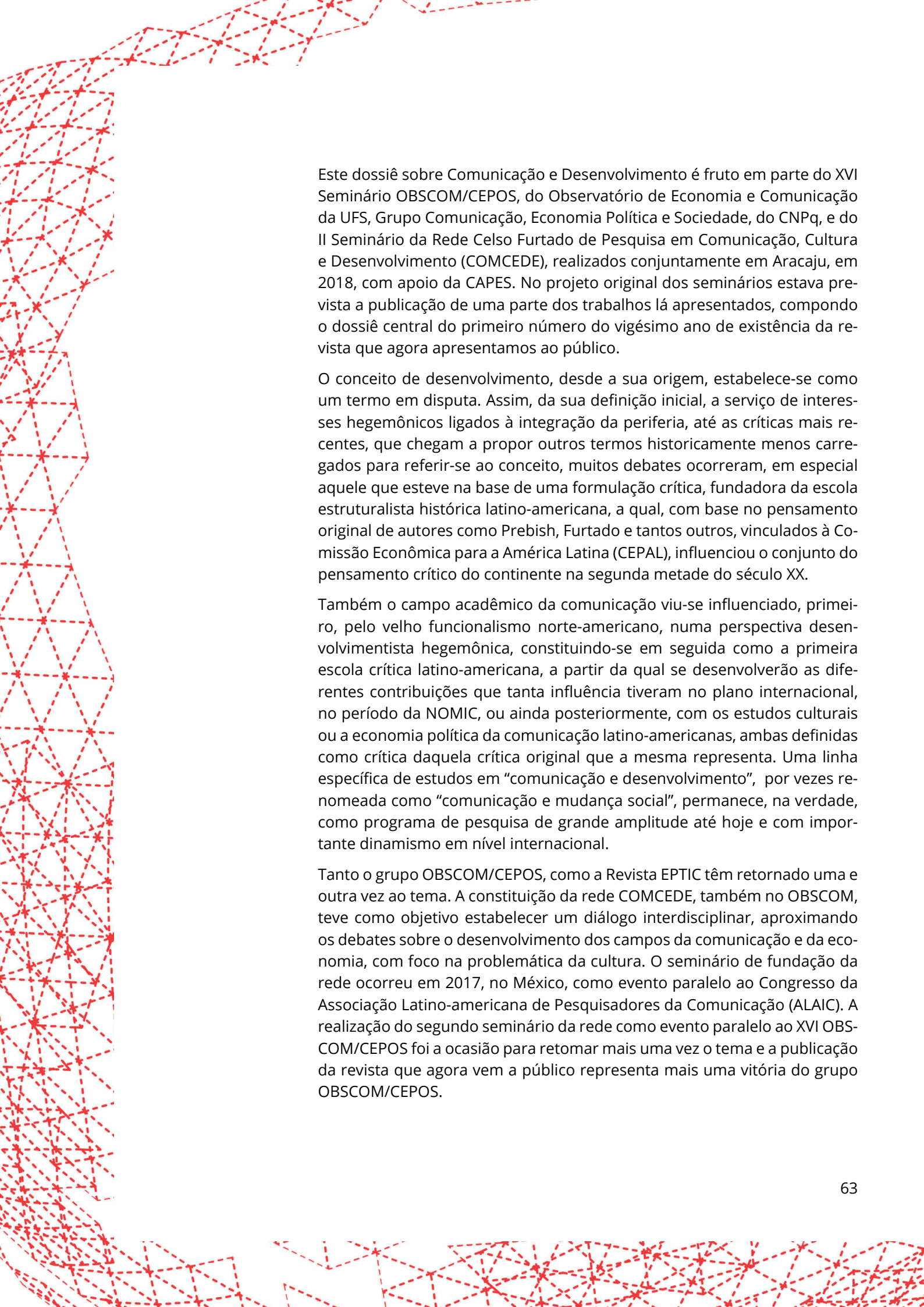
**DOSSIÊ TEMÁTICO
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO**

Apresentação

Cesar Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Brasil.

Contato: bolano.ufs@gmail.com

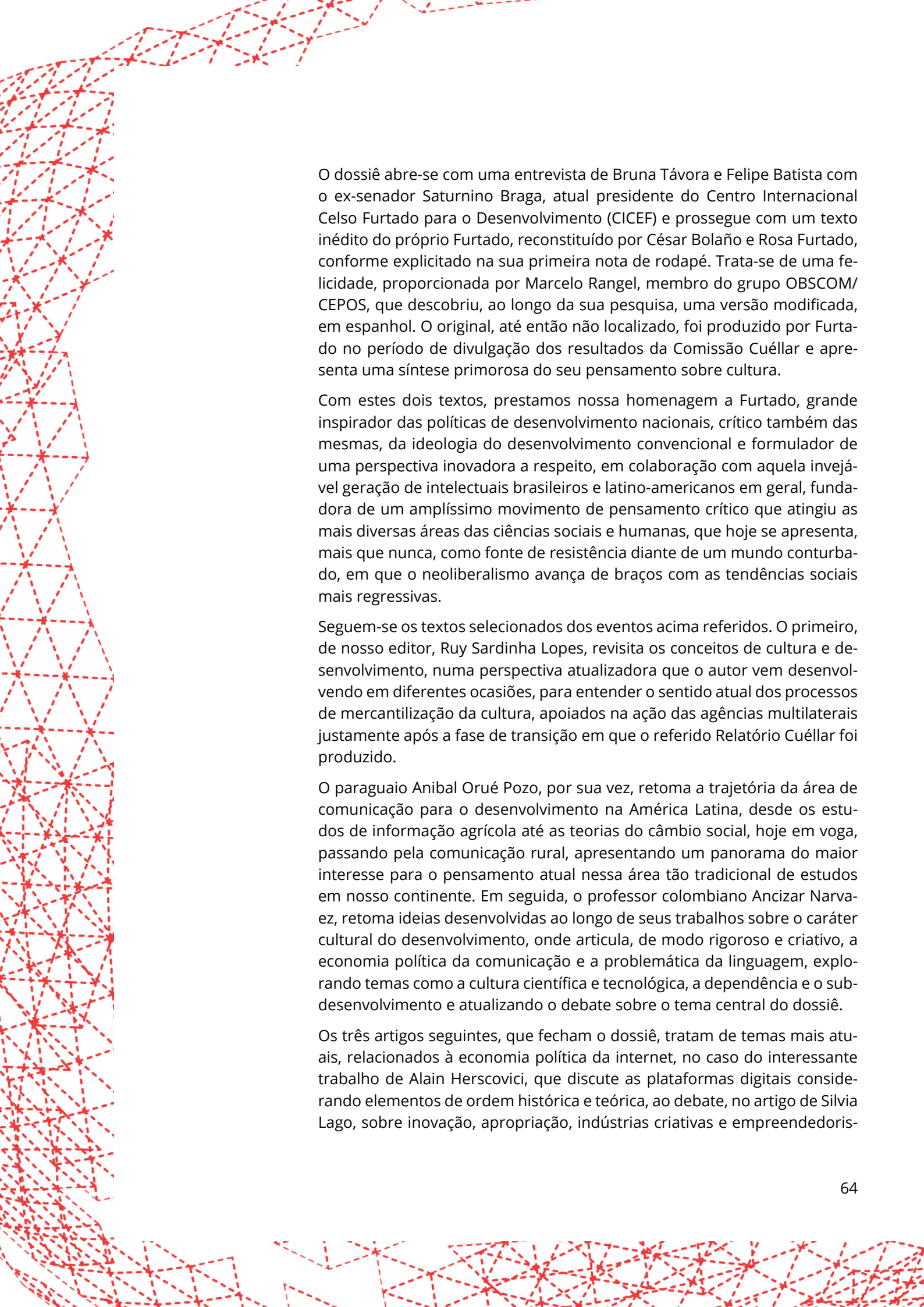


Este dossiê sobre Comunicação e Desenvolvimento é fruto em parte do XVI Seminário OBSCOM/CEPOS, do Observatório de Economia e Comunicação da UFS, Grupo Comunicação, Economia Política e Sociedade, do CNPq, e do II Seminário da Rede Celso Furtado de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento (COMCEDE), realizados conjuntamente em Aracaju, em 2018, com apoio da CAPES. No projeto original dos seminários estava prevista a publicação de uma parte dos trabalhos lá apresentados, compondo o dossiê central do primeiro número do vigésimo ano de existência da revista que agora apresentamos ao público.

O conceito de desenvolvimento, desde a sua origem, estabeleceu-se como um termo em disputa. Assim, da sua definição inicial, a serviço de interesses hegemônicos ligados à integração da periferia, até as críticas mais recentes, que chegam a propor outros termos historicamente menos carregados para referir-se ao conceito, muitos debates ocorreram, em especial aquele que esteve na base de uma formulação crítica, fundadora da escola estruturalista histórica latino-americana, a qual, com base no pensamento original de autores como Prebisch, Furtado e tantos outros, vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), influenciou o conjunto do pensamento crítico do continente na segunda metade do século XX.

Também o campo acadêmico da comunicação viu-se influenciado, primeiro, pelo velho funcionalismo norte-americano, numa perspectiva desenvolvimentista hegemônica, constituindo-se em seguida como a primeira escola crítica latino-americana, a partir da qual se desenvolverão as diferentes contribuições que tanta influência tiveram no plano internacional, no período da NOMIC, ou ainda posteriormente, com os estudos culturais ou a economia política da comunicação latino-americanas, ambas definidas como crítica daquela crítica original que a mesma representa. Uma linha específica de estudos em “comunicação e desenvolvimento”, por vezes renomeada como “comunicação e mudança social”, permanece, na verdade, como programa de pesquisa de grande amplitude até hoje e com importante dinamismo em nível internacional.

Tanto o grupo OBSCOM/CEPOS, como a Revista EPTIC têm retornado uma e outra vez ao tema. A constituição da rede COMCEDE, também no OBSCOM, teve como objetivo estabelecer um diálogo interdisciplinar, aproximando os debates sobre o desenvolvimento dos campos da comunicação e da economia, com foco na problemática da cultura. O seminário de fundação da rede ocorreu em 2017, no México, como evento paralelo ao Congresso da Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC). A realização do segundo seminário da rede como evento paralelo ao XVI OBSCOM/CEPOS foi a ocasião para retomar mais uma vez o tema e a publicação da revista que agora vem a público representa mais uma vitória do grupo OBSCOM/CEPOS.



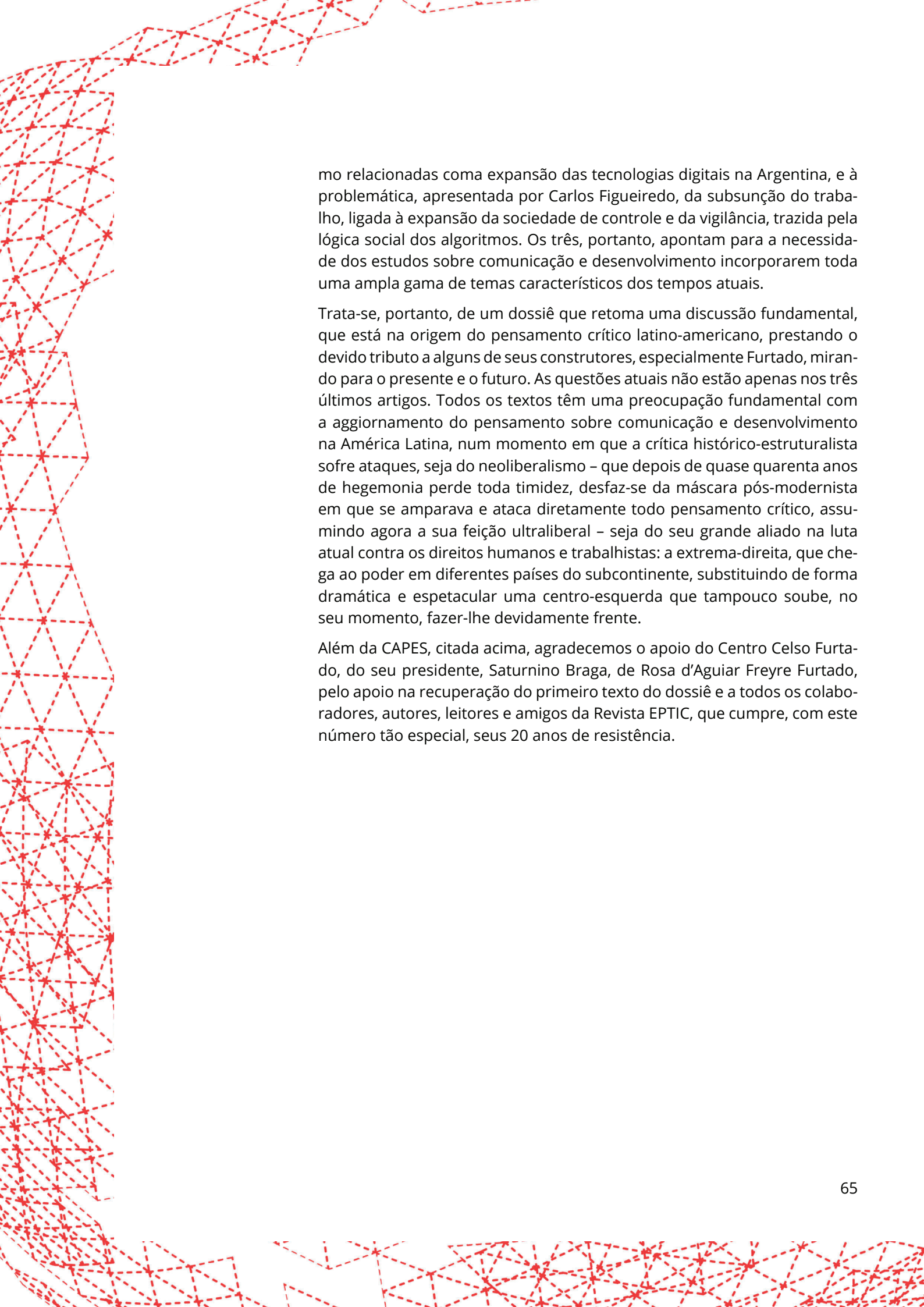
O dossiê abre-se com uma entrevista de Bruna Távora e Felipe Batista com o ex-senador Saturnino Braga, atual presidente do Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento (CICEF) e prossegue com um texto inédito do próprio Furtado, reconstituído por César Bolaño e Rosa Furtado, conforme explicitado na sua primeira nota de rodapé. Trata-se de uma felicidade, proporcionada por Marcelo Rangel, membro do grupo OBSCOM/CEPOS, que descobriu, ao longo da sua pesquisa, uma versão modificada, em espanhol. O original, até então não localizado, foi produzido por Furtado no período de divulgação dos resultados da Comissão Cuéllar e apresenta uma síntese primorosa do seu pensamento sobre cultura.

Com estes dois textos, prestamos nossa homenagem a Furtado, grande inspirador das políticas de desenvolvimento nacionais, crítico também das mesmas, da ideologia do desenvolvimento convencional e formulador de uma perspectiva inovadora a respeito, em colaboração com aquela invejável geração de intelectuais brasileiros e latino-americanos em geral, fundadora de um amplíssimo movimento de pensamento crítico que atingiu as mais diversas áreas das ciências sociais e humanas, que hoje se apresenta, mais que nunca, como fonte de resistência diante de um mundo conturbado, em que o neoliberalismo avança de braços com as tendências sociais mais regressivas.

Seguem-se os textos selecionados dos eventos acima referidos. O primeiro, de nosso editor, Ruy Sardinha Lopes, revisita os conceitos de cultura e desenvolvimento, numa perspectiva atualizadora que o autor vem desenvolvendo em diferentes ocasiões, para entender o sentido atual dos processos de mercantilização da cultura, apoiados na ação das agências multilaterais justamente após a fase de transição em que o referido Relatório Cuéllar foi produzido.

O paraguaio Anibal Orué Pozo, por sua vez, retoma a trajetória da área de comunicação para o desenvolvimento na América Latina, desde os estudos de informação agrícola até as teorias do câmbio social, hoje em voga, passando pela comunicação rural, apresentando um panorama do maior interesse para o pensamento atual nessa área tão tradicional de estudos em nosso continente. Em seguida, o professor colombiano Ancizar Narvaez, retoma ideias desenvolvidas ao longo de seus trabalhos sobre o caráter cultural do desenvolvimento, onde articula, de modo rigoroso e criativo, a economia política da comunicação e a problemática da linguagem, explorando temas como a cultura científica e tecnológica, a dependência e o subdesenvolvimento e atualizando o debate sobre o tema central do dossiê.

Os três artigos seguintes, que fecham o dossiê, tratam de temas mais atuais, relacionados à economia política da internet, no caso do interessante trabalho de Alain Herscovici, que discute as plataformas digitais considerando elementos de ordem histórica e teórica, ao debate, no artigo de Silvia Lago, sobre inovação, apropriação, indústrias criativas e empreendedoris-



mo relacionadas com a expansão das tecnologias digitais na Argentina, e à problemática, apresentada por Carlos Figueiredo, da subsunção do trabalho, ligada à expansão da sociedade de controle e da vigilância, trazida pela lógica social dos algoritmos. Os três, portanto, apontam para a necessidade dos estudos sobre comunicação e desenvolvimento incorporarem toda uma ampla gama de temas característicos dos tempos atuais.

Trata-se, portanto, de um dossiê que retoma uma discussão fundamental, que está na origem do pensamento crítico latino-americano, prestando o devido tributo a alguns de seus construtores, especialmente Furtado, mirando para o presente e o futuro. As questões atuais não estão apenas nos três últimos artigos. Todos os textos têm uma preocupação fundamental com a atualização do pensamento sobre comunicação e desenvolvimento na América Latina, num momento em que a crítica histórico-estruturalista sofre ataques, seja do neoliberalismo – que depois de quase quarenta anos de hegemonia perde toda timidez, desfaz-se da máscara pós-modernista em que se amparava e ataca diretamente todo pensamento crítico, assumindo agora a sua feição ultraliberal – seja do seu grande aliado na luta atual contra os direitos humanos e trabalhistas: a extrema-direita, que chega ao poder em diferentes países do subcontinente, substituindo de forma dramática e espetacular uma centro-esquerda que tampouco soube, no seu momento, fazer-lhe devidamente frente.

Além da CAPES, citada acima, agradecemos o apoio do Centro Celso Furtado, do seu presidente, Saturnino Braga, de Rosa d'Aguiar Freyre Furtado, pelo apoio na recuperação do primeiro texto do dossiê e a todos os colaboradores, autores, leitores e amigos da Revista EPTIC, que cumpre, com este número tão especial, seus 20 anos de resistência.

Entrevista com Saturnino Braga

Bruna Távora

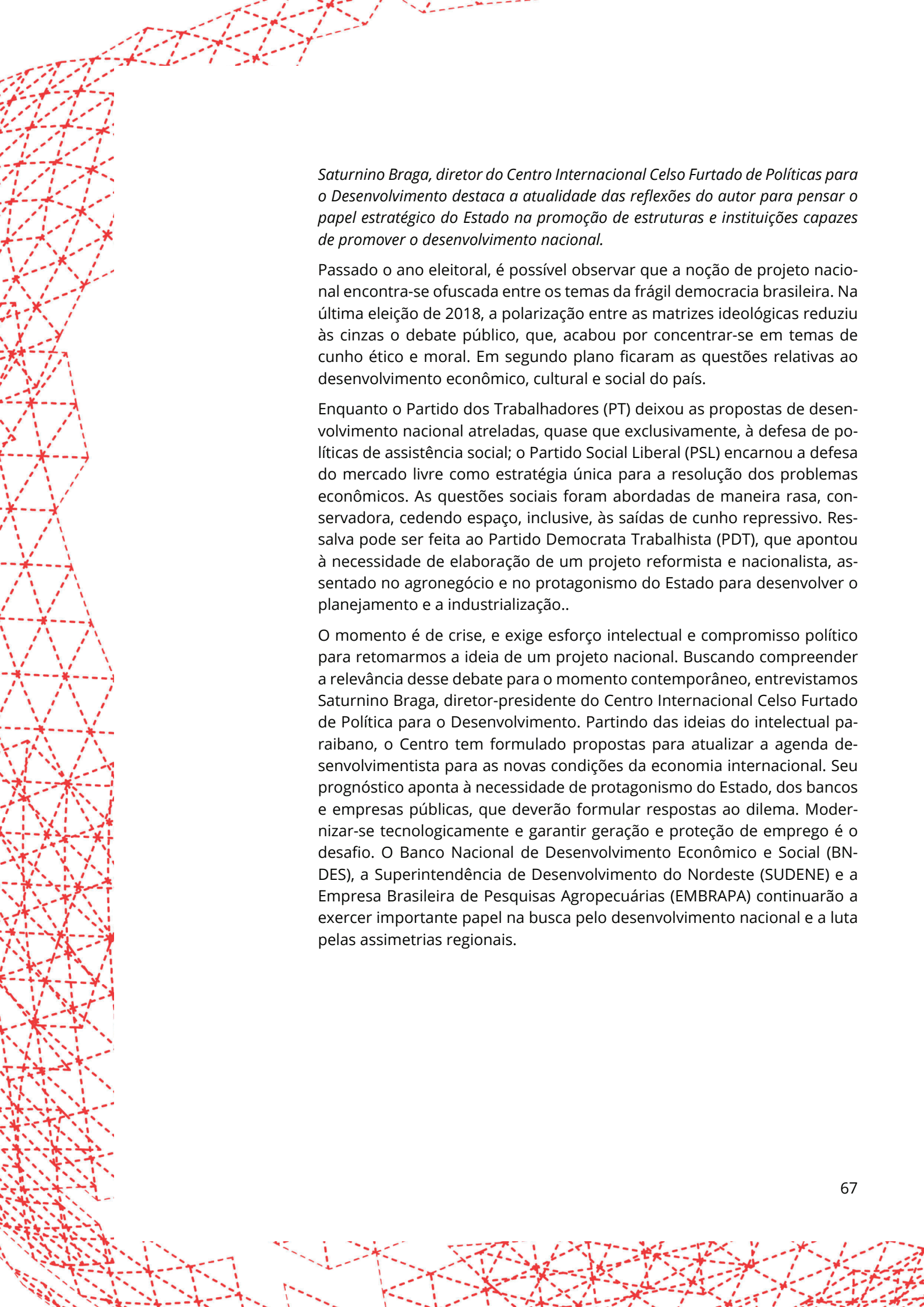
Doutoranda em Mídia e Mediações Culturais na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: tavora.bruna@gmail.com

Felipe Batista

Doutorando em Economia Política Internacional na Escola de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: felipe_batista032@hotmail.com




Saturnino Braga, diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento destaca a atualidade das reflexões do autor para pensar o papel estratégico do Estado na promoção de estruturas e instituições capazes de promover o desenvolvimento nacional.

Passado o ano eleitoral, é possível observar que a noção de projeto nacional encontra-se ofuscada entre os temas da frágil democracia brasileira. Na última eleição de 2018, a polarização entre as matrizes ideológicas reduziu às cinzas o debate público, que, acabou por concentrar-se em temas de cunho ético e moral. Em segundo plano ficaram as questões relativas ao desenvolvimento econômico, cultural e social do país.

Enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou as propostas de desenvolvimento nacional atreladas, quase que exclusivamente, à defesa de políticas de assistência social; o Partido Social Liberal (PSL) encarnou a defesa do mercado livre como estratégia única para a resolução dos problemas econômicos. As questões sociais foram abordadas de maneira rasa, conservadora, cedendo espaço, inclusive, às saídas de cunho repressivo. Ressalva pode ser feita ao Partido Democrata Trabalhista (PDT), que apontou à necessidade de elaboração de um projeto reformista e nacionalista, assentado no agronegócio e no protagonismo do Estado para desenvolver o planejamento e a industrialização..

O momento é de crise, e exige esforço intelectual e compromisso político para retomarmos a ideia de um projeto nacional. Buscando compreender a relevância desse debate para o momento contemporâneo, entrevistamos Saturnino Braga, diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento. Partindo das ideias do intelectual paraibano, o Centro tem formulado propostas para atualizar a agenda desenvolvimentista para as novas condições da economia internacional. Seu prognóstico aponta à necessidade de protagonismo do Estado, dos bancos e empresas públicas, que deverão formular respostas ao dilema. Modernizar-se tecnologicamente e garantir geração e proteção de emprego é o desafio. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) continuarão a exercer importante papel na busca pelo desenvolvimento nacional e a luta pelas assimetrias regionais.

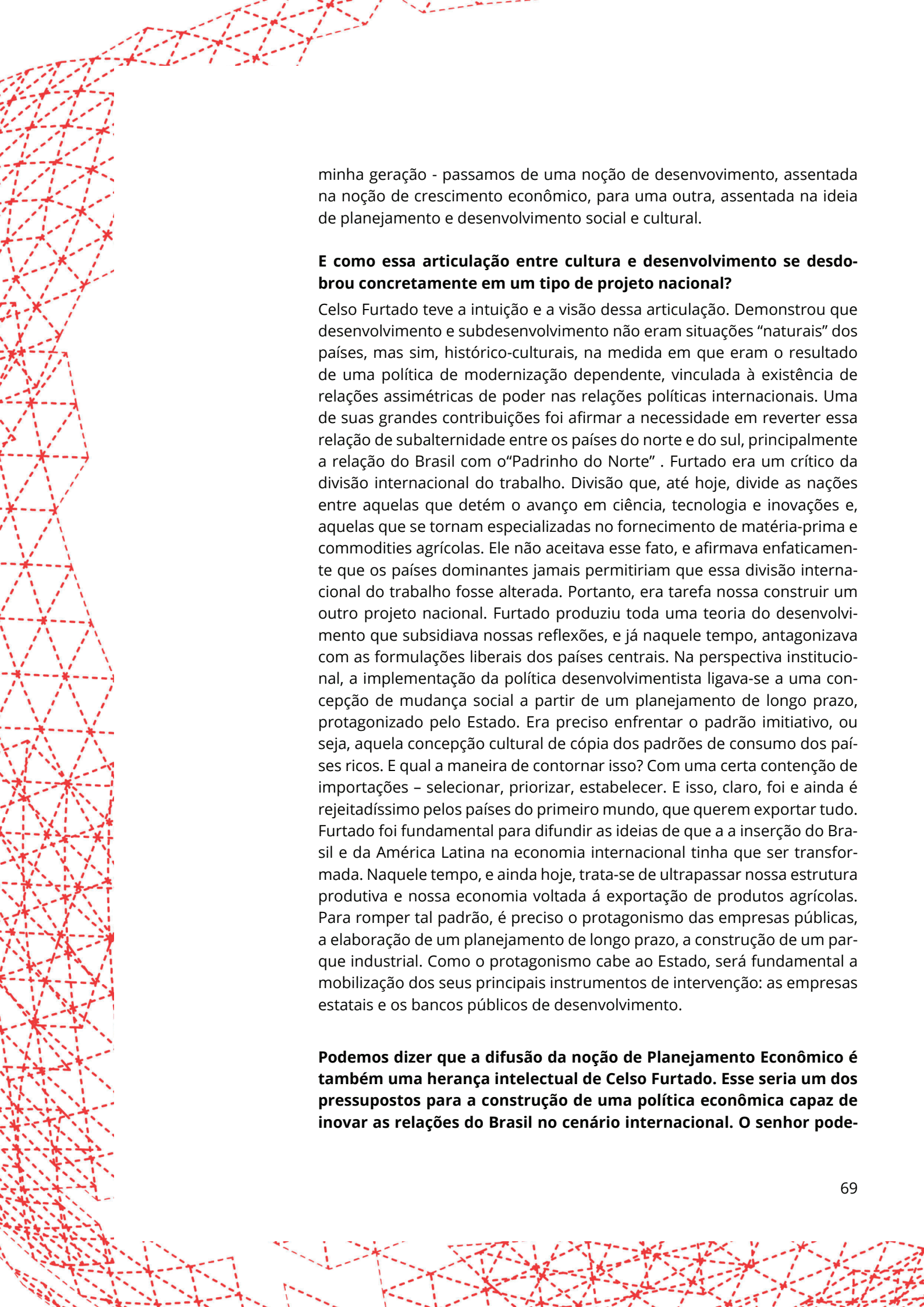


Celso Furtado foi um importante pensador das possibilidades de um projeto nacional brasileiro. Quais aspectos do legado teórico de Furtado o tornam um intelectual indispensável dos estudos sobre desenvolvimento nacional?

Furtado modificou a forma como entendíamos a noção de desenvolvimento. O primeiro sentido da concepção de desenvolvimento da nossa geração foi o de desenvolvimento econômico. A opinião predominante, inclusive a minha, era a de que a gente tinha que cuidar do econômico, e o resto viria por gravidade. No entanto, a realidade brasileira mostrou os limites desse tipo de abordagem. Na verdade, imaginávamos pensar em termos de desenvolvimento, só que ainda nos mantínhamos predominantemente ligados à ideia de crescimento econômico. A mim e a vários outros, parecia ser necessário construir uma base econômica antes de qualquer outra coisa. É na evolução de tal conceito que a influência de Furtado é fundamental. Entre nós, sempre havia a ressonância de uma frase: “a gente também precisa investir em educação”. Mas, isso ainda não estava muito claro. Celso Furtado deu um sentido mais dialético a essa concepção. Ele compreendeu que, no caso do Brasil, cuidar do social correspondia a “dar cultura à população”. Ele começou, gradativamente, a articular as noções de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, afirmando que não adiantava ter sucesso econômico com um povo analfabeto. Ele foi enfático ao demonstrar que os problemas mais graves do Brasil não eram, especificamente, aqueles ligados à natureza econômica, mas sim ao social, ligados às estruturas de poder. Foi assim que ele foi do econômico para o social, e, em seguida, para o cultural, sendo um precursor dessa reflexão. Em seus últimos pronunciamentos ele falava da ideia de um desenvolvimento político. Para ele, cuidar do social em um país como o Brasil, demandava criatividade e inovação institucional e, portanto, era também uma questão de cultura e de política. Ele não foi apenas um pensador da economia. Foi também um historiador, um cientista social, um intelectual. Quando o conheci, como professor, Celso Furtado já estava na Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, era um dos grandes pensadores junto ao Raúl Prebisch. Sua teoria sobre o desenvolvimento econômico se contrapunha aos modelos de crescimento ortodoxo da época, em especial, as teorias de comércio internacional.

Como sua trajetória aproxima-se de Celso Furtado?

Eu passei no primeiro concurso do BNDES, ainda no final dos anos 50, que era presidido pelo Roberto Campos. O Roberto Campos dessa época era um desenvolvimentista. O banco ainda era pequeno, tinha uma centena de funcionários: engenheiros, economistas, advogados. Mas, nós já tínhamos noção da importância daquele banco para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento nacional para o Brasil. Ainda no BNDES, Roberto Campos me instruiu a fazer um curso da CEPAL. Ali, eu fui aluno de Celso Furtado. Foi a partir deste contato com Furtado na CEPAL que eu – e também a




minha geração - passamos de uma noção de desenvolvimento, assentada na noção de crescimento econômico, para uma outra, assentada na ideia de planejamento e desenvolvimento social e cultural.

E como essa articulação entre cultura e desenvolvimento se desdobrou concretamente em um tipo de projeto nacional?

Celso Furtado teve a intuição e a visão dessa articulação. Demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não eram situações “naturais” dos países, mas sim, histórico-culturais, na medida em que eram o resultado de uma política de modernização dependente, vinculada à existência de relações assimétricas de poder nas relações políticas internacionais. Uma de suas grandes contribuições foi afirmar a necessidade em reverter essa relação de subalternidade entre os países do norte e do sul, principalmente a relação do Brasil com o “Padrinho do Norte”. Furtado era um crítico da divisão internacional do trabalho. Divisão que, até hoje, divide as nações entre aquelas que detém o avanço em ciência, tecnologia e inovações e, aquelas que se tornam especializadas no fornecimento de matéria-prima e commodities agrícolas. Ele não aceitava esse fato, e afirmava enfaticamente que os países dominantes jamais permitiriam que essa divisão internacional do trabalho fosse alterada. Portanto, era tarefa nossa construir um outro projeto nacional. Furtado produziu toda uma teoria do desenvolvimento que subsidiava nossas reflexões, e já naquele tempo, antagonizava com as formulações liberais dos países centrais. Na perspectiva institucional, a implementação da política desenvolvimentista ligava-se a uma concepção de mudança social a partir de um planejamento de longo prazo, protagonizado pelo Estado. Era preciso enfrentar o padrão imitativo, ou seja, aquela concepção cultural de cópia dos padrões de consumo dos países ricos. E qual a maneira de contornar isso? Com uma certa contenção de importações – selecionar, priorizar, estabelecer. E isso, claro, foi e ainda é rejeitadíssimo pelos países do primeiro mundo, que querem exportar tudo. Furtado foi fundamental para difundir as ideias de que a inserção do Brasil e da América Latina na economia internacional tinha que ser transformada. Naquele tempo, e ainda hoje, trata-se de ultrapassar nossa estrutura produtiva e nossa economia voltada à exportação de produtos agrícolas. Para romper tal padrão, é preciso o protagonismo das empresas públicas, a elaboração de um planejamento de longo prazo, a construção de um parque industrial. Como o protagonismo cabe ao Estado, será fundamental a mobilização dos seus principais instrumentos de intervenção: as empresas estatais e os bancos públicos de desenvolvimento.

Podemos dizer que a difusão da noção de Planejamento Econômico é também uma herança intelectual de Celso Furtado. Esse seria um dos pressupostos para a construção de uma política econômica capaz de inovar as relações do Brasil no cenário internacional. O senhor pode-

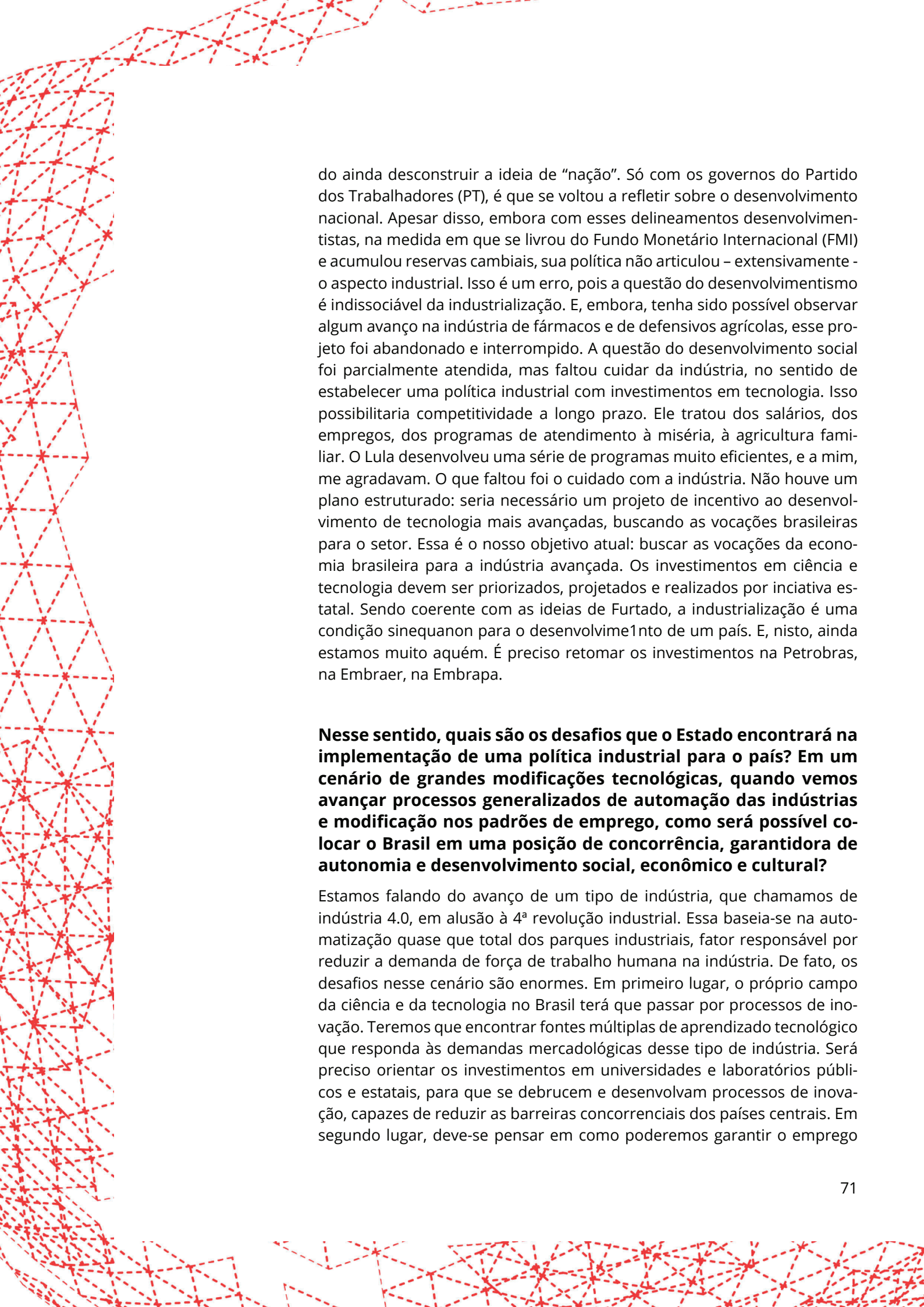


ria comentar os principais desafios que estavam colocados na implementação desse tipo de concepção política?

Desde os anos 50, formulávamos caminhos em busca de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. E, para ele, somente através do planejamento – que é uma questão política – alcançaríamos esse tipo de desenvolvimento. Estávamos empenhados em construí-lo. (Algo que o golpe civil-militar de 1964 interrompeu, e não por acaso). Furtado foi responsável por difundir essa noção aqui no Brasil e, em toda a América Latina. No período que antecedeu as ditaduras militares no continente, essa concepção ganhou muita força. Vimos um primeiro esboço de uma noção de planejamento no governo de Juscelino Kubitschek, com a criação da Superintendência Nacional do Nordeste (SUDENE). Isto possibilitou ao Celso Furtado colocar em prática a noção de planejamento e desenvolvimento com ênfase nas regiões mais pauperizadas do país. No período dos “50 anos em 5”, conseguimos alguns resultados, como a implantação de um primeiro patamar na estrutura industrial brasileira. Foi época de satisfação geral, embora o próprio presidente não tivesse grande preocupação com a distribuição de renda, e fazia grandes concessões ao capital e ao mercado. Era um mágico da conciliação! E, na sua gestão, atuou fazendo “um meio compromisso aqui e um meio compromisso ali”. Portanto, apesar disso, o que vivenciamos foi um crescimento econômico, que, ainda que se esparramasse à população em geral, foi marcado pelo aumento da concentração de renda. Contraditoriamente, foi este o momento em que Celso Furtado teve importante papel na operação de políticas de planejamento. Depois vieram os episódios de Jânio, Jango, e o golpe de 1964. Aí já ficou um pouco mais difícil. O radicalismo estava em evidência e as medidas desenvolvimentistas do campo progressista eram entendidas como reflexos da influência comunista cubana. Por isso, passaram a ser rejeitadas pelo poder econômico do capital internacional e pela elite brasileira a ele ligada. Isso deixou explícitas as diferenças entre a dualidade dos projetos político-econômicos que, historicamente, disputam a direção do Estado no país. Nessa época, a polarização estava evidente. O clima de choque e de tensão era paralisante. Criou-se uma animosidade. Hoje a gente percebe o ódio enrustido em grande parte da população. Ali, em um curto período, esse ódio e medo foram muito fortes e inviabilizaram a implementação do nacional-desenvolvimentismo. As reflexões em torno do planejamento e do desenvolvimento que figuraram no pensamento de Celso Furtado expressam a visão econômica de um projeto nacional e progressista que, desde seu surgimento e até hoje, enfrenta intensa polarização.

E após o processo de reabertura democrática? Como o senhor observa a influência das ideias de Celso Furtado na gestão das políticas de Estado?

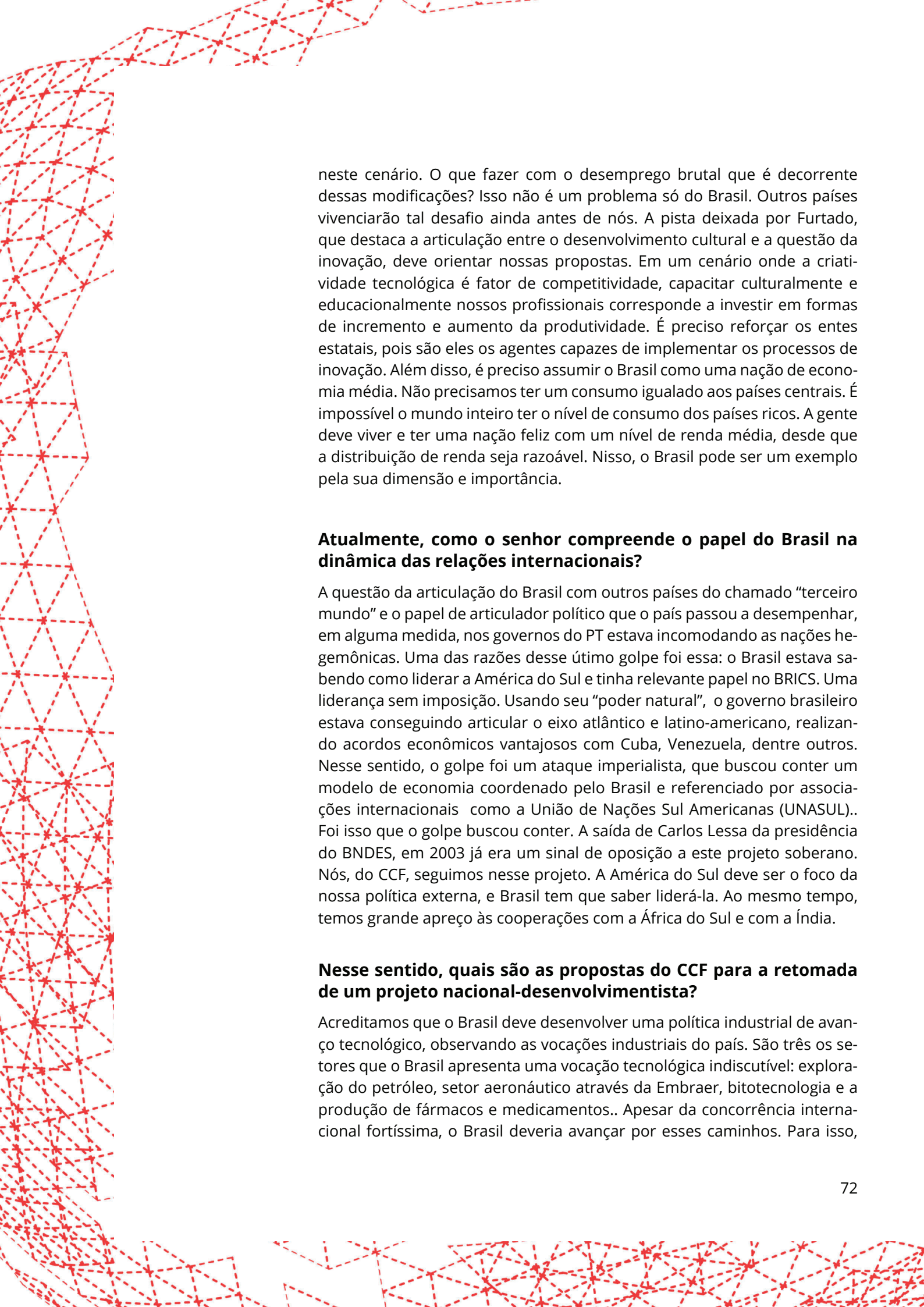
Os anos 90 foram marcados por um tipo de “cosmopolitismo liberal” que operou a privatização de diversas empresas públicas brasileiras, buscan-



do ainda desconstruir a ideia de “nação”. Só com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), é que se voltou a refletir sobre o desenvolvimento nacional. Apesar disso, embora com esses delineamentos desenvolvimentistas, na medida em que se livrou do Fundo Monetário Internacional (FMI) e acumulou reservas cambiais, sua política não articulou – extensivamente – o aspecto industrial. Isso é um erro, pois a questão do desenvolvimentismo é indissociável da industrialização. E, embora, tenha sido possível observar algum avanço na indústria de fármacos e de defensivos agrícolas, esse projeto foi abandonado e interrompido. A questão do desenvolvimento social foi parcialmente atendida, mas faltou cuidar da indústria, no sentido de estabelecer uma política industrial com investimentos em tecnologia. Isso possibilitaria competitividade a longo prazo. Ele tratou dos salários, dos empregos, dos programas de atendimento à miséria, à agricultura familiar. O Lula desenvolveu uma série de programas muito eficientes, e a mim, me agradavam. O que faltou foi o cuidado com a indústria. Não houve um plano estruturado: seria necessário um projeto de incentivo ao desenvolvimento de tecnologia mais avançadas, buscando as vocações brasileiras para o setor. Essa é o nosso objetivo atual: buscar as vocações da economia brasileira para a indústria avançada. Os investimentos em ciência e tecnologia devem ser priorizados, projetados e realizados por iniciativa estatal. Sendo coerente com as ideias de Furtado, a industrialização é uma condição sinequanon para o desenvolvimento de um país. E, nisto, ainda estamos muito aquém. É preciso retomar os investimentos na Petrobras, na Embrapa, na Embrapa.

Nesse sentido, quais são os desafios que o Estado encontrará na implementação de uma política industrial para o país? Em um cenário de grandes modificações tecnológicas, quando vemos avançar processos generalizados de automação das indústrias e modificação nos padrões de emprego, como será possível colocar o Brasil em uma posição de concorrência, garantidora de autonomia e desenvolvimento social, econômico e cultural?

Estamos falando do avanço de um tipo de indústria, que chamamos de indústria 4.0, em alusão à 4ª revolução industrial. Essa baseia-se na automatização quase que total dos parques industriais, fator responsável por reduzir a demanda de força de trabalho humana na indústria. De fato, os desafios nesse cenário são enormes. Em primeiro lugar, o próprio campo da ciência e da tecnologia no Brasil terá que passar por processos de inovação. Teremos que encontrar fontes múltiplas de aprendizado tecnológico que responda às demandas mercadológicas desse tipo de indústria. Será preciso orientar os investimentos em universidades e laboratórios públicos e estatais, para que se debruçem e desenvolvam processos de inovação, capazes de reduzir as barreiras concorrenciais dos países centrais. Em segundo lugar, deve-se pensar em como poderemos garantir o emprego



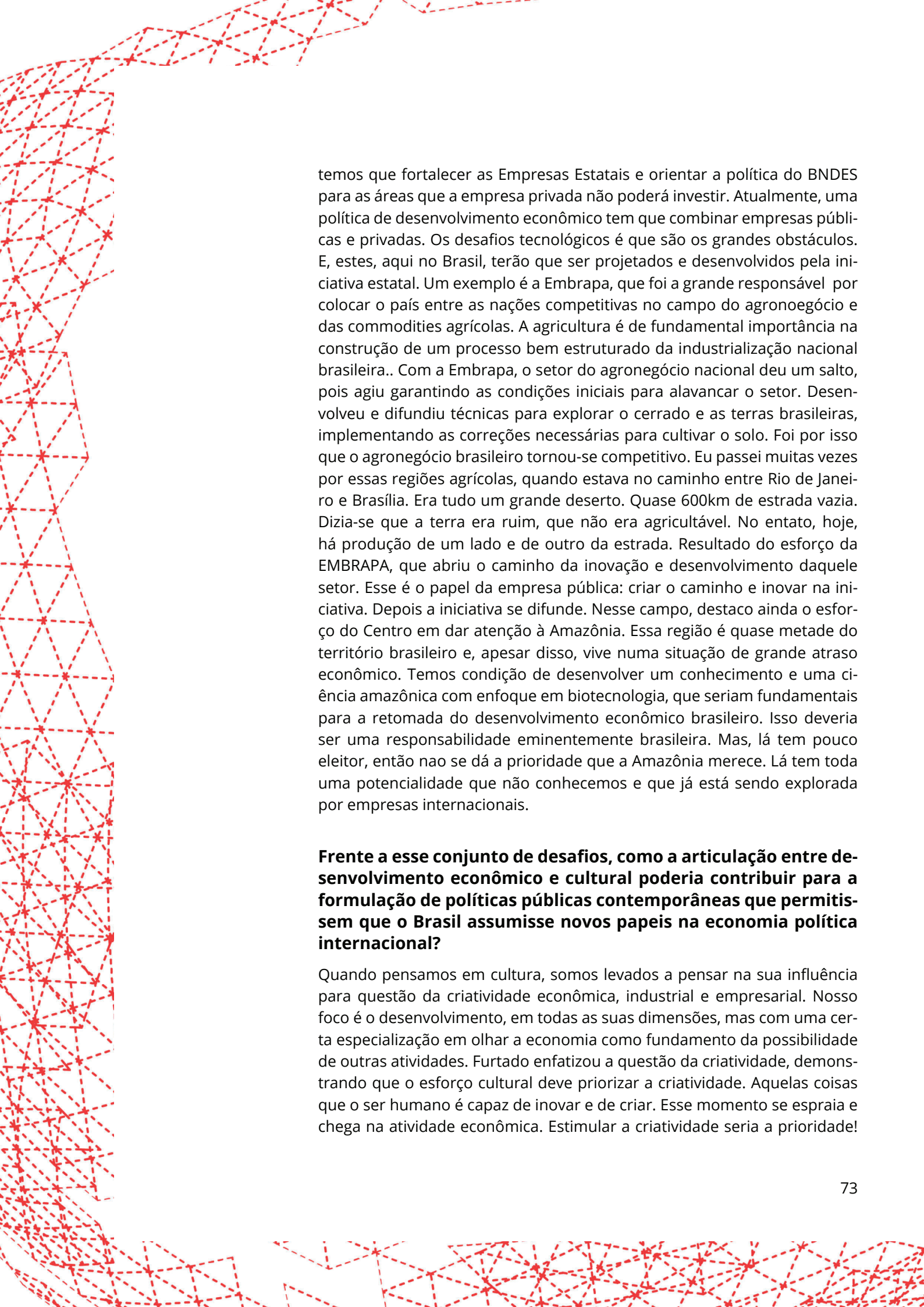
neste cenário. O que fazer com o desemprego brutal que é decorrente dessas modificações? Isso não é um problema só do Brasil. Outros países vivenciarão tal desafio ainda antes de nós. A pista deixada por Furtado, que destaca a articulação entre o desenvolvimento cultural e a questão da inovação, deve orientar nossas propostas. Em um cenário onde a criatividade tecnológica é fator de competitividade, capacitar culturalmente e educacionalmente nossos profissionais corresponde a investir em formas de incremento e aumento da produtividade. É preciso reforçar os entes estatais, pois são eles os agentes capazes de implementar os processos de inovação. Além disso, é preciso assumir o Brasil como uma nação de economia média. Não precisamos ter um consumo igualado aos países centrais. É impossível o mundo inteiro ter o nível de consumo dos países ricos. A gente deve viver e ter uma nação feliz com um nível de renda média, desde que a distribuição de renda seja razoável. Nisso, o Brasil pode ser um exemplo pela sua dimensão e importância.

Atualmente, como o senhor compreende o papel do Brasil na dinâmica das relações internacionais?

A questão da articulação do Brasil com outros países do chamado “terceiro mundo” e o papel de articulador político que o país passou a desempenhar, em alguma medida, nos governos do PT estava incomodando as nações hegemônicas. Uma das razões desse último golpe foi essa: o Brasil estava sabendo como liderar a América do Sul e tinha relevante papel no BRICS. Uma liderança sem imposição. Usando seu “poder natural”, o governo brasileiro estava conseguindo articular o eixo atlântico e latino-americano, realizando acordos econômicos vantajosos com Cuba, Venezuela, dentre outros. Nesse sentido, o golpe foi um ataque imperialista, que buscou conter um modelo de economia coordenado pelo Brasil e referenciado por associações internacionais como a União de Nações Sul Americanas (UNASUL).. Foi isso que o golpe buscou conter. A saída de Carlos Lessa da presidência do BNDES, em 2003 já era um sinal de oposição a este projeto soberano. Nós, do CCF, seguimos nesse projeto. A América do Sul deve ser o foco da nossa política externa, e Brasil tem que saber liderá-la. Ao mesmo tempo, temos grande apreço às cooperações com a África do Sul e com a Índia.

Nesse sentido, quais são as propostas do CCF para a retomada de um projeto nacional-desenvolvimentista?

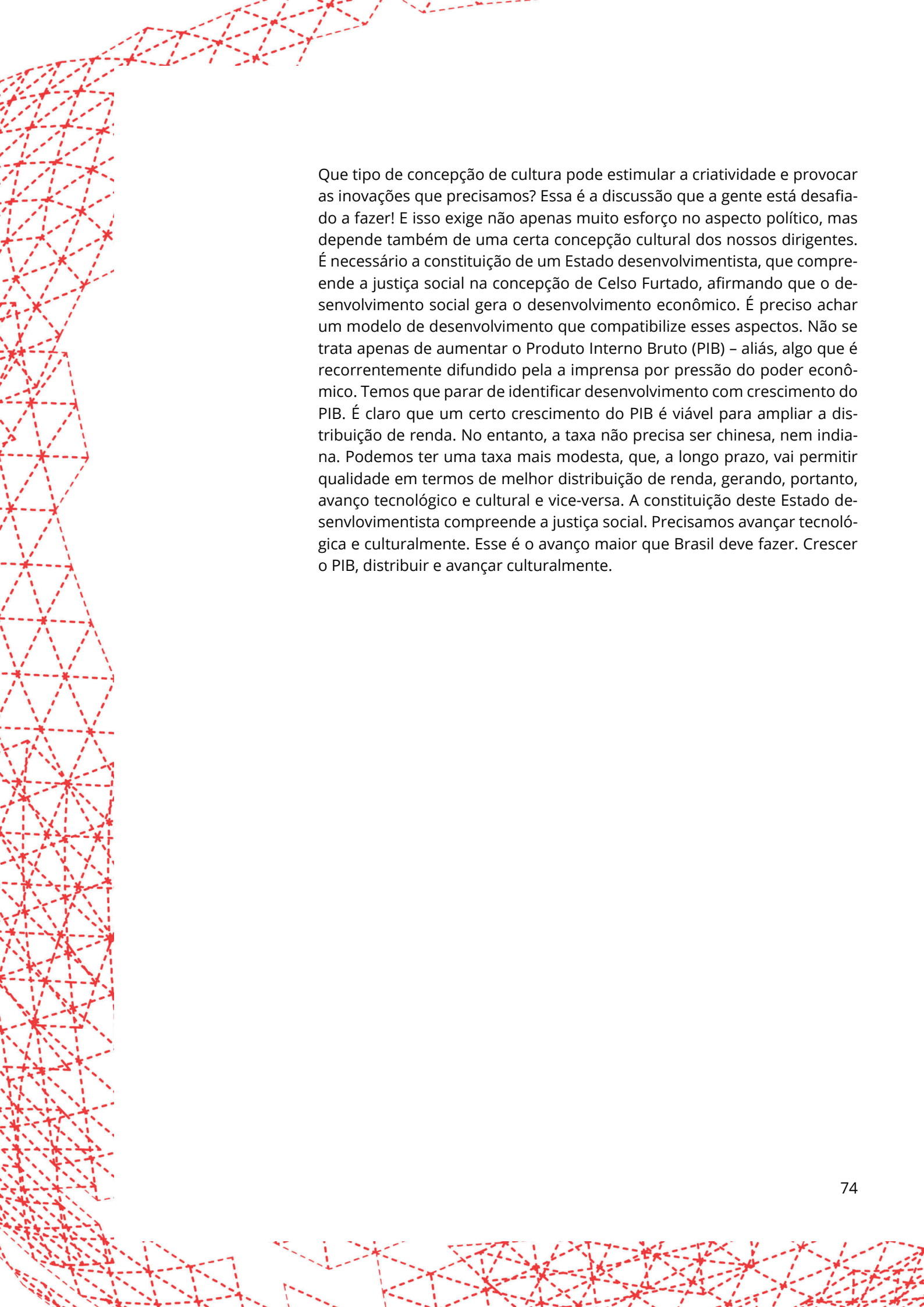
Acreditamos que o Brasil deve desenvolver uma política industrial de avanço tecnológico, observando as vocações industriais do país. São três os setores que o Brasil apresenta uma vocação tecnológica indiscutível: exploração do petróleo, setor aeronáutico através da Embraer, bitotecnologia e a produção de fármacos e medicamentos.. Apesar da concorrência internacional fortíssima, o Brasil deveria avançar por esses caminhos. Para isso,



temos que fortalecer as Empresas Estatais e orientar a política do BNDES para as áreas que a empresa privada não poderá investir. Atualmente, uma política de desenvolvimento econômico tem que combinar empresas públicas e privadas. Os desafios tecnológicos é que são os grandes obstáculos. E, estes, aqui no Brasil, terão que ser projetados e desenvolvidos pela iniciativa estatal. Um exemplo é a Embrapa, que foi a grande responsável por colocar o país entre as nações competitivas no campo do agronegócio e das commodities agrícolas. A agricultura é de fundamental importância na construção de um processo bem estruturado da industrialização nacional brasileira.. Com a Embrapa, o setor do agronegócio nacional deu um salto, pois agiu garantindo as condições iniciais para alavancar o setor. Desenvolveu e difundiu técnicas para explorar o cerrado e as terras brasileiras, implementando as correções necessárias para cultivar o solo. Foi por isso que o agronegócio brasileiro tornou-se competitivo. Eu passei muitas vezes por essas regiões agrícolas, quando estava no caminho entre Rio de Janeiro e Brasília. Era tudo um grande deserto. Quase 600km de estrada vazia. Dizia-se que a terra era ruim, que não era agricultável. No entanto, hoje, há produção de um lado e de outro da estrada. Resultado do esforço da EMBRAPA, que abriu o caminho da inovação e desenvolvimento daquele setor. Esse é o papel da empresa pública: criar o caminho e inovar na iniciativa. Depois a iniciativa se difunde. Nesse campo, destaco ainda o esforço do Centro em dar atenção à Amazônia. Essa região é quase metade do território brasileiro e, apesar disso, vive numa situação de grande atraso econômico. Temos condição de desenvolver um conhecimento e uma ciência amazônica com enfoque em biotecnologia, que seriam fundamentais para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Isso deveria ser uma responsabilidade eminentemente brasileira. Mas, lá tem pouco eleitor, então não se dá a prioridade que a Amazônia merece. Lá tem toda uma potencialidade que não conhecemos e que já está sendo explorada por empresas internacionais.

Frente a esse conjunto de desafios, como a articulação entre desenvolvimento econômico e cultural poderia contribuir para a formulação de políticas públicas contemporâneas que permitissem que o Brasil assumisse novos papéis na economia política internacional?

Quando pensamos em cultura, somos levados a pensar na sua influência para questão da criatividade econômica, industrial e empresarial. Nosso foco é o desenvolvimento, em todas as suas dimensões, mas com uma certa especialização em olhar a economia como fundamento da possibilidade de outras atividades. Furtado enfatizou a questão da criatividade, demonstrando que o esforço cultural deve priorizar a criatividade. Aquelas coisas que o ser humano é capaz de inovar e de criar. Esse momento se espalha e chega na atividade econômica. Estimular a criatividade seria a prioridade!



Que tipo de concepção de cultura pode estimular a criatividade e provocar as inovações que precisamos? Essa é a discussão que a gente está desafiado a fazer! E isso exige não apenas muito esforço no aspecto político, mas depende também de uma certa concepção cultural dos nossos dirigentes. É necessário a constituição de um Estado desenvolvimentista, que compreende a justiça social na concepção de Celso Furtado, afirmando que o desenvolvimento social gera o desenvolvimento econômico. É preciso achar um modelo de desenvolvimento que compatibilize esses aspectos. Não se trata apenas de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) – aliás, algo que é recorrentemente difundido pela imprensa por pressão do poder econômico. Temos que parar de identificar desenvolvimento com crescimento do PIB. É claro que um certo crescimento do PIB é viável para ampliar a distribuição de renda. No entanto, a taxa não precisa ser chinesa, nem indiana. Podemos ter uma taxa mais modesta, que, a longo prazo, vai permitir qualidade em termos de melhor distribuição de renda, gerando, portanto, avanço tecnológico e cultural e vice-versa. A constituição deste Estado desenvolvimentista compreende a justiça social. Precisamos avançar tecnológica e culturalmente. Esse é o avanço maior que Brasil deve fazer. Crescer o PIB, distribuir e avançar culturalmente.

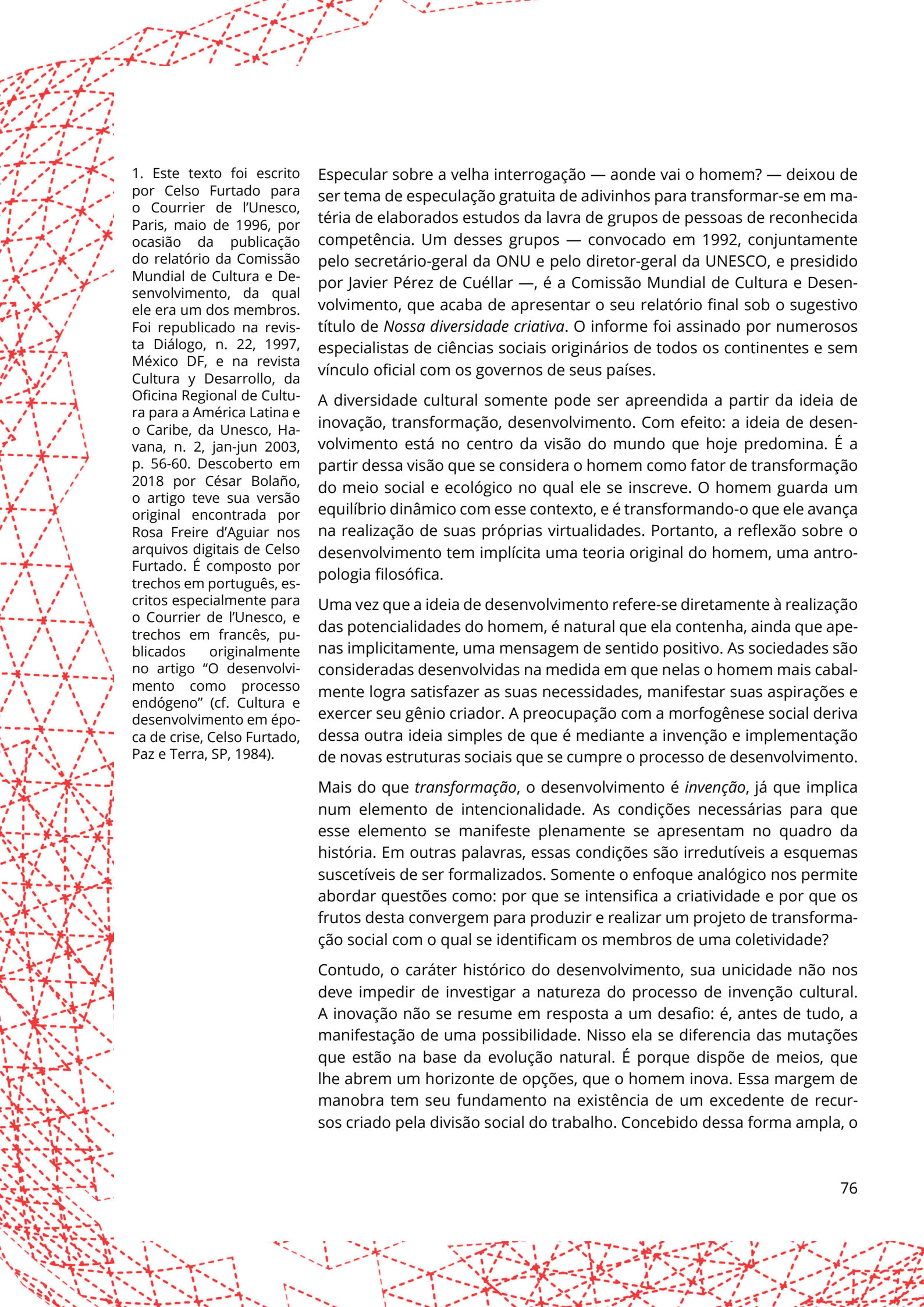
Criatividade e desenvolvimento ©¹

Creatividad y desarrollo ©

Creativity and development ©

Celso Furtado

Autor de uma vasta e reconhecida obra, Celso Furtado é o intelectual brasileiro mais influente do século XX, fundador Economia Política Brasileira e autor de livros clássicos, como “Formação Econômica do Brasil”, “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, entre muitos outros. Foi Ministro da Fazenda, criador da SUDENE, Ministro da Cultura, formulador, ao lado de Raul Prebisch, do Estruturalismo Histórico Latino-americano, escola de pensamento que influenciou todo o pensamento social do continente ao longo do século. É de particular interesse para a EPC, o seu pensamento original sobre a Cultura e Desenvolvimento.



1. Este texto foi escrito por Celso Furtado para o *Courrier de l'Unesco*, Paris, maio de 1996, por ocasião da publicação do relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, da qual ele era um dos membros. Foi republicado na revista *Diálogo*, n. 22, 1997, México DF, e na revista *Cultura y Desarrollo*, da Oficina Regional de Cultura para a América Latina e o Caribe, da Unesco, Havana, n. 2, jan-jun 2003, p. 56-60. Descoberto em 2018 por César Bolaño, o artigo teve sua versão original encontrada por Rosa Freire d'Aguiar nos arquivos digitais de Celso Furtado. É composto por trechos em português, escritos especialmente para o *Courrier de l'Unesco*, e trechos em francês, publicados originalmente no artigo "O desenvolvimento como processo endógeno" (cf. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Celso Furtado, Paz e Terra, SP, 1984).

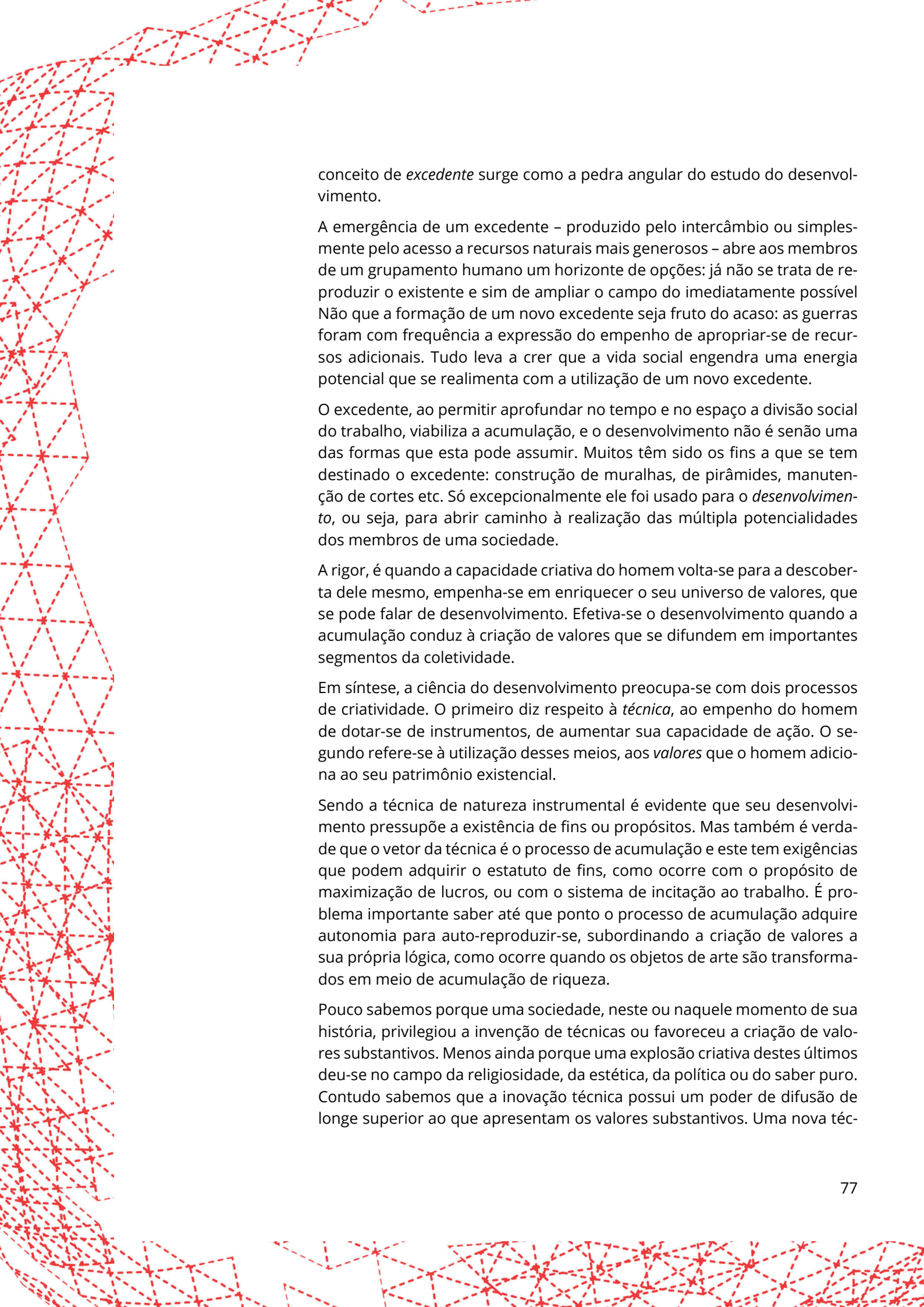
Especular sobre a velha interrogação — aonde vai o homem? — deixou de ser tema de especulação gratuita de adivinhos para transformar-se em matéria de elaborados estudos da lavra de grupos de pessoas de reconhecida competência. Um desses grupos — convocado em 1992, conjuntamente pelo secretário-geral da ONU e pelo diretor-geral da UNESCO, e presidido por Javier Pérez de Cuéllar —, é a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que acaba de apresentar o seu relatório final sob o sugestivo título de *Nossa diversidade criativa*. O informe foi assinado por numerosos especialistas de ciências sociais originários de todos os continentes e sem vínculo oficial com os governos de seus países.

A diversidade cultural somente pode ser apreendida a partir da ideia de inovação, transformação, desenvolvimento. Com efeito: a ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que hoje predomina. É a partir dessa visão que se considera o homem como fator de transformação do meio social e ecológico no qual ele se inscreve. O homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto, e é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades. Portanto, a reflexão sobre o desenvolvimento tem implícita uma teoria original do homem, uma antropologia filosófica.

Uma vez que a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer as suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a morfogênese social deriva dessa outra ideia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

Mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, já que implica num elemento de intencionalidade. As condições necessárias para que esse elemento se manifeste plenamente se apresentam no quadro da história. Em outras palavras, essas condições são irreduzíveis a esquemas suscetíveis de ser formalizados. Somente o enfoque analógico nos permite abordar questões como: por que se intensifica a criatividade e por que os frutos desta convergem para produzir e realizar um projeto de transformação social com o qual se identificam os membros de uma coletividade?

Contudo, o caráter histórico do desenvolvimento, sua unicidade não nos deve impedir de investigar a natureza do processo de invenção cultural. A inovação não se resume em resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade. Nisso ela se diferencia das mutações que estão na base da evolução natural. É porque dispõe de meios, que lhe abrem um horizonte de opções, que o homem inova. Essa margem de manobra tem seu fundamento na existência de um excedente de recursos criado pela divisão social do trabalho. Concebido dessa forma ampla, o



conceito de *excedente* surge como a pedra angular do estudo do desenvolvimento.

A emergência de um excedente – produzido pelo intercâmbio ou simplesmente pelo acesso a recursos naturais mais generosos – abre aos membros de um grupamento humano um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o existente e sim de ampliar o campo do imediatamente possível. Não que a formação de um novo excedente seja fruto do acaso: as guerras foram com frequência a expressão do empenho de apropriar-se de recursos adicionais. Tudo leva a crer que a vida social engendra uma energia potencial que se realimenta com a utilização de um novo excedente.

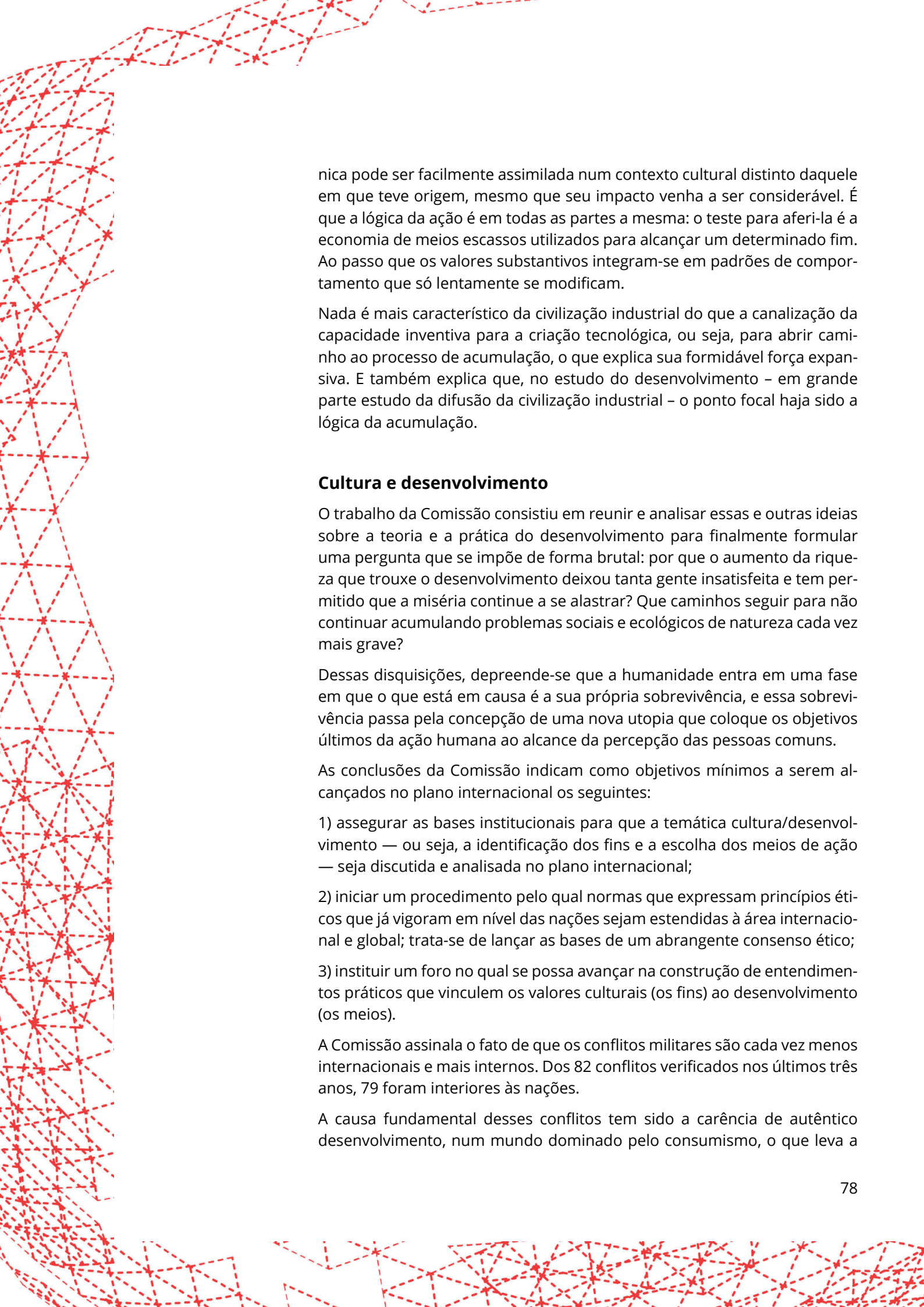
O excedente, ao permitir aprofundar no tempo e no espaço a divisão social do trabalho, viabiliza a acumulação, e o desenvolvimento não é senão uma das formas que esta pode assumir. Muitos têm sido os fins a que se tem destinado o excedente: construção de muralhas, de pirâmides, manutenção de cortes etc. Só excepcionalmente ele foi usado para o *desenvolvimento*, ou seja, para abrir caminho à realização das múltiplas potencialidades dos membros de uma sociedade.

A rigor, é quando a capacidade criativa do homem volta-se para a descoberta dele mesmo, empenha-se em enriquecer o seu universo de valores, que se pode falar de desenvolvimento. Efetiva-se o desenvolvimento quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade.

Em síntese, a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à *técnica*, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização desses meios, aos *valores* que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial.

Sendo a técnica de natureza instrumental é evidente que seu desenvolvimento pressupõe a existência de fins ou propósitos. Mas também é verdade que o vetor da técnica é o processo de acumulação e este tem exigências que podem adquirir o estatuto de fins, como ocorre com o propósito de maximização de lucros, ou com o sistema de incitação ao trabalho. É problema importante saber até que ponto o processo de acumulação adquire autonomia para auto-reproduzir-se, subordinando a criação de valores a sua própria lógica, como ocorre quando os objetos de arte são transformados em meio de acumulação de riqueza.

Pouco sabemos porque uma sociedade, neste ou naquele momento de sua história, privilegiou a invenção de técnicas ou favoreceu a criação de valores substantivos. Menos ainda porque uma explosão criativa destes últimos deu-se no campo da religiosidade, da estética, da política ou do saber puro. Contudo sabemos que a inovação técnica possui um poder de difusão de longe superior ao que apresentam os valores substantivos. Uma nova téc-



nica pode ser facilmente assimilada num contexto cultural distinto daquele em que teve origem, mesmo que seu impacto venha a ser considerável. É que a lógica da ação é em todas as partes a mesma: o teste para aferi-la é a economia de meios escassos utilizados para alcançar um determinado fim. Ao passo que os valores substantivos integram-se em padrões de comportamento que só lentamente se modificam.

Nada é mais característico da civilização industrial do que a canalização da capacidade inventiva para a criação tecnológica, ou seja, para abrir caminho ao processo de acumulação, o que explica sua formidável força expansiva. E também explica que, no estudo do desenvolvimento – em grande parte estudo da difusão da civilização industrial – o ponto focal haja sido a lógica da acumulação.

Cultura e desenvolvimento

O trabalho da Comissão consistiu em reunir e analisar essas e outras ideias sobre a teoria e a prática do desenvolvimento para finalmente formular uma pergunta que se impõe de forma brutal: por que o aumento da riqueza que trouxe o desenvolvimento deixou tanta gente insatisfeita e tem permitido que a miséria continue a se alastrar? Que caminhos seguir para não continuar acumulando problemas sociais e ecológicos de natureza cada vez mais grave?


Dessas disquisições, depreende-se que a humanidade entra em uma fase em que o que está em causa é a sua própria sobrevivência, e essa sobrevivência passa pela concepção de uma nova utopia que coloque os objetivos últimos da ação humana ao alcance da percepção das pessoas comuns.

As conclusões da Comissão indicam como objetivos mínimos a serem alcançados no plano internacional os seguintes:

- 1) assegurar as bases institucionais para que a temática cultura/desenvolvimento — ou seja, a identificação dos fins e a escolha dos meios de ação — seja discutida e analisada no plano internacional;
- 2) iniciar um procedimento pelo qual normas que expressam princípios éticos que já vigoram em nível das nações sejam estendidas à área internacional e global; trata-se de lançar as bases de um abrangente consenso ético;
- 3) instituir um foro no qual se possa avançar na construção de entendimentos práticos que vinculem os valores culturais (os fins) ao desenvolvimento (os meios).

A Comissão assinala o fato de que os conflitos militares são cada vez menos internacionais e mais internos. Dos 82 conflitos verificados nos últimos três anos, 79 foram interiores às nações.

A causa fundamental desses conflitos tem sido a carência de autêntico desenvolvimento, num mundo dominado pelo consumismo, o que leva a



massa dos excluídos ao desespero. Por todas as partes, em países pobres e ricos, formas predatórias de crescimento econômico privilegiam minorias e relegam a massa da população à miséria, abrindo o caminho para catástrofes ecológicas. É o que a Comissão qualifica de “desenvolvimento sem alma”.

O compromisso com a segurança territorial não deve prevalecer sobre a preocupação com a segurança das pessoas humanas, que somente pode validar-se mediante um desenvolvimento concebido no contexto cultural.

Sugere-se que a comunidade internacional tome conhecimento de forma regular dos problemas que enfrentam as populações de culturas marginalizadas, destacando as práticas e políticas exemplares e assinalando as condenáveis, como as mutilações físicas e o fanatismo religioso.

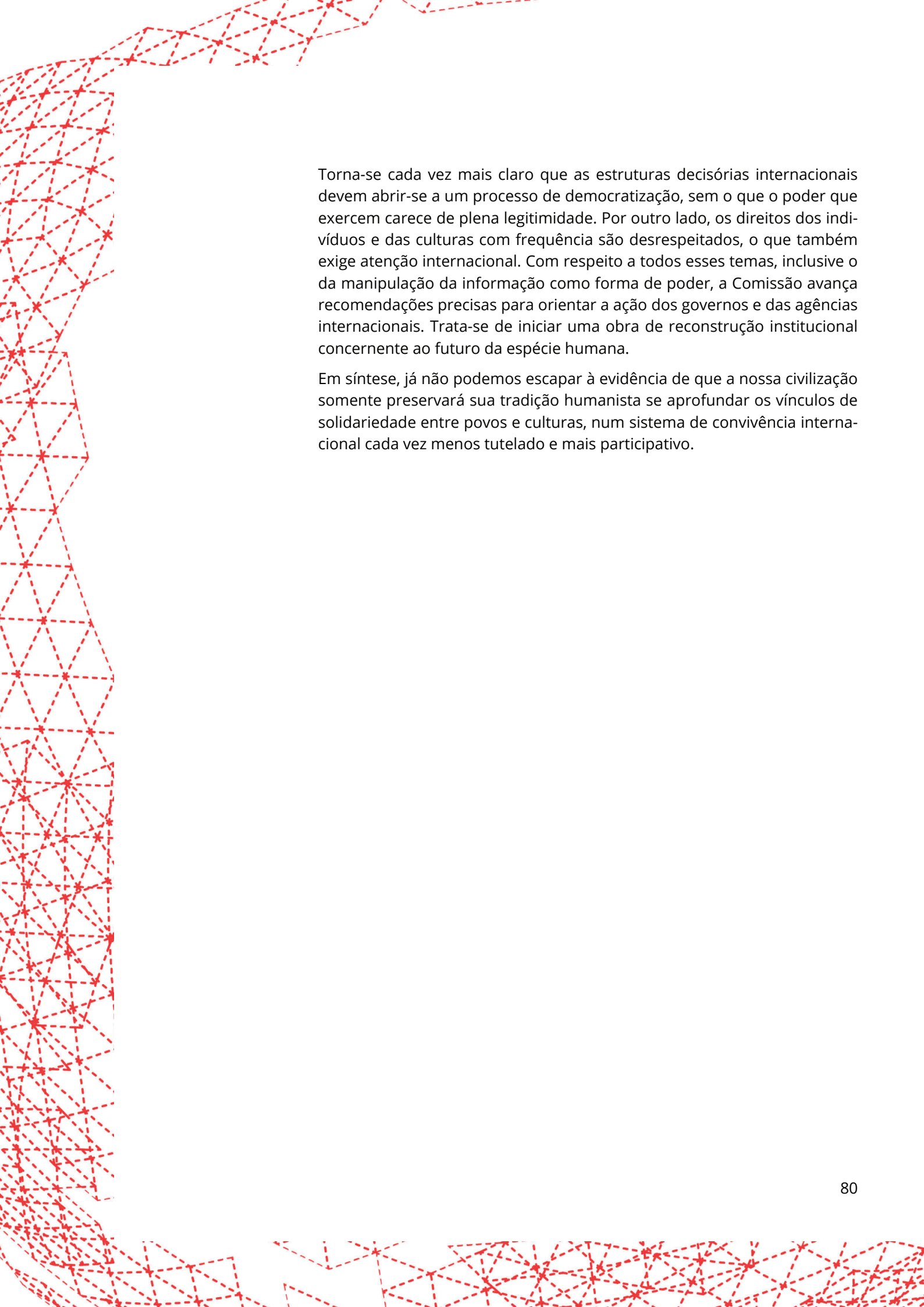
Assinala-se a importância dos estudos em curso sobre os vínculos da cultura com o desenvolvimento, para detectar a dinâmica contemporânea da mudança cultural e a natureza e as causas dos conflitos étnicos.

Com alta prioridade, recomenda-se um programa de pesquisa sobre as interrelações dos direitos da mulher com as mudanças socioculturais, com o objetivo de enfrentar formas insidiosas de discriminação ainda em vigor em quase todo o mundo.

O problema da preservação da herança cultural, considerada patrimônio da humanidade, é tratado de forma original. Sugere-se a mobilização de pessoas de boa vontade de todas as idades e nacionalidades, mediante a criação de um Voluntariado da Herança Cultural que atuaria de preferência nos países carentes de pessoal especializado.

Mas o tema mais inovador incluído nessas proposições feitas à comunidade internacional diz respeito aos Direitos Culturais, que são objeto de consideração especial. São frequentes e conhecidos os casos de perseguições a indivíduos e comunidades por motivos culturais, sem que as vítimas possam encontrar proteção nas estruturas jurídicas existentes. Trata-se de diferenciar os Direitos Culturais (como o uso da língua própria), para colocá-los no mesmo nível de prioridades dos Direitos Humanos e assegurar-lhes a mesma proteção internacional. O primeiro passo nessa direção seria a elaboração de um inventário dos Direitos Culturais. O objetivo é caminhar para a aprovação de um Código Internacional de Conduta Cultural, que assegure a preservação da diversidade dos valores culturais compatíveis com os princípios éticos universais.

Problema não menos importante é o da inserção no debate internacional de um Código de Ética Política, conjunto de normas que regulem a ação dos governos, particularmente os dos países poderosos. Para avançar nessa direção, faz-se necessário que se democratize a tomada de decisões nas instâncias mais altas da ordem internacional. É tema que já se debate atualmente na Organização das Nações Unidas.



Torna-se cada vez mais claro que as estruturas decisórias internacionais devem abrir-se a um processo de democratização, sem o que o poder que exercem carece de plena legitimidade. Por outro lado, os direitos dos indivíduos e das culturas com frequência são desrespeitados, o que também exige atenção internacional. Com respeito a todos esses temas, inclusive o da manipulação da informação como forma de poder, a Comissão avança recomendações precisas para orientar a ação dos governos e das agências internacionais. Trata-se de iniciar uma obra de reconstrução institucional concernente ao futuro da espécie humana.

Em síntese, já não podemos escapar à evidência de que a nossa civilização somente preservará sua tradição humanista se aprofundar os vínculos de solidariedade entre povos e culturas, num sistema de convivência internacional cada vez menos tutelado e mais participativo.

Cultura e desenvolvimento: conceitos revistados

Cultura y desarrollo: conceptos revisitados

Culture and development: revisited concepts

Ruy Sardinha Lopes

Doutor em Filosofia. Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU-USP

Contato: rsard@sc.usp.br



Resumo

O presente artigo analisa as diversas acepções do binômio cultura e desenvolvimento, do século XIX às atuais concepções das agências multilaterais, tendo por objetivo contribuir para o debate sobre as políticas culturais e a economia política da cultura na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Criatividade. Políticas culturais. ONU.

Resumen

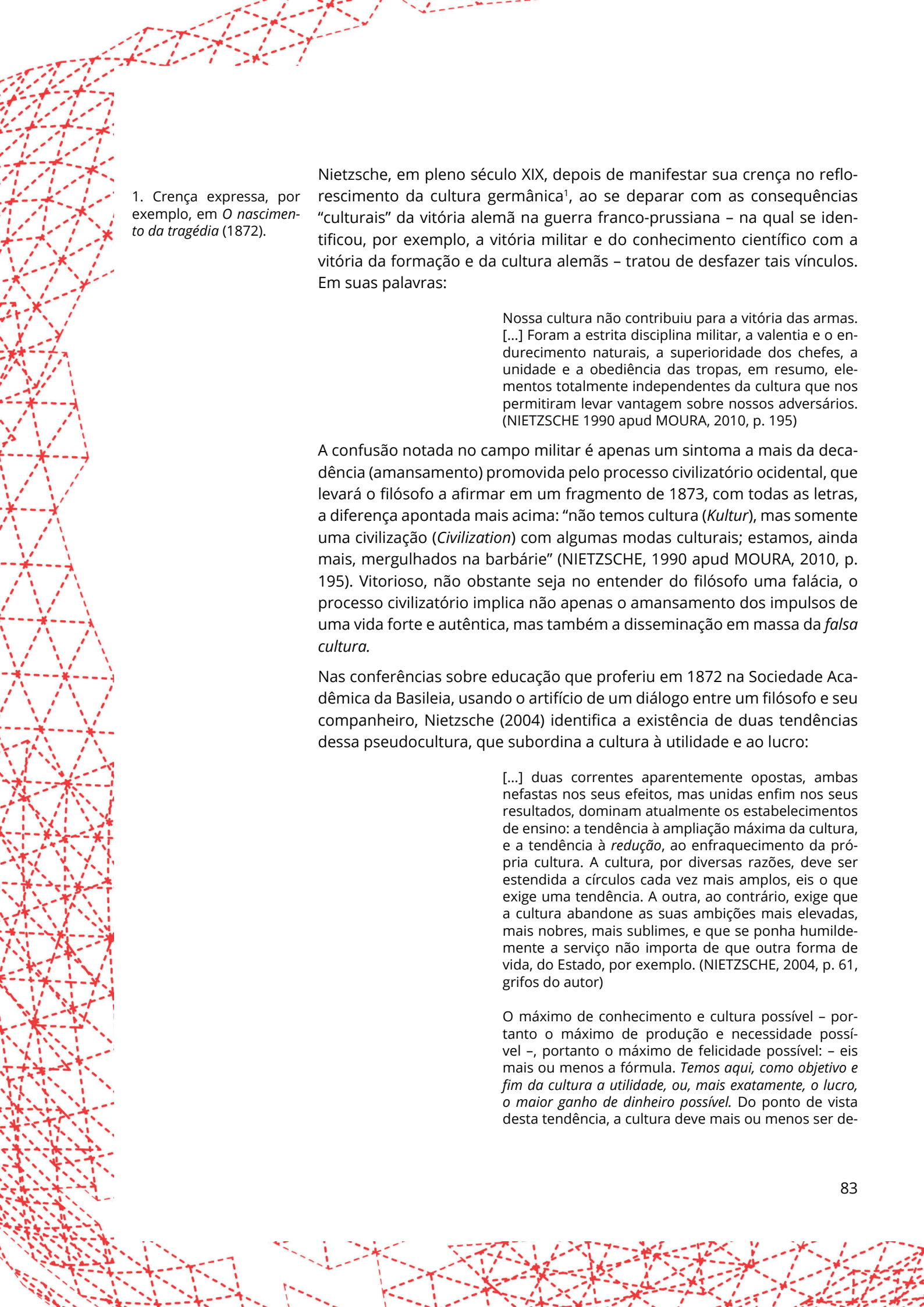
El presente artículo analiza las diversas acepciones del binomio cultura y desarrollo, del siglo XIX a las actuales concepciones de las agencias multilaterales, teniendo como objetivo contribuir al debate sobre las políticas culturales y la economía política de la cultura contemporánea.

Palabras clave: Cultura. Desarrollo. Creatividad. Políticas culturales. ONU.

Abstract

The present article analyzes the many different interpretations of the binomial culture-development from the 19th century to the current concepts of multilateral agencies, with the purpose of contributing to the debate over cultural policies and cultural political economy in modern times.

Keywords: Culture. Development. Creativity. Cultural policies. UN.



1. Crença expressa, por exemplo, em *O nascimento da tragédia* (1872).

Nietzsche, em pleno século XIX, depois de manifestar sua crença no florescimento da cultura germânica¹, ao se deparar com as consequências “culturais” da vitória alemã na guerra franco-prussiana – na qual se identificou, por exemplo, a vitória militar e do conhecimento científico com a vitória da formação e da cultura alemãs – tratou de desfazer tais vínculos. Em suas palavras:


Nossa cultura não contribuiu para a vitória das armas. [...] Foram a estrita disciplina militar, a valentia e o endurecimento naturais, a superioridade dos chefes, a unidade e a obediência das tropas, em resumo, elementos totalmente independentes da cultura que nos permitiram levar vantagem sobre nossos adversários. (NIETZSCHE 1990 apud MOURA, 2010, p. 195)

A confusão notada no campo militar é apenas um sintoma a mais da decadência (amansamento) promovida pelo processo civilizatório ocidental, que levará o filósofo a afirmar em um fragmento de 1873, com todas as letras, a diferença apontada mais acima: “não temos cultura (*Kultur*), mas somente uma civilização (*Civilization*) com algumas modas culturais; estamos, ainda mais, mergulhados na barbárie” (NIETZSCHE, 1990 apud MOURA, 2010, p. 195). Vitorioso, não obstante seja no entender do filósofo uma falácia, o processo civilizatório implica não apenas o amansamento dos impulsos de uma vida forte e autêntica, mas também a disseminação em massa da *falsa cultura*.

Nas conferências sobre educação que proferiu em 1872 na Sociedade Acadêmica da Basileia, usando o artifício de um diálogo entre um filósofo e seu companheiro, Nietzsche (2004) identifica a existência de duas tendências dessa pseudocultura, que subordina a cultura à utilidade e ao lucro:

[...] duas correntes aparentemente opostas, ambas nefastas nos seus efeitos, mas unidas enfim nos seus resultados, dominam atualmente os estabelecimentos de ensino: a tendência à ampliação máxima da cultura, e a tendência à *redução*, ao enfraquecimento da própria cultura. A cultura, por diversas razões, deve ser estendida a círculos cada vez mais amplos, eis o que exige uma tendência. A outra, ao contrário, exige que a cultura abandone as suas ambições mais elevadas, mais nobres, mais sublimes, e que se ponha humildemente a serviço não importa de que outra forma de vida, do Estado, por exemplo. (NIETZSCHE, 2004, p. 61, grifos do autor)

O máximo de conhecimento e cultura possível – portanto o máximo de produção e necessidade possível –, portanto o máximo de felicidade possível: – eis mais ou menos a fórmula. *Temos aqui, como objetivo e fim da cultura a utilidade, ou, mais exatamente, o lucro, o maior ganho de dinheiro possível.* Do ponto de vista desta tendência, a cultura deve mais ou menos ser de-



finida como o discernimento graças ao qual alguém se mantém 'no cume de sua época', graças ao qual se conhecem todos os caminhos que permitem mais facilmente ganhar dinheiro, graças ao qual se possuem todos os meios pelos quais se dá o comércio entre os homens e os povos. [...] Segundo esta perspectiva, se chega mesmo a odiar toda cultura que torne solitário, que proponha fins para além do dinheiro e do ganho, ou que demande muito tempo. (NIETZSCHE, 2004, p. 61-62, grifo nosso)


Mas acreditei, por outro lado, poder ouvir de outros lados uma outra canção, menos retumbante certamente, mas com a mesma ênfase, aquela da *redução da cultura* [...] a utilização tão desejada em nossos dias do erudito a serviço de sua disciplina torna a *cultura* do erudito cada vez mais aleatória e inverossímil. Pois o campo de estudo das ciências é hoje tão extenso, que aquele que, com boas disposições mas não excepcionais, quer aí produzir algo, se consagrará a uma especialidade muito particular e não terá qualquer preocupação com todas as outras. (NIETZSCHE, 2004, p. 63, grifos do autor)

Não é nosso intuito, aqui, analisar ou nos somar às controversas posições nietzschianas, nem mesmo aderir a certa nostalgia em torno de uma cultura cujas condições históricas não a tornam mais possível. Queremos, com essa breve alusão, simplesmente chamar atenção para dois aspectos que nos parecem importantes para a reflexão atual: a oposição entre cultura e civilização (ou, em termos mais atuais, entre cultura e desenvolvimento econômico) e a disseminação de uma pseudocultura amansada e afeita às necessidades econômicas.

Cultura & civilização

Já aprendemos com Raymond Williams (2001) o quão complexo, polissêmico – de atividade material a substantivo abstrato – e capaz de reunir em si ideias distintas é o termo cultura, de modo que seu conteúdo semântico se caracteriza como um campo de disputas e suas diferentes conceituações revelam posicionamentos de classes divergentes. Como afirma Azevedo (2017, p. 211), para Williams (2001) as várias dimensões simbólicas do termo cultura podem ser cristalizadas em três conceitos principais:

a) Cultura como “ideal”. Nessa definição, a cultura é um estado ou processo de perfeição humana, definidos nos termos de certos valores absolutos ou universais. A análise da cultura torna-se aqui, essencialmente, a descoberta e descrição, em vidas e trabalhos, daqueles valores que podem ser vistos como compondo uma ordem atemporal, ou como fazendo referência permanente à condição humana universal.

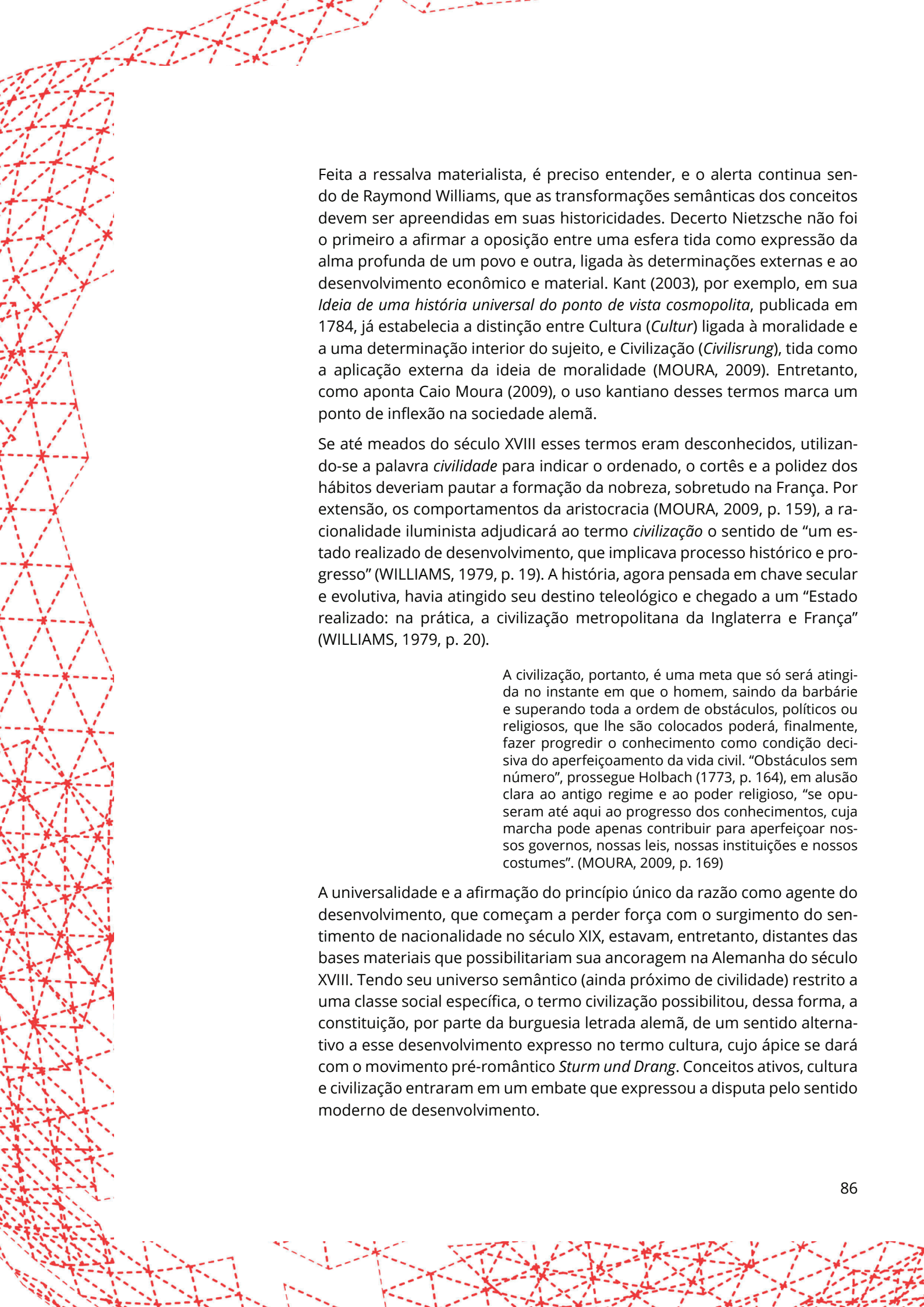


2. Ao recuperar o conceito de Marx do ser social como determinante da consciência, isto é, aquele segundo o qual “os homens fazem sua própria história dentro de certos limites que são definidos pelas condições de seu desenvolvimento social, condições que são, elas mesmas, profundamente afetadas pelo estado de suas relações econômicas, que são, por sua vez, relacionadas a um estágio particular do modo de produção” (WILLIAMS, 1975, p. 71 apud GLASER, 2008, p.52), Williams permite que se vejam a produção e reprodução da cultura não somente como processos imersos e inseparáveis das relações sociais herdadas, o que não significa, por outro lado, a inexistência de lógicas próprias, sendo pois central a suas formulações justamente a apreensão da relação complexa que as articula.

b) Cultura como “documentação”. A cultura é o corpo dos trabalhos intelectuais e imaginativos em que o pensamento e a experiência humana ficaram vária e detalhadamente registrados. A análise da cultura, nessa perspectiva, cabe à atividade crítica, que descreve e valoriza a concepção e a experiência, bem como os detalhes de linguagem, forma e convenções em que estas se fazem ativas. Essa atividade crítica pode ser: 1) um processo de “análise ideal”, isto é, a tentativa de expor o “melhor que tem sido pensado e escrito no mundo” (WILLIAMS, 2001, p. 57); 2) um processo que, mesmo interessado na tradição, enfatiza o trabalho particular sendo estudado (buscando sua clarificação e valorização); 3) uma modalidade histórica de crítica, que examina trabalhos particulares procurando relacioná-los às sociedades e tradições particulares em que apareceram.

c) Cultura como “modo de vida”. Nessa definição, de natureza social ou sociológica, a cultura refere-se a estilos de vida particulares, articulados por meio de significados e valores comuns, oriundos de instituições e expressos no comportamento ordinário. A análise da cultura torna-se, aqui, a clarificação desses significados e valores, sejam eles implícitos ou explícitos. Tal análise abrangerá a crítica histórica já referida em “b” — ou seja, a análise de trabalhos intelectuais em referência às sociedades e tradições particulares nas quais foram criados —, mas incluirá também o exame de elementos do modo de vida que os seguidores da segunda definição provavelmente não considerariam “cultura” (a organização da produção, a estrutura da família, as instituições que expressam ou governam as relações sociais, as formas da comunicação social etc.). Novamente, a análise irá variar, no âmbito dessa definição, de uma ênfase no “ideal” (a descoberta de valores absolutos ou universais, ou pelo menos mais altos ou baixos), passando pelas práticas “documentadoras”, desta feita voltadas à clarificação de um modo de vida particular, até o estudo propriamente dito de significados e valores particulares, buscando não tanto compará-los (como forma de estabelecer uma “escala”), mas, pelo estudo desses modos de mudança, “descobrir certas ‘leis’ ou ‘tendências’ gerais, pelas quais o desenvolvimento social e cultural como um todo pode ser mais bem compreendido”. (WILLIAMS, 2001, p. 58)

Por outro lado, ao expressar tanto valores universais quanto modos de vida particulares e os processos materiais por meio dos quais tais dimensões são modeladas e cristalizadas, o conceito de cultura traz em si a inseparabilidade entre a produção material e simbólica. Por isso, o esforço do materialismo cultural de Williams em elaborar um conceito de cultura que superasse tal separação presente tanto no pensamento cultural idealista quanto em certas vertentes do pensamento marxista ortodoxo².

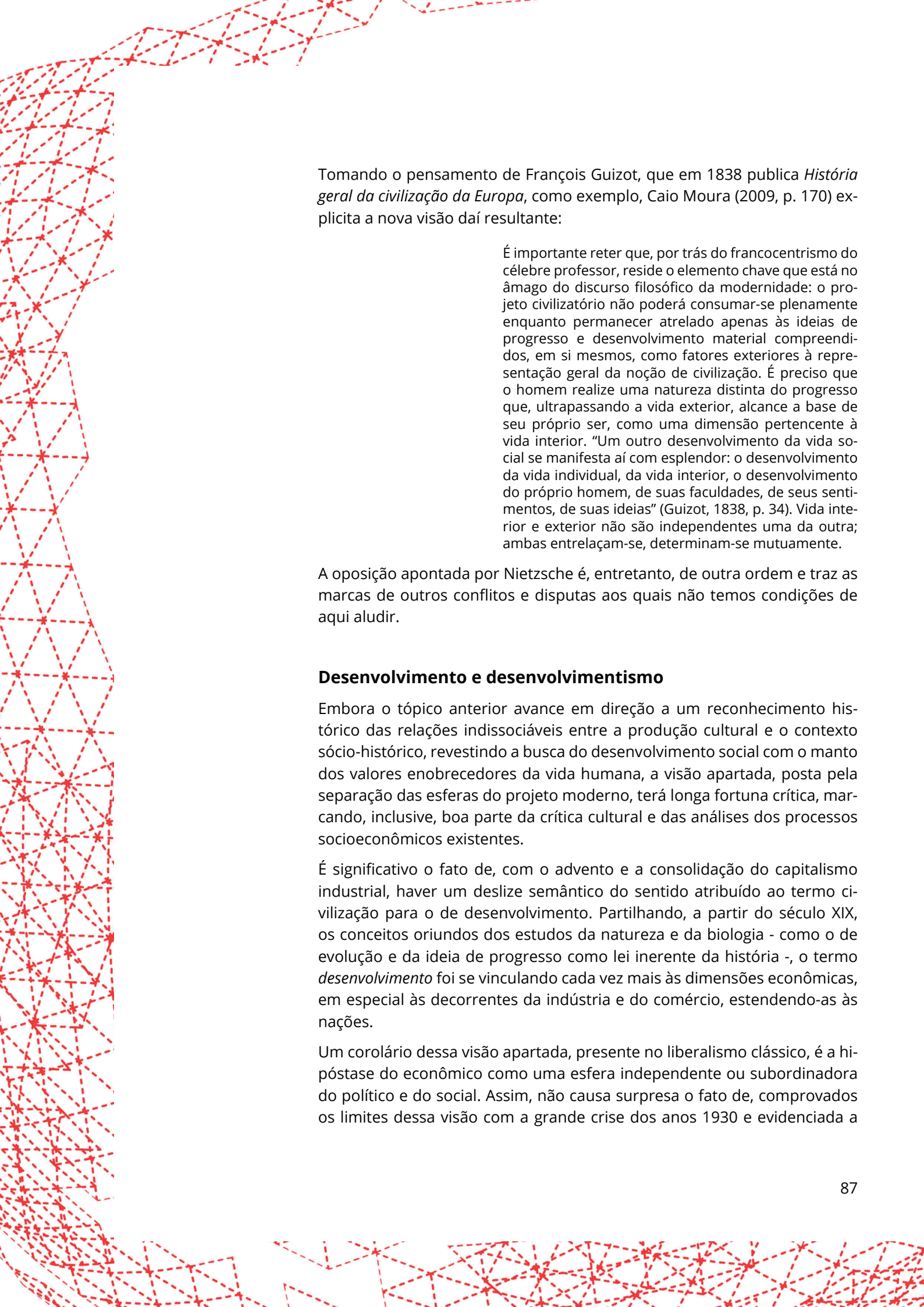


Feita a ressalva materialista, é preciso entender, e o alerta continua sendo de Raymond Williams, que as transformações semânticas dos conceitos devem ser apreendidas em suas historicidades. Decerto Nietzsche não foi o primeiro a afirmar a oposição entre uma esfera tida como expressão da alma profunda de um povo e outra, ligada às determinações externas e ao desenvolvimento econômico e material. Kant (2003), por exemplo, em sua *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*, publicada em 1784, já estabelecia a distinção entre Cultura (*Cultur*) ligada à moralidade e a uma determinação interior do sujeito, e Civilização (*Civilisrung*), tida como a aplicação externa da ideia de moralidade (MOURA, 2009). Entretanto, como aponta Caio Moura (2009), o uso kantiano desses termos marca um ponto de inflexão na sociedade alemã.

Se até meados do século XVIII esses termos eram desconhecidos, utilizando-se a palavra *civilidade* para indicar o ordenado, o cortês e a polidez dos hábitos deveriam pautar a formação da nobreza, sobretudo na França. Por extensão, os comportamentos da aristocracia (MOURA, 2009, p. 159), a racionalidade iluminista adjudicará ao termo *civilização* o sentido de “um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p. 19). A história, agora pensada em chave secular e evolutiva, havia atingido seu destino teleológico e chegado a um “Estado realizado: na prática, a civilização metropolitana da Inglaterra e França” (WILLIAMS, 1979, p. 20).

A civilização, portanto, é uma meta que só será atingida no instante em que o homem, saindo da barbárie e superando toda a ordem de obstáculos, políticos ou religiosos, que lhe são colocados poderá, finalmente, fazer progredir o conhecimento como condição decisiva do aperfeiçoamento da vida civil. “Obstáculos sem número”, prossegue Holbach (1773, p. 164), em alusão clara ao antigo regime e ao poder religioso, “se opuseram até aqui ao progresso dos conhecimentos, cuja marcha pode apenas contribuir para aperfeiçoar nossos governos, nossas leis, nossas instituições e nossos costumes”. (MOURA, 2009, p. 169)

A universalidade e a afirmação do princípio único da razão como agente do desenvolvimento, que começam a perder força com o surgimento do sentimento de nacionalidade no século XIX, estavam, entretanto, distantes das bases materiais que possibilitariam sua ancoragem na Alemanha do século XVIII. Tendo seu universo semântico (ainda próximo de civilidade) restrito a uma classe social específica, o termo civilização possibilitou, dessa forma, a constituição, por parte da burguesia letrada alemã, de um sentido alternativo a esse desenvolvimento expresso no termo cultura, cujo ápice se dará com o movimento pré-romântico *Sturm und Drang*. Conceitos ativos, cultura e civilização entraram em um embate que expressou a disputa pelo sentido moderno de desenvolvimento.



Tomando o pensamento de François Guizot, que em 1838 publica *História geral da civilização da Europa*, como exemplo, Caio Moura (2009, p. 170) explicita a nova visão daí resultante:

É importante reter que, por trás do francocentrismo do célebre professor, reside o elemento chave que está no âmago do discurso filosófico da modernidade: o projeto civilizatório não poderá consumir-se plenamente enquanto permanecer atrelado apenas às ideias de progresso e desenvolvimento material compreendidos, em si mesmos, como fatores exteriores à representação geral da noção de civilização. É preciso que o homem realize uma natureza distinta do progresso que, ultrapassando a vida exterior, alcance a base de seu próprio ser, como uma dimensão pertencente à vida interior. “Um outro desenvolvimento da vida social se manifesta aí com esplendor: o desenvolvimento da vida individual, da vida interior, o desenvolvimento do próprio homem, de suas faculdades, de seus sentimentos, de suas ideias” (Guizot, 1838, p. 34). Vida interior e exterior não são independentes uma da outra; ambas entrelaçam-se, determinam-se mutuamente.

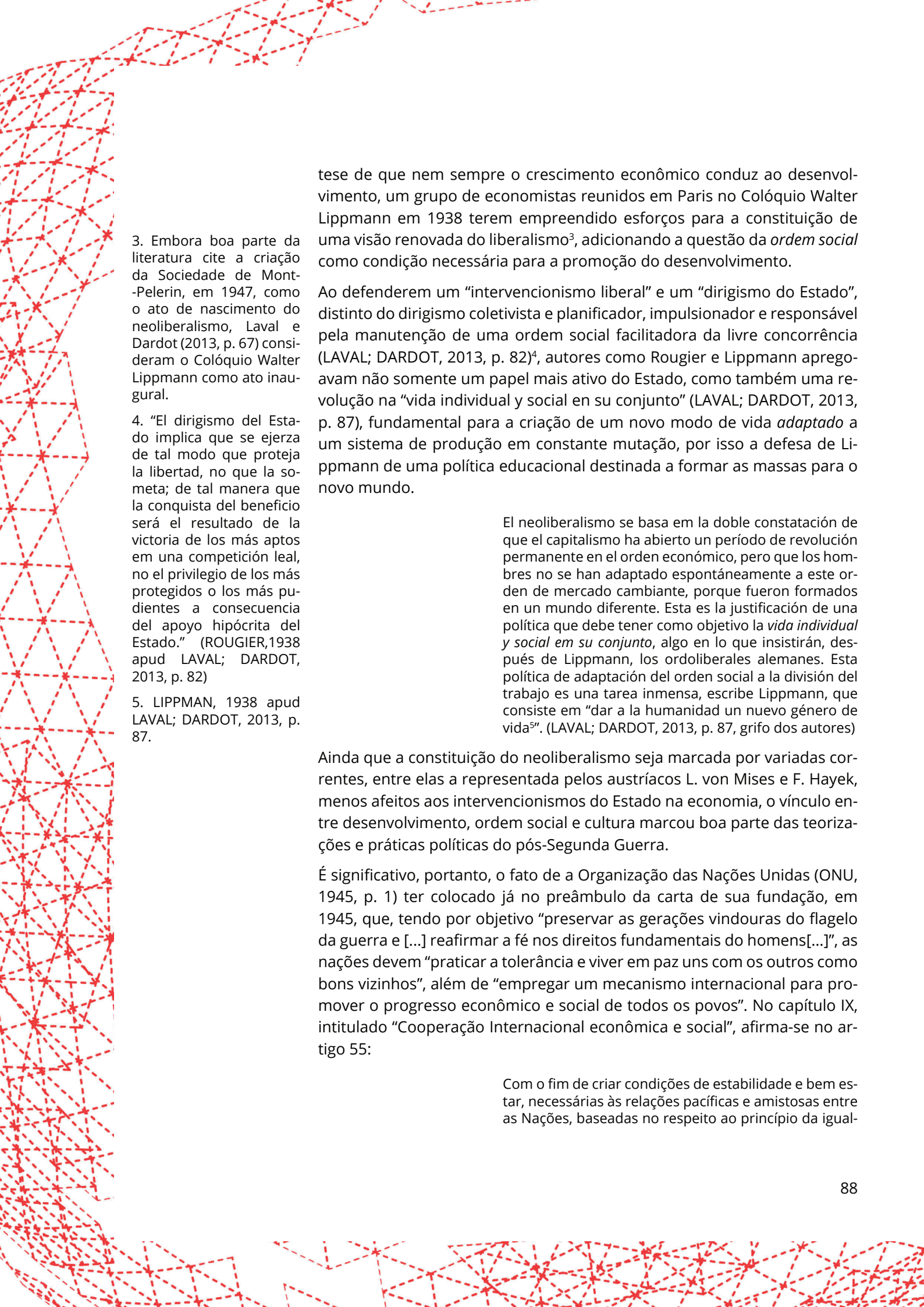
A oposição apontada por Nietzsche é, entretanto, de outra ordem e traz as marcas de outros conflitos e disputas aos quais não temos condições de aqui aludir.

Desenvolvimento e desenvolvimentismo

Embora o tópico anterior avance em direção a um reconhecimento histórico das relações indissociáveis entre a produção cultural e o contexto sócio-histórico, revestindo a busca do desenvolvimento social com o manto dos valores enobrecedores da vida humana, a visão apartada, posta pela separação das esferas do projeto moderno, terá longa fortuna crítica, marcando, inclusive, boa parte da crítica cultural e das análises dos processos socioeconômicos existentes.

É significativo o fato de, com o advento e a consolidação do capitalismo industrial, haver um deslize semântico do sentido atribuído ao termo civilização para o de desenvolvimento. Partilhando, a partir do século XIX, os conceitos oriundos dos estudos da natureza e da biologia - como o de evolução e da ideia de progresso como lei inerente da história -, o termo *desenvolvimento* foi se vinculando cada vez mais às dimensões econômicas, em especial às decorrentes da indústria e do comércio, estendendo-as às nações.

Um corolário dessa visão apartada, presente no liberalismo clássico, é a hipótese do econômico como uma esfera independente ou subordinadora do político e do social. Assim, não causa surpresa o fato de, comprovados os limites dessa visão com a grande crise dos anos 1930 e evidenciada a



3. Embora boa parte da literatura cite a criação da Sociedade de Mont-Pelerin, em 1947, como o ato de nascimento do neoliberalismo, Laval e Dardot (2013, p. 67) consideram o Colóquio Walter Lippmann como ato inaugural.

4. “El dirigismo del Estado implica que se ejerza de tal modo que proteja la libertad, no que la someta; de tal manera que la conquista del beneficio será el resultado de la victoria de los más aptos em una competición leal, no el privilegio de los más protegidos o los más pudientes a consecuencia del apoyo hipócrita del Estado.” (ROUGIER, 1938 apud LAVAL; DARDOT, 2013, p. 82)

5. LIPPMAN, 1938 apud LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87.

tese de que nem sempre o crescimento econômico conduz ao desenvolvimento, um grupo de economistas reunidos em Paris no Colóquio Walter Lippmann em 1938 terem empreendido esforços para a constituição de uma visão renovada do liberalismo³, adicionando a questão da *ordem social* como condição necessária para a promoção do desenvolvimento.

Ao defenderem um “intervencionismo liberal” e um “dirigismo do Estado”, distinto do dirigismo coletivista e planejador, impulsionador e responsável pela manutenção de uma ordem social facilitadora da livre concorrência (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 82)⁴, autores como Rougier e Lippmann apregoavam não somente um papel mais ativo do Estado, como também uma revolução na “vida individual y social en su conjunto” (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87), fundamental para a criação de um novo modo de vida *adaptado* a um sistema de produção em constante mutação, por isso a defesa de Lippmann de uma política educacional destinada a formar as massas para o novo mundo.

El neoliberalismo se basa em la doble constatación de que el capitalismo ha abierto un período de revolución permanente en el orden económico, pero que los hombres no se han adaptado espontáneamente a este orden de mercado cambiante, porque fueron formados en un mundo diferente. Esta es la justificación de una política que debe tener como objetivo la *vida individual y social em su conjunto*, algo en lo que insistirán, después de Lippmann, los ordoliberales alemanes. Esta política de adaptación del orden social a la división del trabajo es una tarea inmensa, escribe Lippmann, que consiste em “dar a la humanidad un nuevo género de vida⁵”. (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87, grifo dos autores)

Ainda que a constituição do neoliberalismo seja marcada por variadas correntes, entre elas a representada pelos austríacos L. von Mises e F. Hayek, menos afeitos aos intervencionismos do Estado na economia, o vínculo entre desenvolvimento, ordem social e cultura marcou boa parte das teorias e práticas políticas do pós-Segunda Guerra.

É significativo, portanto, o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU, 1945, p. 1) ter colocado já no preâmbulo da carta de sua fundação, em 1945, que, tendo por objetivo “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra e [...] reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homens[...], as nações devem “praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros como bons vizinhos”, além de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos”. No capítulo IX, intitulado “Cooperação Internacional econômica e social”, afirma-se no artigo 55:

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igual-

6. Ver PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Página inicial. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

7. Entretanto, como observam Machado e Pamplona (2008.p. 61), “partir da ideia de Desenvolvimento Humano contida nos Relatórios de Desenvolvimento Humano parece ser adequado para tratar do paradigma teórico associado ao PNUD. Aqui, no entanto, cabe uma ressalva. Como bem lembra Klingebiel (1999, p. 3), o Relatório de Desenvolvimento Humano, embora seja publicado pelo PNUD, não deve ser ‘equiparado’ de maneira unívoca com a instituição ou com suas políticas. Segundo o autor, as disputas políticas ocorridas no seio de seu *Governing Council* no início da década de 1990 mostravam a falta de consenso político em relação à aceitação total dos relatórios em termos conceituais e também práticos. O próprio relatório de 2001 (UNDP, 2001, p. iv), por exemplo, traz em seu rodapé observação nesse sentido, afirmando que o relatório era independente e que suas análises e recomendações não necessariamente refletiam as visões do PNUD, do seu Executive Board ou de seus países-membros”.

dade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e

c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 18)

Se, portanto, desde a sua criação, a equação paz e desenvolvimento econômico se constitui, será na década de 1960 - declarada a “década do desenvolvimento” -, que as Nações Unidas criarão várias organizações para esse fim, entre elas a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1965.

Tido como um dos principais programas de fomento ao desenvolvimento do mundo - presente em aproximadamente 170 países e territórios⁶ -, o PNUD, e muito embora tenha num primeiro momento carecido de um perfil específico, foi ao longo dos anos incorporando contribuições de diversas conferências internacionais sobre meio-ambiente, alimentação, população e emprego, alargando, dessa forma, o conceito empregado de desenvolvimento de modo a envolver a dimensão humana⁷.

Em 1986, a ONU lança a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DDD), na qual, além de reafirmar a paz e a segurança como elementos imprescindíveis para a realização do desenvolvimento, soma à dimensão econômica as dimensões social, cultural e política.

Artigo 1º - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1986)

Em 1990, ano em que o PNUD lança seu *Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano*, os conceitos de *desenvolvimento humano* e de *índice de desenvolvimento humano* são firmados, tendo sua consolidação no relatório lançado em 1994, no qual se aponta a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento que

[...] coloque o ser humano no centro do desenvolvimento, considere o crescimento econômico como um

8. Em 1972, a ONU elaborou a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo. Entre outras medidas, foi criado, nessa ocasião, um organismo para a coordenação das atividades da ONU no tocante ao meio ambiente - o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1974, como resultado da reunião entre o PNUMA e a UNCTAD, foi elaborada a Declaração de Cooyok, outro marco importante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, que responsabilizou a pobreza pela explosão demográfica e pela destruição dos recursos naturais.

9. Criada pela ONU em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, publica em 1987 o referido relatório com o objetivo de dar maior relevância ao tema e propor novas formas de cooperação internacional.

10. Como nota Raymond Williams (2007, p. 134), "Cada um dos sentidos de subdesenvolvido se associou a uma concepção de sociedades pobres, coloniais ou ex-colônias como lugares nos quais ideias já estabelecidas de desenvolvimento deveriam ser aplicadas. Seguiu-se-lhe uma descrição mais lisonjeira dessas sociedades como 'em desenvolvimento' ou 'em processo de desenvolvimento'".

meio e não como um fim, proteja as oportunidades de vida das futuras gerações do mesmo modo que as das gerações atuais e respeite os sistemas naturais dos quais dependem todos os seres vivos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 5)

Outro conceito que teve uma história paralela ao de desenvolvimento, embora mais ligado ao ambientalismo e às questões climáticas, que aos poucos vai sendo incorporado ao discurso e às políticas promovidas pela agência é o de *sustentabilidade*. Datam dos anos 1970 os primeiros estudos da ONU sobre as mudanças climáticas⁸, sendo a partir de 1987, com o documento "Nosso Futuro Comum", também conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento⁹, que o conceito se consolida. Outro momento importante, não obstante as críticas que recebeu, foi a realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, ao afirmar as três dimensões constitutivas do desenvolvimento: o crescimento econômico, a inclusão social e o equilíbrio ambiental.

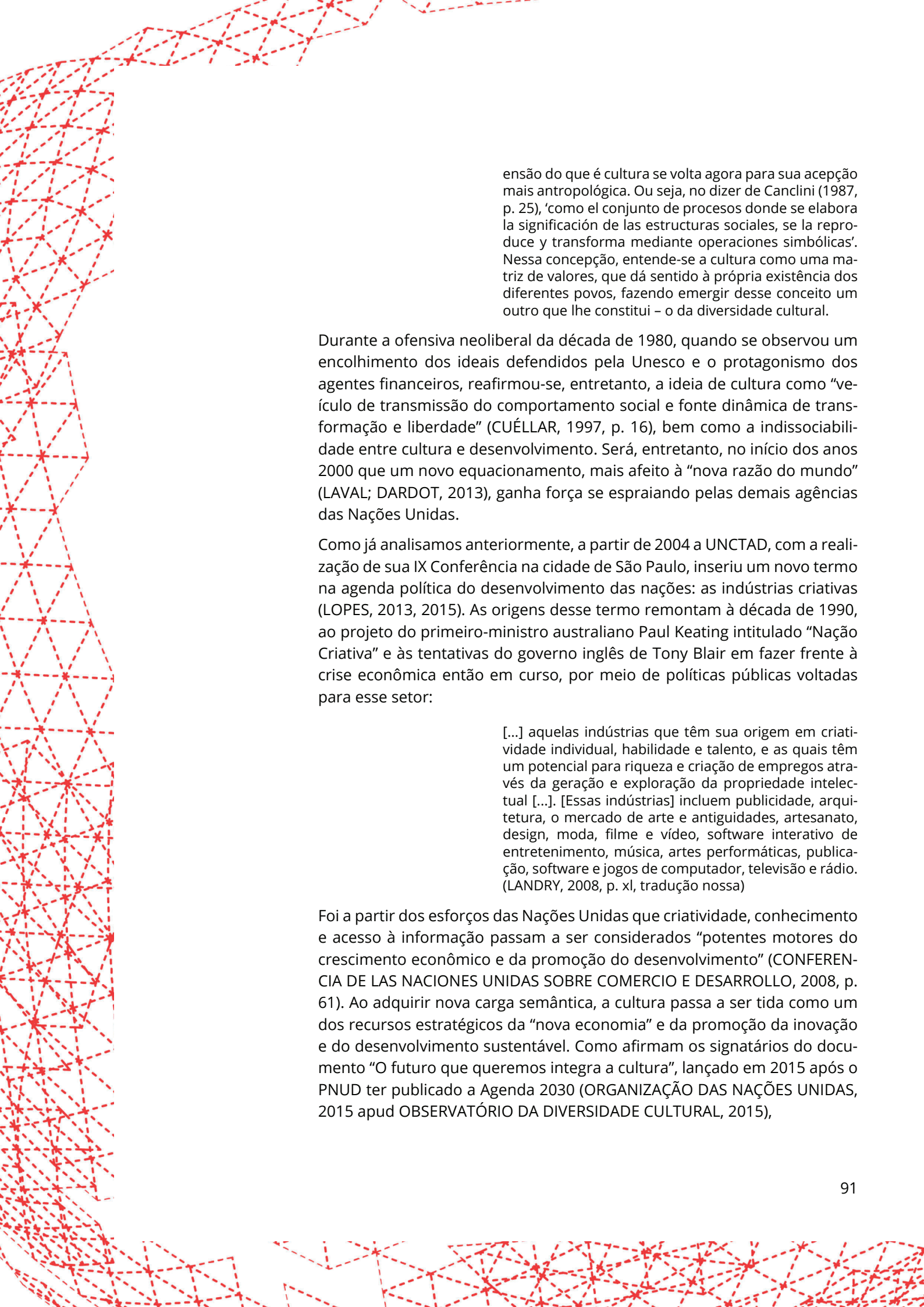
Cultura para o desenvolvimento

Não obstante o fato de as relações entre cultura e desenvolvimento se fazerem presentes, desde sua origem, nas diversas agências e convenções das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será o lugar onde seu desenvolvimento conceitual terá maior espaço. Em sintonia com o ambiente social e político da chamada Guerra Fria e partilhando com as Nações Unidas o significado da educação e da cultura como fontes de paz duradoura entre as nações, adotou-se, num primeiro momento, um conceito ainda restrito de cultura, com ações voltadas para a salvaguarda e preservação do patrimônio artístico e cultural, os direitos de autor e a difusão cultural.

Nos anos 1960, com a discussão sobre o chamado Terceiro Mundo e a difusão dos conceitos de nações subdesenvolvidas e "em desenvolvimento"¹⁰, a ONU lançou a ideia de "década do desenvolvimento". Assim, o surgimento do conceito de políticas culturais, o conceito de cultura se ampliará e serão adotadas ações mais objetivas voltadas a esses agentes, em especial à juventude.

Dessa forma, já era consenso na década de 1970 a interdependência entre o desenvolvimento econômico e social e o desenvolvimento cultural, que Mariella Pitombo (2017, p. 7) designou como a "virada antropológica" da UNESCO:

Se antes prevalecia uma noção identificada com as manifestações artísticas e intelectuais ligadas aos recantos iluminados da 'alta cultura', doravante, a compre-



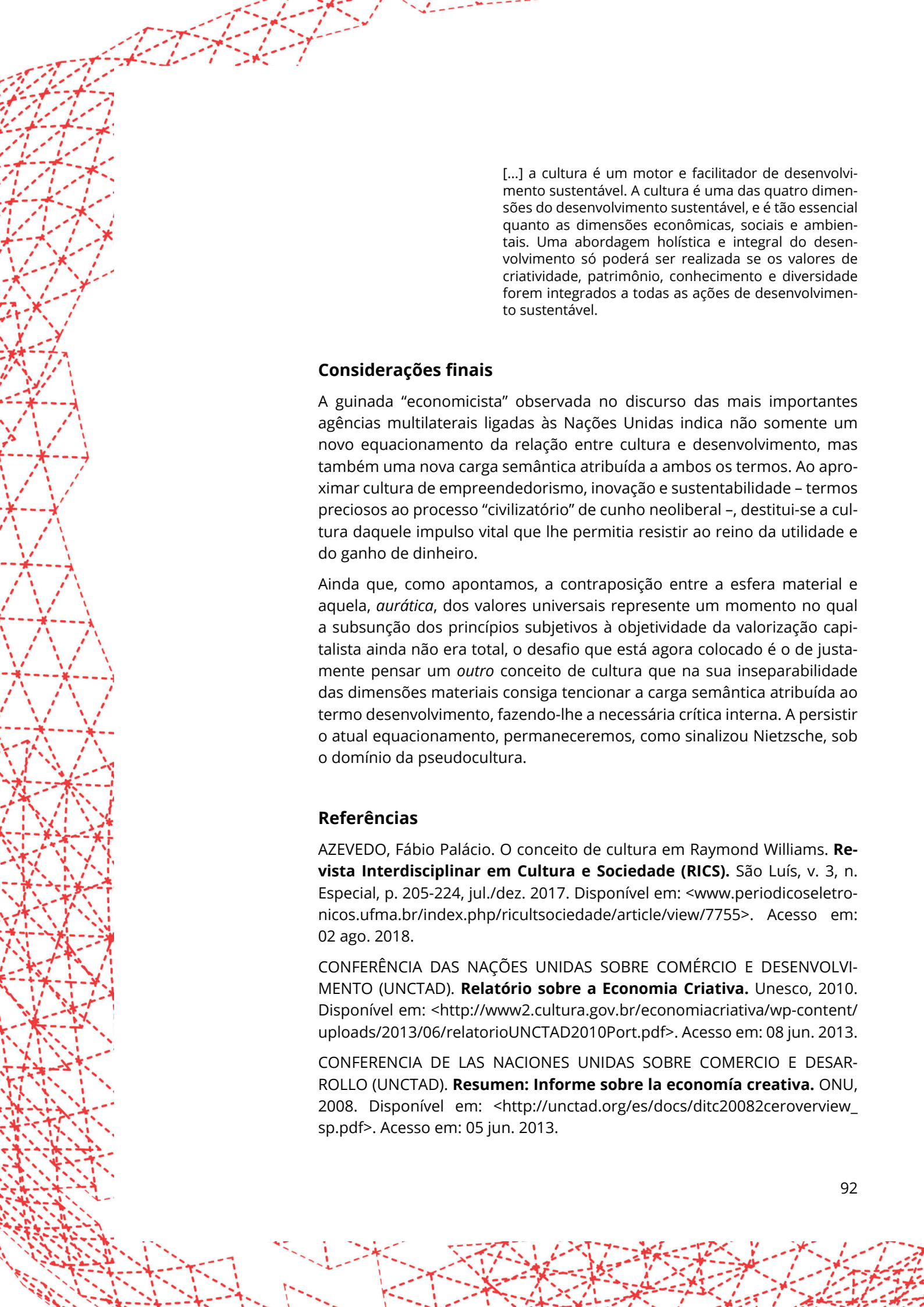
ensão do que é cultura se volta agora para sua acepção mais antropológica. Ou seja, no dizer de Canclini (1987, p. 25), ‘como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas’. Nessa concepção, entende-se a cultura como uma matriz de valores, que dá sentido à própria existência dos diferentes povos, fazendo emergir desse conceito um outro que lhe constitui – o da diversidade cultural.

Durante a ofensiva neoliberal da década de 1980, quando se observou um encolhimento dos ideais defendidos pela Unesco e o protagonismo dos agentes financeiros, reafirmou-se, entretanto, a ideia de cultura como “veículo de transmissão do comportamento social e fonte dinâmica de transformação e liberdade” (CUÉLLAR, 1997, p. 16), bem como a indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento. Será, entretanto, no início dos anos 2000 que um novo equacionamento, mais afeito à “nova razão do mundo” (LAVAL; DARDOT, 2013), ganha força se espalhando pelas demais agências das Nações Unidas.

Como já analisamos anteriormente, a partir de 2004 a UNCTAD, com a realização de sua IX Conferência na cidade de São Paulo, inseriu um novo termo na agenda política do desenvolvimento das nações: as indústrias criativas (LOPES, 2013, 2015). As origens desse termo remontam à década de 1990, ao projeto do primeiro-ministro australiano Paul Keating intitulado “Nação Criativa” e às tentativas do governo inglês de Tony Blair em fazer frente à crise econômica então em curso, por meio de políticas públicas voltadas para esse setor:

[...] aquelas indústrias que têm sua origem em criatividade individual, habilidade e talento, e as quais têm um potencial para riqueza e criação de empregos através da geração e exploração da propriedade intelectual [...]. [Essas indústrias] incluem publicidade, arquitetura, o mercado de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software interativo de entretenimento, música, artes performáticas, publicação, software e jogos de computador, televisão e rádio. (LANDRY, 2008, p. xl, tradução nossa)

Foi a partir dos esforços das Nações Unidas que criatividade, conhecimento e acesso à informação passam a ser considerados “potentes motores do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento” (CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO E DESARROLLO, 2008, p. 61). Ao adquirir nova carga semântica, a cultura passa a ser tida como um dos recursos estratégicos da “nova economia” e da promoção da inovação e do desenvolvimento sustentável. Como afirmam os signatários do documento “O futuro que queremos integra a cultura”, lançado em 2015 após o PNUD ter publicado a Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015 apud OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL, 2015),



[...] a cultura é um motor e facilitador de desenvolvimento sustentável. A cultura é uma das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, e é tão essencial quanto as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Uma abordagem holística e integral do desenvolvimento só poderá ser realizada se os valores de criatividade, patrimônio, conhecimento e diversidade forem integrados a todas as ações de desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

A guinada “economicista” observada no discurso das mais importantes agências multilaterais ligadas às Nações Unidas indica não somente um novo equacionamento da relação entre cultura e desenvolvimento, mas também uma nova carga semântica atribuída a ambos os termos. Ao aproximar cultura de empreendedorismo, inovação e sustentabilidade – termos preciosos ao processo “civilizatório” de cunho neoliberal –, destituiu-se a cultura daquele impulso vital que lhe permitia resistir ao reino da utilidade e do ganho de dinheiro.

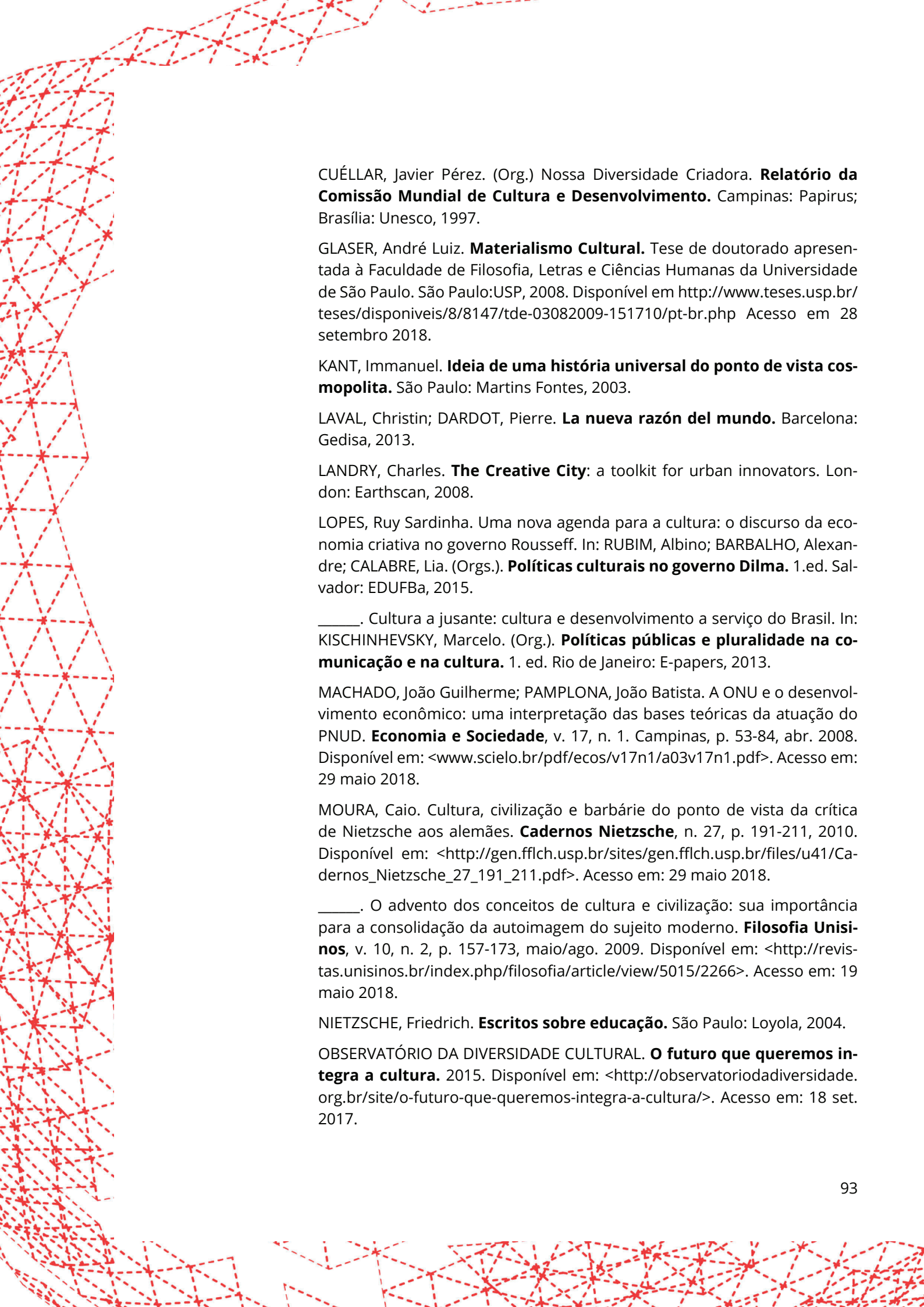
Ainda que, como apontamos, a contraposição entre a esfera material e aquela, *aurática*, dos valores universais represente um momento no qual a subsunção dos princípios subjetivos à objetividade da valorização capitalista ainda não era total, o desafio que está agora colocado é o de justamente pensar um *outro* conceito de cultura que na sua inseparabilidade das dimensões materiais consiga tencionar a carga semântica atribuída ao termo desenvolvimento, fazendo-lhe a necessária crítica interna. A persistir o atual equacionamento, permaneceremos, como sinalizou Nietzsche, sob o domínio da pseudocultura.

Referências

AZEVEDO, Fábio Palácio. O conceito de cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís, v. 3, n. Especial, p. 205-224, jul./dez. 2017. Disponível em: <www.periodicoselctronicos.ufma.br/index.php/ricultsociety/article/view/7755>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Relatório sobre a Economia Criativa**. Unesco, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO E DESARROLLO (UNCTAD). **Resumen: Informe sobre la economía creativa**. ONU, 2008. Disponível em: <http://unctad.org/es/docs/ditc20082ceroverview_sp.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.



CUÉLLAR, Javier Pérez. (Org.) Nossa Diversidade Criadora. **Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

GLASER, André Luiz. **Materialismo Cultural**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo:USP, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-03082009-151710/pt-br.php> Acesso em 28 setembro 2018.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAVAL, Christin; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo**. Barcelona: Gedisa, 2013.

LANDRY, Charles. **The Creative City: a toolkit for urban innovators**. London: Earthscan, 2008.

LOPES, Ruy Sardinha. Uma nova agenda para a cultura: o discurso da economia criativa no governo Rouseff. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. 1.ed. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. Cultura a jusante: cultura e desenvolvimento a serviço do Brasil. In: KISCHINHEVSKY, Marcelo. (Org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

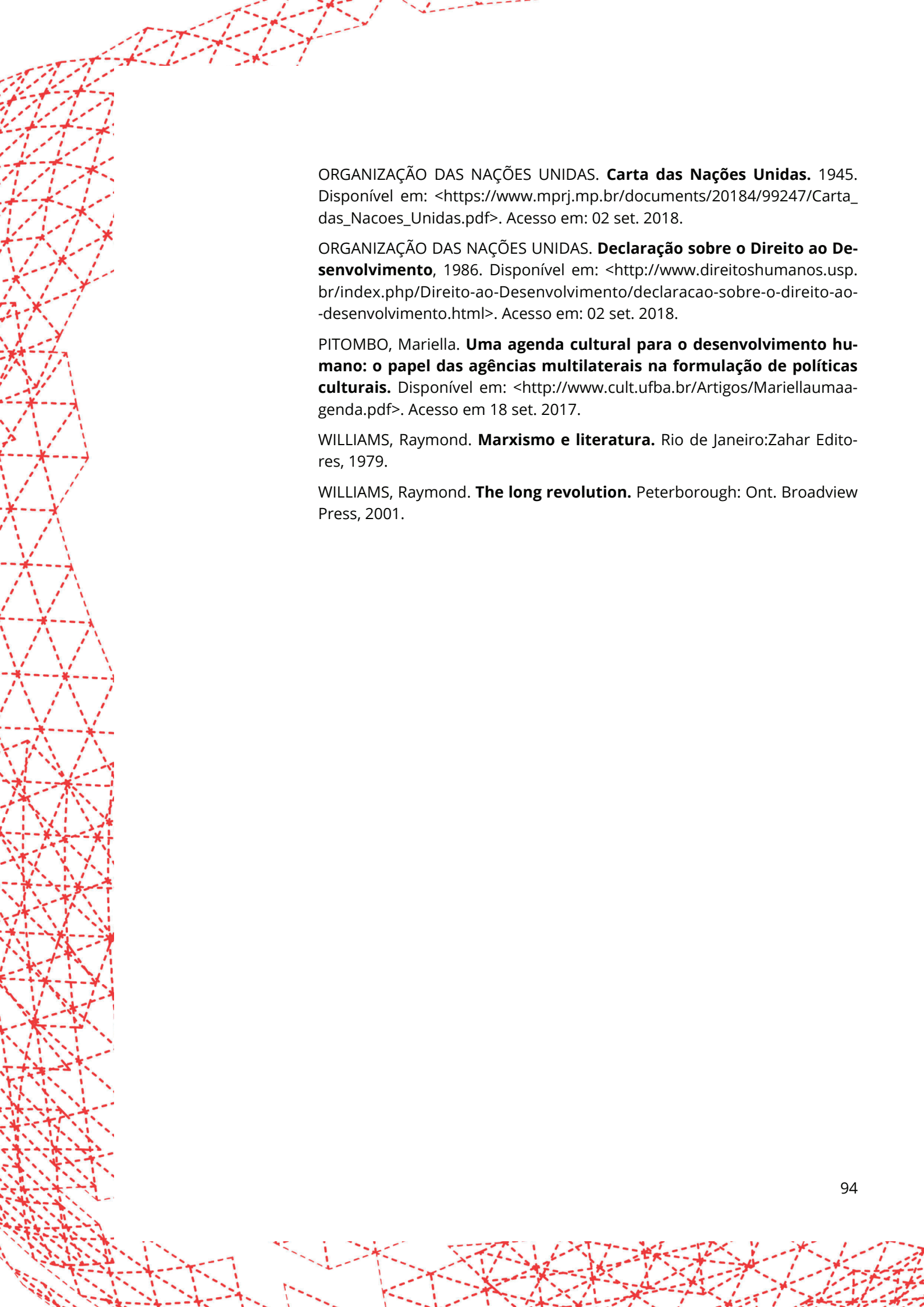
MACHADO, João Guilherme; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1. Campinas, p. 53-84, abr. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

MOURA, Caio. Cultura, civilização e barbárie do ponto de vista da crítica de Nietzsche aos alemães. **Cadernos Nietzsche**, n. 27, p. 191-211, 2010. Disponível em: <http://gen.fflch.usp.br/sites/gen.fflch.usp.br/files/u41/Cadernos_Nietzsche_27_191_211.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. **Filosofia Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 157-173, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/5015/2266>>. Acesso em: 19 maio 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Loyola, 2004.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL. **O futuro que queremos integra a cultura**. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-futuro-que-queremos-integra-a-cultura/>>. Acesso em: 18 set. 2017.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/99247/Carta_das_Nacoes_Unidas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**, 1986. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

PITOMBO, Mariella. **Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação de políticas culturais**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaa-genda.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001.

Comunicación y desarrollo: un diálogo tenso para superar la modernidad

Comunicação e desenvolvimento: um diálogo tenso para a superação da modernidade

Communication and development: a ruthless dialog to supersede modernity

Aníbal Orué Pozzo

Doctor en Comunicación y Ciencias Sociales Universidad Autónoma de Asunción. M.A. en Estudios de Medios, New School for Social Research University, New York, USA. Profesor en el área de Cultura y Estudios Latinoamericanos, Universidad Federal de la Integración Latino Americana (UNILA) y profesor colaborador en la Escuela de Posgrado Universidad Nacional del Este (Paraguay).

Contato: aoruepozzo@gmail.com



Resumen

El artículo discute los distintos procesos y discusiones que se desarrollan desde la información agrícola, pasando luego a la comunicación rural, para llegar a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. Presenta estas transiciones como una búsqueda permanente para superar una imposibilidad de comunicación, que se instala en América Latina a partir de la conquista y modernidad.

Palabras clave: Imposibilidad de la comunicación. América Latina. Comunicación para el desarrollo.

Resumo

O artigo discute os diferentes processos e discussões que se desenvolvem a partir da informação agrícola, passando para a comunicação rural, para chegar finalmente à comunicação para o desenvolvimento e o câmbio social. Apresenta essas transições como uma busca permanente de forma a superar uma impossibilidade de comunicação, que se instala na América Latina a partir da conquista e modernidade.

Palavras-chave: Impossibilidade da comunicação. América Latina. Comunicação para o desenvolvimento.

Abstract

The article discuss different processes and dialog that goes through agriculture information, rural communication and finally, communication development for social change. Also introduce all these transitions as a permanent search to overcome the impossibility of communication that got install in Latin America since the conquer and modernity.

Key words. Impossibility of communication; Latin America, communication for development

Introducción general


A comienzos del siglo XX, un pensador paraguayo, Ignacio A. Pane (1917), en un libro titulado *Apuntes de Sociología*, realizaba la tarea de tratar de resumir – en poco menos de 200 páginas – lo que es la sociología, cátedra que había asumido años atrás en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Asunción. El citado intelectual emprende esta tarea realizando un amplio recorrido por todos – o casi todos – los “grandes pensadores” europeos y norteamericanos, buscando de esta manera orientar y asentar un determinado camino que expresa y representa el pensamiento sociológico por aquellos años. En la introducción al trabajo sostiene que: “Estos apuntes tienen por objeto preparar a los alumnos del primer año de nuestra Facultad de Derecho y Ciencias Sociales para el estudio de los Principios de *Sociología de Giddings*, obra oficialmente adoptada para la enseñanza de la materia” (PANE, 1917, p. I). Demás está decir, como ya fue levantado más atrás, que este recorrido es, básicamente, un recorrido de pensadores europeos y norteamericanos canónicos, y muy poco de pensadores latinoamericanos (el puertorriqueño Eugenio María de Hostos, el venezolano Rufino Fombona, y el peruano Cornejo, citados todos muy al paso) y nada de estudiosos paraguayos¹. En nueve capítulos, el autor busca presentar la historia de la sociología, su definición, el objeto de esta disciplina, las relaciones que establece con otras disciplinas de las ciencias sociales, sus principales ejes de discusión y enfoques teóricos, apunta distintos énfasis metodológicos y, finalmente, emprende una clasificación de la misma, discutiendo acerca de las preocupaciones que esta emergente disciplina del saber asume. A lo largo de las casi 200 páginas, como señalaba más atrás, Pane nos presenta relaciones de la sociología con el mundo, con la sociedad; sin embargo en ningún momento discute o dialoga con algo próximo al concepto de “desarrollo”, sea éste económico, humano o social, o por lo menos en los entendimientos de la época. Un dato no menos importante cuando el país estaba atravesando por una intensa y hasta desgarrante discusión acerca de procesos de construcción del estado nación, del nacionalismo y formación social paraguaya, a casi 40 años de finalizada la hecatombe de la guerra contra la Triple Alianza en 1870², y a pocos años del inicio de otra guerra, esta vez con Bolivia³ que implicará, por parte del estado y sectores hegemónicos, una nueva incursión al proceso de construcción identitario y desarrollo del “ser paraguayo”. Poco o casi nada de estos temas están presentes en estos *Apuntes* de Pane, publicado en 1917 en Asunción.

Años más tarde, a finales de los años '40, y a lo largo de gran parte de los años '50 y '60 del siglo XX, esta palabra “desarrollo” ya está presente en un importante número de manuales de formación en ciencias sociales, antropología, psicología, y también en el entonces “emergente” campo de los primeros estudios de comunicación en América Latina, y obviamente tam-

1. La primera cátedra de sociología en una universidad paraguaya – la Universidad Nacional de Asunción – data del año 1900, siendo Cecilio Báez, uno de los primeros egresados de dicha institución, quien asume esta tarea. Báez es, tal vez, el más representativos político e intelectual liberal en los primeros 30 años del siglo XX paraguayo.

2. Esta guerra, conocida como Guerra contra la Triple Alianza, entre 1864-1870, involucró a cuatro países: Brasil, Argentina y Uruguay, contra Paraguay, como parte de un proceso de construcción de un bloque hegemónico en la región encabezado por Brasil, y una de las primeras manifestaciones de crisis del emergente estado nación en la región. En dicha oportunidad Paraguay pierde casi las dos terceras partes de su población y una parte importante de su territorio es apropiado por Argentina y otra por Brasil.

3. Entre 1932 y 1935, Paraguay y Bolivia se enfrentan en una guerra provocada por sectores oligárquicos de ambos países quienes “adelantan” y “construyen” un conflicto territorial ante serias y graves amenazas internas por parte de importantes sectores sociales en ambos países.



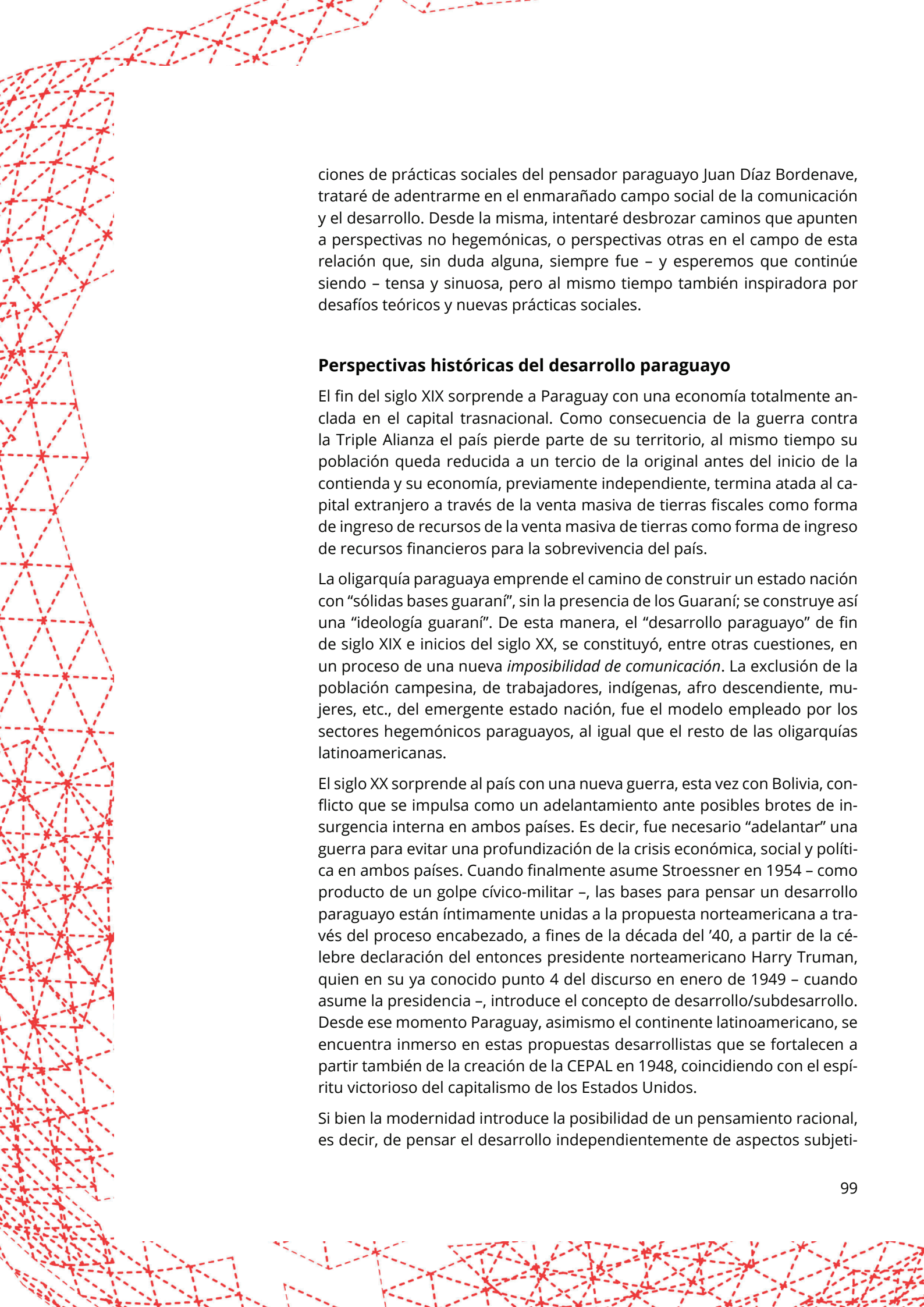
bién en los Estados Unidos (SCHRAMM, 1964; BORDENAVE, 1966; BELTRAN, 1970; CARDOSO; FALETTO, 1969; PYE, 1963; LERNER, 1958).

Sin embargo, considero que el concepto ya está presente – y *tiene* una historia – desde tiempos “inmemoriales” en el territorio y espacio social latinoamericano. No es posible pensar y analizar los procesos coloniales sin entrar de lleno a pensar y analizar los distintos modelos de “desarrollo” presentes en el imaginario de los conquistadores e invasores, asimismo de las poblaciones originarias. Mientras los primeros tratan de imponer sus visiones y cosmovisiones de mundo al interior de nuestras sociedades, las poblaciones originarias se encontraban desarrollando diversos tipos y modelos societarios distintos a los primeros. Tampoco es posible, en tiempos actuales, ignorar la presencia de uno, o varios, modelos y sistemas que, de alguna manera piensan los procesos de “desarrollo”, de manera diferenciada y opuesta a aquellas que las ideologías coloniales se encargaron de imponer en América a lo largo de los últimos 500 años.

Por otro lado, si pensamos el proceso colonial como un proceso de una aparente *imposibilidad de comunicación*, en el cual las tensiones o “diálogos” se resolvían a través de la guerra, de la violencia, obviamente también estamos colocando este proceso desde una perspectiva de la colonialidad. Es decir, la modernidad nos presenta forma de resolver los encuentros que en la experiencia concreta de la colonización de América se expresó en lo que Castro-Gómez introducía levemente – y yo la recojo decididamente –, el de una *imposibilidad de comunicación*. Pensar en varias modernidades de manera a resolver este problema es no solamente posible, como también necesaria; ¿la transmodernidad lo resolvería? Volveré sobre este punto más adelante.

No es mi intención realizar un recorrido histórico acerca de las experiencias sobre la emergencia y consolidación de una determinada perspectiva del desarrollo en América Latina, como tampoco realizar una exégesis del concepto. Apuntaba simplemente las cuestiones mencionadas más arriba, como un ejemplo de cuan complicado fue, y continúa siendo, para el pensamiento social y político latinoamericano el concepto de “desarrollo”. Más aún, si lo pensamos desde una perspectiva de una cultura de la comunicación; estas matrices pueden llevar el sello de ser expresiones ventrílocuas de experiencias y argumentaciones euro-norteamericanas, o, también, expresiones de sentimientos y experiencias acumuladas en la región por varios siglos. El colocar el énfasis en uno u otro eje, puede implicar opciones teórico-metodológicas, como también el hacerlo de una manera heurística, buscando una cierta “universalización”, implica el buscar construir una matriz que incorpore ambas perspectivas históricas y experienciales.

Lo que sigue es una intención por buscar este camino, a partir de experiencias, sean éstas en el campo del pensamiento, asimismo en el de la experienciación del hacer en la realidad. Partiendo de las ideas y formula-



ciones de prácticas sociales del pensador paraguayo Juan Díaz Bordenave, trataré de adentrarme en el enmarañado campo social de la comunicación y el desarrollo. Desde la misma, intentaré desbrozar caminos que apunten a perspectivas no hegemónicas, o perspectivas otras en el campo de esta relación que, sin duda alguna, siempre fue – y esperemos que continúe siendo – tensa y sinuosa, pero al mismo tiempo también inspiradora por desafíos teóricos y nuevas prácticas sociales.

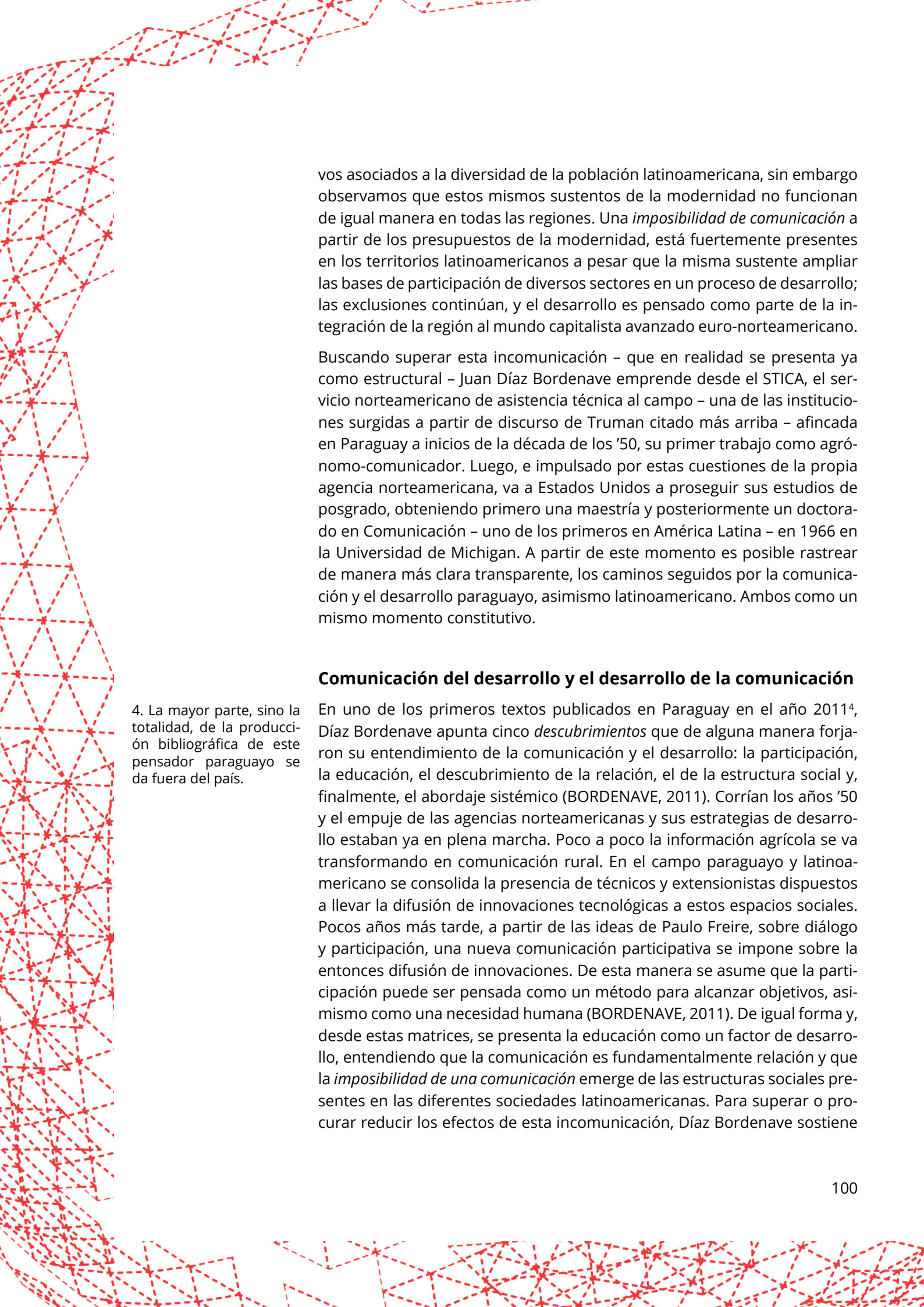
Perspectivas históricas del desarrollo paraguayo

El fin del siglo XIX sorprende a Paraguay con una economía totalmente anclada en el capital transnacional. Como consecuencia de la guerra contra la Triple Alianza el país pierde parte de su territorio, al mismo tiempo su población queda reducida a un tercio de la original antes del inicio de la contienda y su economía, previamente independiente, termina atada al capital extranjero a través de la venta masiva de tierras fiscales como forma de ingreso de recursos de la venta masiva de tierras como forma de ingreso de recursos financieros para la sobrevivencia del país.

La oligarquía paraguaya emprende el camino de construir un estado nación con “sólidas bases guaraní”, sin la presencia de los Guaraní; se construye así una “ideología guaraní”. De esta manera, el “desarrollo paraguayo” de fin de siglo XIX e inicios del siglo XX, se constituyó, entre otras cuestiones, en un proceso de una nueva *imposibilidad de comunicación*. La exclusión de la población campesina, de trabajadores, indígenas, afro descendiente, mujeres, etc., del emergente estado nación, fue el modelo empleado por los sectores hegemónicos paraguayos, al igual que el resto de las oligarquías latinoamericanas.

El siglo XX sorprende al país con una nueva guerra, esta vez con Bolivia, conflicto que se impulsa como un adelantamiento ante posibles brotes de insurgencia interna en ambos países. Es decir, fue necesario “adelantar” una guerra para evitar una profundización de la crisis económica, social y política en ambos países. Cuando finalmente asume Stroessner en 1954 – como producto de un golpe cívico-militar –, las bases para pensar un desarrollo paraguayo están íntimamente unidas a la propuesta norteamericana a través del proceso encabezado, a fines de la década del '40, a partir de la célebre declaración del entonces presidente norteamericano Harry Truman, quien en su ya conocido punto 4 del discurso en enero de 1949 – cuando asume la presidencia –, introduce el concepto de desarrollo/subdesarrollo. Desde ese momento Paraguay, asimismo el continente latinoamericano, se encuentra inmerso en estas propuestas desarrollistas que se fortalecen a partir también de la creación de la CEPAL en 1948, coincidiendo con el espíritu victorioso del capitalismo de los Estados Unidos.

Si bien la modernidad introduce la posibilidad de un pensamiento racional, es decir, de pensar el desarrollo independientemente de aspectos subjeti-




vos asociados a la diversidad de la población latinoamericana, sin embargo observamos que estos mismos sustentos de la modernidad no funcionan de igual manera en todas las regiones. Una *imposibilidad de comunicación* a partir de los presupuestos de la modernidad, está fuertemente presentes en los territorios latinoamericanos a pesar que la misma sustente ampliar las bases de participación de diversos sectores en un proceso de desarrollo; las exclusiones continúan, y el desarrollo es pensado como parte de la integración de la región al mundo capitalista avanzado euro-norteamericano.

Buscando superar esta incomunicación – que en realidad se presenta ya como estructural – Juan Díaz Bordenave emprende desde el STICA, el servicio norteamericano de asistencia técnica al campo – una de las instituciones surgidas a partir de discurso de Truman citado más arriba – afincada en Paraguay a inicios de la década de los '50, su primer trabajo como agrónomo-comunicador. Luego, e impulsado por estas cuestiones de la propia agencia norteamericana, va a Estados Unidos a proseguir sus estudios de posgrado, obteniendo primero una maestría y posteriormente un doctorado en Comunicación – uno de los primeros en América Latina – en 1966 en la Universidad de Michigan. A partir de este momento es posible rastrear de manera más clara transparente, los caminos seguidos por la comunicación y el desarrollo paraguayo, asimismo latinoamericano. Ambos como un mismo momento constitutivo.

Comunicación del desarrollo y el desarrollo de la comunicación

4. La mayor parte, sino la totalidad, de la producción bibliográfica de este pensador paraguayo se da fuera del país.

En uno de los primeros textos publicados en Paraguay en el año 2011⁴, Díaz Bordenave apunta cinco *descubrimientos* que de alguna manera forjaron su entendimiento de la comunicación y el desarrollo: la participación, la educación, el descubrimiento de la relación, el de la estructura social y, finalmente, el abordaje sistémico (BORDENAVE, 2011). Corrían los años '50 y el empuje de las agencias norteamericanas y sus estrategias de desarrollo estaban ya en plena marcha. Poco a poco la información agrícola se va transformando en comunicación rural. En el campo paraguayo y latinoamericano se consolida la presencia de técnicos y extensionistas dispuestos a llevar la difusión de innovaciones tecnológicas a estos espacios sociales. Pocos años más tarde, a partir de las ideas de Paulo Freire, sobre diálogo y participación, una nueva comunicación participativa se impone sobre la entonces difusión de innovaciones. De esta manera se asume que la participación puede ser pensada como un método para alcanzar objetivos, asimismo como una necesidad humana (BORDENAVE, 2011). De igual forma y, desde estas matrices, se presenta la educación como un factor de desarrollo, entendiendo que la comunicación es fundamentalmente relación y que la *imposibilidad de una comunicación* emerge de las estructuras sociales presentes en las diferentes sociedades latinoamericanas. Para superar o procurar reducir los efectos de esta incomunicación, Díaz Bordenave sostiene



que “la comunicación para el desarrollo consiste, más que en transmitir mensajes, en establecer relaciones” (BORDENAVE, 2011, p. 23). Así, si en los años '50 del siglo XX, la finalidad de la información agrícola era producir informaciones y entregarla a agricultores en el sistema de extensión desarrollada, poco después se “descubre” que esta información agrícola – siempre según Bordenave (2011) – es parte de un sistema más amplio; entonces “la información agrícola, paso a llamarse Comunicación Rural” (BORDENAVE, 2011, p. 100). Sin embargo, en poco tiempo se *descubre* que el énfasis en lo agropecuario exclusivamente, limitaba tremendamente el avance de esas ideas y de las buenas prácticas, pues otras áreas también estaban presentes y necesitaban ser consideradas, como el la de la salud, educación, desarrollo comunitario, y otras. La comunicación rural da paso, entonces, a la comunicación para el desarrollo. En todo momento, estos descubrimientos implicaban giros en el entendimiento de dichas prácticas y, desde la región, se apartan cada vez más del modelo hegemónico euro-norteamericano, pasando la realidad a ser pensada desde perspectivas otras, que ya no aquellas de fuera de América Latina. Son los primeros paso para pensar una comunicación no solamente contra hegemónica, sino principalmente desde el giro epistémico no occidental.

Así, en las líneas presentadas más arriba, he tratado de introducir algunos conceptos que en el tiempo se incorporan a la comunicación, a partir de una práctica asociada a un determinado territorio social, el campo. Es posible entonces, desde estos delineamientos, pensar que los conceptos y experiencias están estrechamente asociados al *lugar de las prácticas*, y desde las mismas van siendo elaborados y construidos, pues van resolviendo, al mismo tiempo, cuestiones asociadas al cotidiano de esas vivencias. De esta manera, y desde las prácticas y experiencias de extensionistas agrícolas, comunicadores rurales y comunicadores para el desarrollo, podemos observar el recorrido histórico que nos lleva a la construcción de conceptos, saberes y conocimientos en este campo. Y, desde las mismas, acompañar cómo y de qué manera, no solamente las prácticas se van transformando, sino también los respectivos entendimientos de dichas prácticas sociales. Años más tarde, observamos que algunos de estos conceptos asociados a la comunicación para el desarrollo desde los años '50 y '60 del siglo pasado, fueron incorporados a las prácticas comunicacionales en otros territorios, en otros espacios sociales, asimismo en otras áreas de la comunicación. De esta manera, una de los caminos posibles para trazar una exégesis del campo, es acompañar las prácticas sociales *desde el lugar* en que ellas se establecen e implementan, tratando de resolver una cuestión práctica, como aquella que, inicialmente, se inició como el de la difusión de las innovaciones tecnológicas, de manera vertical y autoritaria, para llegar finalmente a un cuestionamiento epistémico de la propia práctica y concepto de la comunicación hasta entonces instituida como hegemónica en el pensamiento occidental.

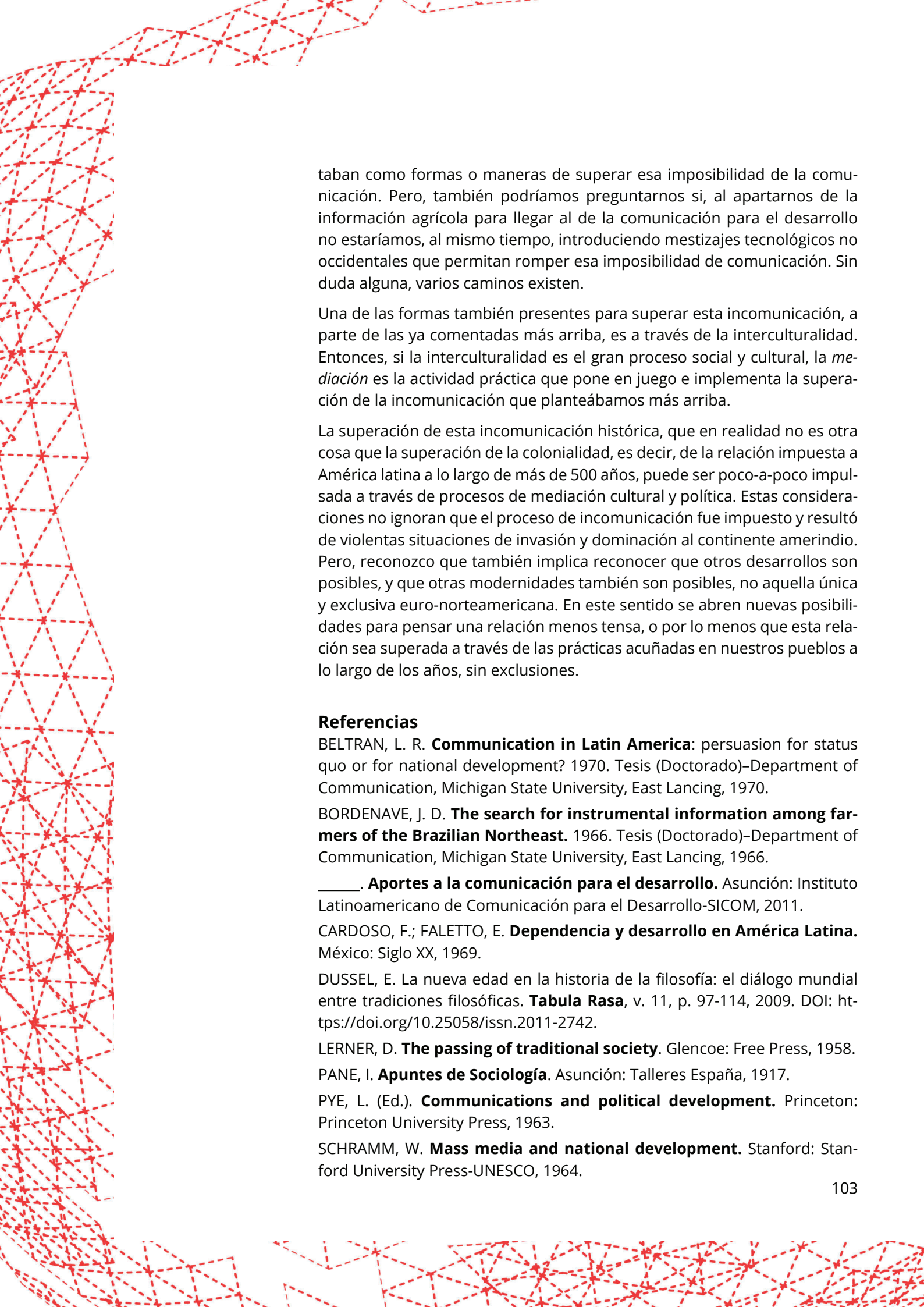


Comunicación como desarrollo

Sin embargo, es también posible pensar esa alternativa de terminar con la imposibilidad de la comunicación, cuyas diversas estrategias he tratado de alguna manera introducir más arriba, por otros caminos paralelos o inclusive que incluyen a aquellos señalados y que Díaz Bordenave nos comenta. Los pasos y transformaciones que he presentado buscan, críticamente, una vía propia, un pensamiento que, desde la región, contemple la diversidad de posibilidades y realidades que América Latina comporta. En este sentido, considero que apuntan ya, desde sus inicios, un quiebre y un giro epistemológico en el pensamiento crítico. Desde esta perspectiva, podríamos sin duda alguna, engarzarlo con los caminos que una parte del pensamiento social latinoamericano ya venía transitando. La crítica a la modernidad, y sus estrategias para superarla.

Radicalizar la modernidad o que la transmodernidad (DUSSEL, 2009) se encargue de fagocitarla, esa es uno de las grandes cuestiones presentes hoy en América Latina. Superar esa tensión entre desarrollo y comunicación, o superar la incomunicación histórica presente en la modernidad latinoamericana, tal vez constituya uno de los mayores retos y desafíos para todos aquellos que trabajamos, desde las ciencias sociales, con la crítica a la episteme colonial fuertemente presente aun en la región. Es decir, la comunicación como expresión de una modernidad, debe dar paso a una comunicación de la transmodernidad. En todo caso, ¿cómo o de qué manera este proceso que busca terminar con la improbabilidad de la comunicación se presenta en América Latina? Y, desde esta pregunta, uno de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros es tratar de dialogar críticamente con los procesos de comunicación y desarrollo de la región. Podríamos pensar en *mestizajes tecnológicos* de forma que el diálogo entre ambos procesos sea más amigable. ¿Pero este mestizaje tecnológico implicaría asumir lo tecnológico euro-norteamericano? De ser así, es muy poco el aporte o al contrario, es totalmente dependiente nuevamente nuestra integración a los procesos de mundialización ya lleva más de 500 años en una marcha sinuosa. Si el mestizaje fue una propuesta colonialista de blanqueamiento de la población latinoamericana, el mestizaje tecnológico ¿debe asumir igual perspectiva? En todo caso deberíamos asumir otra perspectiva en la relación desarrollo x comunicación, fuera de los márgenes de la modernidad. Tal vez con eso estaríamos escapando de los esencialismos tecnológicos fuertemente presentes e impuestos por ese pensamiento euro-norteamericano. Buscando atajos a la incomunicación desarrollo x comunicación, tal vez encontremos caminos menos tensos y sobre todo dialogantes interculturalmente que nos permitan vencer esa herencia colonial que hasta hoy constituye uno de los signos más pesados de un no dialogo entre pueblos, personas e individuos en la región.

De alguna manera, el paso de la información agrícola al de la comunicación rural, y por su vez de ésta a la comunicación para el desarrollo se presen-



taban como formas o maneras de superar esa imposibilidad de la comunicación. Pero, también podríamos preguntarnos si, al apartarnos de la información agrícola para llegar al de la comunicación para el desarrollo no estaríamos, al mismo tiempo, introduciendo mestizajes tecnológicos no occidentales que permitan romper esa imposibilidad de comunicación. Sin duda alguna, varios caminos existen.

Una de las formas también presentes para superar esta incomunicación, a parte de las ya comentadas más arriba, es a través de la interculturalidad. Entonces, si la interculturalidad es el gran proceso social y cultural, la *mediación* es la actividad práctica que pone en juego e implementa la superación de la incomunicación que planteábamos más arriba.

La superación de esta incomunicación histórica, que en realidad no es otra cosa que la superación de la colonialidad, es decir, de la relación impuesta a América latina a lo largo de más de 500 años, puede ser poco-a-poco impulsada a través de procesos de mediación cultural y política. Estas consideraciones no ignoran que el proceso de incomunicación fue impuesto y resultó de violentas situaciones de invasión y dominación al continente amerindio. Pero, reconozco que también implica reconocer que otros desarrollos son posibles, y que otras modernidades también son posibles, no aquella única y exclusiva euro-norteamericana. En este sentido se abren nuevas posibilidades para pensar una relación menos tensa, o por lo menos que esta relación sea superada a través de las prácticas acuñadas en nuestros pueblos a lo largo de los años, sin exclusiones.

Referencias

BELTRAN, L. R. **Communication in Latin America: persuasion for status quo or for national development?** 1970. Tesis (Doctorado)–Department of Communication, Michigan State University, East Lansing, 1970.

BORDENAVE, J. D. **The search for instrumental information among farmers of the Brazilian Northeast.** 1966. Tesis (Doctorado)–Department of Communication, Michigan State University, East Lansing, 1966.

_____. **Aportes a la comunicación para el desarrollo.** Asunción: Instituto Latinoamericano de Comunicación para el Desarrollo-SICOM, 2011.

CARDOSO, F.; FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina.** México: Siglo XX, 1969.

DUSSEL, E. La nueva edad en la historia de la filosofía: el diálogo mundial entre tradiciones filosóficas. **Tabula Rasa**, v. 11, p. 97-114, 2009. DOI: <https://doi.org/10.25058/issn.2011-2742>.

LERNER, D. **The passing of traditional society.** Glencoe: Free Press, 1958.

PANE, I. **Apuntes de Sociología.** Asunción: Talleres España, 1917.

PYE, L. (Ed.). **Communications and political development.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

SCHRAMM, W. **Mass media and national development.** Stanford: Stanford University Press-UNESCO, 1964.

El desarrollo como problema cultural¹

O desenvolvimento como problema cultural

The Development as a cultural problem

Ancízar Narváez

Doctor en Educación, Magister en Comunicación Educativa. Profesor Titular de la Universidad Pedagógica Nacional de Colombia

Contato: <ancizar.narvaez@gmail.com>



Resumen

El artículo sostiene que la relación entre cultura y desarrollo se basa en que el desarrollo es un concepto propio de la cultura occidental y específicamente del capitalismo. Por tanto, la exportación de la idea de desarrollo desde los países centrales a los de la periferia encierra un componente de dependencia y subordinación, puesto que lo que se importa es una parte de los productos del mismo, específicamente los productos tecnológicos y la relación comercial, pero no los fundamentos de la cultura que puede producir tecnología propia y por tanto una relación comercial equitativa. De ahí se infiere que lo fundamental para nuestros países no es la asunción de los productos de la tecnología (lo que se conoce como modo de desarrollo) sino una política científica y tecnológica autónoma que permita la producción propia (modo de regulación).

Palabras clave: Cultura, capitalismo, desarrollo, centro, periferia

Resumo

O artigo sustenta que a relação entre cultura e desenvolvimento se baseia no pressuposto de que o desenvolvimento é um conceito próprio da cultura ocidental, mais especificamente do capitalismo. Portanto, a exploração da ideia de desenvolvimento tanto para os países centrais quanto aos da periferia encerra um componente de dependência e subordinação, uma vez que o que se importa são os produtos e as relações comerciais, mas não os fundamentos da cultura que podem produzir tecnologia própria e portanto uma relação comercial mais equitativa. Desta forma, podemos inferir que o fundamental para nossos países não é a assunção dos produtos tecnológicos (o que é conhecido como modo de desenvolvimento), mas uma política científica e tecnológica autônoma que permite a produção própria (modo de regulação).

Palavras-chave: Cultura, capitalismo, desenvolvimento, centro, periferia

Abstract

The article argues that the relationship between culture and development is based on the fact that development is a concept proper to Western culture and specifically to capitalism. Therefore, the export of the idea of development from the central countries to those of the periphery contains a component of dependence and subordination, since what is imported is a part of the products of the same, specifically the technological products and the commercial relationship, but not the foundations of the culture that can produce its own technology and, therefore, an equitable commercial relationship. Hence, it is inferred that what is fundamental for our countries is not the assumption of the products of technology (what is known as a mode of development) but an autonomous scientific and technological policy that allows for own production (regulation mode).

Keywords: Culture, capitalism, development, center, periphery

1. Este texto hace parte del proyecto en construcción: "Educomunicación y conocimiento. Entre institución y código. Entre titulación y formación", del Doctorado y la Maestría en Educación y del Centro de Investigaciones de la UPN, Bogotá

¿Cuál es el origen del desarrollo? ¿Es un concepto universal o solo de la teleología occidental?

Como lo he sostenido en otra parte (NARVÁEZ, 2013), el desarrollo es un concepto propio de la que llamamos cultura occidental – por oposición a las culturas étnicas –, la cual se caracteriza por su codificación alfabética y por su discursividad argumentativa – por oposición la codificación oral-icónica y a la discursividad narrativa de las culturas étnicas.

Desarrollo hace parte de una familia de conceptos que se pretenden 'universales' – por oposición a los conceptos locales de las culturas étnicas –, así como de los conceptos teleológicos y mesiánicos del judeo-cristianismo – por oposición a la temporalidad circular y restauradora de las culturas étnicas.

Esos conceptos incluyen la *civilización* (greco-romano), la *salvación* (judeo-cristianismo), la *evangelización* de la humanidad como *revelación* (cristianismo), conceptos que fueron todos incorporados por el capitalismo para imponerse, no sólo en Europa sino en el mundo, bajo el nombre de *modernización*, consistente en la imposición de la cultura occidental a los demás pueblos; a esto se le llamó *progreso* (NISBET, 1996) y, finalmente, a partir de la Segunda Guerra Mundial, *desarrollo* (ESCOBAR, 2007). En esta palabra, entendida como la liberación y el despliegue de todo el potencial productivo y creador de la humanidad, se resume todo el ideal universalizante y teleológico de la tradición occidental.

Ahora bien ¿es el desarrollo un concepto aplicable a toda la tradición occidental o solo al capitalismo? En este enfoque culturalista, la cultura no es una parte ni una consecuencia, sino al contrario: la sociedad se organiza en torno a una tradición cultural; por tanto, la cultura tampoco es una característica o una consecuencia del capitalismo, sino que, más bien, el capitalismo es una parte y una etapa histórica de la cultura occidental, tanto en lo ético como en lo técnico.

El problema se puede plantear entonces como una construcción desde dos perspectivas, sugeridas ya en otra parte (NARVÁEZ, 2014). Por un lado, el materialismo más mecanicista; por otro, el materialismo histórico propiamente dicho. El primero, basado en la transformación de las fuerzas productivas; el segundo, en las relaciones de producción.

En la historiografía tradicional se nos enseña la historia dividida en Edades: a) la de piedra, dividida a la vez en períodos (paleolítico y neolítico); y la de los metales, dividida a la vez en períodos (de bronce, de hierro). Esta es la herencia que hoy mantenemos en nociones como sociedad industrial o sociedad de la información: la sociedad se nombra por sus características técnicas.

En la visión crítica del Materialismo histórico, en cambio, se periodiza por Modos de producción. Y en este caso, lo fundamental son las relaciones

de producción (MARX, 2008 [1859], p. 5), no las fuerzas productivas, como llegó a creerse en alguna tradición marxista. Las sociedades se nombran entonces por las características de la clase dominante: Esclavismo, Feudalismo, capitalismo (Tabla 1).

Tabla 1 – Criterios de periodización de la historia

Materialismo mecanicista		Materialismo histórico	
Determinismo tecnológico		Determinismo social	
Fuerzas Productivas		Relaciones de producción	
Edades		Modos de producción	
De piedra	Paleolítico	Comunidad primitiva	
	Neolítico	Asiático-Americano	
De los metales	De bronce	Esclavismo-Feudalismo	
	De hierro	Industrial	Capitalismo
		Informacional	
		Socialismo-pos capitalismo	

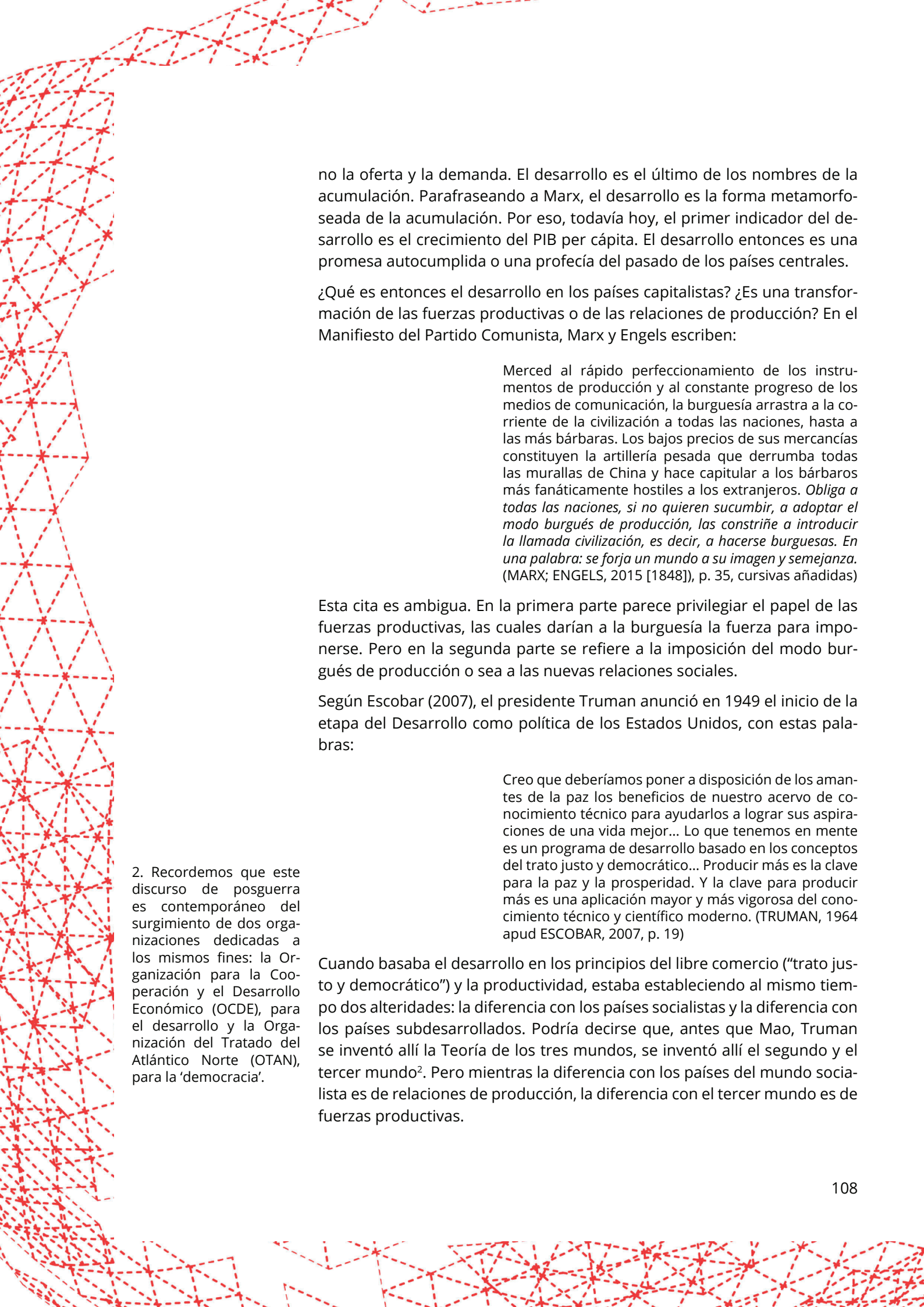
Fuente: Narváez, 2014, modificado y reducido para este caso.

La pregunta que surge entonces es si el desarrollo es el paso de una edad a otra, de un período a otro o de un modo de producción a otro. Estas teleologías invitan a considerar el desarrollo, por ejemplo, como el paso de la edad de piedra a la de los metales, o del bronce al hierro; así mismo, como el paso de las colectividades primitivas a los despotismos asiáticos y americanos, o del esclavismo y feudalismo europeos al capitalismo (HOBBSAWM, 1976).

Desde una perspectiva de economía política, el desarrollo sería una etapa del capitalismo, o más bien una característica de los países centrales del sistema.

Desde el siglo XV, siguiendo a Wallerstein (1979), el capitalismo se convirtió en una Economía-mundo, por lo que, como dice Marx en alguna parte, la historia se convirtió en historia universal. Pero esa historia universal no es todavía la historia del desarrollo sino la de la modernización. En una narración liberal, hasta ese momento la historia habría estado frenada por las fuerzas de la tradición, a las que venía a oponerse la fuerza del progreso, lo que fue bien sintetizado por Maquiavelo como la lucha entre la fortuna y la virtud, correspondiendo esta última, desde luego, al capitalismo y a la clase que emergía con él, la burguesía.

Aquí se inicia lo que conocemos como el proceso de la *modernización* de la sociedad, convertida en metarrelato universal con el nombre de *modernidad* (THOMPSON, 1998), a pesar de todas las variantes que tuvo entre los países centrales (MOORE, 2002), cada uno de los cuales tiene una modernidad distinta, que condujo a la dictadura o a la democracia, pero con una base común: el *capitalismo*. El desarrollo es un concepto aplicable al capitalismo, y solo a la esencia del capitalismo que es la *acumulación*. La acumulación, o sea la conversión de plusvalía en capital, es el motor del capitalismo,



no la oferta y la demanda. El desarrollo es el último de los nombres de la acumulación. Parafraseando a Marx, el desarrollo es la forma metamorfoseada de la acumulación. Por eso, todavía hoy, el primer indicador del desarrollo es el crecimiento del PIB per cápita. El desarrollo entonces es una promesa autocumplida o una profecía del pasado de los países centrales.

¿Qué es entonces el desarrollo en los países capitalistas? ¿Es una transformación de las fuerzas productivas o de las relaciones de producción? En el Manifiesto del Partido Comunista, Marx y Engels escriben:

Merced al rápido perfeccionamiento de los instrumentos de producción y al constante progreso de los medios de comunicación, la burguesía arrastra a la corriente de la civilización a todas las naciones, hasta a las más bárbaras. Los bajos precios de sus mercancías constituyen la artillería pesada que derrumba todas las murallas de China y hace capitular a los bárbaros más fanáticamente hostiles a los extranjeros. *Obliga a todas las naciones, si no quieren sucumbir, a adoptar el modo burgués de producción, las constriñe a introducir la llamada civilización, es decir, a hacerse burguesas. En una palabra: se forja un mundo a su imagen y semejanza.* (MARX; ENGELS, 2015 [1848]), p. 35, cursivas añadidas)

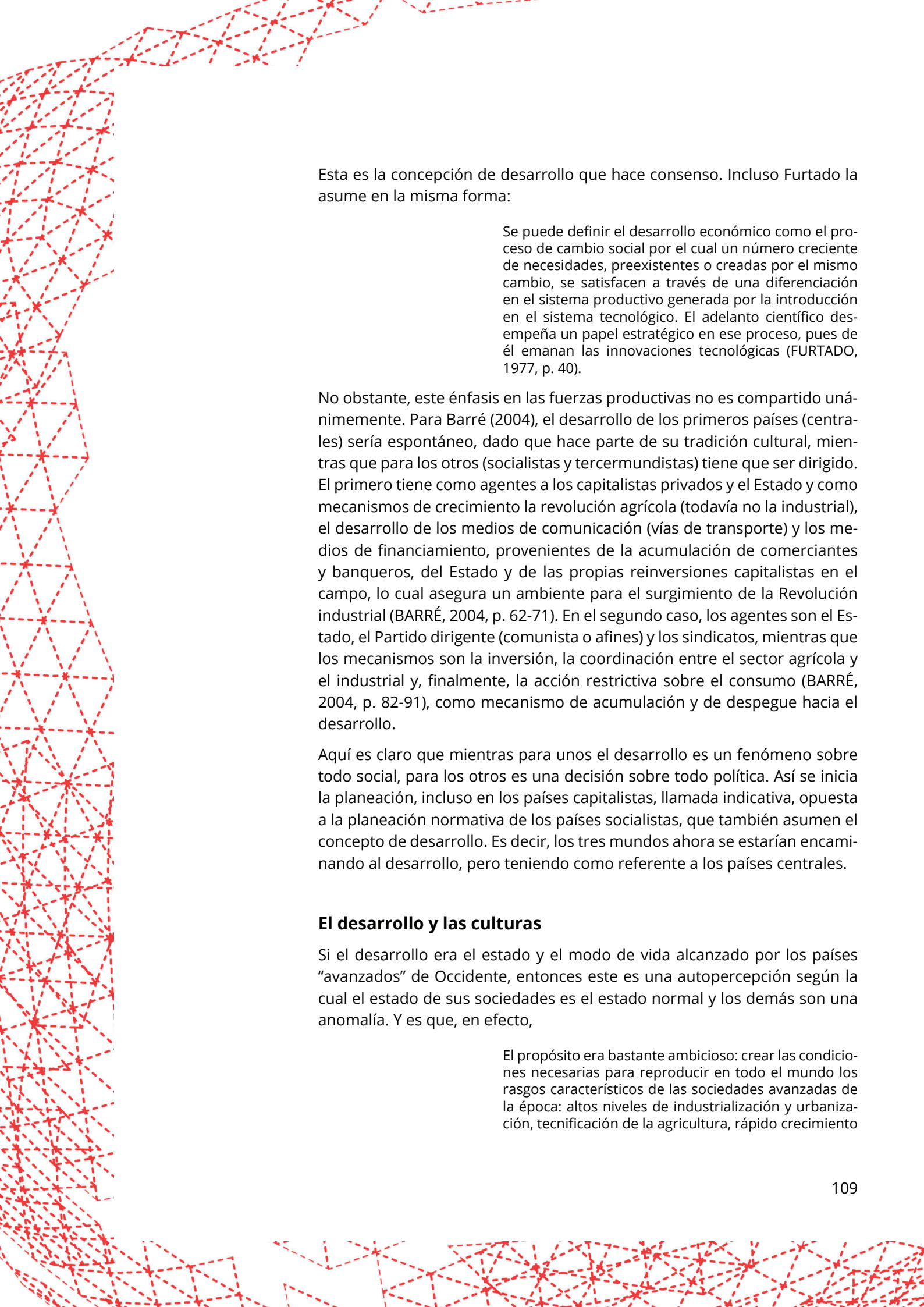
Esta cita es ambigua. En la primera parte parece privilegiar el papel de las fuerzas productivas, las cuales darían a la burguesía la fuerza para imponerse. Pero en la segunda parte se refiere a la imposición del modo burgués de producción o sea a las nuevas relaciones sociales.

Según Escobar (2007), el presidente Truman anunció en 1949 el inicio de la etapa del Desarrollo como política de los Estados Unidos, con estas palabras:

Creo que deberíamos poner a disposición de los amantes de la paz los beneficios de nuestro acervo de conocimiento técnico para ayudarlos a lograr sus aspiraciones de una vida mejor... Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado en los conceptos del trato justo y democrático... Producir más es la clave para la paz y la prosperidad. Y la clave para producir más es una aplicación mayor y más vigorosa del conocimiento técnico y científico moderno. (TRUMAN, 1964 apud ESCOBAR, 2007, p. 19)

Cuando basaba el desarrollo en los principios del libre comercio (“trato justo y democrático”) y la productividad, estaba estableciendo al mismo tiempo dos alteridades: la diferencia con los países socialistas y la diferencia con los países subdesarrollados. Podría decirse que, antes que Mao, Truman se inventó allí la Teoría de los tres mundos, se inventó allí el segundo y el tercer mundo². Pero mientras la diferencia con los países del mundo socialista es de relaciones de producción, la diferencia con el tercer mundo es de fuerzas productivas.

2. Recordemos que este discurso de posguerra es contemporáneo del surgimiento de dos organizaciones dedicadas a los mismos fines: la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), para el desarrollo y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), para la ‘democracia’.



Esta es la concepción de desarrollo que hace consenso. Incluso Furtado la asume en la misma forma:

Se puede definir el desarrollo económico como el proceso de cambio social por el cual un número creciente de necesidades, preexistentes o creadas por el mismo cambio, se satisfacen a través de una diferenciación en el sistema productivo generada por la introducción en el sistema tecnológico. El adelanto científico desempeña un papel estratégico en ese proceso, pues de él emanan las innovaciones tecnológicas (FURTADO, 1977, p. 40).

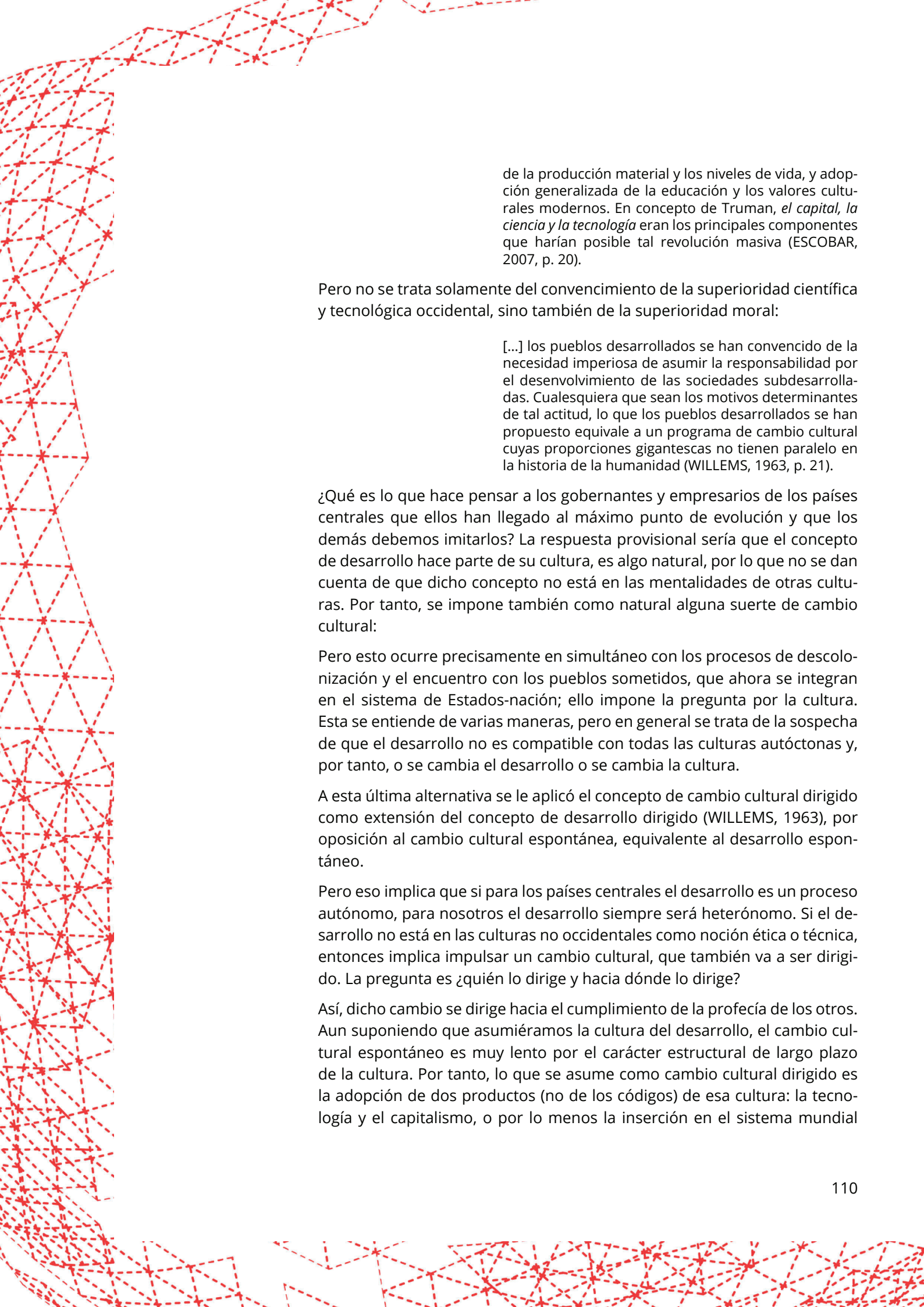
No obstante, este énfasis en las fuerzas productivas no es compartido unánimemente. Para Barré (2004), el desarrollo de los primeros países (centrales) sería espontáneo, dado que hace parte de su tradición cultural, mientras que para los otros (socialistas y tercermundistas) tiene que ser dirigido. El primero tiene como agentes a los capitalistas privados y el Estado y como mecanismos de crecimiento la revolución agrícola (todavía no la industrial), el desarrollo de los medios de comunicación (vías de transporte) y los medios de financiamiento, provenientes de la acumulación de comerciantes y banqueros, del Estado y de las propias reinversiones capitalistas en el campo, lo cual asegura un ambiente para el surgimiento de la Revolución industrial (BARRÉ, 2004, p. 62-71). En el segundo caso, los agentes son el Estado, el Partido dirigente (comunista o afines) y los sindicatos, mientras que los mecanismos son la inversión, la coordinación entre el sector agrícola y el industrial y, finalmente, la acción restrictiva sobre el consumo (BARRÉ, 2004, p. 82-91), como mecanismo de acumulación y de despegue hacia el desarrollo.

Aquí es claro que mientras para unos el desarrollo es un fenómeno sobre todo social, para los otros es una decisión sobre todo política. Así se inicia la planeación, incluso en los países capitalistas, llamada indicativa, opuesta a la planeación normativa de los países socialistas, que también asumen el concepto de desarrollo. Es decir, los tres mundos ahora se estarían encaminando al desarrollo, pero teniendo como referente a los países centrales.

El desarrollo y las culturas

Si el desarrollo era el estado y el modo de vida alcanzado por los países "avanzados" de Occidente, entonces este es una autopercepción según la cual el estado de sus sociedades es el estado normal y los demás son una anomalía. Y es que, en efecto,

El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época: altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento



de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. En concepto de Truman, *el capital, la ciencia y la tecnología* eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva (ESCOBAR, 2007, p. 20).

Pero no se trata solamente del convencimiento de la superioridad científica y tecnológica occidental, sino también de la superioridad moral:

[...] los pueblos desarrollados se han convencido de la necesidad imperiosa de asumir la responsabilidad por el desenvolvimiento de las sociedades subdesarrolladas. Cualesquiera que sean los motivos determinantes de tal actitud, lo que los pueblos desarrollados se han propuesto equivale a un programa de cambio cultural cuyas proporciones gigantescas no tienen paralelo en la historia de la humanidad (WILLEMS, 1963, p. 21).

¿Qué es lo que hace pensar a los gobernantes y empresarios de los países centrales que ellos han llegado al máximo punto de evolución y que los demás debemos imitarlos? La respuesta provisional sería que el concepto de desarrollo hace parte de su cultura, es algo natural, por lo que no se dan cuenta de que dicho concepto no está en las mentalidades de otras culturas. Por tanto, se impone también como natural alguna suerte de cambio cultural:

Pero esto ocurre precisamente en simultáneo con los procesos de descolonización y el encuentro con los pueblos sometidos, que ahora se integran en el sistema de Estados-nación; ello impone la pregunta por la cultura. Esta se entiende de varias maneras, pero en general se trata de la sospecha de que el desarrollo no es compatible con todas las culturas autóctonas y, por tanto, o se cambia el desarrollo o se cambia la cultura.

A esta última alternativa se le aplicó el concepto de cambio cultural dirigido como extensión del concepto de desarrollo dirigido (WILLEMS, 1963), por oposición al cambio cultural espontánea, equivalente al desarrollo espontáneo.

Pero eso implica que si para los países centrales el desarrollo es un proceso autónomo, para nosotros el desarrollo siempre será heterónimo. Si el desarrollo no está en las culturas no occidentales como noción ética o técnica, entonces implica impulsar un cambio cultural, que también va a ser dirigido. La pregunta es ¿quién lo dirige y hacia dónde lo dirige?

Así, dicho cambio se dirige hacia el cumplimiento de la profecía de los otros. Aun suponiendo que asumiéramos la cultura del desarrollo, el cambio cultural espontáneo es muy lento por el carácter estructural de largo plazo de la cultura. Por tanto, lo que se asume como cambio cultural dirigido es la adopción de dos productos (no de los códigos) de esa cultura: la tecnología y el capitalismo, o por lo menos la inserción en el sistema mundial

capitalista. Es por eso que en los países periféricos la inversión extranjera comienza a erigirse como modalidad de desarrollo, pero dependiente de fuerzas exógenas.

El desarrollo ¿depende del modo de desarrollo o del modo de regulación?

Ahora, en la medida en que el desarrollo es una característica de países centrales que se da como parte de su cultura, parece que no tuviera que ver nada con decisiones políticas. Sin embargo, como sostiene Garnham (apud KRAKOWIAK, 2018, p. 17), “la trampa está en concentrarse sobre las potencialidades técnicas más que sobre las relaciones sociales que determinarán la forma en la cual aquellas potencialidades son realizadas”. Y es que la adopción de una tecnología, de una legislación comercial y financiera, es un asunto político. Por tanto, tiene que ver más con el *modo de regulación* que con el *modo de desarrollo*, puesto que no se trata solo de la esfera de la tecnología sino de las decisiones políticas sobre la tecnología.

En efecto, en el análisis intrínseco del capitalismo en cada país, la pregunta es entonces cómo se identifica el paso de un estado de desarrollo a otro o, más exactamente, del subdesarrollo al desarrollo. La dicotomía fuerzas productivas/relaciones de producción deviene en una nueva dicotomía que asumiremos provisionalmente para efectos explicativos: *modos de desarrollo/modos de regulación* (modelo de desarrollo). Y aquí encontramos claramente definidas las tendencias con nombres bien identificados en las tradiciones académicas de época: por un lado, en términos de Modos de desarrollo, según Castells (1999), y por otro, en términos de Regímenes de acumulación, y Modos de regulación, según Boyer (1992), conocidos como modelos de desarrollo (Tabla 2).

Tabla 2 – Criterios de caracterización del capitalismo

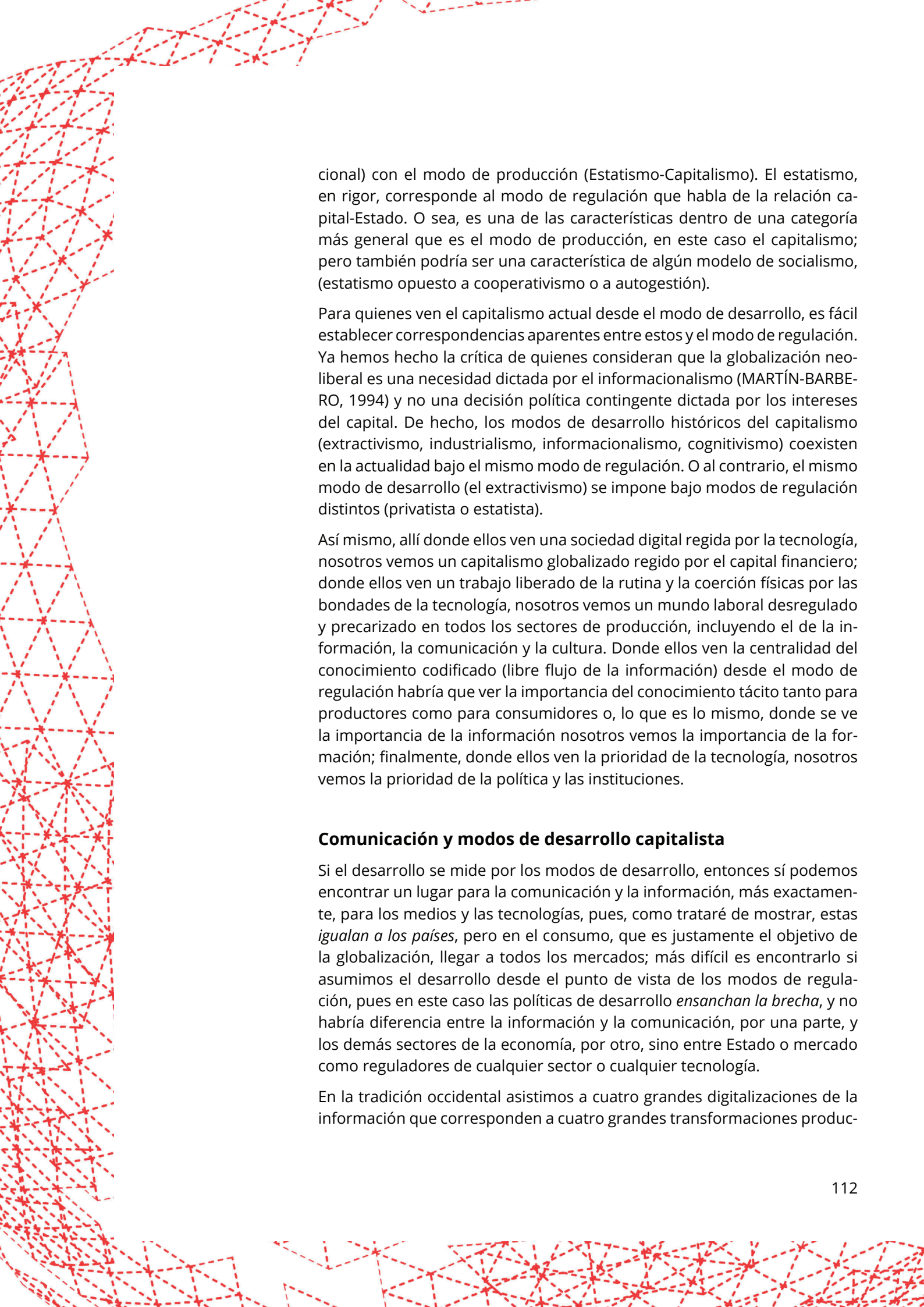
3. Para el concepto Modo de desarrollo, ver Castells, 1999.

4. Para el de Modo de regulación, ver Boyer, 1992; Narváez, 2013.

Materialismo mecanicista	Materialismo histórico
Determinismo tecnológico	Determinismo social
Modos de desarrollo ³ (Extractivismo, Industrialismo, Informacionalismo, Cognitivismo)	Modos de regulación ⁴ (Globalización neoliberal, desregulación ambiental)
Sociedad digital	Capitalismo financiera global
Gatesismo, Postfordismo (trabajo técnicamente flexible)	Flexibilización laboral
Conocimiento codificado (información)	Conocimiento tácito (formación)
Tecnologías	Instituciones

Fuente: Narváez, 2014, modificado para este caso

La manera como define Castells el Modo de desarrollo para diferenciarlo del Modo de Producción es dicente de la falta de rigor en la identificación de los niveles de abstracción de las diferentes categorías de análisis: en efecto, pone en el mismo nivel de análisis el modo de desarrollo (Informa-



cional) con el modo de producción (Estatismo-Capitalismo). El estatismo, en rigor, corresponde al modo de regulación que habla de la relación capital-Estado. O sea, es una de las características dentro de una categoría más general que es el modo de producción, en este caso el capitalismo; pero también podría ser una característica de algún modelo de socialismo, (estatismo opuesto a cooperativismo o a autogestión).

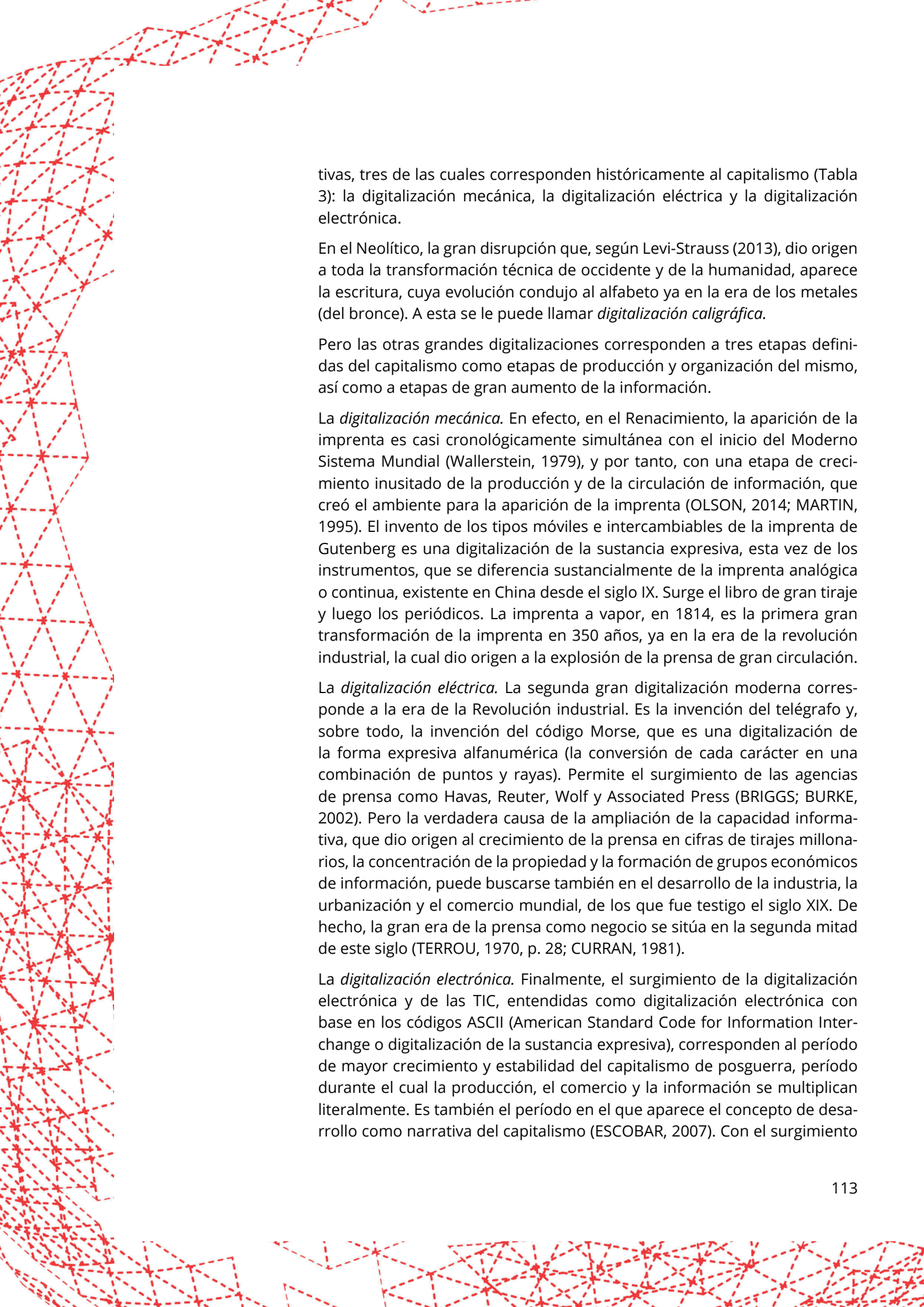
Para quienes ven el capitalismo actual desde el modo de desarrollo, es fácil establecer correspondencias aparentes entre estos y el modo de regulación. Ya hemos hecho la crítica de quienes consideran que la globalización neoliberal es una necesidad dictada por el informacionalismo (MARTÍN-BARBERO, 1994) y no una decisión política contingente dictada por los intereses del capital. De hecho, los modos de desarrollo históricos del capitalismo (extractivismo, industrialismo, informacionalismo, cognitivismo) coexisten en la actualidad bajo el mismo modo de regulación. O al contrario, el mismo modo de desarrollo (el extractivismo) se impone bajo modos de regulación distintos (privatista o estatista).

Así mismo, allí donde ellos ven una sociedad digital regida por la tecnología, nosotros vemos un capitalismo globalizado regido por el capital financiero; donde ellos ven un trabajo liberado de la rutina y la coerción físicas por las bondades de la tecnología, nosotros vemos un mundo laboral desregulado y precarizado en todos los sectores de producción, incluyendo el de la información, la comunicación y la cultura. Donde ellos ven la centralidad del conocimiento codificado (libre flujo de la información) desde el modo de regulación habría que ver la importancia del conocimiento tácito tanto para productores como para consumidores o, lo que es lo mismo, donde se ve la importancia de la información nosotros vemos la importancia de la formación; finalmente, donde ellos ven la prioridad de la tecnología, nosotros vemos la prioridad de la política y las instituciones.

Comunicación y modos de desarrollo capitalista

Si el desarrollo se mide por los modos de desarrollo, entonces sí podemos encontrar un lugar para la comunicación y la información, más exactamente, para los medios y las tecnologías, pues, como trataré de mostrar, estas *igualan a los países*, pero en el consumo, que es justamente el objetivo de la globalización, llegar a todos los mercados; más difícil es encontrarlo si asumimos el desarrollo desde el punto de vista de los modos de regulación, pues en este caso las políticas de desarrollo *ensanchan la brecha*, y no habría diferencia entre la información y la comunicación, por una parte, y los demás sectores de la economía, por otro, sino entre Estado o mercado como reguladores de cualquier sector o cualquier tecnología.

En la tradición occidental asistimos a cuatro grandes digitalizaciones de la información que corresponden a cuatro grandes transformaciones produc-



tivas, tres de las cuales corresponden históricamente al capitalismo (Tabla 3): la digitalización mecánica, la digitalización eléctrica y la digitalización electrónica.

En el Neolítico, la gran disrupción que, según Levi-Strauss (2013), dio origen a toda la transformación técnica de occidente y de la humanidad, aparece la escritura, cuya evolución condujo al alfabeto ya en la era de los metales (del bronce). A esta se le puede llamar *digitalización caligráfica*.

Pero las otras grandes digitalizaciones corresponden a tres etapas definidas del capitalismo como etapas de producción y organización del mismo, así como a etapas de gran aumento de la información.

La *digitalización mecánica*. En efecto, en el Renacimiento, la aparición de la imprenta es casi cronológicamente simultánea con el inicio del Moderno Sistema Mundial (Wallerstein, 1979), y por tanto, con una etapa de crecimiento inusitado de la producción y de la circulación de información, que creó el ambiente para la aparición de la imprenta (OLSON, 2014; MARTIN, 1995). El invento de los tipos móviles e intercambiables de la imprenta de Gutenberg es una digitalización de la sustancia expresiva, esta vez de los instrumentos, que se diferencia sustancialmente de la imprenta analógica o continua, existente en China desde el siglo IX. Surge el libro de gran tiraje y luego los periódicos. La imprenta a vapor, en 1814, es la primera gran transformación de la imprenta en 350 años, ya en la era de la revolución industrial, la cual dio origen a la explosión de la prensa de gran circulación.

La *digitalización eléctrica*. La segunda gran digitalización moderna corresponde a la era de la Revolución industrial. Es la invención del telégrafo y, sobre todo, la invención del código Morse, que es una digitalización de la forma expresiva alfanumérica (la conversión de cada carácter en una combinación de puntos y rayas). Permite el surgimiento de las agencias de prensa como Havas, Reuter, Wolf y Associated Press (BRIGGS; BURKE, 2002). Pero la verdadera causa de la ampliación de la capacidad informativa, que dio origen al crecimiento de la prensa en cifras de tirajes millonarios, la concentración de la propiedad y la formación de grupos económicos de información, puede buscarse también en el desarrollo de la industria, la urbanización y el comercio mundial, de los que fue testigo el siglo XIX. De hecho, la gran era de la prensa como negocio se sitúa en la segunda mitad de este siglo (TERROU, 1970, p. 28; CURRAN, 1981).

La *digitalización electrónica*. Finalmente, el surgimiento de la digitalización electrónica y de las TIC, entendidas como digitalización electrónica con base en los códigos ASCII (American Standard Code for Information Interchange o digitalización de la sustancia expresiva), corresponden al período de mayor crecimiento y estabilidad del capitalismo de posguerra, período durante el cual la producción, el comercio y la información se multiplican literalmente. Es también el período en el que aparece el concepto de desarrollo como narrativa del capitalismo (ESCOBAR, 2007). Con el surgimiento

de internet tenemos los medios interactivos, desde el correo instantáneo hasta las actuales redes sociales.

Estamos suponiendo entonces que hay correlación entre comunicación, – en términos de medios de producción y de circulación de información–, y desarrollo, en términos de producción, circulación y consumo material, es decir, entre comunicación y desarrollo en el capitalismo. Por tanto, vale la pena preguntar si el aumento de la información en estos casos se debe al aumento de la producción y el comercio o si es al contrario. Estamos asumiendo que existe una correlación, no una causalidad. Pero esa es otra discusión.

Tabla 3 – Digitalización, información y capitalismo

Digitalizaciones	Acumulaciones históricas de información
Alfabeto (digitalización de la forma expresiva: escritura fonética)	Neolítico (producción mercantil, sociedad de clases, escritura y moneda)
Imprenta (digitalización de la sustancia expresiva: tipos móviles e intercambiables)	Renacimiento (capitalismo inicial, imprenta)
Telegrafía (Código Morse: digitalización del sistema alfanumérico en 1843)	Revolución industrial (imprenta a vapor en 1814, telégrafo en 1837)
Tic (Computador: digitalización electrónica de la sustancia expresiva en 1945. Códigos ASCII: 1962. Hiperdigitalización de la forma expresiva: sistema alfanumérico, icónico y oral)	Posguerra (capitalismo avanzado, informática electrónica, 1945)

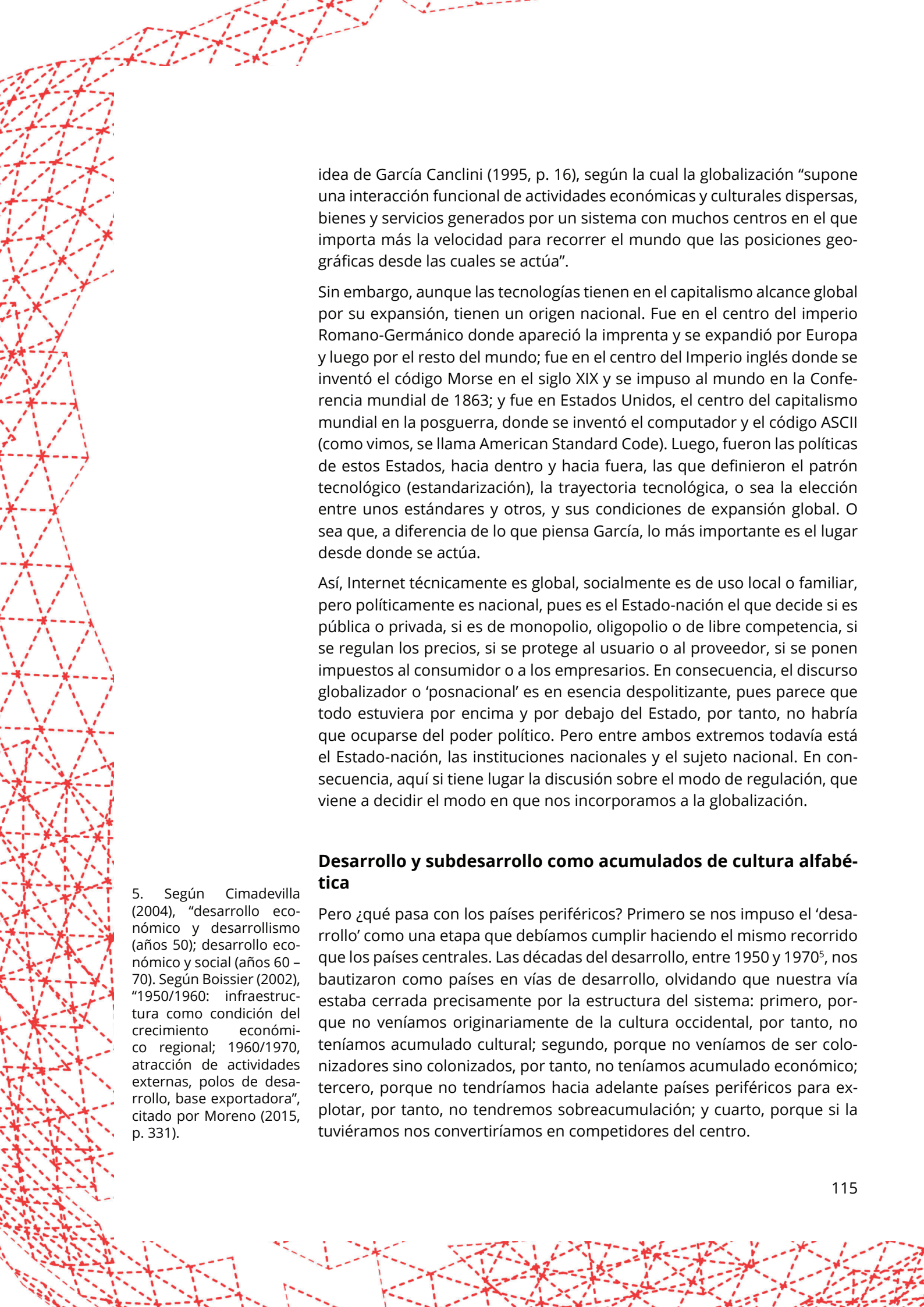
Fuente: elaboración del autor

Comunicación y modos de regulación (Modelos de desarrollo)

Cuando hablamos de comunicación en el capitalismo estamos hablando claramente de medios y tecnologías de producción y circulación de información, las cuales, como dijimos, son producto de la llamada cultura occidental. O sea, son de la misma familia del capitalismo y del desarrollo. Por tanto, para los países centrales se trata de la adopción de un componente de su cultura. Para los otros se trata de la adopción de una tradición ajena. En tal caso, tiene que ser una adopción dirigida, planificada o no.

En efecto, todos estos avances tecnológicos se criollizan a través de la adopción política, en cada país, de la imprenta (sistema alfabético), la radiodifusión (espectro y órbita geoestacionaria), las telecomunicaciones (código país ITU) y la telemática (dominio.país). Cada Estado incorpora a su proyecto nacional todos estos avances técnicos haciéndolos parte de ‘su desarrollo’. Pero, ¿en qué condiciones los incorporan? ¿Como productores o como consumidores? ¿Centrales o periféricos? ¿Autónomos o dependientes? ¿Son parte de un desarrollo espontáneo o dirigido?

Estas preguntas no parecen muy pertinentes en tiempos de globalización, pues en la mainstream de la teoría de la comunicación parece persistir la



idea de García Canclini (1995, p. 16), según la cual la globalización “supone una interacción funcional de actividades económicas y culturales dispersas, bienes y servicios generados por un sistema con muchos centros en el que importa más la velocidad para recorrer el mundo que las posiciones geográficas desde las cuales se actúa”.

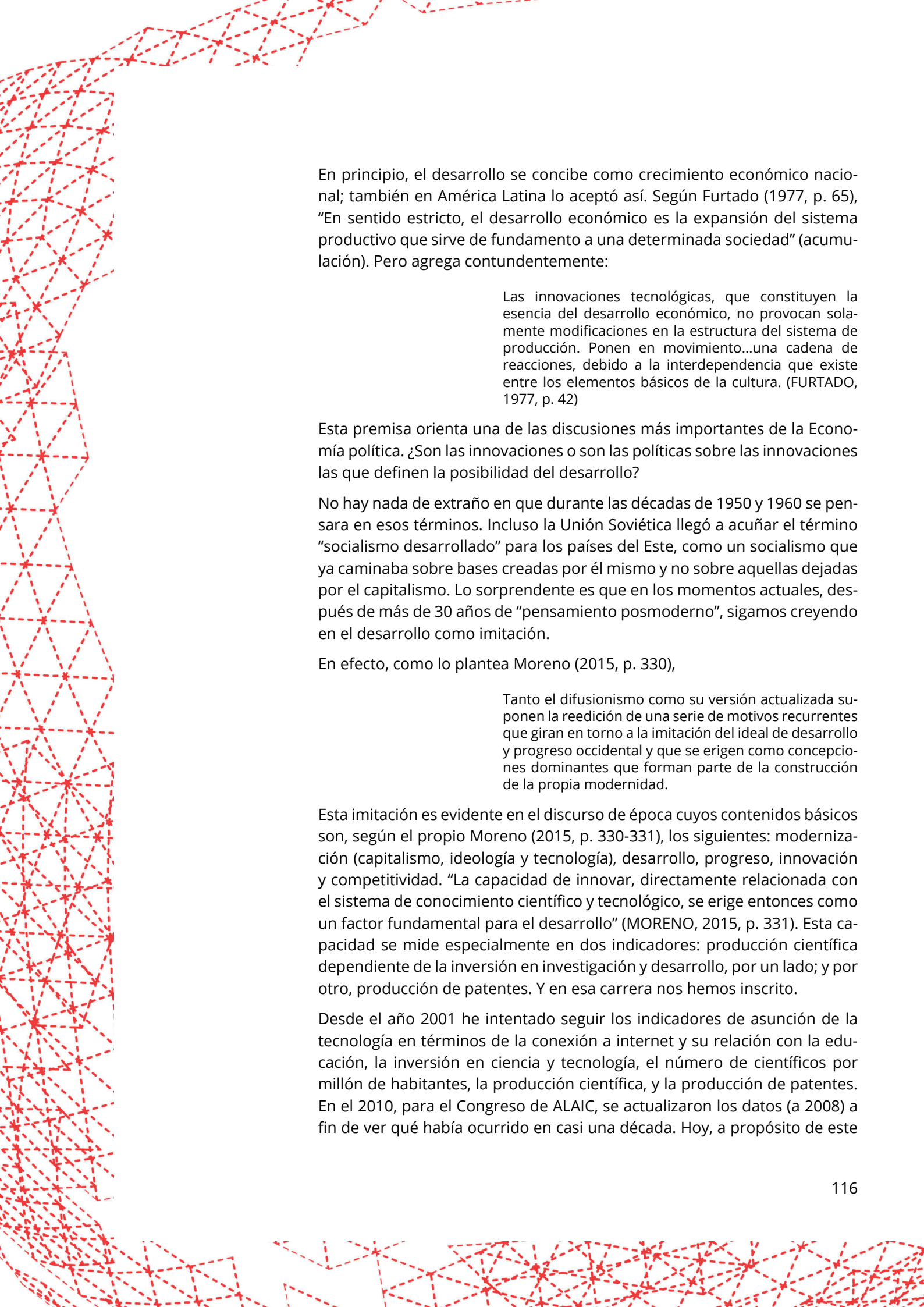
Sin embargo, aunque las tecnologías tienen en el capitalismo alcance global por su expansión, tienen un origen nacional. Fue en el centro del imperio Romano-Germánico donde apareció la imprenta y se expandió por Europa y luego por el resto del mundo; fue en el centro del Imperio inglés donde se inventó el código Morse en el siglo XIX y se impuso al mundo en la Conferencia mundial de 1863; y fue en Estados Unidos, el centro del capitalismo mundial en la posguerra, donde se inventó el computador y el código ASCII (como vimos, se llama American Standard Code). Luego, fueron las políticas de estos Estados, hacia dentro y hacia fuera, las que definieron el patrón tecnológico (estandarización), la trayectoria tecnológica, o sea la elección entre unos estándares y otros, y sus condiciones de expansión global. O sea que, a diferencia de lo que piensa García, lo más importante es el lugar desde donde se actúa.

Así, Internet técnicamente es global, socialmente es de uso local o familiar, pero políticamente es nacional, pues es el Estado-nación el que decide si es pública o privada, si es de monopolio, oligopolio o de libre competencia, si se regulan los precios, si se protege al usuario o al proveedor, si se ponen impuestos al consumidor o a los empresarios. En consecuencia, el discurso globalizador o ‘posnacional’ es en esencia despolitizante, pues parece que todo estuviera por encima y por debajo del Estado, por tanto, no habría que ocuparse del poder político. Pero entre ambos extremos todavía está el Estado-nación, las instituciones nacionales y el sujeto nacional. En consecuencia, aquí sí tiene lugar la discusión sobre el modo de regulación, que viene a decidir el modo en que nos incorporamos a la globalización.

Desarrollo y subdesarrollo como acumulados de cultura alfabética

5. Según Cimadevilla (2004), “desarrollo económico y desarrollismo (años 50); desarrollo económico y social (años 60 – 70). Según Boissier (2002), “1950/1960: infraestructura como condición del crecimiento económico regional; 1960/1970, atracción de actividades externas, polos de desarrollo, base exportadora”, citado por Moreno (2015, p. 331).

Pero ¿qué pasa con los países periféricos? Primero se nos impuso el ‘desarrollo’ como una etapa que debíamos cumplir haciendo el mismo recorrido que los países centrales. Las décadas del desarrollo, entre 1950 y 1970⁵, nos bautizaron como países en vías de desarrollo, olvidando que nuestra vía estaba cerrada precisamente por la estructura del sistema: primero, porque no veníamos originariamente de la cultura occidental, por tanto, no teníamos acumulado cultural; segundo, porque no veníamos de ser colonizadores sino colonizados, por tanto, no teníamos acumulado económico; tercero, porque no tendríamos hacia adelante países periféricos para explotar, por tanto, no tendremos sobreacumulación; y cuarto, porque si la tuviéramos nos convertiríamos en competidores del centro.



En principio, el desarrollo se concibe como crecimiento económico nacional; también en América Latina lo aceptó así. Según Furtado (1977, p. 65), “En sentido estricto, el desarrollo económico es la expansión del sistema productivo que sirve de fundamento a una determinada sociedad” (acumulación). Pero agrega contundentemente:

Las innovaciones tecnológicas, que constituyen la esencia del desarrollo económico, no provocan solamente modificaciones en la estructura del sistema de producción. Ponen en movimiento...una cadena de reacciones, debido a la interdependencia que existe entre los elementos básicos de la cultura. (FURTADO, 1977, p. 42)

Esta premisa orienta una de las discusiones más importantes de la Economía política. ¿Son las innovaciones o son las políticas sobre las innovaciones las que definen la posibilidad del desarrollo?

No hay nada de extraño en que durante las décadas de 1950 y 1960 se pensara en esos términos. Incluso la Unión Soviética llegó a acuñar el término “socialismo desarrollado” para los países del Este, como un socialismo que ya caminaba sobre bases creadas por él mismo y no sobre aquellas dejadas por el capitalismo. Lo sorprendente es que en los momentos actuales, después de más de 30 años de “pensamiento posmoderno”, sigamos creyendo en el desarrollo como imitación.

En efecto, como lo plantea Moreno (2015, p. 330),

Tanto el difusionismo como su versión actualizada suponen la reedición de una serie de motivos recurrentes que giran en torno a la imitación del ideal de desarrollo y progreso occidental y que se erigen como concepciones dominantes que forman parte de la construcción de la propia modernidad.

Esta imitación es evidente en el discurso de época cuyos contenidos básicos son, según el propio Moreno (2015, p. 330-331), los siguientes: modernización (capitalismo, ideología y tecnología), desarrollo, progreso, innovación y competitividad. “La capacidad de innovar, directamente relacionada con el sistema de conocimiento científico y tecnológico, se erige entonces como un factor fundamental para el desarrollo” (MORENO, 2015, p. 331). Esta capacidad se mide especialmente en dos indicadores: producción científica dependiente de la inversión en investigación y desarrollo, por un lado; y por otro, producción de patentes. Y en esa carrera nos hemos inscrito.

Desde el año 2001 he intentado seguir los indicadores de asunción de la tecnología en términos de la conexión a internet y su relación con la educación, la inversión en ciencia y tecnología, el número de científicos por millón de habitantes, la producción científica, y la producción de patentes. En el 2010, para el Congreso de ALAIC, se actualizaron los datos (a 2008) a fin de ver qué había ocurrido en casi una década. Hoy, a propósito de este

encuentro, vuelvo al tema con unos datos básicos (a 2015), concernientes sólo a la relación entre la cobertura o adopción de la tecnología y los dos últimos ítems.

La comparación se hace entre 12 países de la OCDE y 12 países latinoamericanos. La selección de países, aunque parezca arbitraria, obedece a que, con los datos que teníamos en 2001 sobre conexión a Internet por país, estos eran los más conectados.

La primera conclusión es que los países del centro han multiplicado la conexión más de nueve veces en 15 años, pasando, en números redondos, de 100 a 350 y luego a 950 por cada mil habitantes (Tabla 4), multiplicándose aproximadamente por tres en cada período. Entre tanto, los países latinoamericanos han multiplicado la conexión más de cien veces, pasando de menos de seis a 56 y luego 660, multiplicándose aproximadamente por 10 en cada intervalo, lo cual implica un gran esfuerzo de conexión (Tabla 5).

Tabla 4 – Suscriptores de internet por 1000 habitantes (OCDE)

6. Búsqueda por “penetración de internet en USA 2018” en <<https://www.google.com.co>>.

Pais	2015 Suscriptores de Internet (por 1000 hab.) ⁶	2008 Suscriptores de Internet (por 1000 hab.)	2001 Suscriptores x 1000 hab.
Estados Unidos	914	-	372.5
Islandia		350.7	190.5
Finlandia	971	267.8	170.7
Holanda	978	341.3	163.4
Australia	971	379.4	117.9
Dinamarca	983	391.4	104.8
Nueva Zelanda	968	355.6	105.2
Canadá	967	322.1	92.8
Suecia	989	464.0	82.5
Japón	916	s/d.	55.9
Luxemburgo		324.8	31.8
Reino Unido	908	316.5	37.1
<i>Promedio</i>	<i>956</i>	<i>351.4</i>	<i>109.7</i>

Fuente: Elaboración del autor con base en: PNUD, 2002, 2009; ITU, 2001, 2010; NationMaster, 2010; RICYT, 2010; PNUD-IDH, 2007-2008. Notas al pie para los últimos años.

Como dato llamativo, en la primera medición no aparece Alemania entre los países más conectados y en la última, Estados Unidos, Japón y Gran Bretaña son los países centrales que todavía tienen cerca del 10 por ciento de su población sin conexión, siendo todos ellos grandes productores de tecnología.

Por otro lado, la cobertura se multiplicó por 236 en AL, mientras que en la OCDE se multiplicó por 24 o sea que aumentamos 10 veces más en AL. La diferencia, que era de 20 a uno en 2001, es ahora de 1.3 a 1.0. Si esto fuera el desarrollo, estaríamos cerca de lograr lo que la CEPAL llamaba la convergencia (Tablas 4 y 5).

Tabla 5 – Suscriptores de internet por 1000 habitantes (A L).

7. Búsqueda por “penetración de internet en USA 2018” en <<https://www.google.com.co>>.

País	2015 Suscriptores de Internet (por 1000 hab.) ⁷	2008 Suscriptores de Internet x 1000 hab.	2001 Suscriptores x 1000 hab.
Chile	843	85.6	7.96
Venezuela	504	52.4	0.91
Panamá	727	61.1	2.69
Brasil	675	59.4	9.57
Argentina	696	93.7	12.52
Perú	417	36.5	0.51
Colombia	646	45.0	1.34
México	630	76.2	9.25
Uruguay	901	85.9	22.07
Ecuador	774	20.9	0.26
Costa Rica	847	40.6	2.14
El Salvador	285	20.5	0.08
<i>Promedio</i>	<i>662</i>	<i>56.5</i>	<i>5.8</i>

Fuente: Elaboración del autor con base en: PNUD, 2002, 2009; ITU, 2001, 2010; NationMaster, 2010; RICYT, 2010; PNUD-IDH, 2007-2008. Notas al pie para los últimos años.

La inversión en investigación y desarrollo, por otro lado, entre 2003 y 2013 ha desmejorado levemente en los países de la OCDE al pasar del 2.43 al 2.33 por ciento del PIB (tabla 6) y no ha experimentado en promedio ninguna mejoría en los países de América Latina, donde se mantiene en promedio en el 0.39% del PIB (tabla 7). Esto, pese a que los primeros han estado más o menos en recesión en esos trece años, mientras que los de AL han vivido hasta 2014 la bonanza de precios de las materias primas y a pesar de que Brasil, que es que más pesa económicamente en la región, multiplicó por tres su inversión. La diferencia sigue siendo de seis a uno entre los dos grupos de países. Ni siquiera México y Chile, que se precian de pertenecer al primer grupo, superan significativamente el promedio latinoamericano (0.42 y 0.43 respectivamente).

Aunque el gasto no aumentó en ninguno de los dos grupos de países, el número de investigadores sí lo hizo. En la OCDE un 11 por ciento y en AL en un 56 por ciento. Este último dato está hipertrofiado por el aumento de 4 veces los investigadores en México y Argentina y sobre todo por el aumento de 6 veces los investigadores de Costa Rica que no es significativo como los anteriores pero afecta el promedio. Aun así, la diferencia, que pasó de casi 20 a uno a ser de 10 a uno, sigue siendo casi insalvable a este ritmo (Tablas 6 y 7).

En la producción de patentes, AL ha crecido seis veces y la OCDE 4 veces. Pasamos de tener el 1% de patentes de la OCDE al 2%, de una diferencia de 100 a uno se pasa a una diferencia de 50 a uno. Esto es hipertrofiado por el precio de las materias primas, los gobiernos progresistas y la importancia de Brasil. Pero sobre todo por el crecimiento de tres países de gran importancia: Argentina 22 veces, Chile y Brasil 6 veces. Pasamos de ser superados 61 veces en 2000, a ser superados 55 veces en 2013.

Como vemos, la asunción de la tecnología parecería acercarnos al desarrollo, pues en cuanto a conectividad hemos pasado de una diferencia de 20 a uno en el 2000 a una diferencia de seis a uno en 2008 y luego a una de 1.3 a uno en 2015. En cuanto a la inversión en investigación y desarrollo no ha habido cambios y hemos reducido la diferencia en producción de patentes en casi un 50 por ciento.

Tabla 6 – Gasto en investigación y desarrollo, investigadores y patentes por país (OCDE)

8. WEB EUSTAT. Gasto en I&D / PIB por país. Disponible en: <http://www.eustat.eus/elementos/ele0003200/ti_Gasto_en_ID_PIB_por_pais/tbl0003292_c.html>. Acceso en: 01 mayo 2018.

9. INDEX MUNDI. Solicitudes de patentes, residentes México y Venezuela. Disponible en: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/IP.PAT.RESD/compare#country=mx:ve>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

Tabla 7 – Gasto en investigación y desarrollo, investigadores y patentes por país (AL)

10. INDEX MUNDI. Gasto en investigación y desarrollo (% del PIB) - Ranking de países. Disponible en: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/GB.XPD.RSDV.GD.ZS/rankings>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

11. Idem. Investigadores dedicados a investigación y desarrollo (por cada millón de personas) - Ranking de países. Disponible en: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/SP.POP.SCIE.RD.P6/rankings>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

País	2012 Gasto en I&D (% del Pib) ⁸	2000-2005 Gasto en I&D (% del Pib)	2012 Investigadores en I&D (por millón de hab.)	2000-2005 Investigadores en I&D (por millón de hab.)	2013 Patentes a residentes (por millón de hab.)	2000-2005 Patentes a residentes (por millón de hab.) ⁹
Nueva Zelanda	1.27	1.2	3,693	3,945	1,614/359	1463/380
Islandia		3.0	7,012	6,807	33/100	51/182
Suecia	3.41	3.7	5,181	5,416	2,332/245	4224/476
Dinamarca	2.98	2.6	6,730	5,016	1,341/239	1503/281
Australia	2.39	1.7	4,280	3,759	3,061/133	1928/100
Estados Unidos	2.79	2.7	3,979	4,605	287,831/914	164795/584
Finlandia	3.55	3.5	7,482	7,832	1,596/294	2579/495
Reino Unido	1.72	1.9	4,024	2,706	14,972/234	21333/362
Canadá	1.73	1.9	4,563	3,597	4,567/130	4187/136
Holanda	2.16	1.8	3,506	2,482	3,061/182	2465/155
Luxemburgo	1.44	1.8	6,194	4,301	113/205	85/197
Japón	3.39	3.1	5,158	5,287	271,731/2139	384201/3029
Promedio 2006	2.43	2.33	5150	4597	431	490

Fuentes: Elaboración del autor con base en: PNUD, 2009; PNUD, 2002; ITU, 2010; ITU, 2001; NationMaster, 2010; RICYT, 2010; PNUD-IDH, 2007-2008. Notas al pie para los últimos años.

País	2012 Gasto en I&D (% del Pib) ¹⁰	2003 Gasto en I&D (% del Pib)	2012 Investigadores en I&D (por millón de hab.) ¹¹	2000-2005 Investigadores en I&D (por millón de hab.)	2013 ¹² Patentes a residentes (por millón de hab.) ¹³	2000-2005 Patentes a residentes (por millón de hab.) ¹⁴
Chile	0.42	0.6	317	444	340.00/20.3	241/16
Venezuela	-	0.4	290	368	33.00/1.1	431/18
Panamá	0.20	0.3	111	366	9.00/2.5	7/2
Brasil	1.21	0.4	710	720	4,959.00/25.4	3179/18
Argentina	0.65	0.4	1,236	268	643.00/15.7	1062/29
Perú	0.15	1.0	-	344	73.00/2.4	40/1.5
Colombia	0.17	0.1	184	226	251.00/5.3	75/1.9
México	0.43	0.3	386	97	1,210.00/10.4	431/4
Uruguay	0.43	0.3	538	236	22.00/6.7	44/13
Ecuador	0.23	-	103	47	4.00/0.2	10/0.8
Costa Rica	0.48	0.2	1,289	109	21.00/4.7	21/5.3
El Salvador	0.03	0.4	-	50	3.00/0.5	0.1
Promedio	0.39	0.39	516	273	7.85	7.79

Fuentes: Elaboración del autor con base en: PNUD, 2009; PNUD, 2002; ITU, 2010; ITU, 2001; NationMaster, 2010; RICYT, 2010; PNUD-IDH, 2007-2008. Notas al pie para los últimos años.

Pero esto no significa una reducción de las diferencias entre el centro y la periferia. Los datos no incluyen a China que pasó de 33 a 504 patentes por millón de habitantes, creciendo más de 15 veces en el período. Si tenemos en cuenta que Estados Unidos aporta el 28.1% de la inversión mundial en

12. SABER ES PRÁCTICO. Países del mundo ordenados por población. 2013. Disponible en: <<https://www.saberespractico.com/curiosidades/paises-del-mundo-ordenados-por-poblacion/>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

13. INDEX MUNDI. Gasto en investigación y desarrollo (% del PIB) - Ranking de países. Disponible en: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/GB.XPD.RSDV.GD.ZS/rankings>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

14. Idem. Población, total Chile 1960-2013. Disponible en: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/SP.POP.TOTL/compare#country=cl>>. Acceso en: 01 mayo 2018.

15. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. Informe de la UNESCO sobre la ciencia, hacia 2030: resumen ejecutivo. 2015. Disponible en: <https://en.unesco.org/sites/default/files/usr_1-7_share_gdp_gerd_researchers_publications_es.pdf>. Acceso en: 01 mayo 2018.

I+D y China el 19.6%, significa que casi la mitad de la I+D se ejecuta en dos países, que son los que se disputan la hegemonía en el centro del sistema, dejando por fuera de esa disputa incluso a países tan importantes como Japón, Alemania, el Reino Unido y Rusia (9.6, 5.7, 2.5 y 1.7 por ciento, respectivamente)¹⁵, los cuales, en conjunto, apenas sí alcanzan la inversión china.

¿Es todavía válido el concepto de desarrollo?

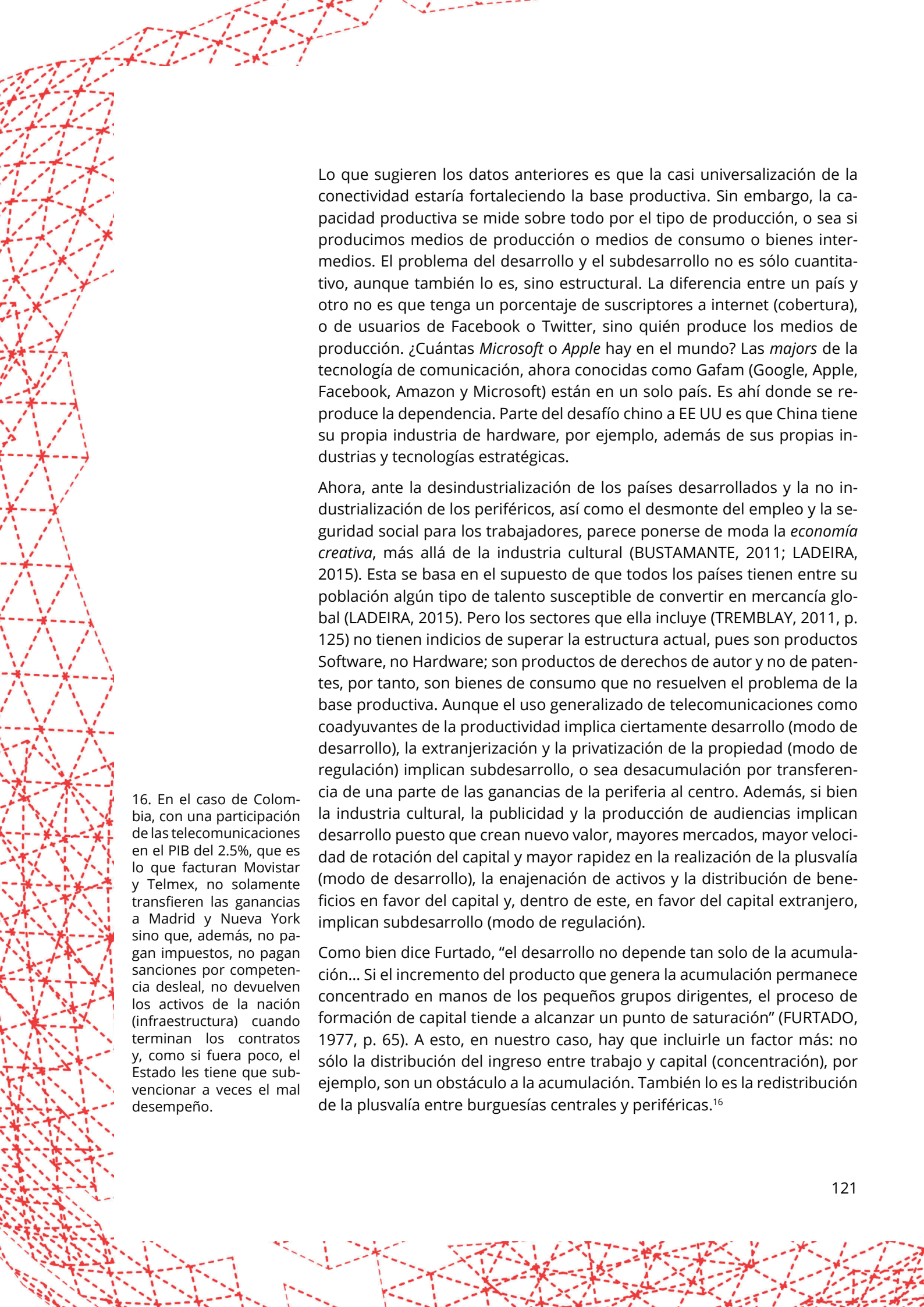
Ante la crisis del desarrollo, en el sentido de que no elimina la dependencia y el subdesarrollo, a partir de los años ochenta, “El Banco Mundial cambió su definición del término ‘desarrollo’ como crecimiento económico nacional; ahora lo define como ‘acertada’ participación en el mercado mundial” (ROBINSON, 2007, p. 141), participación que define muy bien el mismo autor:

El nuevo modelo de desarrollo se basa en la rearticulación de cada país a los mercados mundiales, por medio de la introducción de nuevas actividades económicas ligadas a la acumulación global, el abaratamiento de la mano de obra, para hacerla competitiva y la apertura de los sectores públicos de cada país, las industrias protegidas y los recursos naturales al explotación comercial.

Siguiendo esta recomendación, se diría que lo que se está proponiendo es profundizar el subdesarrollo, la dependencia y la condición periférica, pues la estructura del sistema exige esto para que existan países desarrollados, dominantes y centrales. Sin embargo, como dijera Bolaño (2013) a propósito del mercado, existe la estructura pero también la estrategia de los agentes, en este caso, de los países.

¿Cómo han logrado escapar a la condición periférica algunos países? Haciendo justamente lo contrario de las recomendaciones del Banco Mundial. O sea, oponiendo otro modo de regulación, la política sobre la tecnología. ¿Cómo hicieron Japón, Rusia, Corea o China, e incluso Brasil en algún aspecto, para superar la dependencia en el campo tecnológico? ¿Fue rechazando la cultura científico-tecnológica, comprando sus productos o aprendiendo a producirla? ¿Ese aprendizaje es producto de la tecnología o de la política? Si rechazamos consecuentemente la cultura científico-tecnológica, salimos del sistema; pero si asumimos la mera compra de los productos, esto nos puede igualar como consumidores, lo que sería la ‘participación acertada’ para el Banco Mundial; en cambio, la política científico-tecnológica autónoma pone a cada país en algún lugar entre los productores; todo depende entonces de la decisión política, de la regulación, como bien lo muestra Bolaño a propósito de la fallida alianza Brasil, Argentina y China para producir la Televisión Digital Terrestre en vez de comprarla.

Por último, ¿Estamos pensando en la comunicación, la información y el conocimiento como la última generación del desarrollo, según lo afirmado por Castells?

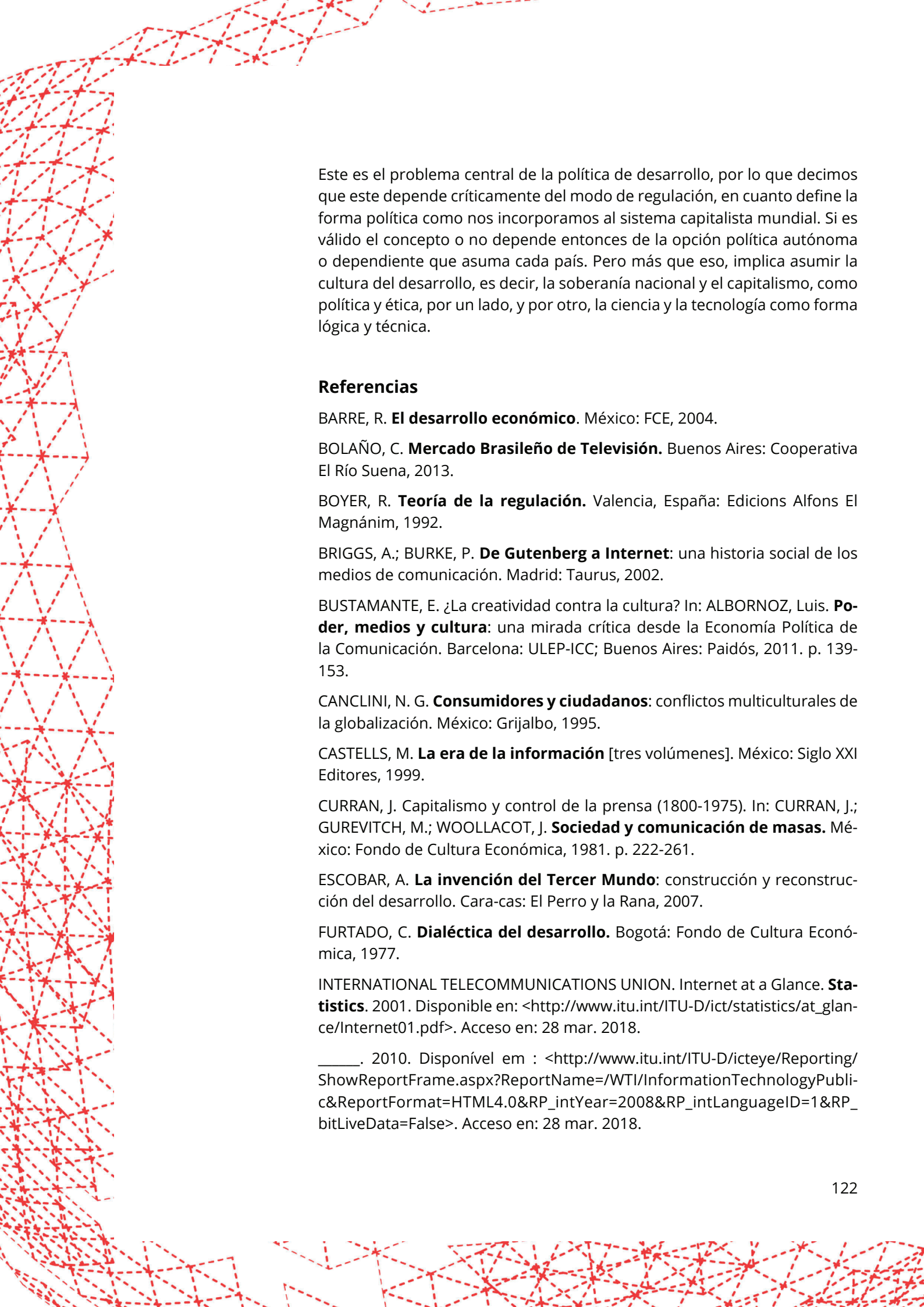


Lo que sugieren los datos anteriores es que la casi universalización de la conectividad estaría fortaleciendo la base productiva. Sin embargo, la capacidad productiva se mide sobre todo por el tipo de producción, o sea si producimos medios de producción o medios de consumo o bienes intermedios. El problema del desarrollo y el subdesarrollo no es sólo cuantitativo, aunque también lo es, sino estructural. La diferencia entre un país y otro no es que tenga un porcentaje de suscriptores a internet (cobertura), o de usuarios de Facebook o Twitter, sino quién produce los medios de producción. ¿Cuántas *Microsoft* o *Apple* hay en el mundo? Las *majors* de la tecnología de comunicación, ahora conocidas como Gafam (Google, Apple, Facebook, Amazon y Microsoft) están en un solo país. Es ahí donde se reproduce la dependencia. Parte del desafío chino a EE UU es que China tiene su propia industria de hardware, por ejemplo, además de sus propias industrias y tecnologías estratégicas.

Ahora, ante la desindustrialización de los países desarrollados y la no industrialización de los periféricos, así como el desmonte del empleo y la seguridad social para los trabajadores, parece ponerse de moda la *economía creativa*, más allá de la industria cultural (BUSTAMANTE, 2011; LADEIRA, 2015). Esta se basa en el supuesto de que todos los países tienen entre su población algún tipo de talento susceptible de convertir en mercancía global (LADEIRA, 2015). Pero los sectores que ella incluye (TREMBLAY, 2011, p. 125) no tienen indicios de superar la estructura actual, pues son productos Software, no Hardware; son productos de derechos de autor y no de patentes, por tanto, son bienes de consumo que no resuelven el problema de la base productiva. Aunque el uso generalizado de telecomunicaciones como coadyuvantes de la productividad implica ciertamente desarrollo (modo de desarrollo), la extranjerización y la privatización de la propiedad (modo de regulación) implican subdesarrollo, o sea desacumulación por transferencia de una parte de las ganancias de la periferia al centro. Además, si bien la industria cultural, la publicidad y la producción de audiencias implican desarrollo puesto que crean nuevo valor, mayores mercados, mayor velocidad de rotación del capital y mayor rapidez en la realización de la plusvalía (modo de desarrollo), la enajenación de activos y la distribución de beneficios en favor del capital y, dentro de este, en favor del capital extranjero, implican subdesarrollo (modo de regulación).

Como bien dice Furtado, "el desarrollo no depende tan solo de la acumulación... Si el incremento del producto que genera la acumulación permanece concentrado en manos de los pequeños grupos dirigentes, el proceso de formación de capital tiende a alcanzar un punto de saturación" (FURTADO, 1977, p. 65). A esto, en nuestro caso, hay que incluirle un factor más: no sólo la distribución del ingreso entre trabajo y capital (concentración), por ejemplo, son un obstáculo a la acumulación. También lo es la redistribución de la plusvalía entre burguesías centrales y periféricas.¹⁶

16. En el caso de Colombia, con una participación de las telecomunicaciones en el PIB del 2.5%, que es lo que facturan Movistar y Telmex, no solamente transfieren las ganancias a Madrid y Nueva York sino que, además, no pagan impuestos, no pagan sanciones por competencia desleal, no devuelven los activos de la nación (infraestructura) cuando terminan los contratos y, como si fuera poco, el Estado les tiene que subvencionar a veces el mal desempeño.



Este es el problema central de la política de desarrollo, por lo que decimos que este depende críticamente del modo de regulación, en cuanto define la forma política como nos incorporamos al sistema capitalista mundial. Si es válido el concepto o no depende entonces de la opción política autónoma o dependiente que asuma cada país. Pero más que eso, implica asumir la cultura del desarrollo, es decir, la soberanía nacional y el capitalismo, como política y ética, por un lado, y por otro, la ciencia y la tecnología como forma lógica y técnica.

Referencias

BARRE, R. **El desarrollo económico**. México: FCE, 2004.

BOLAÑO, C. **Mercado Brasileño de Televisión**. Buenos Aires: Cooperativa El Río Suena, 2013.

BOYER, R. **Teoría de la regulación**. Valencia, España: Edicions Alfons El Magnànim, 1992.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **De Gutenberg a Internet**: una historia social de los medios de comunicación. Madrid: Taurus, 2002.

BUSTAMANTE, E. ¿La creatividad contra la cultura? In: ALBORNOZ, Luis. **Poder, medios y cultura**: una mirada crítica desde la Economía Política de la Comunicación. Barcelona: ULEP-ICC; Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 139-153.

CANCLINI, N. G. **Consumidores y ciudadanos**: conflictos multiculturales de la globalización. México: Grijalbo, 1995.

CASTELLS, M. **La era de la información** [tres volúmenes]. México: Siglo XXI Editores, 1999.

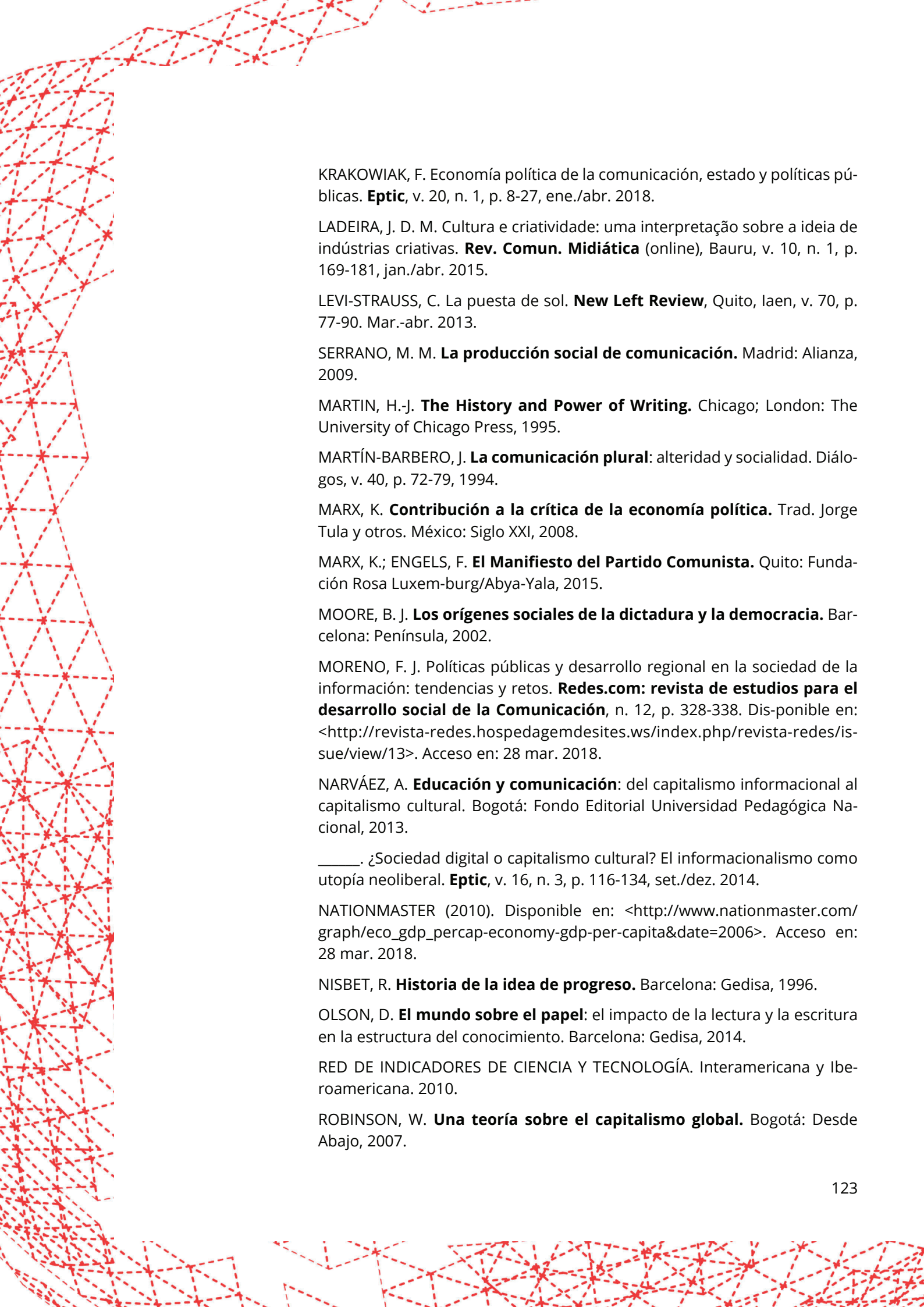
CURRAN, J. Capitalismo y control de la prensa (1800-1975). In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M.; WOOLLACOT, J. **Sociedad y comunicación de masas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. p. 222-261.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y reconstrucción del desarrollo. Cara-cas: El Perro y la Rana, 2007.

FURTADO, C. **Dialéctica del desarrollo**. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1977.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. Internet at a Glance. **Statistics**. 2001. Disponible en: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/at_glance/Internet01.pdf>. Acceso en: 28 mar. 2018.

_____. 2010. Disponible em : <http://www.itu.int/ITU-D/icteye/Reporting/ShowReportFrame.aspx?ReportName=/WTI/InformationTechnologyPublic&ReportFormat=HTML4.0&RP_intYear=2008&RP_intLanguageID=1&RP_bitLiveData=False>. Acceso en: 28 mar. 2018.



KRAKOWIAK, F. Economía política de la comunicación, estado y políticas públicas. **Eptic**, v. 20, n. 1, p. 8-27, ene./abr. 2018.

LADEIRA, J. D. M. Cultura e criatividade: uma interpretação sobre a ideia de indústrias criativas. **Rev. Comun. Midiática** (online), Bauru, v. 10, n. 1, p. 169-181, jan./abr. 2015.

LEVI-STRAUSS, C. La puesta de sol. **New Left Review**, Quito, ILEN, v. 70, p. 77-90. Mar.-abr. 2013.

SERRANO, M. M. **La producción social de comunicación**. Madrid: Alianza, 2009.

MARTIN, H.-J. **The History and Power of Writing**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

MARTÍN-BARBERO, J. **La comunicación plural**: alteridad y socialidad. *Diálogos*, v. 40, p. 72-79, 1994.

MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política**. Trad. Jorge Tula y otros. México: Siglo XXI, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **El Manifiesto del Partido Comunista**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala, 2015.

MOORE, B. J. **Los orígenes sociales de la dictadura y la democracia**. Barcelona: Península, 2002.

MORENO, F. J. Políticas públicas y desarrollo regional en la sociedad de la información: tendencias y retos. **Redes.com: revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación**, n. 12, p. 328-338. Disponible en: <<http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/issue/view/13>>. Acceso en: 28 mar. 2018.

NARVÁEZ, A. **Educación y comunicación**: del capitalismo informacional al capitalismo cultural. Bogotá: Fondo Editorial Universidad Pedagógica Nacional, 2013.

_____. ¿Sociedad digital o capitalismo cultural? El informacionalismo como utopía neoliberal. **Eptic**, v. 16, n. 3, p. 116-134, set./dez. 2014.

NATIONMASTER (2010). Disponible en: <http://www.nationmaster.com/graph/eco_gdp_percap-economy-gdp-per-capita&date=2006>. Acceso en: 28 mar. 2018.

NISBET, R. **Historia de la idea de progreso**. Barcelona: Gedisa, 1996.

OLSON, D. **El mundo sobre el papel**: el impacto de la lectura y la escritura en la estructura del conocimiento. Barcelona: Gedisa, 2014.

RED DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Interamericana y Iberoamericana. 2010.

ROBINSON, W. **Una teoría sobre el capitalismo global**. Bogotá: Desde Abajo, 2007.



TERROU, F. **La información**. Barcelona: Oikos-Tau, 1970.

THOMPSON, J. **Los media y la modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.

TREMBLAY, G. Industrias culturales, economía creativa y sociedad de la información. In: ALBORNOZ, L. **Poder, medios y cultura**: una mirada crítica desde la Economía Política de la Comunicación. Barcelona: ULEP-ICC; Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 109-138.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial (I)**: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Madrid: Siglo XXI, 1979.

WILLEMS, E. **El cambio cultural dirigido**. Bogotá: Universidad Nacional, 1963.

Deus e o Diabo na terra das plataformas digitais: uma análise a partir da hipótese braudeliense

Dios y el diablo en la tierra de las plataformas digitales: Un análisis a partir de la hipótesis braudeliense.

God and the Devil in the digital platforms world: an analysis from the Braudelian hypothesis

Alain Herscovici

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

Contato: alhersco.vix@terra.com.br



Resumo

A passagem de um capitalismo fordista ligado ao capital tangível para um capitalismo pós-fordista, o qual se caracteriza pela importância crescente de todas as formas de capital intangível, se traduziu por modificações econômicas, sociológicas e econômicas profundas. Proponho estudar as modalidades a partir das quais as plataformas digitais permitiram implementar tais modificações. Em uma primeira parte, mostrarei como e por que o desenvolvimento das plataformas digitais corresponde a novas formas de expansão das lógicas mercantis; em uma segunda parte, mostrarei em que medida a economia ligada a essas plataformas digitais é diferente das economias estudadas pelas principais matrizes econômicas. No que diz respeito a este último ponto, a partir da construção de uma função de bem-estar social, ressaltarei as externalidades positivas e negativas produzidas por essas plataformas digitais.

Palavras-chave: Plataformas digitais. Economia de redes. Bem-estar social. Commons.

Resumen

El pasó de un capitalismo fordismo vinculado al capital tangible para un capitalismo fordista, que se caracteriza por la creciente importancia de todas las formas de capital intangible, provoco modificaciones económicas, sociológicas y económicas profundas. Propongo estudiar las modalidades a partir de las cuales las plataformas digitales han permitido implementar estas modificaciones. En una primera parte, voy a mostrar cómo y por qué el desarrollo de las plataformas digitales corresponde a nuevas formas de ampliar las lógicas del mercado; en una segunda parte, mostraré hasta qué punto la economía vinculada a estas plataformas digitales es diferente de las economías estudiadas por las principales escuelas de pensamiento económico. Por lo que se refiere a este último punto, desde la construcción de una función de bienestar social, resaltaré las externalidades positivas y negativas producidas por estas plataformas digitales.

Palabras clave: plataformas digitales – economía de redes – bienestar social

Abstract

The shift from a Fordist capitalism linked to tangible capital to post-Fordist capitalism, which is characterized by the increasing importance of all forms of intangible capital, translates into profound sociological, economic and political changes. I aim to study the modalities from which the digital platforms allowed to implement such modifications. In a first part, I will show how and why the development of digital platforms corresponds to new forms of expansion of market logic; in a second part, I will study to what extent the economy linked to these digital platforms is different from the economies studied by the main economic matrixes. With regard to this last point, based on the construction of a social welfare function, I will highlight the positive and negative externalities produced by these digital platforms.

Keywords: Digital platforms. Networks Economics. Social Welfare. Commons.



Introdução

No âmbito deste trabalho, proponho-me a aplicar a *hipótese braudeliana* às redes sociais, e notadamente às estratégias econômicas que as plataformas digitais como Google, Apple, Facebook e Youtube estão desenvolvendo a partir da utilização de algoritmos poderosos e sofisticados.

A hipótese braudeliana consiste em afirmar que o capitalismo não se define a partir da generalização da mercadoria, no sentido definido pelos economistas clássicos e mais especificamente por Marx, ou seja, pela primazia da produção industrial, mas pela extensão social e geográfica da lógica de mercado, pela sua dimensão internacional, pela sua instabilidade e pela presença de fortes assimetrias de informação¹.

1. Isso corresponde ao que Braudel (1985) chama de superestrutura capitalista.

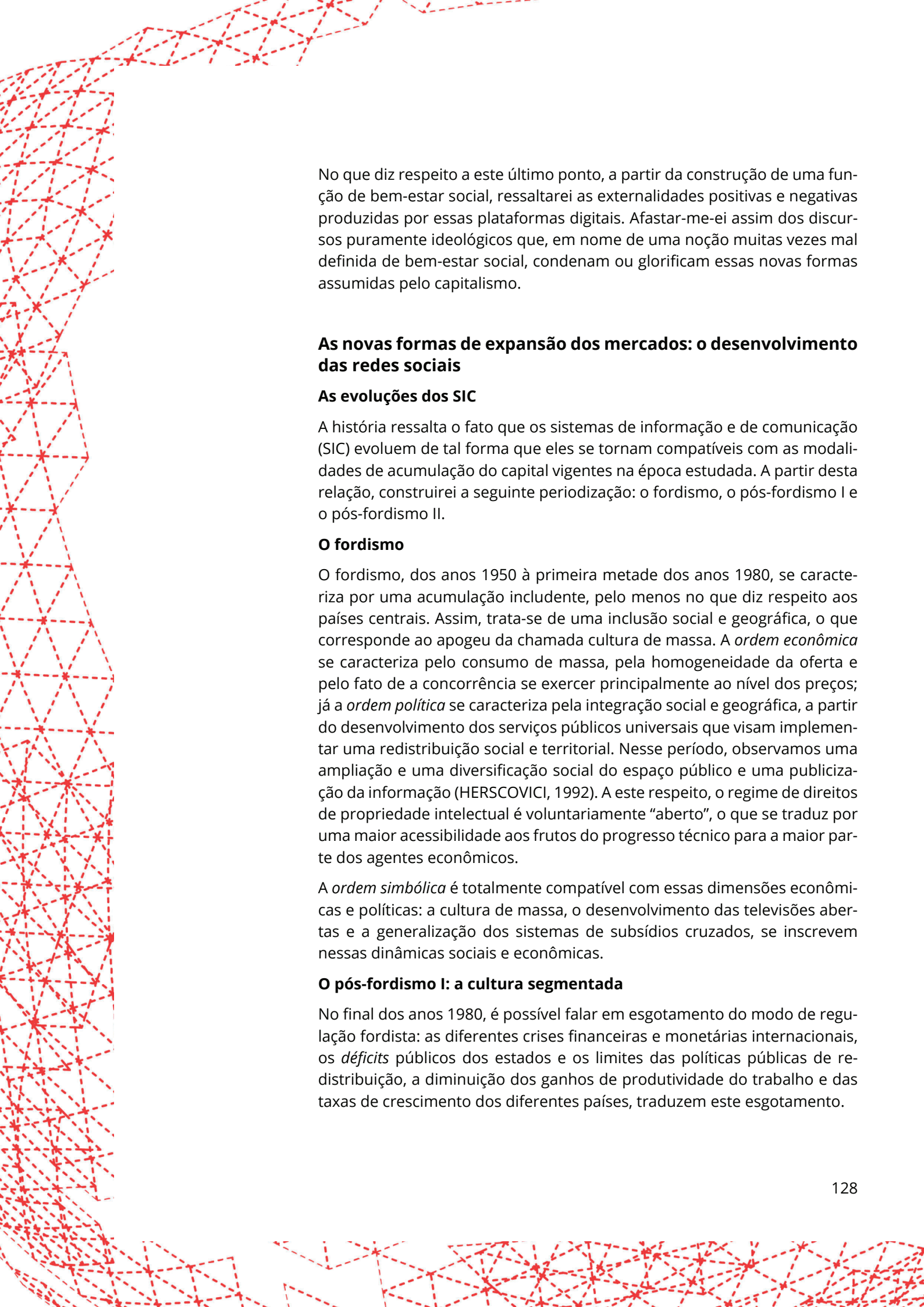
Consequentemente, com a passagem de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolístico ou oligopolístico e, hoje, um capitalismo “imaterial” ou pós-fordista, as modalidades concretas de produção e de distribuição do valor se transformaram radicalmente; elas não correspondem mais à produção de mercadorias, por natureza homogêneas, mas à produção de bens e serviços fortemente heterogêneos produzidos a partir de fatores de produção também heterogêneos.

É preciso ressaltar o fato de que esses mercados são particularmente instáveis: contrariamente ao que as matrizes clássicas e neoclássicas estavam estudando, não há mais um preço regulador a partir do qual os preços reais vão oscilar. Em outras palavras, as mercadorias não possuem um valor intrínseco determinado a partir do trabalho ou da utilidade subjetiva; seu valor não é regulado a partir de um “*natural price*” determinado a partir das quantidades de trabalho, ou pela igualação da receita marginal com o custo marginal.

Por não existir uma medida objetiva do valor, este será determinado a partir das relações sociais vigentes no período considerado; o valor dos bens e dos serviços se modifica à medida que as relações sociais se modificam no decorrer do tempo. Na presença de assimetrias da informação entre diferentes grupos de agentes, e na ausência de um valor regulador, esses mercados são altamente especulativos, e o valor assim determinado, particularmente instável (HERSCOVICI, 2018).

A essas evoluções correspondem, conforme mostrarei a respeito das plataformas digitais, novas articulações entre o econômico e o extraeconômico, assim como novas modalidades de remuneração do trabalho e do capital.

Em uma primeira parte, mostrarei como e por que o desenvolvimento das redes sociais e das plataformas digitais corresponde a novas formas de expansão das lógicas mercantis; em uma segunda parte, definirei em que medida a economia ligada a essas plataformas digitais é diferente das economias estudadas pelas principais matrizes teóricas, e mostrarei por que o conceito de utilidade social se tornou um elemento chave, no que concerne às estratégias econômicas das redes.



No que diz respeito a este último ponto, a partir da construção de uma função de bem-estar social, ressaltarei as externalidades positivas e negativas produzidas por essas plataformas digitais. Afastar-me-ei assim dos discursos puramente ideológicos que, em nome de uma noção muitas vezes mal definida de bem-estar social, condenam ou glorificam essas novas formas assumidas pelo capitalismo.

As novas formas de expansão dos mercados: o desenvolvimento das redes sociais

As evoluções dos SIC

A história ressalta o fato que os sistemas de informação e de comunicação (SIC) evoluem de tal forma que eles se tornam compatíveis com as modalidades de acumulação do capital vigentes na época estudada. A partir desta relação, construirei a seguinte periodização: o fordismo, o pós-fordismo I e o pós-fordismo II.


O fordismo

O fordismo, dos anos 1950 à primeira metade dos anos 1980, se caracteriza por uma acumulação includente, pelo menos no que diz respeito aos países centrais. Assim, trata-se de uma inclusão social e geográfica, o que corresponde ao apogeu da chamada cultura de massa. A *ordem econômica* se caracteriza pelo consumo de massa, pela homogeneidade da oferta e pelo fato de a concorrência se exercer principalmente ao nível dos preços; já a *ordem política* se caracteriza pela integração social e geográfica, a partir do desenvolvimento dos serviços públicos universais que visam implementar uma redistribuição social e territorial. Nesse período, observamos uma ampliação e uma diversificação social do espaço público e uma publicização da informação (HERSCOVICI, 1992). A este respeito, o regime de direitos de propriedade intelectual é voluntariamente “aberto”, o que se traduz por uma maior acessibilidade aos frutos do progresso técnico para a maior parte dos agentes econômicos.

A *ordem simbólica* é totalmente compatível com essas dimensões econômicas e políticas: a cultura de massa, o desenvolvimento das televisões abertas e a generalização dos sistemas de subsídios cruzados, se inscrevem nessas dinâmicas sociais e econômicas.

O pós-fordismo I: a cultura segmentada

No final dos anos 1980, é possível falar em esgotamento do modo de regulação fordista: as diferentes crises financeiras e monetárias internacionais, os *déficits* públicos dos estados e os limites das políticas públicas de redistribuição, a diminuição dos ganhos de produtividade do trabalho e das taxas de crescimento dos diferentes países, traduzem este esgotamento.



Podemos interpretar isso como a manifestação dos limites da acumulação fordista: já que a maior parte da população possui os equipamentos de base em termos de eletrodoméstico, telefonia, produtos da indústria automobilística etc., o sistema precisa descobrir outras modalidades de acumulação para superar a saturação desse tipo de mercado.

No caso das televisões abertas, por exemplo, a propaganda se torna cada vez menos eficiente: existe uma diluição da mensagem publicitária, não é possível atingir, com precisão e eficiência, certos segmentos do público, e o custo por mil deixa de ser um critério de eficiência para o anunciante.

As novas estratégias estão ligadas a uma lógica de segmentação e, durante esta fase, também de exclusão parcial: o sistema começa a produzir bens mais sofisticados para satisfazer os segmentos mais favorecidos da população, ou seja, a diversificar a oferta.

No que diz respeito aos SIC, isso se traduz pela criação e pelo desenvolvimento das televisões pagas e segmentadas, pelo desenvolvimento da telefonia celular e, de uma maneira mais geral, pela volta dos mecanismos de exclusão pelos preços, o que certos economistas interpretaram como uma “economia dos contadores” (MIÈGE; PAJON; SALAÜN, 1986).

Na dimensão política, essas modificações são percebidas como restrições, no que diz respeito às modalidades de acesso ao espaço público e aos direitos políticos; certos autores chegam a falar em dessocialização a respeito dessas diferentes formas de cultura segmentada (WOLTON, 2000).

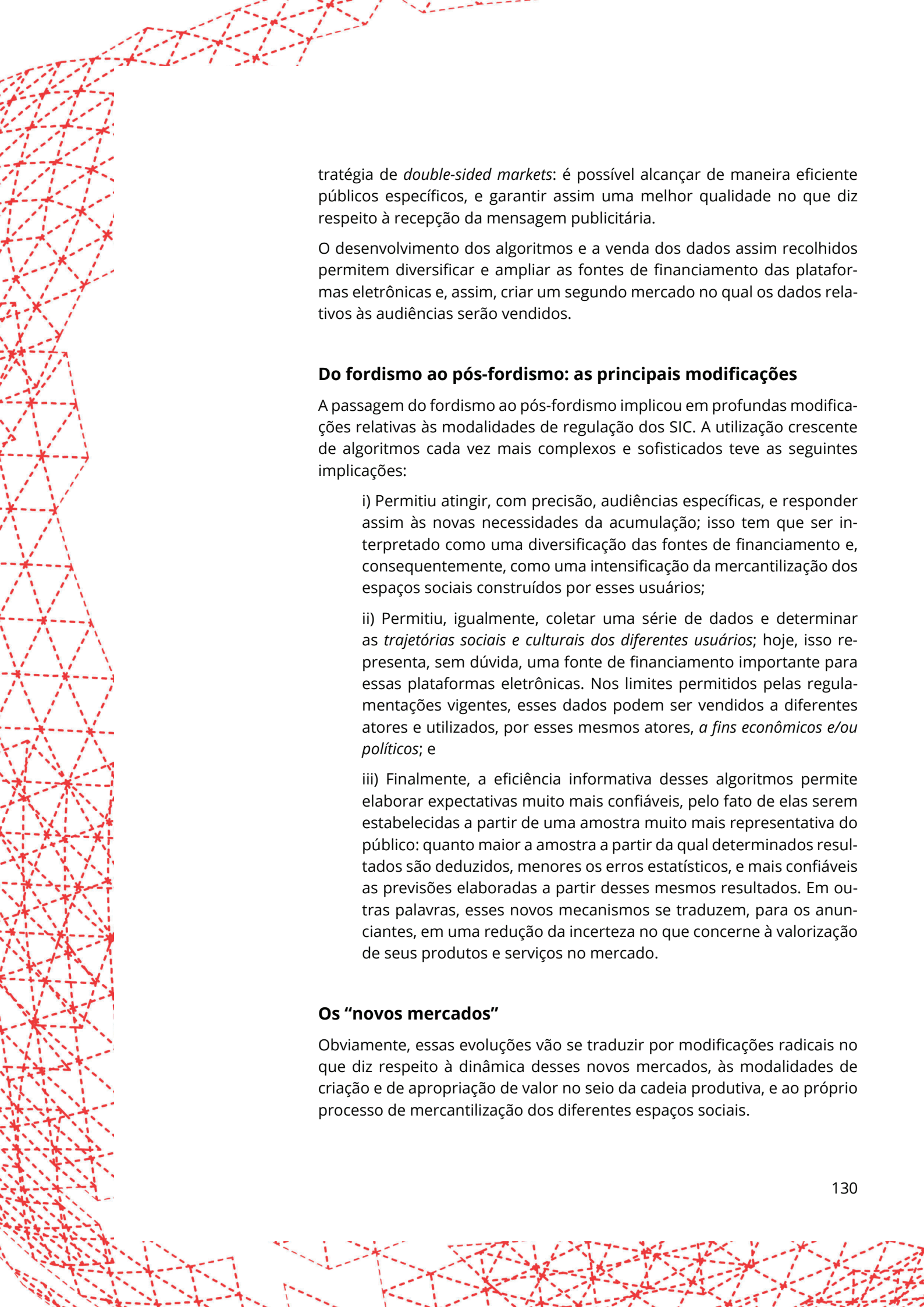
É preciso observar que, durante essa fase, o sistema não consegue se estabilizar, ou seja, achar um *business model* viável. A economia da internet não consegue encontrar um modo de regulação que lhe propicie um mínimo de estabilidade e de coerência interna; ela não consegue firmar um sistema tecnoestético que assegure uma coerência entre as modalidades de produção, de consumo e de financiamento, e uma determinada estética (LEROY, 1980; HERSCOVICI, 1995).

Por outro lado, essas dificuldades são características de todas as atividades que funcionam em redes. Na fase inicial (*startup*), enquanto o número de usuários é insuficiente, ou seja, inferior a determinadas massas críticas, a rede conhece um período de déficit (HERSCOVICI, 2013).

O pós-fordismo II: as redes sociais e os double-sided markets

O pós-fordismo II corresponde à fase de consolidação do sistema ligado às redes sociais e à internet: o sistema superou a fase deficitária e conseguiu alcançar a massa crítica a partir da qual as redes se tornam rentáveis.

O sistema conseguiu construir um modo de regulação setorial economicamente viável, baseado sobre o desenvolvimento dos mercados intermediários, ou seja, sobre a venda de audiência e de dados para os diferentes anunciantes. As diversas plataformas eletrônicas desenvolvem uma es-



tratégia de *double-sided markets*: é possível alcançar de maneira eficiente públicos específicos, e garantir assim uma melhor qualidade no que diz respeito à recepção da mensagem publicitária.

O desenvolvimento dos algoritmos e a venda dos dados assim recolhidos permitem diversificar e ampliar as fontes de financiamento das plataformas eletrônicas e, assim, criar um segundo mercado no qual os dados relativos às audiências serão vendidos.

Do fordismo ao pós-fordismo: as principais modificações

A passagem do fordismo ao pós-fordismo implicou em profundas modificações relativas às modalidades de regulação dos SIC. A utilização crescente de algoritmos cada vez mais complexos e sofisticados teve as seguintes implicações:

- i) Permitiu atingir, com precisão, audiências específicas, e responder assim às novas necessidades da acumulação; isso tem que ser interpretado como uma diversificação das fontes de financiamento e, conseqüentemente, como uma intensificação da mercantilização dos espaços sociais construídos por esses usuários;
- ii) Permitiu, igualmente, coletar uma série de dados e determinar as *trajetórias sociais e culturais dos diferentes usuários*; hoje, isso representa, sem dúvida, uma fonte de financiamento importante para essas plataformas eletrônicas. Nos limites permitidos pelas regulamentações vigentes, esses dados podem ser vendidos a diferentes atores e utilizados, por esses mesmos atores, *a fins econômicos e/ou políticos*; e
- iii) Finalmente, a eficiência informativa desses algoritmos permite elaborar expectativas muito mais confiáveis, pelo fato de elas serem estabelecidas a partir de uma amostra muito mais representativa do público: quanto maior a amostra a partir da qual determinados resultados são deduzidos, menores os erros estatísticos, e mais confiáveis as previsões elaboradas a partir desses mesmos resultados. Em outras palavras, esses novos mecanismos se traduzem, para os anunciantes, em uma redução da incerteza no que concerne à valorização de seus produtos e serviços no mercado.

Os “novos mercados”

Obviamente, essas evoluções vão se traduzir por modificações radicais no que diz respeito à dinâmica desses novos mercados, às modalidades de criação e de apropriação de valor no seio da cadeia produtiva, e ao próprio processo de mercantilização dos diferentes espaços sociais.



A natureza econômica da informação

A informação bruta “produzida” pelos usuários das redes é um bem abundante e, conseqüentemente, não econômico; é uma das razões pelas quais ela aparece como sendo gratuita.

De um ponto de vista econômico, a informação pode ser comparada com os recursos naturais: na sua forma bruta, ela é disponível gratuitamente. Ela é produzida a partir dos conhecimentos tácitos dos usuários e, conseqüentemente, a partir de trabalho concreto, no sentido definido por Marx. Por natureza, ela se caracteriza pela sua *heterogeneidade*.

Ela é “gratuita” à medida em que releva de uma lógica de acumulação simbólica à la Bourdieu (1977) (a denegação das práticas econômicas usuais), dos processos de legitimação no seio deste novo espaço público (HERSCOVICI; BOLAÑO, 2005), ou da economia da dívida (MAUSS, 1923-1924).

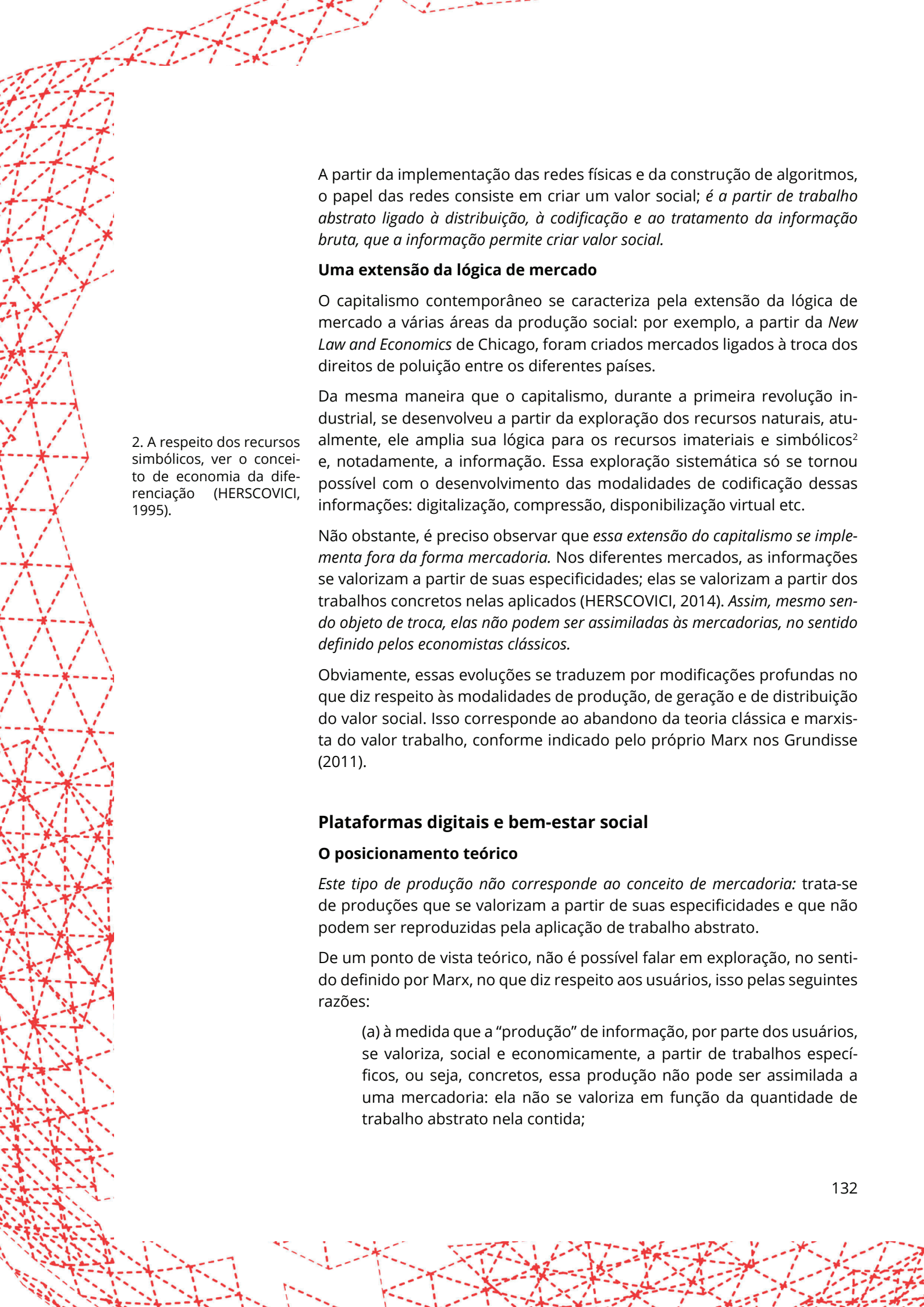
Como dado bruto, a informação não produz valor, da mesma maneira que as árvores da floresta também não produzem valor econômico; enquanto ela não se torna um insumo em determinado processo de produção, ela é a condição necessária, mas não suficiente, para gerar valor social. No âmbito da abordagem utilitarista, podemos afirmar que, no seu estado bruto, ela não tem utilidade; no âmbito de uma perspectiva clássica, enquanto ela não é objeto de transformação a partir da aplicação de trabalho, ela não cria valor, em si.

O papel das redes sociais e das plataformas digitais

De um ponto de vista mais geral, o papel das redes sociais consiste em *tratar, processar e divulgar*, a partir de algoritmos cada vez mais potentes e sofisticados, essa informação bruta. Esse processo só ocorre a partir do momento em que essas informações forem *codificadas*.

Essas redes desenvolvem estratégias econômicas em dois níveis: nos *mercados primários*, em que oferecem um serviço eventualmente gratuito ao usuário, ou seja, ao consumidor final; nos *mercados secundários*, em que vendem dois tipos de serviços: o acesso a audiências altamente segmentadas e as informações relativas às trajetórias econômicas, sociais e políticas dos diferentes usuários dessas plataformas.

Nessa economia digital, o consumidor/usuário produz a “matéria prima” que será vendida nos mercados secundários; em função do próprio funcionamento do sistema, sua presença nas redes é a condição necessária para gerar um valor econômico. Por essa razão, esse consumidor se beneficia de um acesso gratuito, ou semigratuito, ao estoque de informação codificada e disponível. Há, por parte dos usuários, uma reapropriação coletiva parcial ou total do valor assim criado: parcial no caso da economia de Google, total no caso da economia cooperativa/solidária, com os programas livres, por exemplo.



2. A respeito dos recursos simbólicos, ver o conceito de economia da diferenciação (HERSCOVICI, 1995).

A partir da implementação das redes físicas e da construção de algoritmos, o papel das redes consiste em criar um valor social; *é a partir de trabalho abstrato ligado à distribuição, à codificação e ao tratamento da informação bruta, que a informação permite criar valor social.*

Uma extensão da lógica de mercado

O capitalismo contemporâneo se caracteriza pela extensão da lógica de mercado a várias áreas da produção social: por exemplo, a partir da *New Law and Economics* de Chicago, foram criados mercados ligados à troca dos direitos de poluição entre os diferentes países.

Da mesma maneira que o capitalismo, durante a primeira revolução industrial, se desenvolveu a partir da exploração dos recursos naturais, atualmente, ele amplia sua lógica para os recursos imateriais e simbólicos² e, notadamente, a informação. Essa exploração sistemática só se tornou possível com o desenvolvimento das modalidades de codificação dessas informações: digitalização, compressão, disponibilização virtual etc.

Não obstante, é preciso observar que *essa extensão do capitalismo se implementa fora da forma mercadoria*. Nos diferentes mercados, as informações se valorizam a partir de suas especificidades; elas se valorizam a partir dos trabalhos concretos nelas aplicados (HERSCOVICI, 2014). *Assim, mesmo sendo objeto de troca, elas não podem ser assimiladas às mercadorias, no sentido definido pelos economistas clássicos.*

Obviamente, essas evoluções se traduzem por modificações profundas no que diz respeito às modalidades de produção, de geração e de distribuição do valor social. Isso corresponde ao abandono da teoria clássica e marxista do valor trabalho, conforme indicado pelo próprio Marx nos *Grundrisse* (2011).

Plataformas digitais e bem-estar social

O posicionamento teórico

Este tipo de produção não corresponde ao conceito de mercadoria: trata-se de produções que se valorizam a partir de suas especificidades e que não podem ser reproduzidas pela aplicação de trabalho abstrato.

De um ponto de vista teórico, não é possível falar em exploração, no sentido definido por Marx, no que diz respeito aos usuários, isso pelas seguintes razões:

(a) à medida que a “produção” de informação, por parte dos usuários, se valoriza, social e economicamente, a partir de trabalhos específicos, ou seja, concretos, essa produção não pode ser assimilada a uma mercadoria: ela não se valoriza em função da quantidade de trabalho abstrato nela contida;

3. Neste sentido, opõe-me à tese marxista da exploração do trabalho dos usuários da maneira como esta tese é defendida por Raulino (2018).

4. A este respeito, ver os trabalhos pioneiros de Akerlof (1970) e Grossman e Stiglitz (1976, 1980), que tratam das assimetrias da informação e de suas implicações em termos de bem-estar social.

(b) à medida que não se trata de mercadoria, não é mais possível falar em exploração; de fato, a partir da análise de Marx, a mais-valia é um dos componentes do valor da mercadoria, e na ausência de mercadoria, não é possível conceber mais-valia³; e

(c) conforme já mencionado, as redes sociais e as plataformas digitais constituem espaços de legitimação e de acumulação de capital simbólico; essas plataformas têm que ser concebidas como espaços sociais “extraeconômicos” dentro dos quais se cria o valor de uso, ou seja, a utilidade social de determinados bens e serviços.

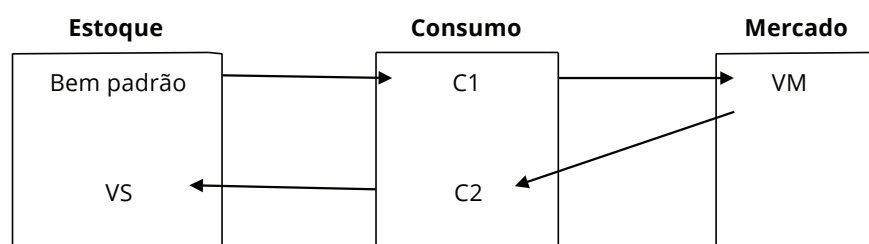
Certos economistas ressaltaram o conceito de *opacidade dos preços de mercado*: este se define pelo fato de os preços não transmitirem as informações necessárias para poder avaliar os diferentes componentes qualitativos dos bens e dos serviços⁴. É preciso desenvolver outros mecanismos para divulgar as informações necessárias à criação dessa utilidade; as redes sociais cumprem este papel.

Nessa economia, o único trabalho produtivo (*stricto-sensu*) é aquele que está diretamente ligado à constituição da infraestrutura que corresponde à implementação dessas redes e à confecção dos diferentes algoritmos que permitem codificar e valorizar, nos mercados secundários, os dados que se relacionam com as diferentes audiências. Em outras palavras, *esses trabalhos são essencialmente trabalhos abstratos, pelo fato de eles não se valorizarem a partir de suas especificidades, mas essencialmente a partir de suas funcionalidades*: são eles que permitem acessar, tratar, codificar e divulgar a informação bruta produzida inicialmente pelos usuários.

Os diferentes tipos de bens e os diferentes modelos econômicos

A economia padrão

Gráfico I



VS: valor social

O estoque corresponde ao conjunto de bens e serviços disponíveis para a comunidade estudada. Podemos diferenciar dois tipos de consumo: C1, o consumo produtivo, o qual depende diretamente do valor de troca, ou valor de mercado (VM), e o consumo doméstico (C2), ou seja, o consumo determinado a partir do valor de uso.

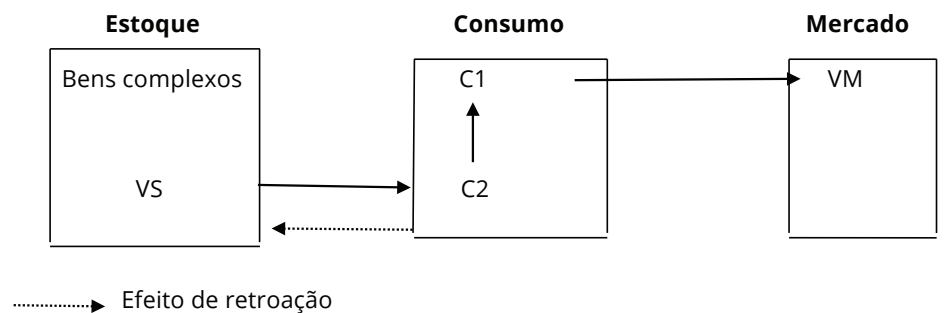
Os bens que constituem o estoque são *bens padrão*: (a) eles são totalmente divisíveis e destruídos no próprio ato de consumo e (b) eles não produzem externalidades, ou seja, há exclusão pelos preços.

Nesse tipo de mecanismo, *o valor social é diretamente determinado pelo valor de troca*. O valor de uso é determinado fora do modelo: para Smith (1980) e Marx (1976), ele constitui uma característica intrínseca das mercadorias; e para os economistas neoclássicos, as preferências dos consumidores são determinadas exogenamente. Trata-se de uma *economia essencialmente centrada sobre a oferta*.

A economia do Google

O estoque é constituído por *bens complexos*: esses bens são indivisíveis, ou seja, não são destruídos no ato do consumo. As *externalidades de demanda* caracterizam a economia das redes: a utilidade de cada usuário depende da quantidade total de usuários (KATZ; SHAPIRO, 1985; HERSCOVICI, 2013). Assim, qualquer mecanismo de exclusão, em termos de acesso, se traduz obrigatoriamente pela diminuição da utilidade de cada usuário.

Gráfico II

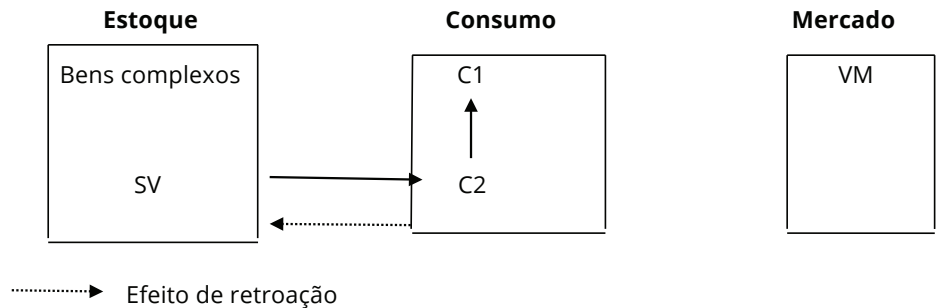


Consequentemente, é possível afirmar que essa economia é uma *economia de demanda*, em oposição a uma economia de oferta; sua dinâmica é baseada sobre a quantidade total de usuários. O conceito de *utilidade social* é um dos elementos chaves da dinâmica desses mercados; *o valor de troca, ou valor de mercado, é determinado a partir dessa utilidade social, ou seja, a partir do valor de uso social*. Isso significa, simplesmente, que a valorização nos diferentes mercados intermediários (o valor de mercado) depende da criação prévia de um determinado valor de uso, este sendo intrinsecamente social.

É importante ressaltar o fato que se, por um lado, o valor é produzido socialmente, parte deste valor será redistribuído para a coletividade considerada, por meio das modalidades de acesso ao estoque. Por outro lado, trata-se de uma extensão da lógica mercantil para esses novos espaços públicos, à medida que as estratégias dos *double sided markets* consistem em valorizar, nos mercados intermediários, os diferentes componentes dessa utilidade social.

A economia “cooperativa”

Gráfico III



A única diferença entre essa economia cooperativa e a economia do Google é o fato que, no que concerne à economia cooperativa, não existe conexão com o mercado: toda a produção realizada no seio da rede é inteiramente redistribuída para o conjunto dos usuários.

Em síntese, posso afirmar que tanto na economia do Google quanto na economia cooperativa, o valor é criado a partir da utilidade social. A principal diferença se explica pela conexão, ou pela ausência de conexão, com o mercado: no primeiro caso, parte do valor criado socialmente é parcialmente redistribuído para a comunidade, enquanto no segundo, a totalidade deste valor volta para aquela comunidade.

5. GAFA é uma sigla utilizada na França para designar Google, Amazon, Facebook e Apple.

Os GAFA⁵: Deus ou o diabo na terra das plataformas digitais?

A função de bem-estar

Qual é o impacto social ligado ao desenvolvimento dos GAFA? Ele é globalmente positivo ou negativo?

O critério de Pareto, utilizado na economia neoclássica, não é satisfatório, e isto pelas seguintes razões⁶:

- no âmbito de uma abordagem que se caracteriza pelo individualismo metodológico, é impossível considerar a utilidade como o produto das relações interindividuais. Por definição, não há interdependência dos agentes; eles tomam suas decisões independentemente, e essas decisões são coordenadas pela atuação do hipotético leiloeiro walrasiano;
- as análises realizadas a partir do critério de Pareto consideram que a distribuição inicial da renda é determinada exogenamente; e
- neste tipo de abordagem, o valor utilidade é concebido a partir de uma concepção ordinal, o que não permite agregar os valores individuais.

6. No que diz respeito aos limites deste critério, ver Arrow (2000), Sen (1982) e Stiglitz (1987).

Para poder responder à questão inicial, proponho construir uma função de bem-estar social que se apresenta da seguinte forma:

$$N = f_1 (C_1, C_2, TC, \text{Ing.}, EF) \quad (1)$$

N; nível do estoque disponível
C1: consumo produtivo
C2: consumo doméstico
TC: custos de transação
Ing.: ingerência
EF: evasão fiscal

Essa função é caracterizada pelas seguintes relações:

$$df_1/dTC < 0 \quad (2)$$

$$df_1/d\text{Ing.} < 0 \quad (3)$$

$$df_1/dEF < 0 \quad (4)$$

$$df_1/dC_1 < 0 \quad (5)$$

$$\text{ou } df_1/dC_1 > 0 \quad (5')$$

$$df_1/dC_2 \geq 0 \quad (6)$$

$$\text{ou } df_1/dC_2 < 0 \quad (6')$$

Essas relações indicam o impacto negativo ou positivo de cada um desses componentes no que diz respeito ao nível do estoque disponível para a coletividade; o bem-estar social depende diretamente do nível desse estoque.

As implicações em termos de bem-estar social

Externalidades negativas

Os custos de transação representam, na sua definição mais geral, os custos que as firmas têm que assumir para poder atuar no mercado: os custos ligados à concepção, à realização e ao monitoramento dos contratos (WILLIAMSON, 2002), assim como aqueles ligados à implementação de um sistema de propriedade intelectual (BARZEL, 1997). À medida que a totalidade da coletividade tem que assumir esses custos, eles representam uma dedução em termos de bem-estar, ou seja, uma externalidade negativa (relação (2)).

A ingerência está diretamente ligada à definição e aos limites da divulgação dos dados pessoais dos usuários, por parte das plataformas eletrônicas: até onde a legislação vigente permite que esses dados sejam coletados e divulgados pelas firmas que controlam essas redes eletrônicas, e quais são os limites que essas firmas devem respeitar? A esse respeito, na maior parte dos casos, as legislações nacionais não são respeitadas, como mostra o recente escândalo do vazamento de dados com a firma Cambridge Analytica, por exemplo.

A ingerência pode ir além disso e, a partir do desenvolvimento de algoritmos particularmente sofisticados, tornar-se um *panóptico*, no sentido definido por Foucault, um sistema de controle generalizado e exaustivo;



esse controle pode ser tanto externo quanto ligado a um mecanismo de autocensura. A ingerência pode igualmente influenciar as escolhas políticas, como foi no caso da eleição de Trump, nos Estados Unidos. Neste caso, esse mecanismo se traduz por uma limitação da liberdade individual, e constitui uma externalidade negativa (relação (3)).

No âmbito de uma análise em termos de sociologia política, podemos afirmar que essas diferentes modalidades de ingerência constituem restrições em relação ao espaço privado dos usuários da rede. Esta ampliação do espaço público pode ser concebida como uma “invasão” da esfera privada pela esfera pública. Não obstante, a participação dos usuários é voluntária e não é devida a qualquer medida coercitiva. *Em que medida essa “invasão” é desejada, ou não, pelo consumidor/usuário?*

A esse respeito, é interessante observar a maneira como o problema do espaço público se modificou, desde os primeiros trabalhos de Habermas (1978): no século XVIII, o espaço público era concebido como um espaço democrático - espaço de discussão no qual os diferentes membros tinham os mesmos direitos, independentemente de sua condição econômica -, e sua função consistia em proteger o indivíduo⁷ do poder arbitrário do Estado.

Hoje, a natureza e a função do espaço público representado pelas redes sociais se transformaram profundamente. Há uma perda de autonomia em relação ao poder econômico: em função das próprias características da economia digital, o poder simbólico se tornou indispensável para assegurar o poder econômico, a partir da criação da utilidade social.

Em uma certa medida, o desenvolvimento das redes sociais pode ser interpretado como uma autonomização em relação ao poder político. A produção de informação é muito mais diversificada, ela não depende unicamente das mídias tradicionais. Apesar disso, a necessidade de um controle político e “ético” aparece, para evitar a divulgação de *fake news*, de conteúdos sexistas, racistas ou ligados ao terrorismo, como no caso do Estado Islâmico, por exemplo.

As informações divulgadas nas redes sociais influenciam as decisões políticas dos usuários: na eleição de Obama e, depois, na de Trump, nos Estados Unidos, as redes sociais foram amplamente utilizadas para orientar o voto. No que diz respeito à eleição de Trump, o papel da Rússia e sua ingerência estão sendo investigados (Libération, 1er août, 2018). Assim, a autonomização deste novo espaço público, em relação ao político, é relativa e parcial.

Finalmente, é preciso evocar os problemas ligados à evasão fiscal: essas plataformas eletrônicas atuam em mercados que são mundiais⁸. Suas estratégias consistem em implantar suas agências em paraísos fiscais e escapar assim às regras fiscais nacionais, prevalendo-se daquelas vigentes nesses paraísos fiscais. Aqui também se trata de uma externalidade negativa (relação (4)).

7. No sentido definido pelo Iluminismo.

8. Exceção feita de certos regimes ditatoriais, como a China e a Coreia do Norte, que impediram a entrada dessas plataformas nos seus respectivos mercados.

9. A este respeito, ver Herscovici e Vargas (2017).

Externalidades mistas e positivas

O consumo produtivo pode gerar externalidades negativas quando o estoque é composto por bens padrão. A pesca em um lago, ou a terra no caso do pasto do gado, constituem os exemplos escolhidos pelos economistas neoclássicos: neste caso, eles querem provar que a ausência de sistema de propriedade privada leva obrigatoriamente ao esgotamento do estoque disponível. O estoque de peixes disponíveis no lago diminui à medida que o aumento da pesca não é compatível com a reprodução dos peixes. Da mesma maneira, o aumento do gado que vai pastar sobre determinado pasto se traduz por uma deterioração da produtividade daquela terra⁹ (relação (5)). Finalmente, à medida que o consumo é determinado a partir da produção, ao aumento da produção corresponde um aumento do consumo e uma deterioração do estoque disponível (relação (6')).

Não obstante, a relação é totalmente diferente quando os bens que compõem o estoque são indivisíveis e/ou complexos: a presença de externalidades de demanda ligadas à utilidade social é tal que qualquer restrição em termos de acesso à rede se traduz por uma externalidade negativa, ou seja, por uma diminuição da utilidade de cada usuário (relação (6)). Isto se explica pelo fato de o consumo produtivo depender do consumo prévio dos usuários.

Quando estamos na presença de bens complexos, a relação (6) é verificada. O exemplo das redes solidárias como Linux, por exemplo, ilustra perfeitamente esse caso: quando não há contribuição por parte do usuário, temos que $df_1/dC_2 = 0$; no caso de haver contribuição, $df_1/dC_2 > 0$. O mesmo mecanismo prevalece nas redes de compartilhamento de arquivos digitais como YouTube.

10. Cf. o conceito de economia da demanda

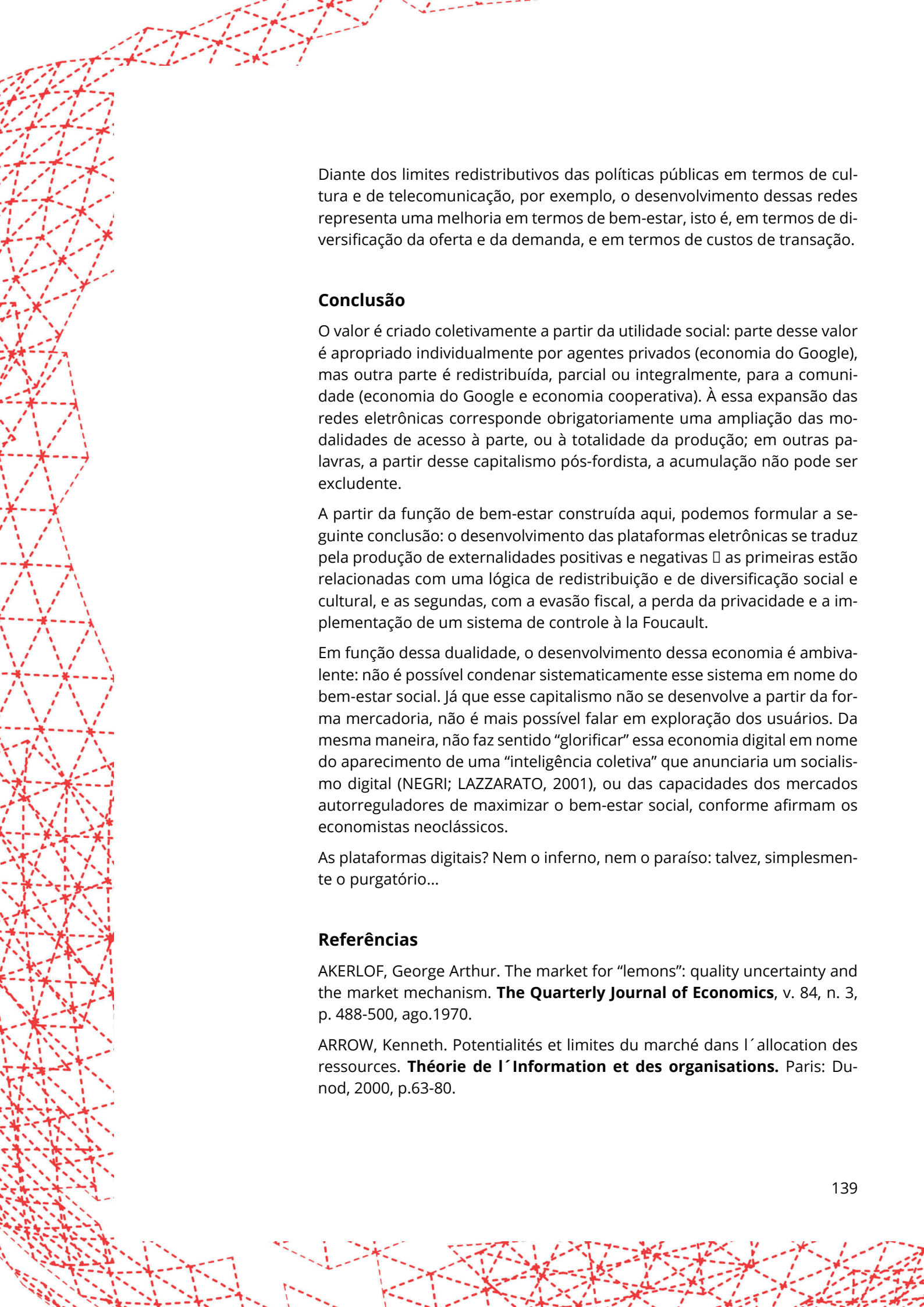
À medida que o consumo produtivo depende diretamente do consumo doméstico¹⁰, a relação (5') é obrigatoriamente verificada.

Plataformas eletrônicas e bem-estar social

Qual é a resultante do desenvolvimento das redes eletrônicas no que diz respeito ao bem-estar coletivo? Se, por um lado, essas redes eletrônicas geram externalidades negativas, por outro, elas produzem igualmente externalidades positivas.

De um modo mais geral, a economia da internet apresenta as seguintes especificidades: agentes privados produzem e distribuem, no âmbito de lógicas de mercado, bens públicos, indivisíveis e não excludentes. As modalidades de criação e de apropriação do valor se modificaram de tal maneira que, nos mercados primários, ou o acesso é gratuito, ou há uma diminuição substancial dos preços para o conjunto dos consumidores/usuários.

As implicações são as seguintes: (a) uma ampliação e uma diversificação social dos públicos, (b) uma diminuição importante dos preços de acesso e (c) um aumento da diversidade proposta para os usuários: a teoria da *long tail*.



Diante dos limites redistributivos das políticas públicas em termos de cultura e de telecomunicação, por exemplo, o desenvolvimento dessas redes representa uma melhoria em termos de bem-estar, isto é, em termos de diversificação da oferta e da demanda, e em termos de custos de transação.

Conclusão

O valor é criado coletivamente a partir da utilidade social: parte desse valor é apropriado individualmente por agentes privados (economia do Google), mas outra parte é redistribuída, parcial ou integralmente, para a comunidade (economia do Google e economia cooperativa). À essa expansão das redes eletrônicas corresponde obrigatoriamente uma ampliação das modalidades de acesso à parte, ou à totalidade da produção; em outras palavras, a partir desse capitalismo pós-fordista, a acumulação não pode ser excludente.

A partir da função de bem-estar construída aqui, podemos formular a seguinte conclusão: o desenvolvimento das plataformas eletrônicas se traduz pela produção de externalidades positivas e negativas □ as primeiras estão relacionadas com uma lógica de redistribuição e de diversificação social e cultural, e as segundas, com a evasão fiscal, a perda da privacidade e a implementação de um sistema de controle à la Foucault.

Em função dessa dualidade, o desenvolvimento dessa economia é ambivalente: não é possível condenar sistematicamente esse sistema em nome do bem-estar social. Já que esse capitalismo não se desenvolve a partir da forma mercadoria, não é mais possível falar em exploração dos usuários. Da mesma maneira, não faz sentido “glorificar” essa economia digital em nome do aparecimento de uma “inteligência coletiva” que anunciaria um socialismo digital (NEGRI; LAZZARATO, 2001), ou das capacidades dos mercados autorreguladores de maximizar o bem-estar social, conforme afirmam os economistas neoclássicos.

As plataformas digitais? Nem o inferno, nem o paraíso: talvez, simplesmente o purgatório...

Referências

AKERLOF, George Arthur. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, ago.1970.

ARROW, Kenneth. Potentialités et limites du marché dans l’allocation des ressources. **Théorie de l’Information et des organisations**. Paris: Dunod, 2000, p.63-80.



BARZEL, Yoram. **Economic analysis of property rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 13, fév. 1977, p.4-44

BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Champs Flammarion, 1985.

GROSSMAN, Sanford Jay; STIGLITZ, Joseph. Information and competitive price system. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 246-253, maio 1976.

_____. On the impossibility of informationally efficient markets. **The American Economic Review**, v. 70, n. 3, p. 393-408, jun. 1980.

HABERMAS, Jürgen. **Raison et légitimité**: problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé. Paris: Payot, 1978.

HERSCOVICI, Alain. A dicotomia público/privado na economia da cultura e da comunicação. In **anais do CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)**, 15, 1992, São Bernardo do Campo.

_____. As metamorfoses do valor: capital intangível e hipótese substancial. Reflexões a respeito da historicidade do valor. **L. Liinc em Revista**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3588>>. Acesso em: 4 set. 2018.

_____. **Economia da cultura e da comunicação**. Vitória: Fundação Cecília-no Abel de Almeida/UFES, 1995.

_____. Economia de redes, externalidades e estruturas de mercado: o conceito de concorrência qualitativa. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649054>>. Acesso em: 4 set. 2018.


_____. Nature and implications of financialization: from quasi-equilibrium to speculative dynamic. **International Conference on Applied Economics, ICOAE 2018**: Warsaw, Poland, p. 5-7, jul. 18.

HERSCOVICI, A.; BOLAÑO, C. A crítica da economia política da informação e do conhecimento. In: **ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA**, 10, 2005, Campinas.

HERSCOVICI, Alain; VARGAS, Juliano. A tragédia dos commons revisitada: uma análise crítica. **Análise Econômica (UFRGS)**, v. 35, n. 67, 2017.

KATZ M. L.; SHAPIRO, C. Network externalities, competition and compatibility. **American Economic Review**, v. 75, n. 3, p. 424-440, 1985.

LIBÉRATION, 1er aout 2018, Facebook identifie une nouvelle campagne de manipulation politique.



LEROY, Dominique. **Économie des arts du spectacle vivant**: essai sur la relation entre l'économique et l'esthétique Paris: Economica, 1980.

MARX, Karl. **Le Capital**, Critique de l'économie politique. Paris: Editions Sociales, 1976. (Originalmente publicado em 1875.)

_____. **Grundrisse**. São Paulo : Boitempo, 2011.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don. **L'Année Sociologique**, seconde série, 1923-1924.

MIÈGE, Bernard; PAJON, Patrick; SALAÜN, Jean Michel. **L'industrialisation de l'audiovisuel**. Paris: Aubier, 1986.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAULINO, Gabriela Dalila Bezerra. **Do lúdico ao lucro**: o trabalho da audiência de YouTube e Facebook na acumulação do capital. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura-ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SEN, Amartya. **Choice, welfare and measurement**. Oxford: Blackwell, 1982.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. (Originalmente publicado em 1776.)

STIGLITZ, Joseph. The causes and consequences of the dependence of quality on price. **Journal of Economic Literature**, v. XXV, p. 1-48, 1987.

WILLIAMSON O. The Theory of the firm as governance structure: from choice to contract. **Journal of Economic Prospective**, v. 16, n. 3, Summer, 2002.

WOLTON, Dominique. **Internet et après?** Une théorie critique des nouveaux médias. Paris: Champs Flammarion, 2000.

**Inovação, apropriação e criação de tecnologias digitais:
a cultura do empreendedorismo nas indústrias criativas
da Argentina**

**Innovación, apropiación y creación de tecnologías
digitales: la cultura del emprendedorismo en las
industrias creativas de la Argentina**

**Innovation, appropriation and creation of digital
technologies: entrepreneurship culture in Argentine
creative industries**

Silvia Lago Martinez

Mestrado em Política e Gestão da Ciência e Tecnologia e professora na Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires - Argentina

Contato: slagomartinez@gmail.com



Resumo

O artigo reflete sobre os processos de apropriação de tecnologias e criação de bens e serviços digitais, que levam adiante sujeitos individuais ou coletivos, com a finalidade de desenvolver inovações e empreendimentos destinados ao mercado ou a fins sociais, culturais ou políticos. Também, observa-se que o empreendedorismo tem dado lugar a muitas políticas do governo argentino nesse tema com o objetivo de promover e favorecer os projetos corporativos, coletivos e individuais de “empreendedores” nas indústrias culturais e criativas. Em geral, tais políticas se produzem em associação com o setor privado, os âmbitos educativos e organizações da sociedade civil. Finalmente, analisam-se casos específicos do setor da indústria criativa.

Palavras-chave: Inovação. Criação. Apropriação. Empreendedores. Tecnologias digitais.

Resumen

El artículo reflexiona sobre los procesos de apropiación de tecnologías y creación de bienes y servicios digitales, que llevan adelante sujetos individuales o colectivos, con la finalidad de desarrollar innovaciones y emprendimientos destinados al mercado o a fines sociales, culturales o políticos. Asimismo, se observa que el emprendedorismo ha dado lugar a numerosas políticas del gobierno argentino en esta materia, con el fin de promover y favorecer los proyectos corporativos, colectivos e individuales de “empreendedores” en las industrias culturales y creativas. En general, las mismas se producen en asociación con el sector privado, los ámbitos educativos y organizaciones de la sociedad civil. Por último, se analizan casos específicos del sector de la industria creativa.

Palabras clave: Innovación. Creación. Apropiación. Empreendedores. Tecnologías digitales.

Abstract

This paper reflects on digital technologies appropriation processes, as well as digital goods and services creation and innovation. These activities are conducted by individuals or collectives aimed at developing market-oriented or socially, culturally and politically relevant innovations and business ventures. The position occupied by the Argentine State, Universities, Higher Education Institutions and non-governmental organizations from cultural and creative industries in the promotion of innovations and entrepreneurship is also analyzed. Finally, specific cases in cultural and creative industries are examined.

Keywords: Innovation. Creation. Appropriation. Entrepreneurs. Digital technologies.



Introducción

En Argentina, como en toda la región Latinoamericana, la ciencia y la tecnología han ocupado históricamente un lugar destacado entre las preocupaciones de los gobiernos, los científicos y los académicos, en el marco de los estudios sobre el Desarrollo de la Naciones.

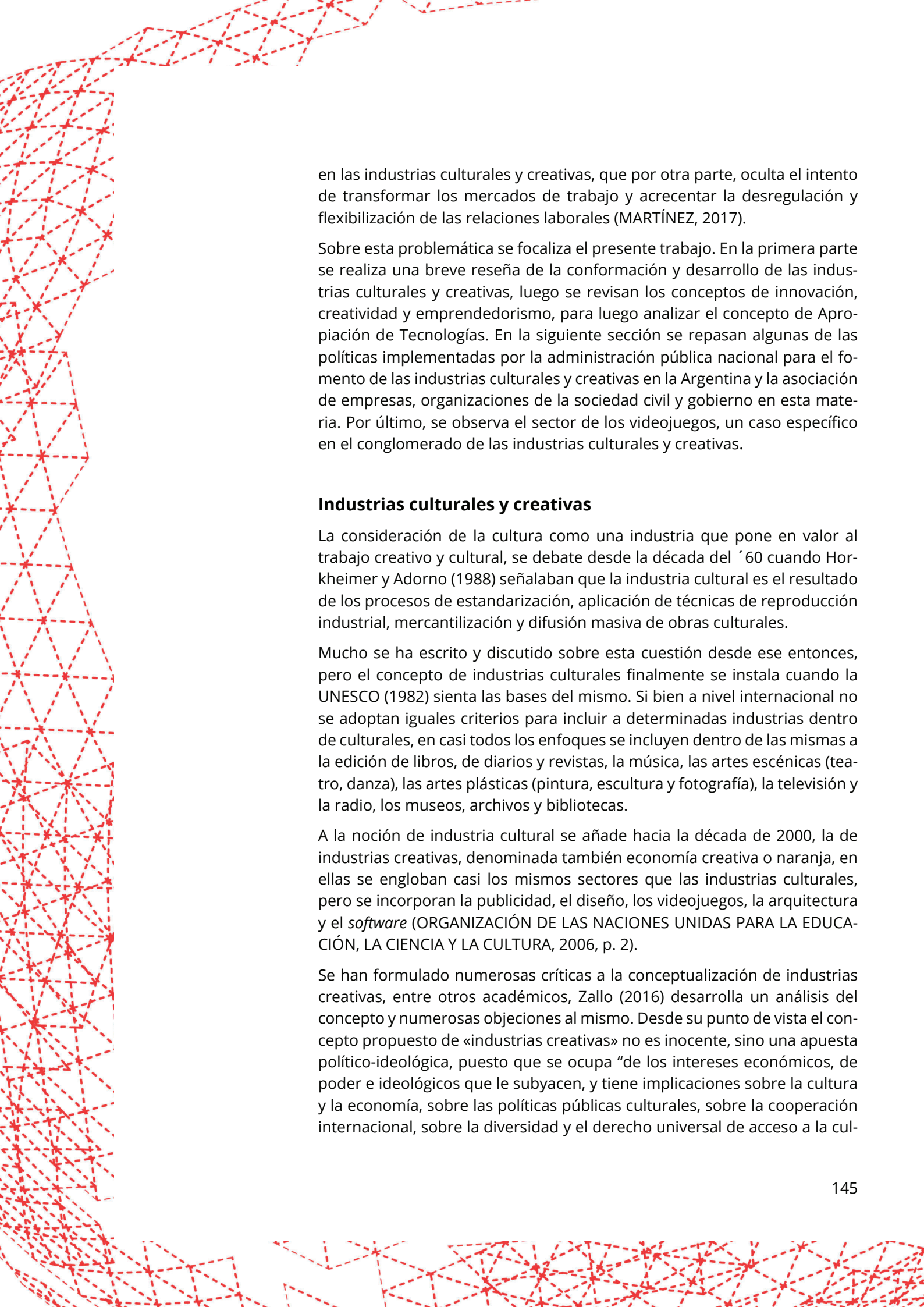
Según Albornoz y Gordon (2017), el sistema institucional de ciencia y tecnología argentino, con antecedentes previos, fue desarrollado desde mediados del siglo XX. Agregan, que entre los años '60 y los '70 los debates se centralizaron en interpretar la realidad latinoamericana teniendo en cuenta las diferencias estructurales entre los distintos países de la región, en cambio hacia fines los '90 se instaló un proceso de homogeneización con pautas normalizadas y normativas que implicó un vuelco hacia políticas con mayor homologación internacional. De esta forma el impulso de la política de I+D de la región se caracteriza hasta hoy en día, por la transferencia de modelos institucionales donde los organismos internacionales, como la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y la Organización de los Estados Americanos (OEA), obran como promotores y difusores de los mismos (ALBORNOZ; GORDON, 2017, p.74).

A partir de los años '80, la innovación tecnológica irrumpe como un factor clave, cobrando un papel cada vez más relevante, y comienza a hablarse de los sistemas de Investigación, Desarrollo e innovación (I+D+i). En 1990 en Argentina se aprueba la Ley de Promoción y Fomento de la Innovación Tecnológica (sancionada en 1992) y a fines de 1996, con la elaboración del Plan Nacional Plurianual 1999 - 2001, se enuncia por primera vez la existencia de un Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación (ALBORNOZ; GORDON, 2017, p. 76).

Las áreas de tecnología, entre ellas las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), serán consideradas como un poderoso motor de los procesos de innovación. Sin duda, el desarrollo de las TIC en todo el mundo, ha dado lugar a innovaciones muy significativas que se plasman en todos los ámbitos de la vida cultural, social, laboral, política y económica.

Más recientemente, el concepto de innovación vinculado al de creatividad, va a adquirir relevancia en el contexto de las industrias culturales y creativas. De manera que el vínculo entre la creación y la innovación también se encuentra cada vez más presente en las agendas de los gobiernos, bajo la consideración de que las industrias culturales y creativas contribuyen al desempeño innovador de una sociedad y por lo tanto al desarrollo económico de los países (BENAVENTE; GRAZZI, 2017, p. 13).

Por otra parte, a la innovación y la creatividad se agrega el modelo del emprendedorismo. El mismo ha dado lugar a un amplio abanico de políticas del gobierno argentino en esta materia, con el fin de promover y favorecer los proyectos corporativos, colectivos e individuales de "emprendedores"



en las industrias culturales y creativas, que por otra parte, oculta el intento de transformar los mercados de trabajo y acrecentar la desregulación y flexibilización de las relaciones laborales (MARTÍNEZ, 2017).

Sobre esta problemática se focaliza el presente trabajo. En la primera parte se realiza una breve reseña de la conformación y desarrollo de las industrias culturales y creativas, luego se revisan los conceptos de innovación, creatividad y emprendedorismo, para luego analizar el concepto de Apropiación de Tecnologías. En la siguiente sección se repasan algunas de las políticas implementadas por la administración pública nacional para el fomento de las industrias culturales y creativas en la Argentina y la asociación de empresas, organizaciones de la sociedad civil y gobierno en esta materia. Por último, se observa el sector de los videojuegos, un caso específico en el conglomerado de las industrias culturales y creativas.

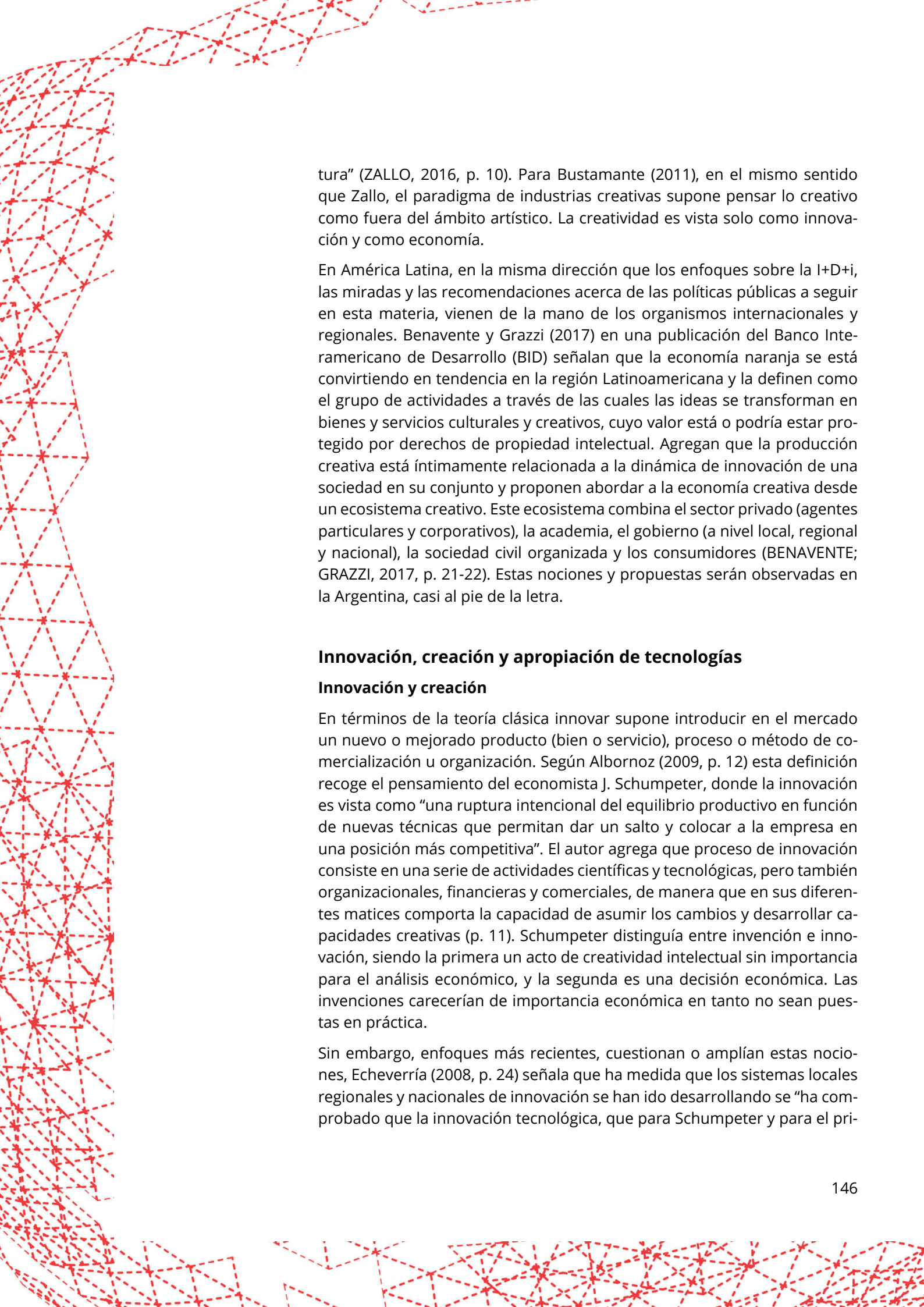
Industrias culturales y creativas

La consideración de la cultura como una industria que pone en valor al trabajo creativo y cultural, se debate desde la década del '60 cuando Horkheimer y Adorno (1988) señalaban que la industria cultural es el resultado de los procesos de estandarización, aplicación de técnicas de reproducción industrial, mercantilización y difusión masiva de obras culturales.

Mucho se ha escrito y discutido sobre esta cuestión desde ese entonces, pero el concepto de industrias culturales finalmente se instala cuando la UNESCO (1982) sienta las bases del mismo. Si bien a nivel internacional no se adoptan iguales criterios para incluir a determinadas industrias dentro de culturales, en casi todos los enfoques se incluyen dentro de las mismas a la edición de libros, de diarios y revistas, la música, las artes escénicas (teatro, danza), las artes plásticas (pintura, escultura y fotografía), la televisión y la radio, los museos, archivos y bibliotecas.

A la noción de industria cultural se añade hacia la década de 2000, la de industrias creativas, denominada también economía creativa o naranja, en ellas se engloban casi los mismos sectores que las industrias culturales, pero se incorporan la publicidad, el diseño, los videojuegos, la arquitectura y el *software* (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 2006, p. 2).

Se han formulado numerosas críticas a la conceptualización de industrias creativas, entre otros académicos, Zallo (2016) desarrolla un análisis del concepto y numerosas objeciones al mismo. Desde su punto de vista el concepto propuesto de «industrias creativas» no es inocente, sino una apuesta político-ideológica, puesto que se ocupa “de los intereses económicos, de poder e ideológicos que le subyacen, y tiene implicaciones sobre la cultura y la economía, sobre las políticas públicas culturales, sobre la cooperación internacional, sobre la diversidad y el derecho universal de acceso a la cul-



tura” (ZALLO, 2016, p. 10). Para Bustamante (2011), en el mismo sentido que Zallo, el paradigma de industrias creativas supone pensar lo creativo como fuera del ámbito artístico. La creatividad es vista solo como innovación y como economía.

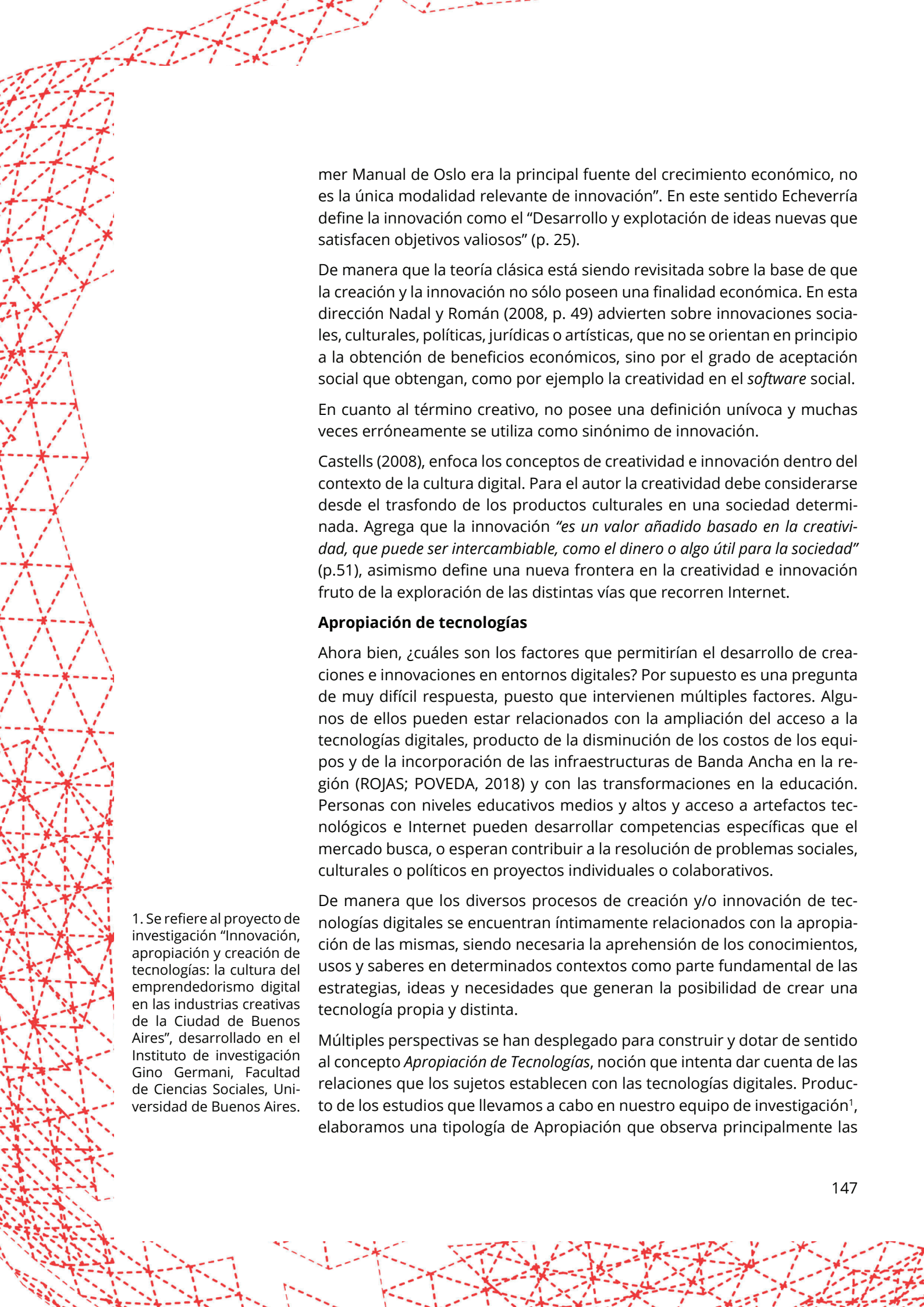
En América Latina, en la misma dirección que los enfoques sobre la I+D+i, las miradas y las recomendaciones acerca de las políticas públicas a seguir en esta materia, vienen de la mano de los organismos internacionales y regionales. Benavente y Grazzi (2017) en una publicación del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) señalan que la economía naranja se está convirtiendo en tendencia en la región Latinoamericana y la definen como el grupo de actividades a través de las cuales las ideas se transforman en bienes y servicios culturales y creativos, cuyo valor está o podría estar protegido por derechos de propiedad intelectual. Agregan que la producción creativa está íntimamente relacionada a la dinámica de innovación de una sociedad en su conjunto y proponen abordar a la economía creativa desde un ecosistema creativo. Este ecosistema combina el sector privado (agentes particulares y corporativos), la academia, el gobierno (a nivel local, regional y nacional), la sociedad civil organizada y los consumidores (BENAVENTE; GRAZZI, 2017, p. 21-22). Estas nociones y propuestas serán observadas en la Argentina, casi al pie de la letra.

Innovación, creación y apropiación de tecnologías

Innovación y creación

En términos de la teoría clásica innovar supone introducir en el mercado un nuevo o mejorado producto (bien o servicio), proceso o método de comercialización u organización. Según Albornoz (2009, p. 12) esta definición recoge el pensamiento del economista J. Schumpeter, donde la innovación es vista como “una ruptura intencional del equilibrio productivo en función de nuevas técnicas que permitan dar un salto y colocar a la empresa en una posición más competitiva”. El autor agrega que proceso de innovación consiste en una serie de actividades científicas y tecnológicas, pero también organizacionales, financieras y comerciales, de manera que en sus diferentes matices comporta la capacidad de asumir los cambios y desarrollar capacidades creativas (p. 11). Schumpeter distinguía entre invención e innovación, siendo la primera un acto de creatividad intelectual sin importancia para el análisis económico, y la segunda es una decisión económica. Las invenciones carecerían de importancia económica en tanto no sean puestas en práctica.

Sin embargo, enfoques más recientes, cuestionan o amplían estas nociones, Echeverría (2008, p. 24) señala que ha medida que los sistemas locales regionales y nacionales de innovación se han ido desarrollando se “ha comprobado que la innovación tecnológica, que para Schumpeter y para el pri-



mer Manual de Oslo era la principal fuente del crecimiento económico, no es la única modalidad relevante de innovación". En este sentido Echeverría define la innovación como el "Desarrollo y explotación de ideas nuevas que satisfacen objetivos valiosos" (p. 25).

De manera que la teoría clásica está siendo revisitada sobre la base de que la creación y la innovación no sólo poseen una finalidad económica. En esta dirección Nadal y Román (2008, p. 49) advierten sobre innovaciones sociales, culturales, políticas, jurídicas o artísticas, que no se orientan en principio a la obtención de beneficios económicos, sino por el grado de aceptación social que obtengan, como por ejemplo la creatividad en el *software* social.

En cuanto al término creativo, no posee una definición unívoca y muchas veces erróneamente se utiliza como sinónimo de innovación.

Castells (2008), enfoca los conceptos de creatividad e innovación dentro del contexto de la cultura digital. Para el autor la creatividad debe considerarse desde el trasfondo de los productos culturales en una sociedad determinada. Agrega que la innovación "*es un valor añadido basado en la creatividad, que puede ser intercambiable, como el dinero o algo útil para la sociedad*" (p.51), asimismo define una nueva frontera en la creatividad e innovación fruto de la exploración de las distintas vías que recorren Internet.


Apropiación de tecnologías

Ahora bien, ¿cuáles son los factores que permitirían el desarrollo de creaciones e innovaciones en entornos digitales? Por supuesto es una pregunta de muy difícil respuesta, puesto que intervienen múltiples factores. Algunos de ellos pueden estar relacionados con la ampliación del acceso a la tecnologías digitales, producto de la disminución de los costos de los equipos y de la incorporación de las infraestructuras de Banda Ancha en la región (ROJAS; POVEDA, 2018) y con las transformaciones en la educación. Personas con niveles educativos medios y altos y acceso a artefactos tecnológicos e Internet pueden desarrollar competencias específicas que el mercado busca, o esperan contribuir a la resolución de problemas sociales, culturales o políticos en proyectos individuales o colaborativos.

De manera que los diversos procesos de creación y/o innovación de tecnologías digitales se encuentran íntimamente relacionados con la apropiación de las mismas, siendo necesaria la aprehensión de los conocimientos, usos y saberes en determinados contextos como parte fundamental de las estrategias, ideas y necesidades que generan la posibilidad de crear una tecnología propia y distinta.

Múltiples perspectivas se han desplegado para construir y dotar de sentido al concepto *Apropiación de Tecnologías*, noción que intenta dar cuenta de las relaciones que los sujetos establecen con las tecnologías digitales. Producto de los estudios que llevamos a cabo en nuestro equipo de investigación¹, elaboramos una tipología de Apropiación que observa principalmente las

1. Se refiere al proyecto de investigación "Innovación, apropiación y creación de tecnologías: la cultura del emprendedorismo digital en las industrias creativas de la Ciudad de Buenos Aires", desarrollado en el Instituto de investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.




prácticas que remiten a generar individual o colectivamente un uso distinto u original de la tecnología aprehendida en su dotación de sentido. Es decir las que refieren a crear una tecnología distinta en su totalidad o al menos en su justificación, diseño y aplicación, a las ya existentes, teniendo en cuenta que no existe una línea 'evolutiva' en éstos procesos de apropiación y de creación sino que las categorías se encuentran en constante movimiento y transformación, es decir que pueden convivir, superponerse e hibridarse.

Distinguimos entonces, diversos tipos de apropiación de acuerdo al vínculo que los sujetos establecen con las tecnologías. Al primer tipo lo denominamos *Apropiación Adoptada o Reproductiva* y presume el aprendizaje, representaciones y valores en el uso de una tecnología según los fines para los que ésta fue pensada y desarrollada. Se partiría de un *no saber*, pasando a un *saber básico*, teniendo como meta final e ideal el manejo experto de las tecnologías digitales, pero siempre dentro de los márgenes dispuestos en y por las tecnologías ya existentes, es decir, siguiendo la 'norma' impuesta por los creadores/diseñadores de estas tecnologías.

Obrarían fundamentalmente como herramientas de inserción en el 'mundo digital'. De esta forma, este tipo de apropiación remite a "hacer propia" una tecnología pensada como algo externo, pero de forma que su utilización sea una reproducción de las disposiciones de uso.

La gran mayoría de los sujetos transitan por esa experiencia, de la cual se pueden obtener beneficios derivados, como en el ejemplo que cita Castells (2008, p. 52) sobre la posibilidad que "ofrecen los videojuegos para aprender un modo de comunicarse globalmente de forma sencilla y gratuita".

El segundo tipo, llamado *Apropiación Adoptada o Reproductiva*, remite a la utilización de una tecnología ya existente pero su aprendizaje, usos y prácticas no son necesariamente las planificadas en el diseño de estas tecnologías. Es decir, refiere a realizar otros usos, nuevos y originales, de tecnologías diseñadas de antemano, o simplemente que en la práctica del uso de las mismas se haya abierto la posibilidad de realizar acciones no esperadas a priori, muchas veces contando con la ayuda de la creación de contenidos, aplicaciones o extensiones que permitan esto, aunque otras meramente con la praxis. Implica la posibilidad de configurar usos disruptivos de las tecnologías 'ajenas' al generar un efecto no esperado/no buscado. Cabe destacar que, si bien conlleva su cuota de originalidad y creatividad, no implica la creación de otro tipo de tecnologías, sino en la realización de usos y prácticas originales y alternativas a las pensadas de antemano en el desarrollo de las mismas. En estos casos, puede aplicarse otro ejemplo que brinda Castells (2008, p. 52) cuando se refiere a los usuarios que en YouTube presentan sus videos caseros, ya sean de orden político, cultural o de la vida cotidiana, que a su vez pueden ser la base de nuevas creaciones o incluso negocios.



Un tercer tipo refiere a la *Apropiación Tecnológica Cooptativa*. Esta categoría intenta dar cuenta de la apropiación por parte de empresas, corporaciones, gobiernos, etc., que son los creadores de los principales artefactos, aplicaciones, plataformas, software y hardware, pero que a su vez suelen realizar diversas prácticas para apropiarse de las creaciones y usos originales de otros, en general con fines mercantiles.

Dentro de este tipo de apropiación, podemos encontrar tres modalidades principales realizadas para la cooptación de creaciones o usos originales de tecnologías: a) *Cooptación directa*: si la invención o uso original fue realizada sin una reglamentación o licencia que respalde la propiedad de su autoría es plausible de ser cooptado e incorporado a la lógica y desarrollos del mercado particulares del apropiante sin mayor explicación. Un ejemplo de esto puede ser el de los proyectos de *crowdfunding* que requieren explicitar el producto y su funcionalidad y que durante el lapso de tiempo hasta recaudar los fondos para ser creados son susceptibles de ser diseñados y patentados o licenciados por otros; b) *Cooptación por compra*: si el desarrollo creado y/o creativo no puede ser cooptado de forma directa por ya estar licenciado o patentado, la cooptación se realiza mediante la compra de lo creado. En esta modalidad no sólo es posible comprar el producto creado sino también “a sus creadores”, mediante contratos laborales para continuar desarrollando el producto u otros similares, pero bajo régimen de contrato laboral con los derechos de propiedad intelectual adjudicados al empleador; c) *Cooptación por imitación*: si el desarrollo creado y/o creativo no puede ser cooptado de forma directa, si su régimen de licenciamiento remite a una imposibilidad de venta o si sus creadores no desean venderlo, siempre es posible realizar un desarrollo similar o cuasi idéntico al que desea ser cooptado².

2. Un ejemplo de esta modalidad es la incorporación por parte de Instagram de diversas herramientas cuasi idénticas a las que posee la red social Snapchat luego de la negativa de venta de su plataforma.

3. Una primera versión de la propuesta teórica sobre Apropiación de Tecnologías que aquí se desarrolla, fue publicada en el libro Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías, 2017, con el título Teoría, debates y nuevas perspectivas sobre la apropiación de tecnologías digitales.

Por último definimos la Creación Tecnológica. Este tipo difiere de los tres anteriores porque no se trata de incorporar las tecnologías tal como fueron pensadas, o de forma adaptada, o de cooptarlas, sino que estamos hablando del proceso de crear las propias tecnologías. La posibilidad de crear requiere de diversos saberes y conocimientos técnicos, científicos y prácticos, muchas veces aprehendidos en la apropiación de tecnologías. Pero también se relacionan con otros saberes, con diversos contextos histórico-sociales, con estrategias, necesidades, trayectorias y con las motivaciones de los *actores-creadores* que participan en los procesos de Creación. Posibilita en su *praxis* el crear una tecnología propia y distinta. Muchos otros factores y variables sociales, políticos, culturales y económicos influyen en los individuos, colectivos y grupos a la hora de *crear* tecnología. Al analizar este tipo de fenómenos, las relaciones, derivaciones y consecuencias son siempre múltiples y no lineales, la apropiación creativa, que remite a los procesos de creación a los que nos referimos en el apartado anterior, no devendrá necesariamente en procesos innovación³.

Emprendedorismo

Asociada con la creación y la innovación se reedita la noción de emprendedor y la de emprendedorismo. Por su notable expansión y en línea a lo expresado en apartados anteriores, las definiciones de “emprendedor” son múltiples y han dado lugar a términos como “emprendedor cultural” o “emprendedor social”, cuyos fines no son necesariamente comerciales, sino sociales, culturales o políticos, entendiendo que el acto de emprender no sólo es característico del mundo de los negocios. Sectores como el de la música, los videojuegos, el diseño, los medios de comunicación, el software, entre otros, son algunos de los ámbitos donde se producen las creaciones digitales que se pueden (o no) transforman en emprendimientos.

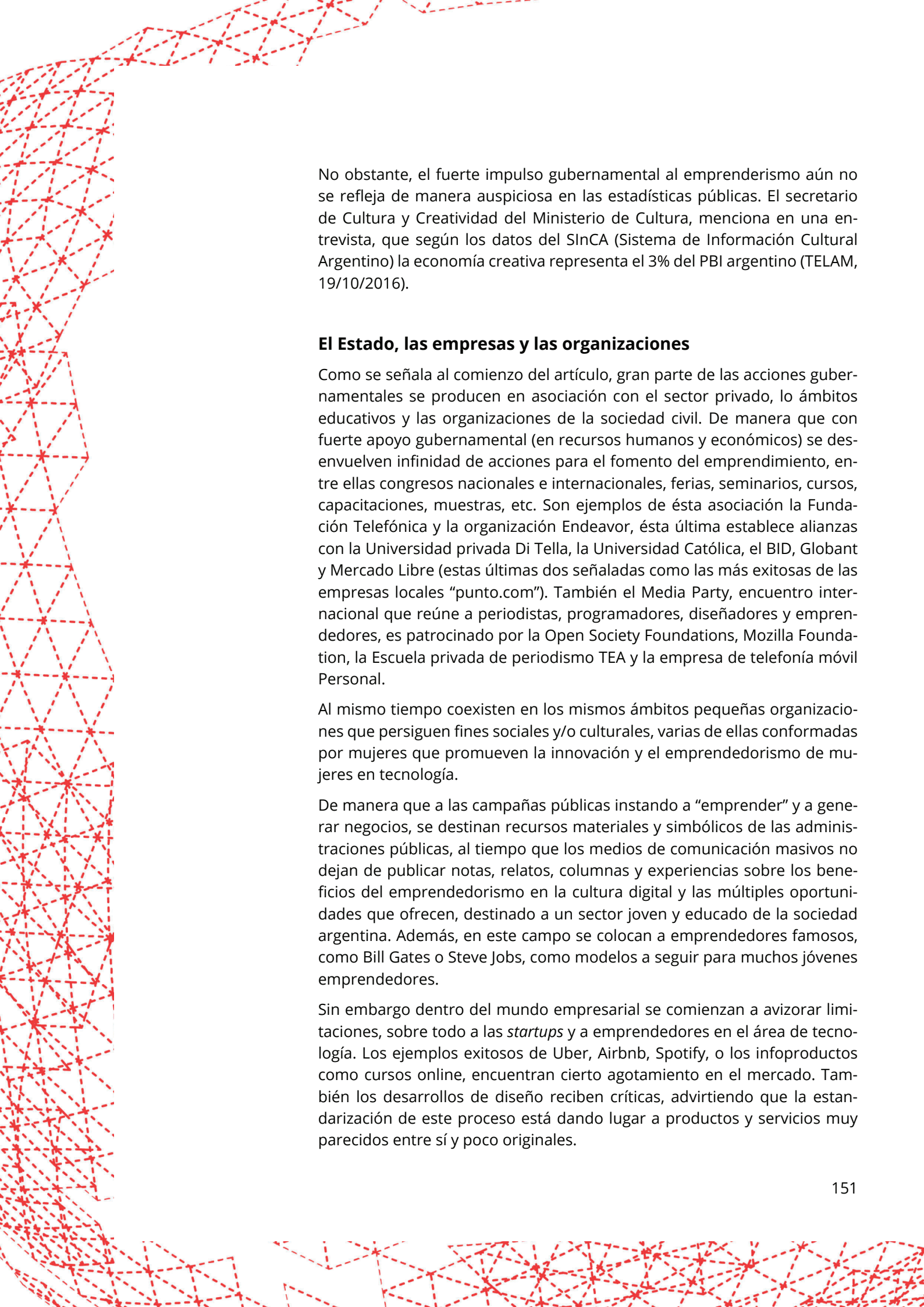
En la Argentina el crecimiento de la actividad emprendedora se ve fomentada y promovida por el Estado (en sus distintos niveles de gobierno), si bien se pueden rastrear diversas iniciativas gubernamentales que apuntan a la promoción al emprendedorismo desde los '90, es en los últimos años donde se produce una reestructuración que otorga una mayor centralidad a dicha promoción (intensamente desde la asunción del actual gobierno a fines del 2015), mediante la creación de nuevas agencias de gobierno (secretarías, subsecretarías, direcciones) y el lanzamiento de diversos programas específicos orientados al crecimiento del emprendedorismo.

En el año 2017 el Gobierno Argentino promulga la ley de emprendedores y asigna una partida presupuestaria de 1.000 millones de pesos para financiar emprendimientos. Esta ley simplifica los trámites para crear una empresa (puede ser abierta vía Internet, a bajo costo y en un día) y ofrece financiamiento a través de un Fondo Semilla que permite acceder a préstamos, asistencia técnica y beneficios impositivos para quienes inviertan en el desarrollo de “ideas argentinas.”

En la órbita del Ministerio de Cultura de la Nación, se crean varias secretarías y direcciones destinadas a la innovación y el emprendedorismo cultural, y otras iniciativas como el Mercado de Industrias Creativas de Argentina (MICA). Por su parte, el Ministerio de la Producción cuenta con la Secretaría de Emprendedores y de la Pequeña y Mediana Empresa, la primera “impulsa la cultura emprendedora y el ecosistema nacional de emprendimientos vinculando a todos los actores que lo integran y favoreciendo su expansión y diversificación”⁴.

Dentro del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva se promueven diversos programas, la mayoría de los cuales apuntan a estimular la ‘cultura innovadora’ vía la financiación de proyectos seleccionados a través de concursos. Uno de ellos es el Programa Innovar, otro es el de Innovación y Diseño y también el de Popularización de la Ciencia y la Innovación.

4. ARGENTINA. Ministerio de Producción. Subsecretaría de emprendedores. Disponible en: <<https://www.produccion.gob.ar/sepyme/subsecretaria-de-emprendedores>>. Acceso en: 16 mar. 2017.



No obstante, el fuerte impulso gubernamental al emprendimiento aún no se refleja de manera auspiciosa en las estadísticas públicas. El secretario de Cultura y Creatividad del Ministerio de Cultura, menciona en una entrevista, que según los datos del SInCA (Sistema de Información Cultural Argentino) la economía creativa representa el 3% del PBI argentino (TELAM, 19/10/2016).

El Estado, las empresas y las organizaciones

Como se señala al comienzo del artículo, gran parte de las acciones gubernamentales se producen en asociación con el sector privado, los ámbitos educativos y las organizaciones de la sociedad civil. De manera que con fuerte apoyo gubernamental (en recursos humanos y económicos) se desenvuelven infinidad de acciones para el fomento del emprendimiento, entre ellas congresos nacionales e internacionales, ferias, seminarios, cursos, capacitaciones, muestras, etc. Son ejemplos de ésta asociación la Fundación Telefónica y la organización Endeavor, ésta última establece alianzas con la Universidad privada Di Tella, la Universidad Católica, el BID, Globant y Mercado Libre (estas últimas dos señaladas como las más exitosas de las empresas locales “punto.com”). También el Media Party, encuentro internacional que reúne a periodistas, programadores, diseñadores y emprendedores, es patrocinado por la Open Society Foundations, Mozilla Foundation, la Escuela privada de periodismo TEA y la empresa de telefonía móvil Personal.

Al mismo tiempo coexisten en los mismos ámbitos pequeñas organizaciones que persiguen fines sociales y/o culturales, varias de ellas conformadas por mujeres que promueven la innovación y el emprendedorismo de mujeres en tecnología.

De manera que a las campañas públicas instando a “emprender” y a generar negocios, se destinan recursos materiales y simbólicos de las administraciones públicas, al tiempo que los medios de comunicación masivos no dejan de publicar notas, relatos, columnas y experiencias sobre los beneficios del emprendedorismo en la cultura digital y las múltiples oportunidades que ofrecen, destinado a un sector joven y educado de la sociedad argentina. Además, en este campo se colocan a emprendedores famosos, como Bill Gates o Steve Jobs, como modelos a seguir para muchos jóvenes emprendedores.

Sin embargo dentro del mundo empresarial se comienzan a avizorar limitaciones, sobre todo a las *startups* y a emprendedores en el área de tecnología. Los ejemplos exitosos de Uber, Airbnb, Spotify, o los infoproductos como cursos online, encuentran cierto agotamiento en el mercado. También los desarrollos de diseño reciben críticas, advirtiendo que la estandarización de este proceso está dando lugar a productos y servicios muy parecidos entre sí y poco originales.

La industria de los videojuegos en Argentina

La industria de Videojuegos presenta una doble característica, es parte de las industrias culturales del sector audiovisual, pero también es comprendida dentro de la Industria del Software. Se considera un trabajo creativo, puesto que además del desarrollo del concepto del juego, incluye narrativa, personajes y escenarios, entre otros elementos. De manera que se coloca entre la industria y el arte si tenemos en cuenta el doble componente industrial y cultural de estas producciones.

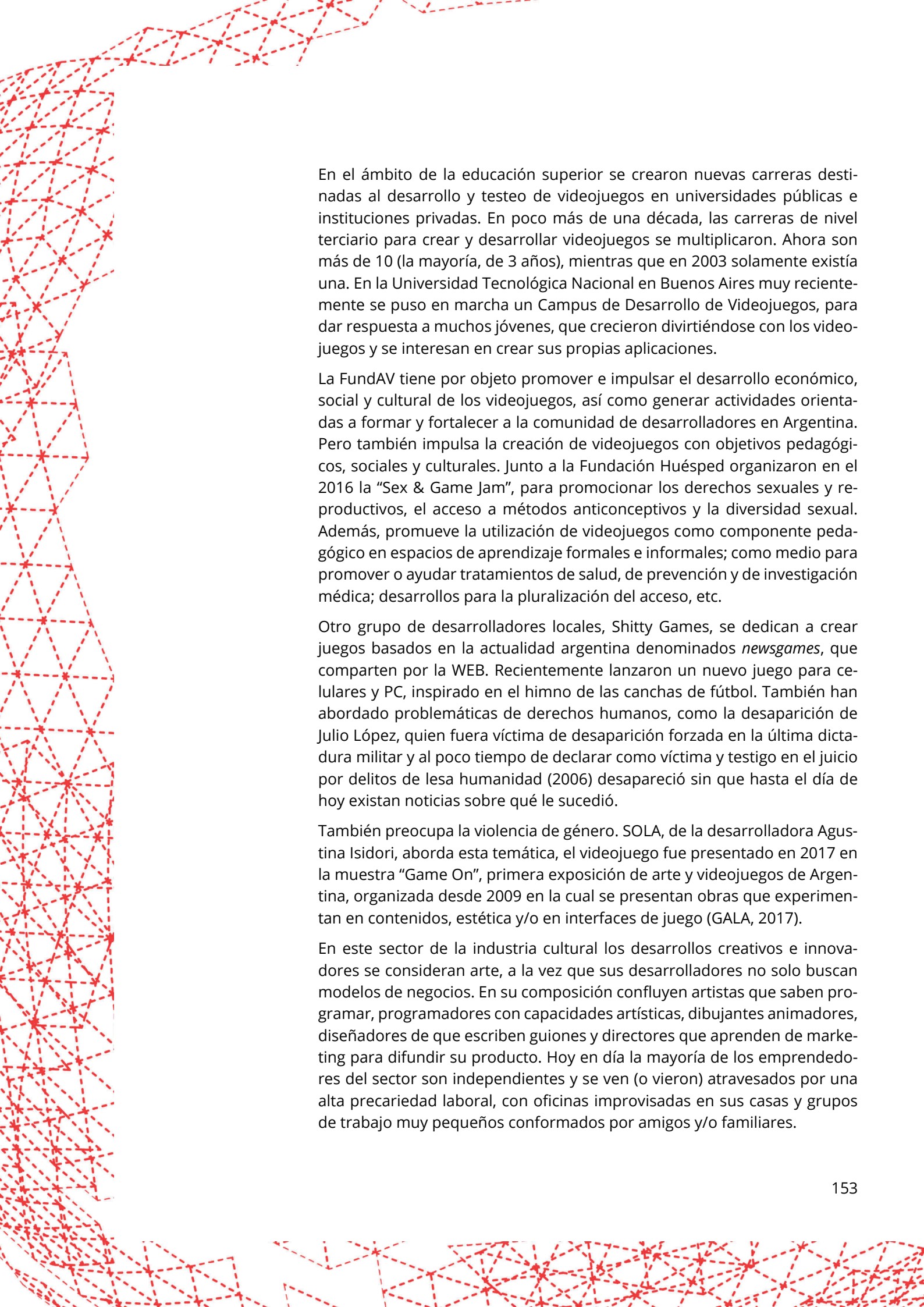
Getino (2008) define a los videojuegos como un sub-sector de las industrias audiovisuales que debe su crecimiento a los avances tecnológicos y las vinculaciones entre la informática, las telecomunicaciones y las industrias dedicadas al diseño y la producción de contenidos.

En Argentina, la industria de videojuegos se expande a partir de la década de 2000 aunque sus antecedentes pueden ser rastreados hasta 1982 con el lanzamiento de "Truco Arbiser", un videojuego argentino. En el año 2006 se publicó y comercializó por primera vez un producto local en el mundo, "Scratches", un juego de terror en primera persona. Por otra parte, el motor de videojuegos "Godot", un software que permite programar videojuegos de manera gratuita, es utilizado en diferentes partes del mundo.

Se considera una industria incipiente, pero de gran crecimiento y excelentes expectativas a futuro. Se enfoca a plataformas móviles, juegos de PC y algunos productos excepcionales en consolas y los desarrollos destinados al mercado se exportan en su gran mayoría, ya que compañías internacionales como Disney contratan a estudios de videojuegos locales.

Por otra parte estas industrias se vieron alcanzadas por las promociones gubernamentales, el Fondo Fiduciario de Promoción de la Industria del Software de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva) crea en el año 2011 una línea de Emprendedores especialmente dedicada al desarrollo de videojuegos, área considerada estratégica por la Agencia para la expansión de la industria cultural local.

Consecuentemente y como reflejo del crecimiento de la actividad emergen organizaciones sin fines de lucro del sector, como la Asociación de Desarrolladores de Videojuegos de Argentina (ADVA) en 2004 y la Fundación Argentina de Videojuegos (FundAV) en 2016. Se organizan numerosos eventos, talleres, conferencias, exposiciones, la primera de ellas fue la "Exposición de Videojuegos de Argentina", organizada por ADVA a partir del año 2003 (GALA, 2017). Cuenta con un espacio común al que los desarrolladores llevan sus juegos para que el público general, la prensa u otros desarrolladores puedan probarlos y charlar con sus creadores. Durante esos días también hay charlas de invitados nacionales e internacionales, además de rondas de negocios a las que asisten inversores y empresas que se encargan de la distribución de videojuegos.



En el ámbito de la educación superior se crearon nuevas carreras destinadas al desarrollo y testeo de videojuegos en universidades públicas e instituciones privadas. En poco más de una década, las carreras de nivel terciario para crear y desarrollar videojuegos se multiplicaron. Ahora son más de 10 (la mayoría, de 3 años), mientras que en 2003 solamente existía una. En la Universidad Tecnológica Nacional en Buenos Aires muy recientemente se puso en marcha un Campus de Desarrollo de Videojuegos, para dar respuesta a muchos jóvenes, que crecieron divirtiéndose con los videojuegos y se interesan en crear sus propias aplicaciones.

La FundAV tiene por objeto promover e impulsar el desarrollo económico, social y cultural de los videojuegos, así como generar actividades orientadas a formar y fortalecer a la comunidad de desarrolladores en Argentina. Pero también impulsa la creación de videojuegos con objetivos pedagógicos, sociales y culturales. Junto a la Fundación Huésped organizaron en el 2016 la "Sex & Game Jam", para promocionar los derechos sexuales y reproductivos, el acceso a métodos anticonceptivos y la diversidad sexual. Además, promueve la utilización de videojuegos como componente pedagógico en espacios de aprendizaje formales e informales; como medio para promover o ayudar tratamientos de salud, de prevención y de investigación médica; desarrollos para la pluralización del acceso, etc.

Otro grupo de desarrolladores locales, Shitty Games, se dedican a crear juegos basados en la actualidad argentina denominados *newsgames*, que comparten por la WEB. Recientemente lanzaron un nuevo juego para celulares y PC, inspirado en el himno de las canchas de fútbol. También han abordado problemáticas de derechos humanos, como la desaparición de Julio López, quien fuera víctima de desaparición forzada en la última dictadura militar y al poco tiempo de declarar como víctima y testigo en el juicio por delitos de lesa humanidad (2006) desapareció sin que hasta el día de hoy existan noticias sobre qué le sucedió.

También preocupa la violencia de género. SOLA, de la desarrolladora Agustina Isidori, aborda esta temática, el videojuego fue presentado en 2017 en la muestra "Game On", primera exposición de arte y videojuegos de Argentina, organizada desde 2009 en la cual se presentan obras que experimentan en contenidos, estética y/o en interfaces de juego (GALA, 2017).

En este sector de la industria cultural los desarrollos creativos e innovadores se consideran arte, a la vez que sus desarrolladores no solo buscan modelos de negocios. En su composición confluyen artistas que saben programar, programadores con capacidades artísticas, dibujantes animadores, diseñadores de que escriben guiones y directores que aprenden de marketing para difundir su producto. Hoy en día la mayoría de los emprendedores del sector son independientes y se ven (o vieron) atravesados por una alta precariedad laboral, con oficinas improvisadas en sus casas y grupos de trabajo muy pequeños conformados por amigos y/o familiares.



A modo de cierre

Como se advierte, el desarrollo de la creación y la innovación se ve favorecido por la expansión de las tecnologías digitales y la apropiación de las mismas, y por las condiciones favorables de mercado, donde los bienes y servicios digitales tienen una fuerte demanda, así como también por parte de la sociedad para la resolución de problemas sociales. Además las condiciones del contexto (portabilidad y abaratamiento de equipos, banda ancha, conectividad móvil, legislación, etc.) coadyuvan para el emprendimiento de proyectos de manera individual o colectiva, con un mínimo capital, pero con muchas horas de trabajo, especialmente en sectores jóvenes con niveles altos y medios de educación.

A partir del relato sobre el emprendimiento y su promoción desde los poderes públicos, los ámbitos educativos, los medios de comunicación y las empresas, se construye un imaginario social acerca de la actividad de emprender como una alternativa promisoriosa en el plano laboral y de realización personal. En este relato se transmite un discurso individual de libertad y responsabilidad, donde el éxito y el fracaso recaen sobre el emprendedor mismo y no sobre el modelo económico vigente.

La fuerte apuesta del actual gobierno nacional al modelo del emprendedurismo, tiene como expectativa el crecimiento de la participación económica de las industrias creativas, pero también y de manera solapada, la transformación de los mercados de trabajo, la desregulación y flexibilización de las relaciones laborales y la sustitución del empleo por otras vinculaciones contractuales, especialmente en los jóvenes.

No están disponibles aún estadísticas o estudios que den cuenta del éxito (o fracaso) de las políticas recientemente implementadas en esta materia. De manera que queda pendiente para futuras investigaciones, detectar si en las acciones del gobierno y de las instituciones educativas y de ciencia y tecnología se tiene en cuenta, para asegurar el éxito de los proyectos emprendedores, las diferencias económicas sociales, culturales y de contexto de sus destinatarios.

Con esta finalidad, es necesario advertir que los emprendedores tenderán a presentar trayectorias diferentes en los procesos de apropiación, innovación y creación, según su desigual acumulación de capitales simbólicos y culturales. Los mismos se cristalizarán, no sólo en la actividad que desarrollen con las tecnologías digitales, sino también en el tipo de emprendimiento que lleven adelante, de carácter comercial, social, cultural e individual o colectivo.

Referencias

ALBORNOZ, Mario; GORDON, Ariel. La política de ciencia y tecnología en Argentina desde la recuperación de la democracia (1983 – 2009). In: ALBOR-



NOZ, Mario; SEBASTIÁN, Jesús (Eds.). **Trayectorias de las políticas científicas y universitarias de Argentina y España**. Madrid: CSIC, 2011, p. 67-122.

ALBORNOZ, Mario. Indicadores de innovación: las dificultades de un concepto en evolución. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Buenos Aires, v.5 n.13, p. 9-25, nov. 2009.

BENAVENTE, José Miguel; GRAZZI, Matteo. **Políticas públicas para la creatividad y la innovación**: impulsando la economía naranja en América Latina y el Caribe. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2017. 55p.

BUSTAMANTE, Enrique. España y Latinoamérica. Economía creativa del entretenimiento digital. In: BUSTAMANTE, Enrique (Ed.). **Las industrias creativas: amenazas para la cultura digital**. Barcelona: Gedisa, 2011. p. 117-144.

CASTELLS, Manuel. Creatividad, innovación y cultural digital. Un mapa de sus interacciones. **Telos**, Madrid, n. 77, p. 50-52, oct./dic. 2008.

ECHEVERRÍA, Javier. Avanzando en la Sociedad del Conocimiento. ¡Innovemos!. **Telos**, Madrid, n.77, p. 2-29, oct./dic. 2008.

GALA, Romina. Tecnologías digitales y producciones estético-culturales: consumos, política, cultura y comunicación. In: **JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES**, 9., 2017, Buenos Aires. Actas de las IX Jornadas de Jóvenes Investigadores. Buenos Aires: Instituto Gino Germani, UBA, 2017. Disponible en: <<http://jornadasjovenesiigg.sociales.uba.ar/ix-jornadas-eje-4>>. Acceso en: 25 nov. 2107.

GETINO, Octavio. **El capital de la cultura**. Las industrias culturales en la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2008. 504 p.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialéctica del Iluminismo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

MARTÍNEZ, Silvia. Trabajo y empleo en las industrias culturales y creativas en Argentina: la figura del emprendedor. **Quórum Académico**, v. 14, n. 2, p. 17-34, 2017.

NADAL, Javier; ROMÁN, Carlos. Creatividad e Innovación en la cultura digital. **Telos**, Madrid, n. 77, p. 48-49, oct./dic. 2008.

ROJAS, Edwin; POVEDA Laura. **Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2018, 36 p.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **Comprender las industrias creativas**. Las estadísticas como apoyo a las políticas públicas. Naciones Unidas, 2006. 7 p. Disponible en: <http://webarchive.unesco.org/20161115121749/http://portal.unesco.org/culture/en/files/30850/11467401723cultural_stat_es.pdf/cultural_stat_es.pdf>. Acceso en: 16 mar. 2017.

_____. **Industrias culturales**: el futuro de la cultura en juego. Problemática general y definiciones. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

ZALLO, Ramón. **Tendencias en comunicación**: Cultura digital y poder. Anexo I. Las industrias creativas a discusión. Barcelona: Gedisa, 2016. 66p.

Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida

Algoritmos, subsunción del trabajo, vigilancia y control: nuevas estrategias de precarización del trabajo y colonización del mundo de la vida

Algorithms, work subsumption, surveillance and control: new strategies for work precarization and lifeworld colonization

Carlos Figueiredo

Doutor em Sociologia. Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Contato:carlospfs@gmail.com



Resumo

Os algoritmos tornaram-se o centro das discussões sobre tecnologia envolvendo o papel pelas redes sociais no nosso cotidiano e a promessa de uma codificação generalizada dos diversos trabalhos. O presente artigo pretende destrinchar a importância dos algoritmos para o capitalismo a partir do advento da Terceira Revolução Industrial em três funções: (1) ampliar a colonização do cotidiano pelo mercado e pelo Estado, tarefa anteriormente exercida apenas pela indústria cultural; (2) aumentar os limites da subsunção do trabalho pelo capital; e (3) aperfeiçoar formas já existentes de trabalho precário. Por fim, apresentamos possíveis soluções para a organização da classe trabalhadora no cenário contemporâneo de precarização e retirada de direitos.

Palavras-chave: Algoritmos. Trabalho. Vigilância. Controle. Subsunção.

Resumen

Los algoritmos están en el centro de las discusiones sobre tecnología que involucran el papel de las redes sociales en nuestro cotidiano y la promesa de una codificación generalizada de diversos trabajos. Este artículo pretende discutir la importancia de los algoritmos para el capitalismo a partir del advenimiento de la Tercera Revolución Industrial en tres funciones: (1) ampliar la colonización de lo cotidiano por el mercado y por el Estado, tarea anteriormente ejercida sólo por la industria cultural, (2) aumentar los límites de la subsunción del trabajo por el capital y (3) perfeccionar formas ya existentes de trabajo precario. Por último, presentamos posibles soluciones para la organización de la clase trabajadora en el escenario contemporáneo de precarización y retirada de derechos.

Palabras clave: Algoritmos. Trabajo. Vigilancia. Control. Subsunción.

Abstract

Algorithms have become the focus of discussions on technology whether involving the role of social networks in our everyday life or the promise of a generalized coding of various occupations. This paper intends to unravel the importance of algorithms for capitalism from the advent of the Third Industrial Revolution in three functions: (1) to expand the everyday life colonization by the market and by the State, a task formerly exercised only by the cultural industry, (2) increase the limits of the subsumption of labor by capital, and (3) improving existing forms of precarious work. Finally, we present possible solutions for working class organization of the working in the contemporary scenario of precariousness and withdrawal of labor rights.

Keywords: Algorithms. Work. Surveillance. Control. Subsumption.



Introdução

As vertiginosas mudanças observadas no capitalismo desde o colapso do regime de acumulação fordista/keynesiano e o advento do regime de acumulação flexível (HARVEY, 2012) fizeram surgir todo tipo de interpretações dentro da tradição marxista em relação às novas características assumidas por esse modo de produção desde a década de 1970. Desde o conceito de trabalho imaterial de Lazzarato e Negri (2001) até teorizações como trabalho digital não pago de Fuchs (2013), vários autores buscam dar conta das novas formas de sociabilidades inauguradas, e constantemente modificadas, pelo novo regime de acumulação.

Formulações teóricas como as de teóricos operaristas como Lazzarato e Negri (2001), Hardt (2001) e Fuchs (2013), cada um com suas diferenças, incorrem em equívocos que levam a leituras meramente reformistas do sistema e incapazes de analisar as novas formas que a classe trabalhadora vem tomando com as mudanças tecnológicas e o novo modo de regulação posto em funcionamento com o advento do regime de acumulação flexível. Desse modo, consideramos os algoritmos dispositivos-chave para dois processos separados, embora interdependentes, para o funcionamento do capitalismo contemporâneo: a colonização do mundo da vida pela indústria cultural e a subsunção do trabalho ampliada pela digitalização de diversas tarefas. Em ambos os processos, dois fatores atuam — vigilância e controle — o que não pode gerar confusão conceitual como na unificação desses processos sob o conceito único de subsunção real do trabalho, como no caso dos operaristas. Para clarear o que consideramos confusões teóricas, faremos uma análise das mudanças do sistema capitalista a partir da economia política da comunicação (EPC) e dos conceitos marxianos para entendermos o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no capitalismo contemporâneo.

De início, analisaremos criticamente a história da internet para demonstrar como a ideia de um *cyberspace* deu lugar a um *marketspace*, frisando a importância dos algoritmos nesse processo. Em seguida, vamos destrinchar como os aplicativos e sites de redes sociais reforçaram a tendência, já verificada no *modus operandi* da indústria cultural, de colonização do mundo da vida. Após esse movimento, prosseguimos com a análise da chamada “economia do compartilhamento” e a precarização do trabalho ampliada por aplicativos como o Uber. Por fim, fazemos uma breve discussão acerca de quem seria a classe trabalhadora no cenário atual de precarização e concluímos propondo um esboço de projeto para a classe trabalhadora a partir das ideias de apropriação social, tal como formularam Bolaño, Páez e Herrera-Jaramillo (2017), e de economia moral, formulada por Thompson (1966).




Internet, tecnodeterminismo e algoritmos

Determinadas narrativas sobre história da internet são a base para diversos argumentos teóricos acerca do seu pretendo caráter essencialmente democrático. Para autores como Castells (1999), a internet nasceu descentralizada e, portanto, trazia em sua essência a impossibilidade de acúmulo do poder por poucos indivíduos. Assim, mesmo que grandes corporações nativas da internet, como Facebook, Google e Amazon e outros conglomerados tradicionais passem a avançar sob o ciberespaço, a internet teria sido talhada para a liberdade. Tais ideias sofrem de um equívoco comum nas ciências sociais e que costuma voltar com diferentes roupagens: o tecnodeterminismo. A internet passou por diferentes fases, desde seu início como projeto umbilicalmente ligado à Guerra Fria, passando por seu uso acadêmico e militar, à colaboração de aficionados por tecnologia e de pesquisadores de instituições públicas, como a Tim Berners-Lee até a sua privatização na década de 1990. Esses diversos momentos apontam para diferentes possibilidades, mas o projeto do capital acabou predominando.

Raymond Williams (2016) considera que a resposta para a questão de se a tecnologia é causa ou efeito das mudanças sociais é dividida em duas classes de opiniões. A primeira corrente é chamada pelo autor de determinismo tecnológico, e considera que o desenvolvimento de uma tecnologia não possui nenhuma razão específica para acontecer; as consequências do uso de determinada tecnologia seriam, então, acidentais, uma vez que são advindas do seu próprio desenvolvimento. A segunda vertente de opiniões sobre o tema, nomeada por Williams de tecnologia sintomática, também encara o surgimento de determinada tecnologia como um acidente, mas sua importância residiria em seus usos, que seriam consequência da formação social em que está inserido o dispositivo técnico criado.

Williams (2016) lembra que, no caso da televisão, é possível delinear um tipo de interpretação diferente do determinismo tecnológico e da tecnologia sintomática, pois (1) o caso da televisão recuperaria a intenção como fator do processo de desenvolvimento, e (2) os propósitos e práticas que levariam à criação de uma invenção seriam vistos como diretos, pois seus objetivos seriam preencher “necessidades sociais, conhecidas, propósitos e práticas para os quais a tecnologia não é periférica, mas central” (WILLIAMS, 2016, p. 27-8). O autor lembra-nos que grande parte das tecnologias de mobilidade e comunicação “foram ao mesmo tempo incentivos e respostas dentro de uma fase de transformação social geral” (WILLIAMS, 2016, p. 31).

Ainda que as tecnologias fossem frutos de descobertas isoladas, realizadas sem suporte, havia “uma comunidade crucial de ênfase e intenção selecionadas, numa sociedade caracterizada, em níveis mais gerais, por uma mobilidade e uma extensão da escala das organizações” (WILLIAMS, 2016, p. 31). Dessa forma, uma característica dos sistemas de comunicação é que todos foram tecnicamente previstos antes mesmo que componentes pri-



mordiais desses sistemas tivessem sido desenvolvidos e aprimorados. Os desenvolvimentos anteriores da produção industrial e suas novas formas sociais acabaram por criar necessidades, assim como novas possibilidades, resultando no desenvolvimento dessas tecnologias.

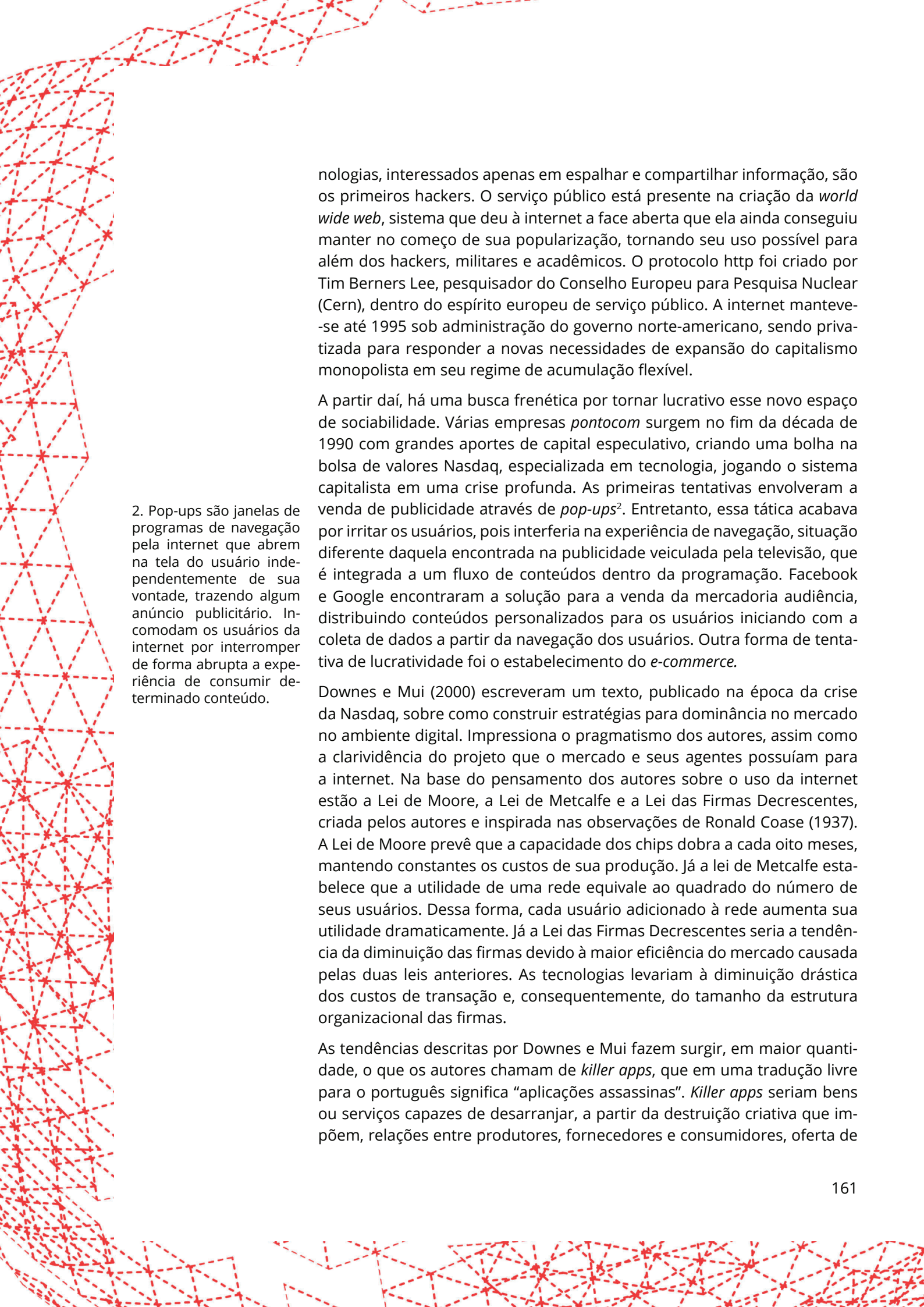
Uma primeira geração de melhoria de sistemas de comunicação como o telégrafo e a telefonia, e também o rádio, foram respostas a necessidades comerciais e militares. “As propriedades diretas do sistema comercial em expansão e, em certos períodos, do sistema militar levaram a uma definição de necessidade no âmbito desses sistemas” (WILLIAMS, 2016, p. 33). Nesse momento, a comunicação ponto a ponto atendia às necessidades de troca de mensagens e controle. “A tecnologia de mensagens específica para pessoas específicas foi complementada, mas relativamente tarde, por uma tecnologia de mensagens variadas para um público em geral”. (WILLIAMS, 2016, p.33)

O capitalismo em sua fase monopolista precisava dar um destino aos enormes excedentes gerados nesse momento histórico. A campanha de vendas (publicidade), a administração civil do Estado e gastos militares foram as formas encontradas para resolver o problema dos grandes excedentes, de acordo com Baran e Sweezy (1978). Essas saídas repousam em ampla colonização do mundo da vida pelo mercado e pelo Estado. Dessa forma, era preciso preencher duas funções necessárias ao sistema capitalista: publicidade, para realizar a mediação entre mercado e consumidores, e propaganda, no caso da defesa da colonização do mundo da vida pelo Estado (BOLAÑO, 2000). Por isso, como observa Williams (2016, p. 37), o rádio e a televisão “foram sistemas concebidos para transmissão e recepção como processos abstratos, com pouca ou nenhuma definição anterior de conteúdo”. A explicação desse fenômeno é que, apenas no momento em que novas necessidades foram impostas ao capitalismo em sua fase monopolista, os conteúdos e a forma da radiodifusão foram definidos.

Criada em fins dos anos 1960 dentro de um projeto financiado pelo Departamento de Estado norte-americano e levado a cabo pela RAND Corporation e pesquisadores de universidades norte-americanas, a internet possui uma história que, se não é idêntica à da radiodifusão, possui similaridades. A ideia era criar uma estrutura de comunicação distribuída e descentralizada com o objetivo de manter canais de comunicação no caso de um possível ataque nuclear perpetrado pela então União Soviética. Surgia a Arpanet¹, que a partir dali teria usos militares e acadêmicos. Em uma sociedade dinâmica e com necessidade de mobilidade e fluxo de informações, novos desenvolvimentos foram feitos por indivíduos ou instituições isoladas como o modem e a *world wide web*.

Curran (2012) cita a influência de quatro atores sociais na criação da internet: os militares, a comunidade científica, a contracultura e o serviço público. A contracultura estava representada pelos aficionados nas novas tec-

1. ARPANET – sigla em inglês de Advanced Research Projects Agency Network - do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A Arpanet foi a precursora do que hoje entendemos por internet




2. Pop-ups são janelas de programas de navegação pela internet que abrem na tela do usuário independentemente de sua vontade, trazendo algum anúncio publicitário. Incomodam os usuários da internet por interromper de forma abrupta a experiência de consumir determinado conteúdo.

nologias, interessados apenas em espalhar e compartilhar informação, são os primeiros hackers. O serviço público está presente na criação da *world wide web*, sistema que deu à internet a face aberta que ela ainda conseguiu manter no começo de sua popularização, tornando seu uso possível para além dos hackers, militares e acadêmicos. O protocolo http foi criado por Tim Berners Lee, pesquisador do Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear (Cern), dentro do espírito europeu de serviço público. A internet manteve-se até 1995 sob administração do governo norte-americano, sendo privatizada para responder a novas necessidades de expansão do capitalismo monopolista em seu regime de acumulação flexível.

A partir daí, há uma busca frenética por tornar lucrativo esse novo espaço de sociabilidade. Várias empresas *pontocom* surgem no fim da década de 1990 com grandes aportes de capital especulativo, criando uma bolha na bolsa de valores Nasdaq, especializada em tecnologia, jogando o sistema capitalista em uma crise profunda. As primeiras tentativas envolveram a venda de publicidade através de *pop-ups*². Entretanto, essa tática acabava por irritar os usuários, pois interferia na experiência de navegação, situação diferente daquela encontrada na publicidade veiculada pela televisão, que é integrada a um fluxo de conteúdos dentro da programação. Facebook e Google encontraram a solução para a venda da mercadoria audiência, distribuindo conteúdos personalizados para os usuários iniciando com a coleta de dados a partir da navegação dos usuários. Outra forma de tentativa de lucratividade foi o estabelecimento do *e-commerce*.

Downes e Mui (2000) escreveram um texto, publicado na época da crise da Nasdaq, sobre como construir estratégias para dominância no mercado no ambiente digital. Impressiona o pragmatismo dos autores, assim como a clareza do projeto que o mercado e seus agentes possuíam para a internet. Na base do pensamento dos autores sobre o uso da internet estão a Lei de Moore, a Lei de Metcalfe e a Lei das Firms Decrescentes, criada pelos autores e inspirada nas observações de Ronald Coase (1937). A Lei de Moore prevê que a capacidade dos chips dobra a cada oito meses, mantendo constantes os custos de sua produção. Já a lei de Metcalfe estabelece que a utilidade de uma rede equivale ao quadrado do número de seus usuários. Dessa forma, cada usuário adicionado à rede aumenta sua utilidade dramaticamente. Já a Lei das Firms Decrescentes seria a tendência da diminuição das firmas devido à maior eficiência do mercado causada pelas duas leis anteriores. As tecnologias levariam à diminuição drástica dos custos de transação e, conseqüentemente, do tamanho da estrutura organizacional das firmas.

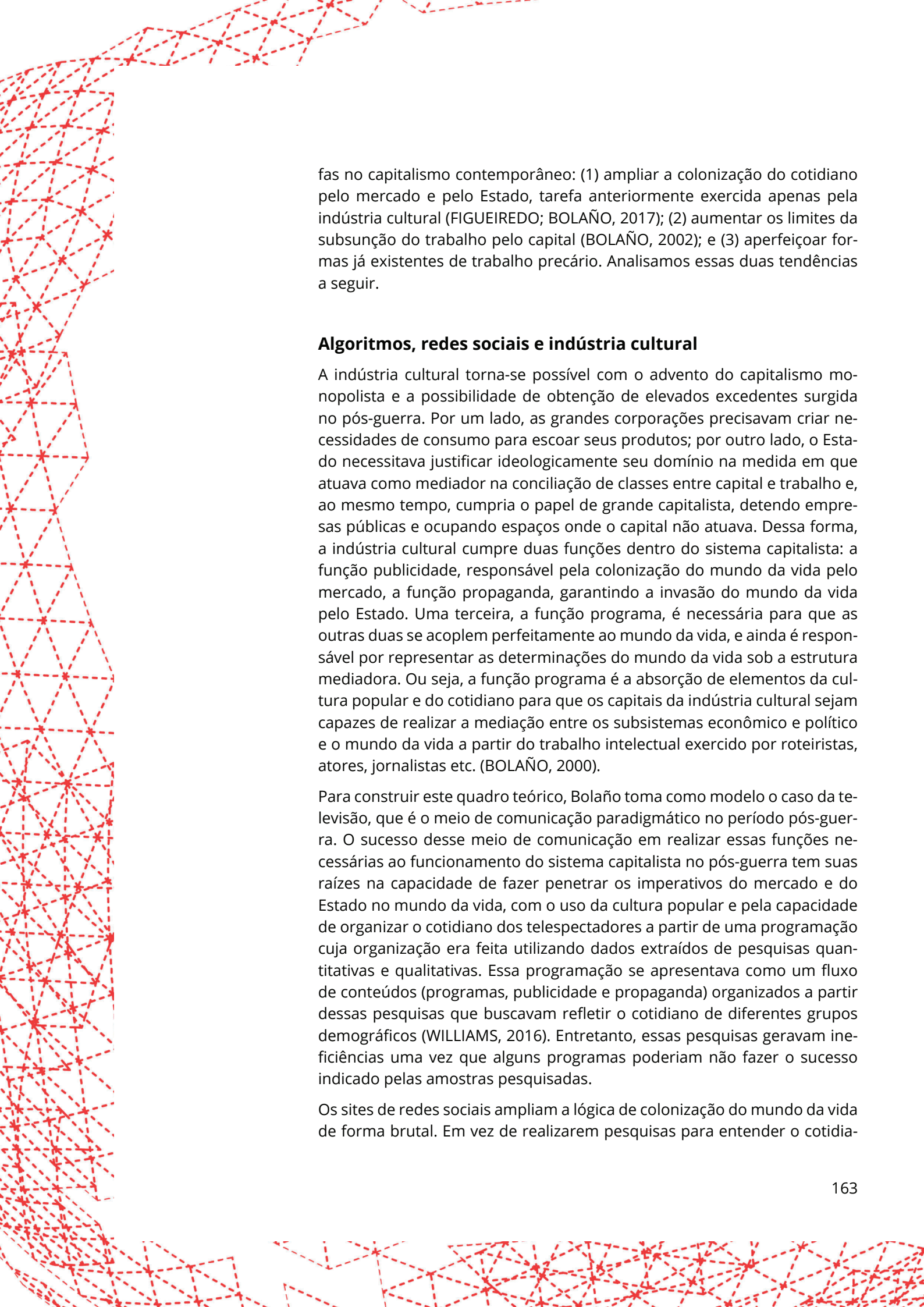
As tendências descritas por Downes e Mui fazem surgir, em maior quantidade, o que os autores chamam de *killer apps*, que em uma tradução livre para o português significa “aplicações assassinas”. *Killer apps* seriam bens ou serviços capazes de desarranjar, a partir da destruição criativa que impõem, relações entre produtores, fornecedores e consumidores, oferta de



produtos e regulações governamentais. Exemplos de *killer apps* seriam a pólvora, máquinas têxteis, aço estrutural, elevadores, telefone, entre outros – invenções que mudaram drasticamente o cotidiano das pessoas e transformaram relações sociais. Portanto, o agente econômico que desenvolve esse tipo de aplicação antes dos concorrentes desfruta de grande vantagem competitiva. Outro ponto defendido pelos autores é que o ciberespaço (*cyberspace*) passe a ser pensado como um *marketspace* povoado por *killer apps*. O *marketspace* seria um espaço em que a ordem de mercado funcionaria sem fricções após um período de desorientação dos agentes humanos como CEOs, consumidores e reguladores. A tecnologia passaria, assim, a ser o grande organizador dos mercados porque “sistemas econômicos, políticos e sociais mudam incrementalmente, mas a tecnologia muda exponencialmente” (DOWNES; MUI, 2000, p. 29).

Para que o projeto distópico de uma ordem de mercado controlada digitalmente seja possível, um dispositivo técnico é fundamental: os algoritmos. Em busca de uma primeira técnica, vamos recorrer a Cormen et al. (2009), que conceituam algoritmo como um procedimento computacional bem definido que toma algum valor, ou conjunto de valores como *input* (entrada), e produz algum valor, ou conjunto de valores, como *output* (saída/resultado). Algoritmos são comparados a receitas em que a máquina obedece cada passo estipulado pelo programador para produzir um determinado resultado, tais como coleta de informações de usuários na internet, cálculos etc., anteriormente tarefas realizadas apenas por humanos. Algoritmos podem também ser considerados modelos matemáticos, uma representação abstrata de algum processo que tem como objetivo prever os possíveis resultados de acordo com as variáveis. Modelos utilizam conhecimento humano para prever respostas em várias situações, um ato realizado diariamente por humanos em seu cotidiano que constroem modelos para reagir às mais variadas situações. Por fim, algoritmos podem ser encarados como árvores de decisões gigantes compostas de decisões binárias uma após a outra. Quase todos os atos humanos podem ser decompostos em uma ramificação de decisões binárias (O’NEIL, 2016).

Nesta capacidade de decomposição de um conjunto de decisões e de sua posterior recomposição, gerando um produto ou serviço como resultado, está o poder dos algoritmos em ampliar o processo de subsunção do trabalho e de refinar estratégias de vigilância e controle tão caras ao capital. Os algoritmos também possuem uma função ideológica essencial, pois, por serem modelos matemáticos, seus proprietários pretendem apresentá-los como intrinsecamente objetivos. Entretanto, esses modelos são organizados segundo valores das corporações que os possuem. A capacidade de transformar relações sociais em linguagem de programação e quantificá-las, exprimindo uma pretensa objetividade e naturalizando a ordem de mercado no ciberespaço, é o grande trunfo dos algoritmos em suas três principais tare-




fas no capitalismo contemporâneo: (1) ampliar a colonização do cotidiano pelo mercado e pelo Estado, tarefa anteriormente exercida apenas pela indústria cultural (FIGUEIREDO; BOLAÑO, 2017); (2) aumentar os limites da subsunção do trabalho pelo capital (BOLAÑO, 2002); e (3) aperfeiçoar formas já existentes de trabalho precário. Analisamos essas duas tendências a seguir.

Algoritmos, redes sociais e indústria cultural

A indústria cultural torna-se possível com o advento do capitalismo monopolista e a possibilidade de obtenção de elevados excedentes surgida no pós-guerra. Por um lado, as grandes corporações precisavam criar necessidades de consumo para escoar seus produtos; por outro lado, o Estado necessitava justificar ideologicamente seu domínio na medida em que atuava como mediador na conciliação de classes entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, cumpria o papel de grande capitalista, detendo empresas públicas e ocupando espaços onde o capital não atuava. Dessa forma, a indústria cultural cumpre duas funções dentro do sistema capitalista: a função publicidade, responsável pela colonização do mundo da vida pelo mercado, a função propaganda, garantindo a invasão do mundo da vida pelo Estado. Uma terceira, a função programa, é necessária para que as outras duas se acoplem perfeitamente ao mundo da vida, e ainda é responsável por representar as determinações do mundo da vida sob a estrutura mediadora. Ou seja, a função programa é a absorção de elementos da cultura popular e do cotidiano para que os capitais da indústria cultural sejam capazes de realizar a mediação entre os subsistemas econômico e político e o mundo da vida a partir do trabalho intelectual exercido por roteiristas, atores, jornalistas etc. (BOLAÑO, 2000).

Para construir este quadro teórico, Bolaño toma como modelo o caso da televisão, que é o meio de comunicação paradigmático no período pós-guerra. O sucesso desse meio de comunicação em realizar essas funções necessárias ao funcionamento do sistema capitalista no pós-guerra tem suas raízes na capacidade de fazer penetrar os imperativos do mercado e do Estado no mundo da vida, com o uso da cultura popular e pela capacidade de organizar o cotidiano dos telespectadores a partir de uma programação cuja organização era feita utilizando dados extraídos de pesquisas quantitativas e qualitativas. Essa programação se apresentava como um fluxo de conteúdos (programas, publicidade e propaganda) organizados a partir dessas pesquisas que buscavam refletir o cotidiano de diferentes grupos demográficos (WILLIAMS, 2016). Entretanto, essas pesquisas geravam ineficiências uma vez que alguns programas poderiam não fazer o sucesso indicado pelas amostras pesquisadas.

Os sites de redes sociais ampliam a lógica de colonização do mundo da vida de forma brutal. Em vez de realizarem pesquisas para entender o cotidia-

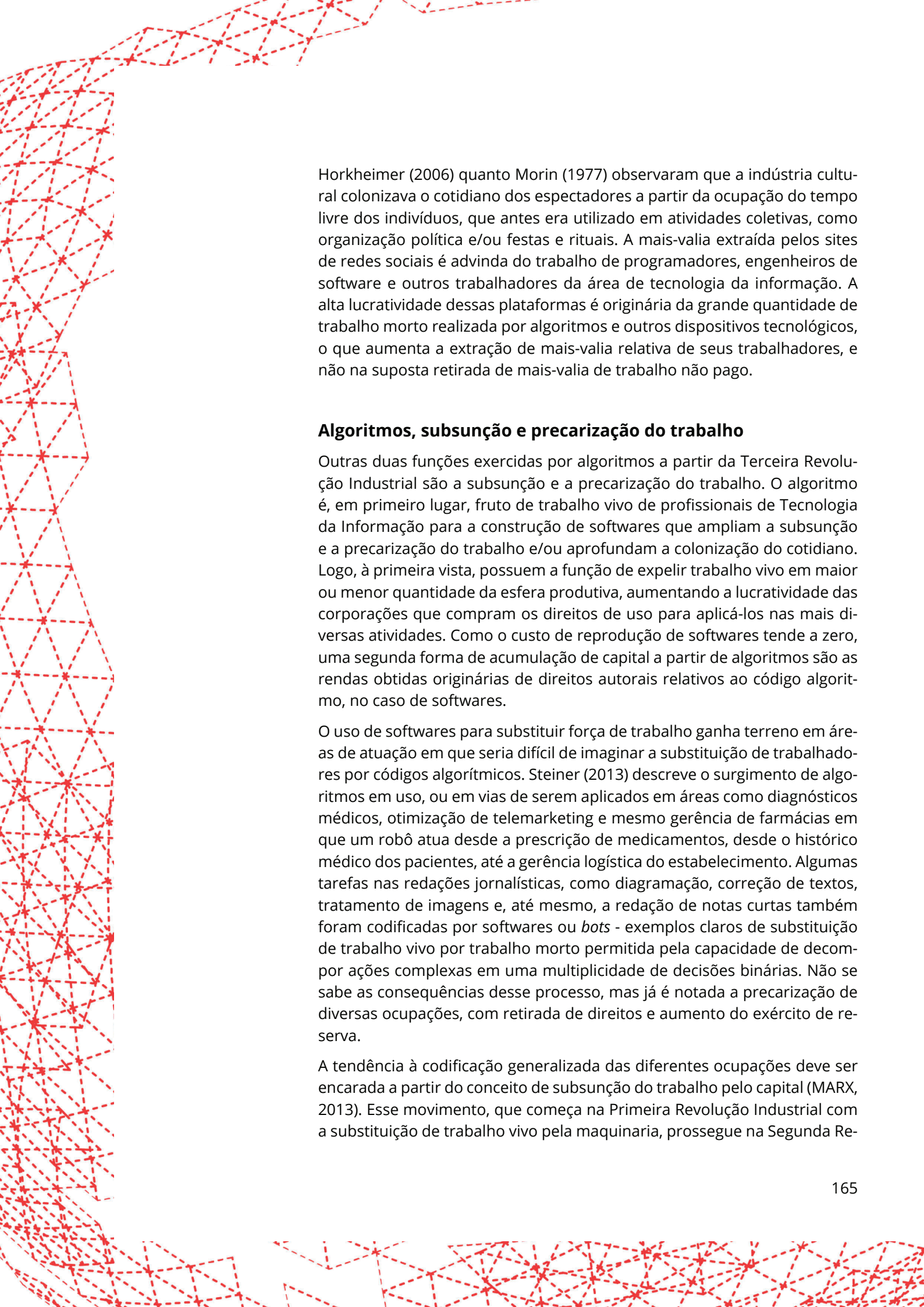


no de grupos demográficos, trabalham com massas de dados individuais para construir públicos calculados, como nota Gillespie (2014). Essa massa de dados extraída das interações dos indivíduos a partir da vigilância de seus navegadores de internet é o que se convencionou chamar de *big data*. Dessa forma, a organização desses dados e sua transformação em uma programação personalizada é o que Figueiredo e Bolaño (2017) chamam de função interação. A publicidade e a propaganda continuam a ser distribuídas dentro desse fluxo personalizado, de acordo com os dados extraídos a partir da vigilância constante dos indivíduos.

Van Dijck (2013) nota que os sites de redes sociais podem ser compreendidos como facilitadores de interações humanas, pois permitem a construção de redes que promovem interações como um valor social. Entretanto, esses sites são sistemas automatizados que engendram e manipulam interações com o objetivo de reconhecer o que os usuários querem e gostam. “Facebook e outras plataformas rastreiam os usuários codificando relações entre pessoas coisas e ideias” (VAN DIJCK, 2013, p. 12). Ainda segundo Van Dijck, as companhias tendem a enfatizar em sua propaganda institucional, a capacidade de facilitar as interações entre as pessoas e minimizar a automatização das interações. A grande questão é que a automatização das interações pelos algoritmos permite um “conhecimento detalhado e íntimo dos desejos e gostos das pessoas” (VAN DIJCK, 2013, p.12), usado pelas plataformas no desenvolvimento de ferramentas cujo objetivo é criar e orientar necessidades específicas.

Além disso, os algoritmos dos sites de redes sociais normatizam e controlam as relações sociais realizadas neste âmbito, delimitando determinados aspectos do cotidiano. É um poder que funciona “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normatização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (FOUCAULT, 1999, p. 86). A política dessas plataformas aproxima-se, dessa forma, do que Foucault chama de biopolítica, ou seja, “a entrada da vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos que faz dos poderes e saberes agentes da transformação humana” (MARTINS, 2006, p. 187).

Os sites de redes sociais, então, retiram seu lucro da venda da mercadoria audiência, assim como faz a radiodifusão a partir de uma invasão brutal do cotidiano e das interações dos indivíduos. É preciso não confundir essa colonização do mundo da vida com o que Fuchs (2013) denomina trabalho digital não pago. Fuchs considera que atividades de comunicação realizadas pelos usuários nos sites de redes sociais são trabalho não pago. Dessa forma, os usuários trabalhariam duas vezes na rede quando estão servindo como audiência e/ou quando postam conteúdo nos sites de redes sociais. O que acontece nos sites de redes sociais é uma brutal colonização do cotidiano dos usuários acompanhada de vigilância e controle. Tanto Adorno e



Horkheimer (2006) quanto Morin (1977) observaram que a indústria cultural colonizava o cotidiano dos espectadores a partir da ocupação do tempo livre dos indivíduos, que antes era utilizado em atividades coletivas, como organização política e/ou festas e rituais. A mais-valia extraída pelos sites de redes sociais é advinda do trabalho de programadores, engenheiros de software e outros trabalhadores da área de tecnologia da informação. A alta lucratividade dessas plataformas é originária da grande quantidade de trabalho morto realizada por algoritmos e outros dispositivos tecnológicos, o que aumenta a extração de mais-valia relativa de seus trabalhadores, e não na suposta retirada de mais-valia de trabalho não pago.

Algoritmos, subsunção e precarização do trabalho

Outras duas funções exercidas por algoritmos a partir da Terceira Revolução Industrial são a subsunção e a precarização do trabalho. O algoritmo é, em primeiro lugar, fruto de trabalho vivo de profissionais de Tecnologia da Informação para a construção de softwares que ampliam a subsunção e a precarização do trabalho e/ou aprofundam a colonização do cotidiano. Logo, à primeira vista, possuem a função de expelir trabalho vivo em maior ou menor quantidade da esfera produtiva, aumentando a lucratividade das corporações que compram os direitos de uso para aplicá-los nas mais diversas atividades. Como o custo de reprodução de softwares tende a zero, uma segunda forma de acumulação de capital a partir de algoritmos são as rendas obtidas originárias de direitos autorais relativos ao código algoritmo, no caso de softwares.

O uso de softwares para substituir força de trabalho ganha terreno em áreas de atuação em que seria difícil de imaginar a substituição de trabalhadores por códigos algorítmicos. Steiner (2013) descreve o surgimento de algoritmos em uso, ou em vias de serem aplicados em áreas como diagnósticos médicos, otimização de telemarketing e mesmo gerência de farmácias em que um robô atua desde a prescrição de medicamentos, desde o histórico médico dos pacientes, até a gerência logística do estabelecimento. Algumas tarefas nas redações jornalísticas, como diagramação, correção de textos, tratamento de imagens e, até mesmo, a redação de notas curtas também foram codificadas por softwares ou *bots* - exemplos claros de substituição de trabalho vivo por trabalho morto permitida pela capacidade de decompor ações complexas em uma multiplicidade de decisões binárias. Não se sabe as consequências desse processo, mas já é notada a precarização de diversas ocupações, com retirada de direitos e aumento do exército de reserva.

A tendência à codificação generalizada das diferentes ocupações deve ser encarada a partir do conceito de subsunção do trabalho pelo capital (MARX, 2013). Esse movimento, que começa na Primeira Revolução Industrial com a substituição de trabalho vivo pela maquinaria, prossegue na Segunda Re-

3. O uso do termo “Economia do Compartilhamento” (sharing economy) por plataformas como Uber e Airbnb é polêmico, pois compartilhar remete a trocas realizadas entre iguais, sem caráter comercial. O conceito de “compartilhamento” sugere trocas que não envolvem dinheiro, ou que são ao menos motivadas por generosidade, pelo desejo de dar ou de ajudar; enquanto o termo “Economia” sugere trocas de mercado baseadas no uso do dinheiro (SLEE, 2017). Defendemos que o uso do termo “Economia do Compartilhamento” deve-se ao seu caráter ideológico capaz de dar um caráter altruísta à mercantilização de trocas não monetárias como a carona e hospedagem solidária.

4. Aplicativo em que indivíduos anunciavam serviços domésticos como retirada de neve, poda de árvores, pequenos concertos e eram contratados por pessoas interessadas nesses trabalhos. Recentemente, a plataforma se uniu à Amazon. (SLEE, 2017)

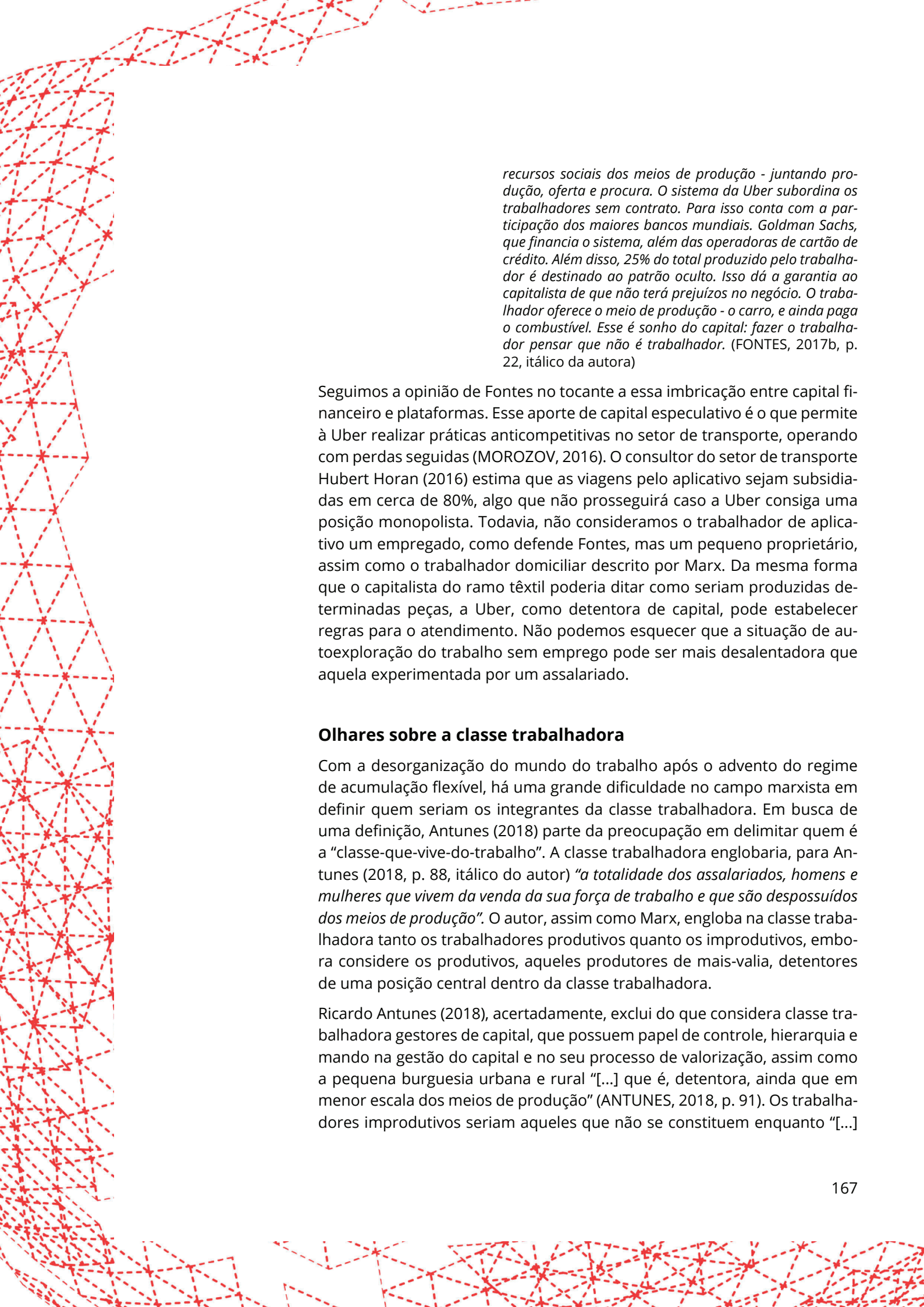
5. Aplicativo especializado em serviços de limpeza doméstica. Os usuários poderiam contratar um indivíduo disposto a limpar sua residência. O serviço foi encerrado em 2015 por não ter conseguido crescer o que seus investidores esperavam. (SLEE, 2017)

volução Industrial com o surgimento das primeiras máquinas usadas para construir outras máquinas, e ganha os contornos atuais na Terceira Revolução Industrial com a separação entre hardware e software (BOLAÑO, 2002). Entretanto, não é apenas a partir do processo de subsunção possibilitado pela codificação das ocupações que os trabalhadores são pressionados pelo capital. As empresas integrantes da chamada “economia do compartilhamento”³ agenciam aqueles indivíduos expulsos de seus empregos para o que consideramos um novo tipo de trabalho doméstico em que os indivíduos passam a se autoexplorar. Corporações como Uber, TaskRabbit⁴ e Homejoy⁵ possuem uma relação com os trabalhadores que fazem uso de seus sistemas muito próxima àquela apontada por Marx (2013, p. 531-550) entre as famílias que praticavam o “trabalho domiciliar moderno” e indústrias do ramo têxtil no século XIX.

Há diferenças entre a situação encarada por trabalhadores de aplicativo e as famílias que realizavam trabalhos domiciliares para a indústria têxtil no século XIX, internalizando a exploração capitalista em seus próprios lares. Uma delas é que a exploração da família, incluindo crianças, estava baseada no poder paterno, considerado absoluto e que, segundo as leis da época, não poderia ser objeto de intervenção estatal. Entretanto, também há similaridades. Assim como as famílias precisavam investir na obtenção de capital fixo, no caso, as máquinas de costura, e serem responsáveis pelos custos de manutenção de seu maquinário, o trabalhador de aplicativo precisa obter seu carro, e é responsável pela manutenção e regularização do veículo em que trabalha, por exemplo. As famílias trabalhavam em determinadas fases de produção do produto, ganhando por peça, da mesma forma que os motoristas da Uber recebem uma porcentagem fixa do valor pago em cada viagem.

A Uber não possui ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), entretanto, a partir de seus algoritmos, é capaz de controlar “ferreiramente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um ‘emprego’” (FONTES, 2017a, p. 56). De acordo com Fontes, a empresa e outros proprietários possuem “a propriedade dos recursos sociais de produção” (FONTES, 2017a, p.54). Fontes considera, acertadamente, que a situação de “trabalho sem emprego” (FONTES, 2017a, p.59) é uma forma extrema de precarização do trabalho, e cita casos de decisões jurídicas de diversos países que reconheceram os motoristas da Uber como funcionários da empresa. A Uber e outras plataformas, na verdade, são inundadas por capital especulativo na esperança de que no futuro seja estabelecido um monopólio a partir da desregulação forçada de determinado setor, ou seja, os capitais financeiros esperam o surgimento um novo *killer app*.

[...] esse sistema representa uma rede altamente concentrada de propriedade, a qual chamamos propriedade dos



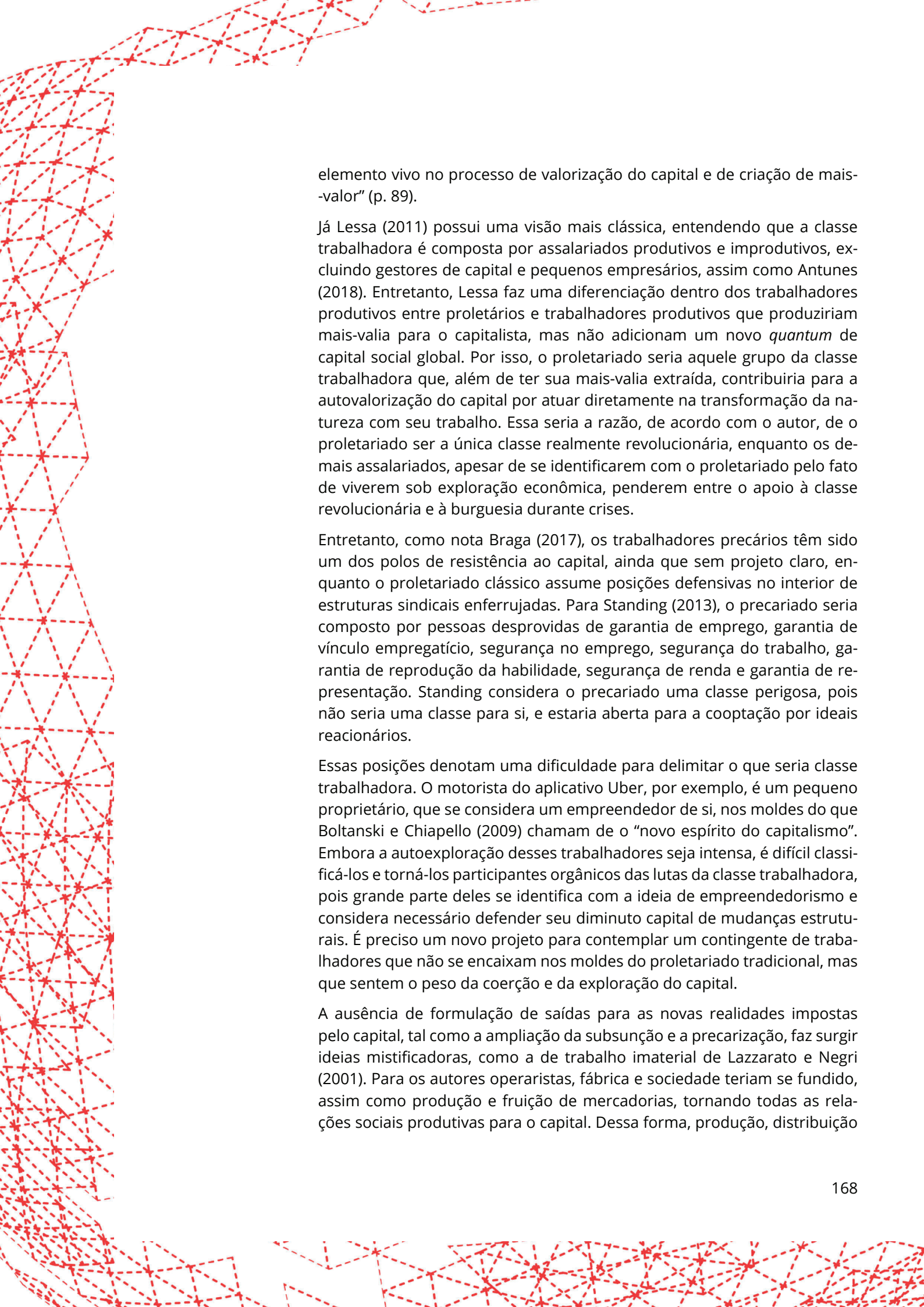
recursos sociais dos meios de produção - juntando produção, oferta e procura. O sistema da Uber subordina os trabalhadores sem contrato. Para isso conta com a participação dos maiores bancos mundiais. Goldman Sachs, que financia o sistema, além das operadoras de cartão de crédito. Além disso, 25% do total produzido pelo trabalhador é destinado ao patrão oculto. Isso dá a garantia ao capitalista de que não terá prejuízos no negócio. O trabalhador oferece o meio de produção - o carro, e ainda paga o combustível. Esse é sonho do capital: fazer o trabalhador pensar que não é trabalhador. (FONTES, 2017b, p. 22, itálico da autora)

Seguimos a opinião de Fontes no tocante a essa imbricação entre capital financeiro e plataformas. Esse aporte de capital especulativo é o que permite à Uber realizar práticas anticompetitivas no setor de transporte, operando com perdas seguidas (MOROZOV, 2016). O consultor do setor de transporte Hubert Horan (2016) estima que as viagens pelo aplicativo sejam subsidiadas em cerca de 80%, algo que não prosseguirá caso a Uber consiga uma posição monopolista. Todavia, não consideramos o trabalhador de aplicativo um empregado, como defende Fontes, mas um pequeno proprietário, assim como o trabalhador domiciliar descrito por Marx. Da mesma forma que o capitalista do ramo têxtil poderia ditar como seriam produzidas determinadas peças, a Uber, como detentora de capital, pode estabelecer regras para o atendimento. Não podemos esquecer que a situação de autoexploração do trabalho sem emprego pode ser mais desalentadora que aquela experimentada por um assalariado.

Olhares sobre a classe trabalhadora

Com a desorganização do mundo do trabalho após o advento do regime de acumulação flexível, há uma grande dificuldade no campo marxista em definir quem seriam os integrantes da classe trabalhadora. Em busca de uma definição, Antunes (2018) parte da preocupação em delimitar quem é a “classe-que-vive-do-trabalho”. A classe trabalhadora englobaria, para Antunes (2018, p. 88, itálico do autor) *“a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção”*. O autor, assim como Marx, engloba na classe trabalhadora tanto os trabalhadores produtivos quanto os improdutivos, embora considere os produtivos, aqueles produtores de mais-valia, detentores de uma posição central dentro da classe trabalhadora.

Ricardo Antunes (2018), acertadamente, exclui do que considera classe trabalhadora gestores de capital, que possuem papel de controle, hierarquia e mando na gestão do capital e no seu processo de valorização, assim como a pequena burguesia urbana e rural “[...] que é, detentora, ainda que em menor escala dos meios de produção” (ANTUNES, 2018, p. 91). Os trabalhadores improdutivos seriam aqueles que não se constituem enquanto “[...]”



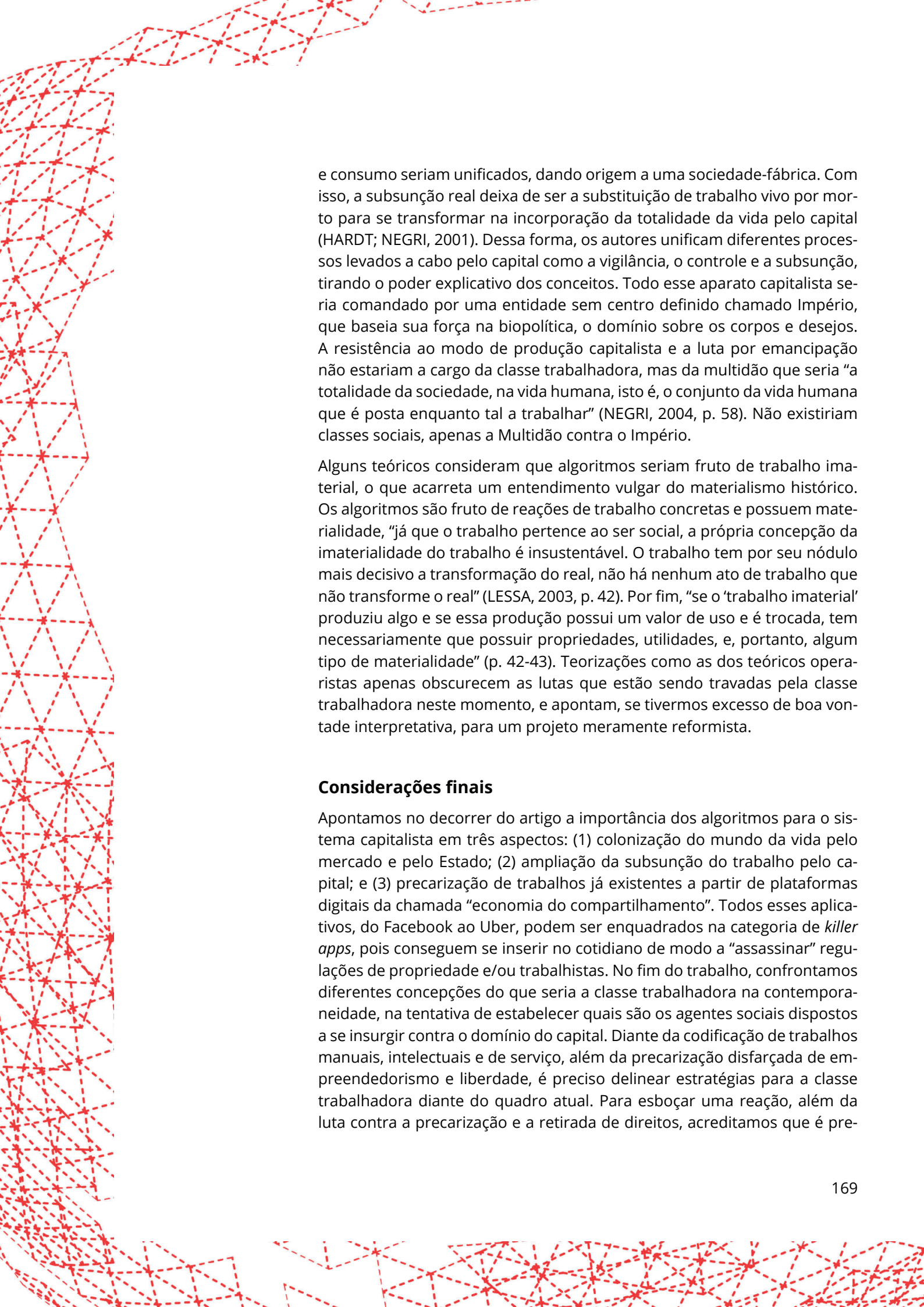
elemento vivo no processo de valorização do capital e de criação de mais-valor” (p. 89).

Já Lessa (2011) possui uma visão mais clássica, entendendo que a classe trabalhadora é composta por assalariados produtivos e improdutivos, excluindo gestores de capital e pequenos empresários, assim como Antunes (2018). Entretanto, Lessa faz uma diferenciação dentro dos trabalhadores produtivos entre proletários e trabalhadores produtivos que produziriam mais-valia para o capitalista, mas não adicionam um novo *quantum* de capital social global. Por isso, o proletariado seria aquele grupo da classe trabalhadora que, além de ter sua mais-valia extraída, contribuiria para a autovalorização do capital por atuar diretamente na transformação da natureza com seu trabalho. Essa seria a razão, de acordo com o autor, de o proletariado ser a única classe realmente revolucionária, enquanto os demais assalariados, apesar de se identificarem com o proletariado pelo fato de viverem sob exploração econômica, penderem entre o apoio à classe revolucionária e à burguesia durante crises.

Entretanto, como nota Braga (2017), os trabalhadores precários têm sido um dos polos de resistência ao capital, ainda que sem projeto claro, enquanto o proletariado clássico assume posições defensivas no interior de estruturas sindicais enferrujadas. Para Standing (2013), o precariado seria composto por pessoas desprovidas de garantia de emprego, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução da habilidade, segurança de renda e garantia de representação. Standing considera o precariado uma classe perigosa, pois não seria uma classe para si, e estaria aberta para a cooptação por ideais reacionários.

Essas posições denotam uma dificuldade para delimitar o que seria classe trabalhadora. O motorista do aplicativo Uber, por exemplo, é um pequeno proprietário, que se considera um empreendedor de si, nos moldes do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de o “novo espírito do capitalismo”. Embora a autoexploração desses trabalhadores seja intensa, é difícil classificá-los e torná-los participantes orgânicos das lutas da classe trabalhadora, pois grande parte deles se identifica com a ideia de empreendedorismo e considera necessário defender seu diminuto capital de mudanças estruturais. É preciso um novo projeto para contemplar um contingente de trabalhadores que não se encaixam nos moldes do proletariado tradicional, mas que sentem o peso da coerção e da exploração do capital.

A ausência de formulação de saídas para as novas realidades impostas pelo capital, tal como a ampliação da subsunção e a precarização, faz surgir ideias mistificadoras, como a de trabalho imaterial de Lazzarato e Negri (2001). Para os autores operaristas, fábrica e sociedade teriam se fundido, assim como produção e fruição de mercadorias, tornando todas as relações sociais produtivas para o capital. Dessa forma, produção, distribuição




e consumo seriam unificados, dando origem a uma sociedade-fábrica. Com isso, a subsunção real deixa de ser a substituição de trabalho vivo por morto para se transformar na incorporação da totalidade da vida pelo capital (HARDT; NEGRI, 2001). Dessa forma, os autores unificam diferentes processos levados a cabo pelo capital como a vigilância, o controle e a subsunção, tirando o poder explicativo dos conceitos. Todo esse aparato capitalista seria comandado por uma entidade sem centro definido chamado Império, que baseia sua força na biopolítica, o domínio sobre os corpos e desejos. A resistência ao modo de produção capitalista e a luta por emancipação não estariam a cargo da classe trabalhadora, mas da multidão que seria “a totalidade da sociedade, na vida humana, isto é, o conjunto da vida humana que é posta enquanto tal a trabalhar” (NEGRI, 2004, p. 58). Não existiriam classes sociais, apenas a Multidão contra o Império.

Alguns teóricos consideram que algoritmos seriam fruto de trabalho imaterial, o que acarreta um entendimento vulgar do materialismo histórico. Os algoritmos são fruto de reações de trabalho concretas e possuem materialidade, “já que o trabalho pertence ao ser social, a própria concepção da imaterialidade do trabalho é insustentável. O trabalho tem por seu nódulo mais decisivo a transformação do real, não há nenhum ato de trabalho que não transforme o real” (LESSA, 2003, p. 42). Por fim, “se o ‘trabalho imaterial’ produziu algo e se essa produção possui um valor de uso e é trocada, tem necessariamente que possuir propriedades, utilidades, e, portanto, algum tipo de materialidade” (p. 42-43). Teorizações como as dos teóricos operaristas apenas obscurecem as lutas que estão sendo travadas pela classe trabalhadora neste momento, e apontam, se tivermos excesso de boa vontade interpretativa, para um projeto meramente reformista.

Considerações finais

Apontamos no decorrer do artigo a importância dos algoritmos para o sistema capitalista em três aspectos: (1) colonização do mundo da vida pelo mercado e pelo Estado; (2) ampliação da subsunção do trabalho pelo capital; e (3) precarização de trabalhos já existentes a partir de plataformas digitais da chamada “economia do compartilhamento”. Todos esses aplicativos, do Facebook ao Uber, podem ser enquadrados na categoria de *killer apps*, pois conseguem se inserir no cotidiano de modo a “assassinar” regulações de propriedade e/ou trabalhistas. No fim do trabalho, confrontamos diferentes concepções do que seria a classe trabalhadora na contemporaneidade, na tentativa de estabelecer quais são os agentes sociais dispostos a se insurgir contra o domínio do capital. Diante da codificação de trabalhos manuais, intelectuais e de serviço, além da precarização disfarçada de empreendedorismo e liberdade, é preciso delinear estratégias para a classe trabalhadora diante do quadro atual. Para esboçar uma reação, além da luta contra a precarização e a retirada de direitos, acreditamos que é pre-



ciso prestar atenção na distribuição de bens comuns como os recursos naturais, o espaço urbano e a internet, e também na necessidade de que a classe trabalhadora se aproprie das tecnologias digitais.

Uma proposta para a luta por bens comuns seria recuperar a noção de economia moral que o historiador Edward Palmer Thompson (1966) identificou como uma forma de as classes subalternas, em fins do século XVIII, resistirem aos mecanismos “impessoais” do mercado. Dessa forma, essas classes subalternas se sublevavam cada vez que os preços de itens caros à sua subsistência aumentavam na forma que consideravam abusiva, ainda que fossem justificadas pela lei de oferta e procura. O uso de bens comuns também se baseia em uma economia moral. Há bens que devem ser compartilhados pela comunidade, muito importantes para ficarem nas mãos de poucos. Dessa forma, ainda dentro de um projeto reformista, estaria a obrigação de que plataformas como Facebook e Uber abrissem seus códigos para escrutínio público.

Já o conceito de apropriação cultural é repensado a partir da tradição marxista por Bolaño, Paez e Herrera-Jaramillo (2017) em busca de um diálogo entre a economia política e os estudos culturais latino-americanos. No caso, ao se apropriar de bens simbólicos e da tecnologia oferecidos como bens de consumo pelo capitalismo com fins de resistência, os setores populares estariam se reapropriando do trabalho coletivo e da cultura popular expropriados pelo capital. O mesmo é possível dizer das TICs, como a internet e os softwares, quando apropriadas por setores contra-hegemônicos.

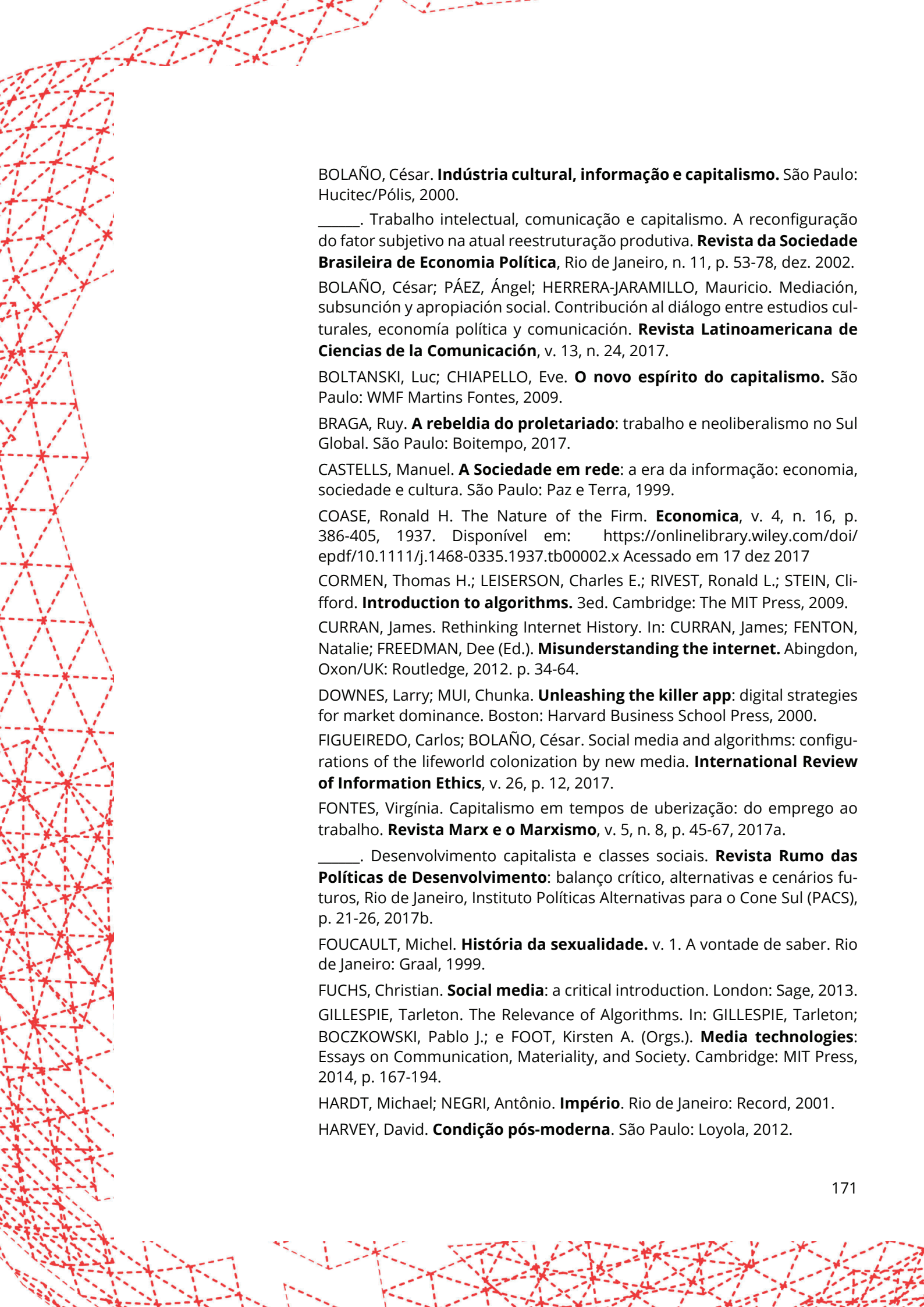
Uma forma de reapropriação social do trabalho coletivo é o que Scholz (2016, p. 60) chama de cooperativismo de plataforma, que pode “trazer criatividade não apenas ao consumo dos produtos, mas também à reorganização do trabalho”. O conceito baseia-se na clonagem de aplicativos da chamada “economia compartilhada”, como o Uber, na solidariedade, dessa forma os aplicativos podem pertencer a sindicatos, cidades, movimentos sociais e cooperativas tradicionais, e em uma ressignificação dos conceitos tradicionais de inovação e ciência. Sempre há o risco de esse tipo de apropriação terminar por reproduzir a forma-mercadoria, por isso essas iniciativas devem estar inseridas dentro de um projeto mais amplo, que deve ser construído pela própria classe trabalhadora.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.

BOLAÑO, César; PÁEZ, Ángel; HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do proletariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COASE, Ronald H. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x> Acessado em 17 dez 2017

CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. **Introduction to algorithms**. 3ed. Cambridge: The MIT Press, 2009.

CURRAN, James. Rethinking Internet History. In: CURRAN, James; FENTON, Natalie; FREEDMAN, Dee (Ed.). **Misunderstanding the internet**. Abingdon, Oxon/UK: Routledge, 2012. p. 34-64.

DOWNES, Larry; MUI, Chunka. **Unleashing the killer app: digital strategies for market dominance**. Boston: Harvard Business School Press, 2000.

FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Social media and algorithms: configurations of the lifeworld colonization by new media. **International Review of Information Ethics**, v. 26, p. 12, 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017a.

_____. Desenvolvimento capitalista e classes sociais. **Revista Rumo das Políticas de Desenvolvimento: balanço crítico, alternativas e cenários futuros**, Rio de Janeiro, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), p. 21-26, 2017b.

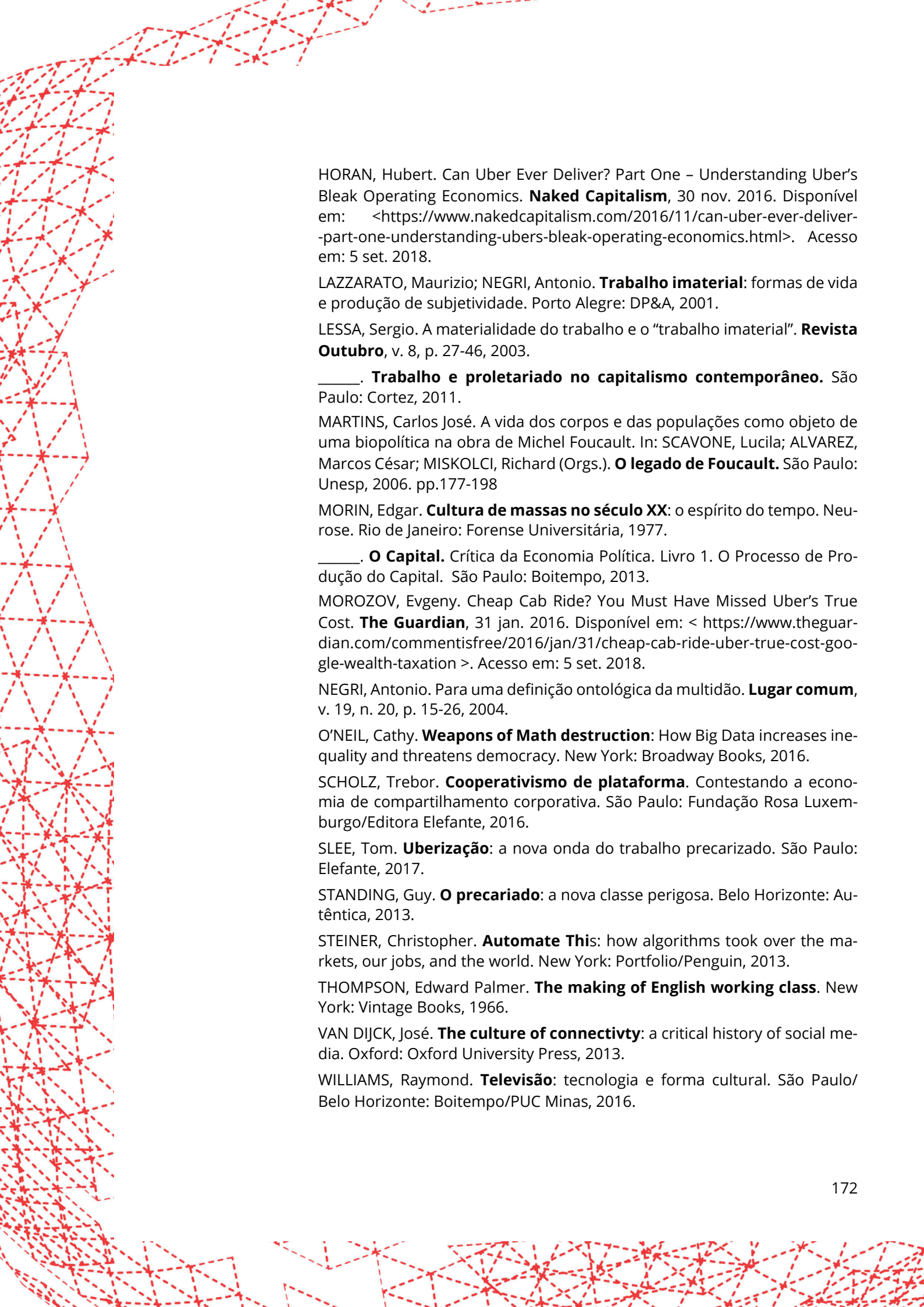
FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. v. 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUCHS, Christian. **Social media: a critical introduction**. London: Sage, 2013.

GILLESPIE, Tarleton. The Relevance of Algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; e FOOT, Kirsten A. (Orgs.). **Media technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society**. Cambridge: MIT Press, 2014, p. 167-194.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.



HORAN, Hubert. Can Uber Ever Deliver? Part One – Understanding Uber’s Bleak Operating Economics. **Naked Capitalism**, 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.nakedcapitalism.com/2016/11/can-uber-ever-deliver-part-one-understanding-ubers-bleak-operating-economics.html>>. Acesso em: 5 set. 2018.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Porto Alegre: DP&A, 2001.

LESSA, Sergio. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. **Revista Outubro**, v. 8, p. 27-46, 2003.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Carlos José. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Unesp, 2006. pp.177-198

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOROZOV, Evgeny. Cheap Cab Ride? You Must Have Missed Uber’s True Cost. **The Guardian**, 31 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jan/31/cheap-cab-ride-uber-true-cost-google-wealth-taxation> >. Acesso em: 5 set. 2018.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum**, v. 19, n. 20, p. 15-26, 2004.

O’NEIL, Cathy. **Weapons of Math destruction**: How Big Data increases inequality and threatens democracy. New York: Broadway Books, 2016.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**. Contestando a economia de compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Editora Elefante, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STEINER, Christopher. **Automate This**: how algorithms took over the markets, our jobs, and the world. New York: Portfolio/Penguin, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **The making of English working class**. New York: Vintage Books, 1966.

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivy**: a critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo/Belo Horizonte: Boitempo/PUC Minas, 2016.

Cultura, comunicação e desenvolvimento: um olhar crítico sobre processos, meios e mercados


Marcelo Rangel Lima

Mestrando Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Contato: marcrangel@hotmail.com

Obra resenhada

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Campo aberto para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: Edise, 2015.



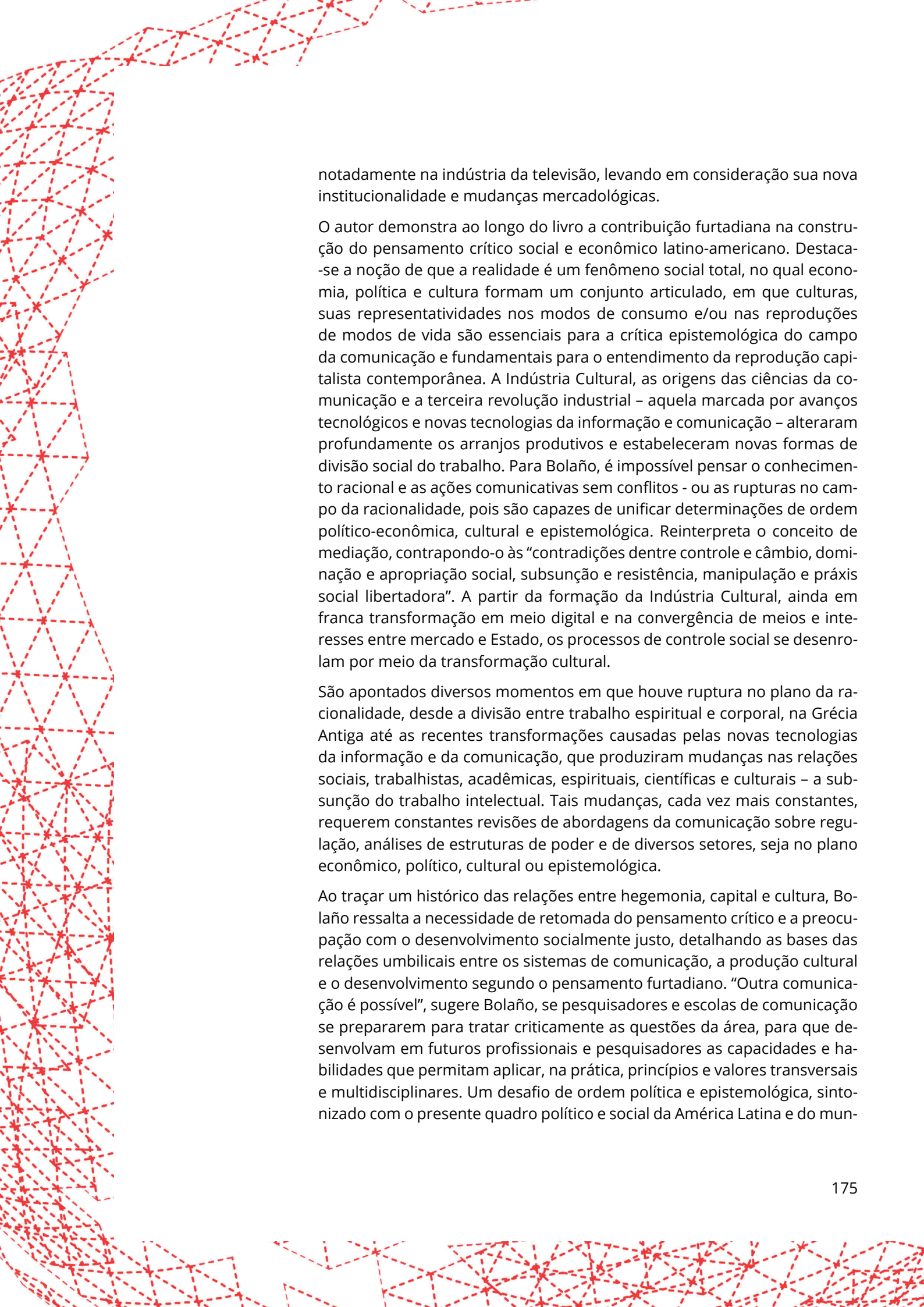
1. Apesar de ter sido publicado há mais de dois anos, o livro permanece atual pois, além de situar a contribuição de Celso Furtado no debate epistemológico da comunicação, aponta caminhos para que profissionais e pesquisadores estejam munidos em embates práticos, valendo-se de fins e princípios voltados para que um desenvolvimento que possibilite o crescimento de sociedades habilitadas para compreender e confrontar interesses financeiros, causas antidemocráticas e retrocessos sociais

O livro é resultado da pesquisa *O Conceito de Cultura em Celso Furtado*, realizada através do Programa Cátedras IPEA-CAPES de Desenvolvimento ao longo de 2011 e 2012 na perspectiva da EPC, teoria da comunicação em que o autor é nacional e internacionalmente reconhecido por sua produção acadêmica sobre processos e fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que influenciam sistemas, meios e modelos de comunicação de massa. Sua contribuição é considerada pioneira no Brasil e tem respaldo internacional também por sua atuação intensa e proativa na Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC) e na União Latina da Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura (ULEPICC). A obra, que já tinha uma versão digital disponibilizada pelo Observatório de Economia da Comunicação (OBSCOM) em 2012, foi lançada em versão impressa pela Editora Diário Oficial de Sergipe (EDISE) em 2015¹.

O trabalho de Bolaño tem foco central no debate epistemológico envolvendo a natureza, as etapas e os limites do conhecimento acerca da comunicação e da cultura. Ao resgatar o pensamento de Celso Furtado (1920-2004) para propor análises que situam rupturas no plano da racionalidade do processo histórico como pontos de partida para reflexões teóricas e práticas sobre a Comunicação, apresenta um debate amplo e complexo sobre produção, distribuição e circulação de produtos culturais, comunicação de massa e as relações destes temas com as noções de desenvolvimento e dependência enunciadas por Furtado.

Composta por cinco capítulos e um apêndice metodológico em que são especificados os caminhos escolhidos para os enunciados propostos e contrapostos a outras escolas da Economia Política. No primeiro capítulo, o autor trata do conceito furtadiano de ruptura no campo da racionalidade segundo sua própria interpretação, considerando o “sistema global de cultura” também tratado por Furtado. No capítulo seguinte, trata das articulações entre comunicação e capitalismo, considerando a primeira como fruto da hegemonia norte-americana em torno da Indústria Cultural, demonstrando a complexidade dos atuais desafios da luta epistemológica e os desafios deste debate na América Latina.

O capítulo subsequente fortalece a necessidade de retomar o pensamento latino-americano na comunicação e de propor uma nova reflexão crítica como alternativa contra-hegemônica. No quarto capítulo, Bolaño atualiza o debate sobre a teoria da dependência de Celso Furtado, retomando sua problemática, bem como a do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, considerada como fundamental para a compreensão do atual momento da relação entre capitalismo e comunicação. Finalmente, em seu último capítulo, o debate centra-se na economia política da comunicação e da cultura e na apresentação de conceitos de indústrias criativas e economia criativa a partir de autores da EPC europeia, traçando um ponto de vista alternativo ao demonstrar como a perspectiva de Celso Furtado sobre desenvolvimento e criatividade deve ser analisada como espaço de luta de classes,

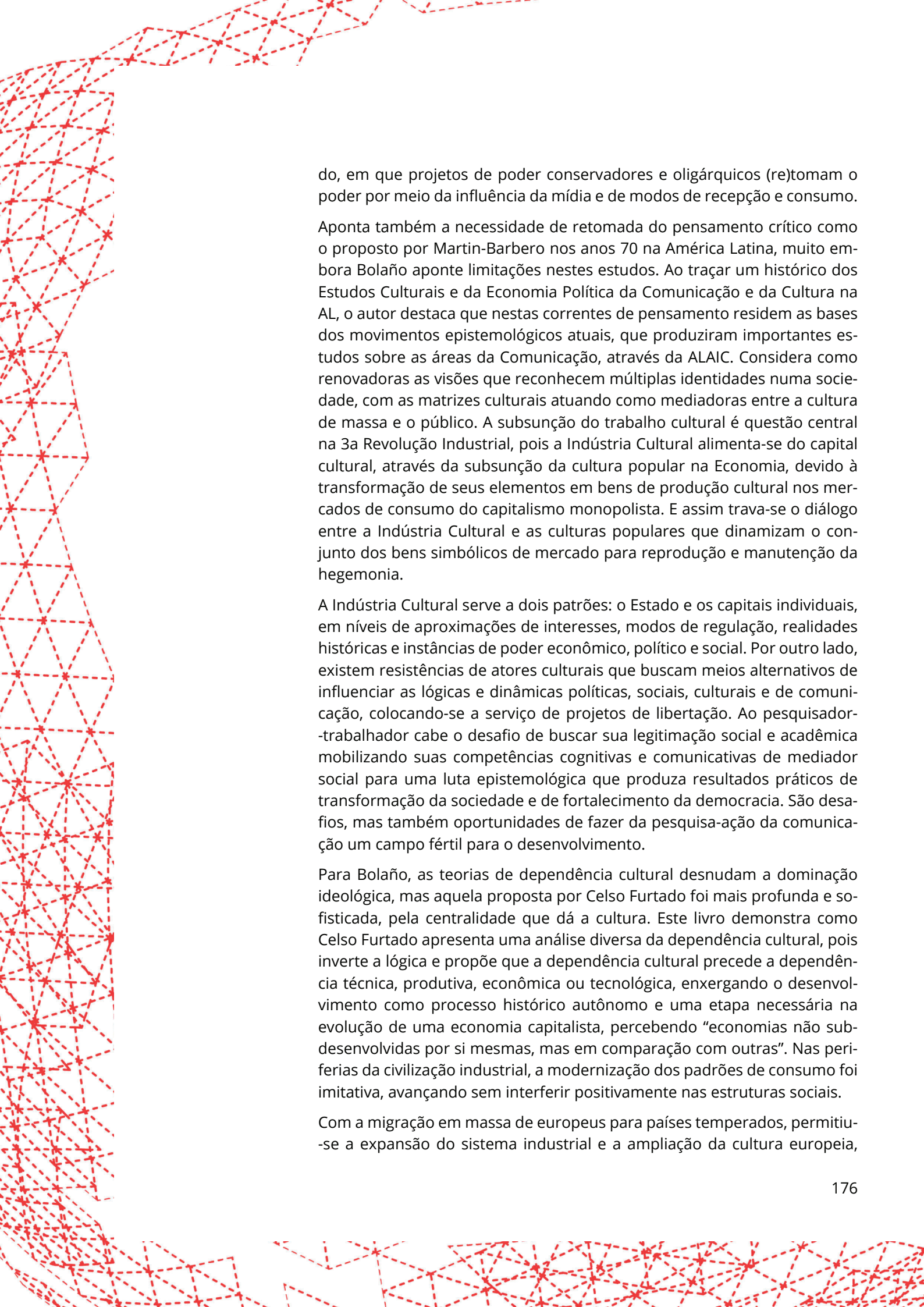


notadamente na indústria da televisão, levando em consideração sua nova institucionalidade e mudanças mercadológicas.

O autor demonstra ao longo do livro a contribuição furtadiana na construção do pensamento crítico social e econômico latino-americano. Destaca-se a noção de que a realidade é um fenômeno social total, no qual economia, política e cultura formam um conjunto articulado, em que culturas, suas representatividades nos modos de consumo e/ou nas reproduções de modos de vida são essenciais para a crítica epistemológica do campo da comunicação e fundamentais para o entendimento da reprodução capitalista contemporânea. A Indústria Cultural, as origens das ciências da comunicação e a terceira revolução industrial – aquela marcada por avanços tecnológicos e novas tecnologias da informação e comunicação – alteraram profundamente os arranjos produtivos e estabeleceram novas formas de divisão social do trabalho. Para Bolaño, é impossível pensar o conhecimento racional e as ações comunicativas sem conflitos - ou as rupturas no campo da racionalidade, pois são capazes de unificar determinações de ordem político-econômica, cultural e epistemológica. Reinterpreta o conceito de mediação, contrapondo-o às “contradições dentre controle e câmbio, dominação e apropriação social, subsunção e resistência, manipulação e práxis social libertadora”. A partir da formação da Indústria Cultural, ainda em franca transformação em meio digital e na convergência de meios e interesses entre mercado e Estado, os processos de controle social se desenrolam por meio da transformação cultural.

São apontados diversos momentos em que houve ruptura no plano da racionalidade, desde a divisão entre trabalho espiritual e corporal, na Grécia Antiga até as recentes transformações causadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, que produziram mudanças nas relações sociais, trabalhistas, acadêmicas, espirituais, científicas e culturais – a subsunção do trabalho intelectual. Tais mudanças, cada vez mais constantes, requerem constantes revisões de abordagens da comunicação sobre regulação, análises de estruturas de poder e de diversos setores, seja no plano econômico, político, cultural ou epistemológica.

Ao traçar um histórico das relações entre hegemonia, capital e cultura, Bolaño ressalta a necessidade de retomada do pensamento crítico e a preocupação com o desenvolvimento socialmente justo, detalhando as bases das relações umbilicais entre os sistemas de comunicação, a produção cultural e o desenvolvimento segundo o pensamento furtadiano. “Outra comunicação é possível”, sugere Bolaño, se pesquisadores e escolas de comunicação se prepararem para tratar criticamente as questões da área, para que desenvolvam em futuros profissionais e pesquisadores as capacidades e habilidades que permitam aplicar, na prática, princípios e valores transversais e multidisciplinares. Um desafio de ordem política e epistemológica, sintonizado com o presente quadro político e social da América Latina e do mun-



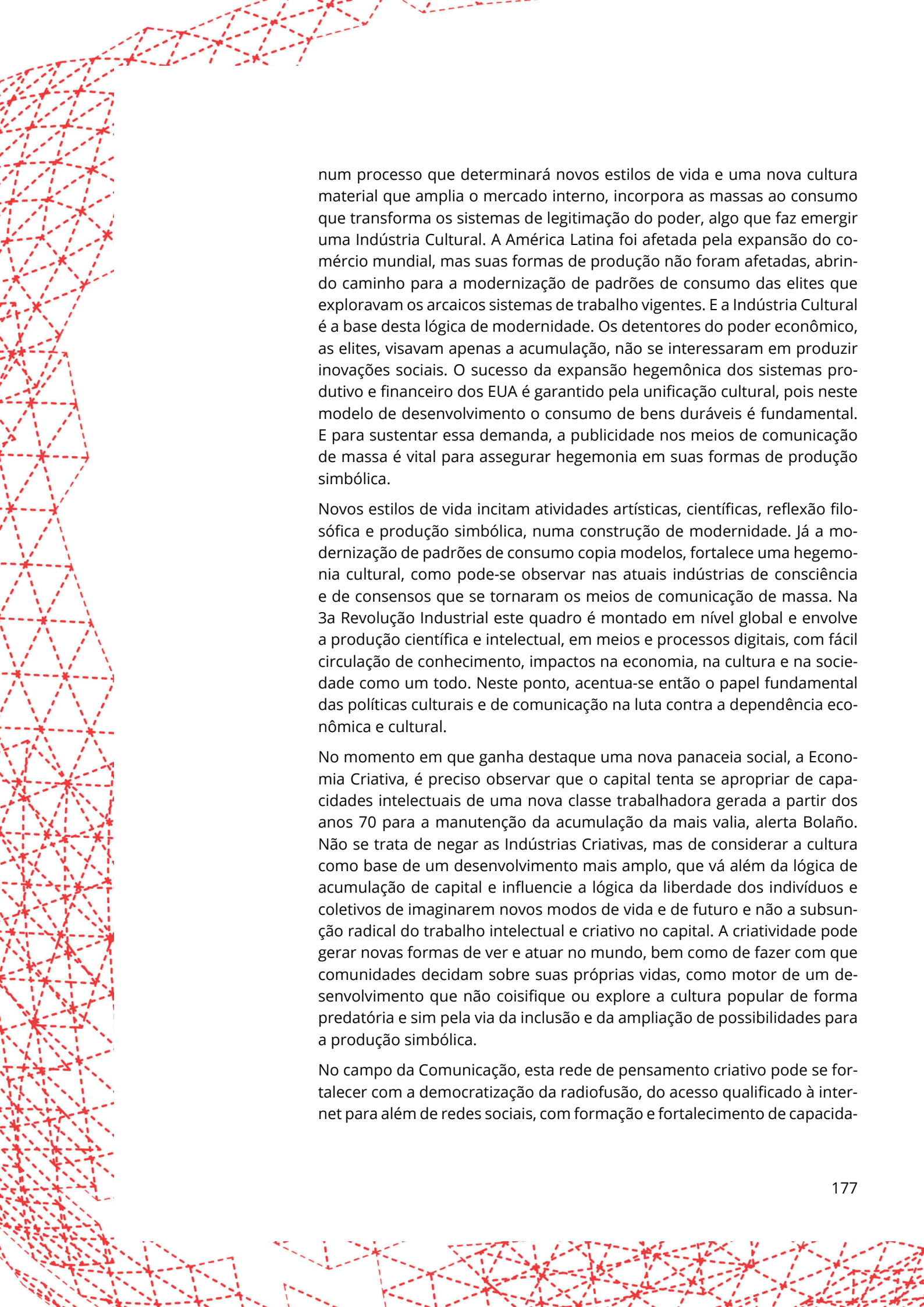
do, em que projetos de poder conservadores e oligárquicos (re)tomam o poder por meio da influência da mídia e de modos de recepção e consumo.

Aponta também a necessidade de retomada do pensamento crítico como o proposto por Martin-Barbero nos anos 70 na América Latina, muito embora Bolaño aponte limitações nestes estudos. Ao traçar um histórico dos Estudos Culturais e da Economia Política da Comunicação e da Cultura na AL, o autor destaca que nestas correntes de pensamento residem as bases dos movimentos epistemológicos atuais, que produziram importantes estudos sobre as áreas da Comunicação, através da ALAIC. Considera como renovadoras as visões que reconhecem múltiplas identidades numa sociedade, com as matrizes culturais atuando como mediadoras entre a cultura de massa e o público. A subsunção do trabalho cultural é questão central na 3ª Revolução Industrial, pois a Indústria Cultural alimenta-se do capital cultural, através da subsunção da cultura popular na Economia, devido à transformação de seus elementos em bens de produção cultural nos mercados de consumo do capitalismo monopolista. E assim trava-se o diálogo entre a Indústria Cultural e as culturas populares que dinamizam o conjunto dos bens simbólicos de mercado para reprodução e manutenção da hegemonia.

A Indústria Cultural serve a dois padrões: o Estado e os capitais individuais, em níveis de aproximações de interesses, modos de regulação, realidades históricas e instâncias de poder econômico, político e social. Por outro lado, existem resistências de atores culturais que buscam meios alternativos de influenciar as lógicas e dinâmicas políticas, sociais, culturais e de comunicação, colocando-se a serviço de projetos de libertação. Ao pesquisador-trabalhador cabe o desafio de buscar sua legitimação social e acadêmica mobilizando suas competências cognitivas e comunicativas de mediador social para uma luta epistemológica que produza resultados práticos de transformação da sociedade e de fortalecimento da democracia. São desafios, mas também oportunidades de fazer da pesquisa-ação da comunicação um campo fértil para o desenvolvimento.

Para Bolaño, as teorias de dependência cultural desnudam a dominação ideológica, mas aquela proposta por Celso Furtado foi mais profunda e sofisticada, pela centralidade que dá a cultura. Este livro demonstra como Celso Furtado apresenta uma análise diversa da dependência cultural, pois inverte a lógica e propõe que a dependência cultural precede a dependência técnica, produtiva, econômica ou tecnológica, enxergando o desenvolvimento como processo histórico autônomo e uma etapa necessária na evolução de uma economia capitalista, percebendo “economias não subdesenvolvidas por si mesmas, mas em comparação com outras”. Nas periferias da civilização industrial, a modernização dos padrões de consumo foi imitativa, avançando sem interferir positivamente nas estruturas sociais.

Com a migração em massa de europeus para países temperados, permitiu-se a expansão do sistema industrial e a ampliação da cultura europeia,

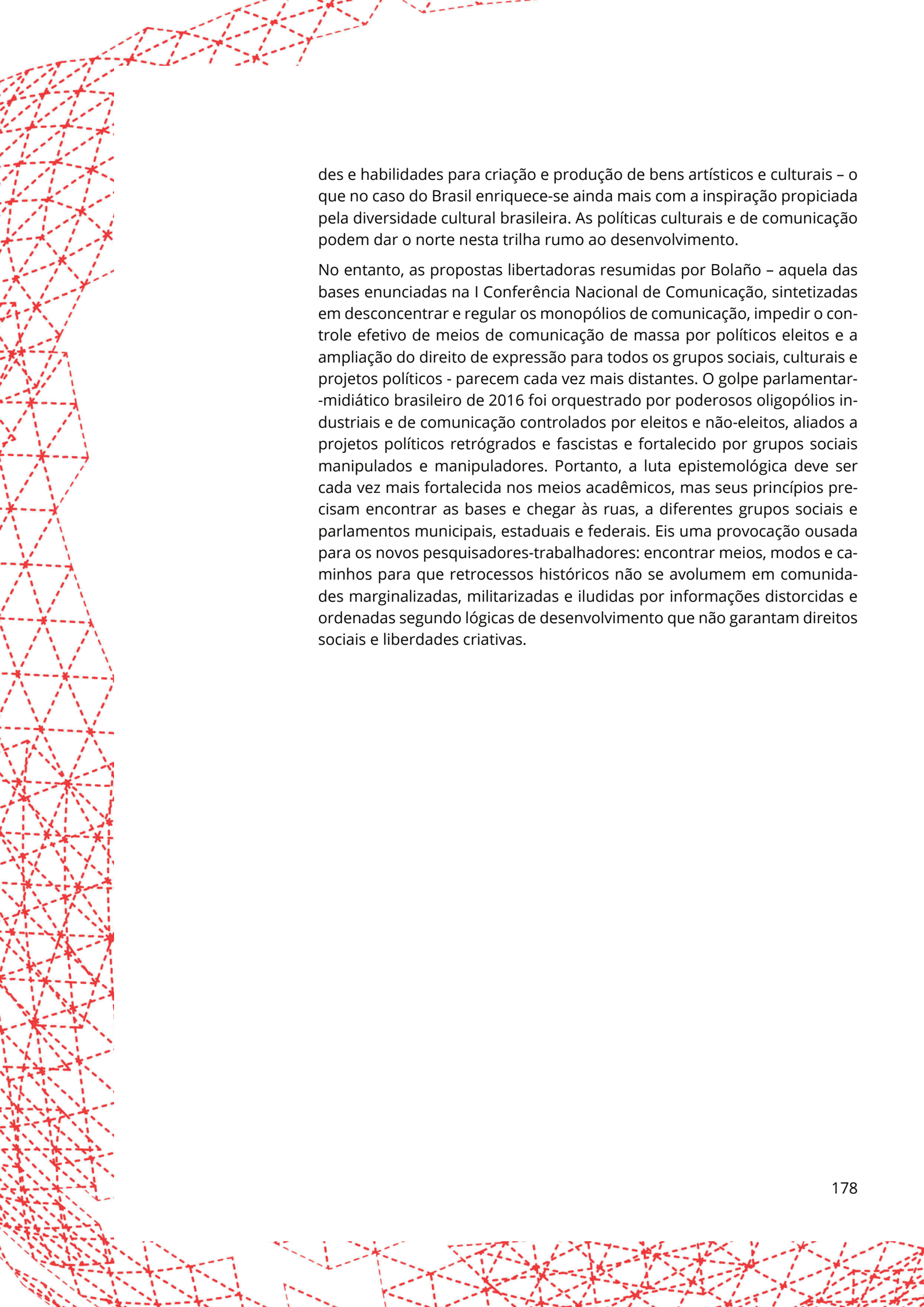


num processo que determinará novos estilos de vida e uma nova cultura material que amplia o mercado interno, incorpora as massas ao consumo que transforma os sistemas de legitimação do poder, algo que faz emergir uma Indústria Cultural. A América Latina foi afetada pela expansão do comércio mundial, mas suas formas de produção não foram afetadas, abrindo caminho para a modernização de padrões de consumo das elites que exploravam os arcaicos sistemas de trabalho vigentes. E a Indústria Cultural é a base desta lógica de modernidade. Os detentores do poder econômico, as elites, visavam apenas a acumulação, não se interessaram em produzir inovações sociais. O sucesso da expansão hegemônica dos sistemas produtivo e financeiro dos EUA é garantido pela unificação cultural, pois neste modelo de desenvolvimento o consumo de bens duráveis é fundamental. E para sustentar essa demanda, a publicidade nos meios de comunicação de massa é vital para assegurar hegemonia em suas formas de produção simbólica.

Novos estilos de vida incitam atividades artísticas, científicas, reflexão filosófica e produção simbólica, numa construção de modernidade. Já a modernização de padrões de consumo copia modelos, fortalece uma hegemonia cultural, como pode-se observar nas atuais indústrias de consciência e de consensos que se tornaram os meios de comunicação de massa. Na 3ª Revolução Industrial este quadro é montado em nível global e envolve a produção científica e intelectual, em meios e processos digitais, com fácil circulação de conhecimento, impactos na economia, na cultura e na sociedade como um todo. Neste ponto, acentua-se então o papel fundamental das políticas culturais e de comunicação na luta contra a dependência econômica e cultural.

No momento em que ganha destaque uma nova panaceia social, a Economia Criativa, é preciso observar que o capital tenta se apropriar de capacidades intelectuais de uma nova classe trabalhadora gerada a partir dos anos 70 para a manutenção da acumulação da mais valia, alerta Bolaño. Não se trata de negar as Indústrias Criativas, mas de considerar a cultura como base de um desenvolvimento mais amplo, que vá além da lógica de acumulação de capital e influencie a lógica da liberdade dos indivíduos e coletivos de imaginarem novos modos de vida e de futuro e não a subsunção radical do trabalho intelectual e criativo no capital. A criatividade pode gerar novas formas de ver e atuar no mundo, bem como de fazer com que comunidades decidam sobre suas próprias vidas, como motor de um desenvolvimento que não coisifique ou explore a cultura popular de forma predatória e sim pela via da inclusão e da ampliação de possibilidades para a produção simbólica.

No campo da Comunicação, esta rede de pensamento criativo pode se fortalecer com a democratização da radiodifusão, do acesso qualificado à internet para além de redes sociais, com formação e fortalecimento de capacida-



des e habilidades para criação e produção de bens artísticos e culturais – o que no caso do Brasil enriquece-se ainda mais com a inspiração propiciada pela diversidade cultural brasileira. As políticas culturais e de comunicação podem dar o norte nesta trilha rumo ao desenvolvimento.

No entanto, as propostas libertadoras resumidas por Bolaño – aquela das bases enunciadas na I Conferência Nacional de Comunicação, sintetizadas em desconcentrar e regular os monopólios de comunicação, impedir o controle efetivo de meios de comunicação de massa por políticos eleitos e a ampliação do direito de expressão para todos os grupos sociais, culturais e projetos políticos - parecem cada vez mais distantes. O golpe parlamentar-midiático brasileiro de 2016 foi orquestrado por poderosos oligopólios industriais e de comunicação controlados por eleitos e não-eleitos, aliados a projetos políticos retrógrados e fascistas e fortalecido por grupos sociais manipulados e manipuladores. Portanto, a luta epistemológica deve ser cada vez mais fortalecida nos meios acadêmicos, mas seus princípios precisam encontrar as bases e chegar às ruas, a diferentes grupos sociais e parlamentos municipais, estaduais e federais. Eis uma provocação ousada para os novos pesquisadores-trabalhadores: encontrar meios, modos e caminhos para que retrocessos históricos não se avolumem em comunidades marginalizadas, militarizadas e iludidas por informações distorcidas e ordenadas segundo lógicas de desenvolvimento que não garantam direitos sociais e liberdades criativas.